

Prof. Dr. Roberto Ari Guindani
Organizador

TEMAS EMERGENTES VOLTADOS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Vol.01

Curitiba
EDITORA REFLEXÃO ACADÊMICA
2022



Prof. Dr. Roberto Ari Guindani
Organizador



Temas emergentes voltados para as
ciências sociais

Vol. 01

Reflexão Acadêmica
editora

Curitiba
2022

Copyright © Editora Reflexão Acadêmica
Copyright do Texto © 2022 O Autor
Copyright da Edição © 2022 Editora Reflexão Acadêmica
Editora-Chefe: Profa. Msc. Barbara Luzia Sartor Bonfim Catapan
Diagramação: Lorena Fernandes Simoni
Edição de Arte: Lorena Fernandes Simoni
Revisão: O Autor

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof^a. Msc. Rebeka Correia de Souza Cunha, Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Msc. Andre Alves Sobreira, Universidade do Estado do Pará - UEPA

Prof^a. Dr^a. Clara Mariana Gonçalves Lima, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Prof^a. PhD Jalsi Tacon Arruda, Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA

Prof^a. Dr^a. Adriana Avanzi Marques Pinto, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Prof. Dr. Francisco Souto de Sousa Júnior, Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA

Prof. Dr. Renan Gustavo Pacheco Soares, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Sérgio Campos, Faculdade de Ciências Agrônômicas, Brasil.

Prof. Dr. Francisco José Blasi de Toledo Piza, Instituição Toledo de Ensino, Brasil.

Prof. Dr. Manoel Feitosa Jeffreys, Universidade Paulista e Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Mariana Wagner de Toledo Piza, Instituição Toledo de Ensino, Brasil.

Prof. Msc. Gleison Resende Sousa, Anhangera Polo Camocim, Brasil.

Prof^a. Msc. Raiane Vieira Chaves, Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Thalita Siqueira Sacramento, Escola da Natureza- Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasil.

Prof. Msc. André Luiz Souza, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Lenita de Cássia Moura Stefani, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.



Reflexão Acadêmica
editora

Ano 2022

Prof^a. Msc. Vanesa Nalin Vanassi, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.
Prof^a. Dr^a. Khétrin Silva Maciel, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil.
Prof^a. Dr^a. Adriana Crispim de Freitas, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Prof. Esp. Richard Presley Silva Lima Brasil, Centro De Educação Superior De Inhumas Eireli, Brasil.
Prof^a. Dr^a. Vânia Lúcia da Silva, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
Prof.^a Dr^a. Anna Maria de Oliveira Salimena, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
Prof.^a Dr^a. Maria Clotilde Henriques Tavares, Universidade de Brasília, Brasil.
Prof.^a Dr^a. Márcia Antonia Guedes Molina, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Prof. Msc. Mateus Veppo dos Santos, Centro Universitário Euro-Americano, Brasil.
Prof.^a Msc. Adriana Xavier Alberico Ruas, Funorte, Brasil.
Prof.^a Msc. Eliana Amaro de Carvalho Caldeira, Centro Universitário Estácio - Juiz de Fora MG, UFJF, Brasil.
Prof. Msc. João Gabriel de Araujo Oliveira, Universidade de Brasília, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Anísia Karla de Lima Galvão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Rita Mônica Borges Studart, Universidade de Fortaleza, Brasil.
Prof.^a Msc. Adriane Karal, UDESC/UCEFF, Brasil.
Prof.^a Msc. Darlyne Fontes Virginio, IFRN, Brasil.
Prof.^a Msc. Luciana Mação Bernal, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
Prof. Dr. Roberto José Leal, Escola de Enfermagem Anna Nery / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.



Reflexão Acadêmica
editora

Ano 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G964t Guindani, Roberto Ari

Temas emergentes voltados para as ciências sociais /
Roberto Ari Guindani. Curitiba: Editora Reflexão Acadêmica,
2022.
302 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui: Bibliografia

ISBN: 978-65-84610-26-2

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade.
I. Guindani, Roberto Ari. II. Título.

Editora Reflexão Acadêmica
Curitiba – Paraná – Brasil
contato@reflexaoacademica.com.br



Reflexão Acadêmica
editora

Ano 2022

ORGANIZADOR

Sobre o organizador - Prof. Dr. Roberto Ari Guindani: Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela Universidad de Salamanca (USAL-2017). Doutor em Energia na Agricultura pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-2010), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-2004), Especialista em Gestão e Formação Pedagógica para Docentes da Educação pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná (FACET-2016), Especialista em Gestão de Negócios pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC-2002) e Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC-2001). Possui publicados os livros Administração e Planejamento Estratégico (3ª), Estratégia e Competitividade (2ª), Finanças corporativas, Planejamento Estratégico Orçamentário, Planejamento Estratégico Público, Incrementando a Estratégia: Balanced Scorecard, Gestão Ambiental no Agronegócio, Coletânea Ambiental, Finanças Pessoais e Logística Reversa. É avaliador e parecerista de trabalhos científicos de IES. No IFPR atua junto a coordenação do curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Gestão e Negócios do IFPR - Curitiba e como docente nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de gestão e negócios. CRA-SC-8381. Pesquisador do GPEFin - Grupo de Pesquisa em Educação Financeira (2022).

APRESENTAÇÃO

O livro “Temas emergentes voltados para as ciências sociais vol.1”, publicado pela Reflexão Acadêmica Editora, coletânea que traz um conjunto de dezesseis capítulos, irá apresentar diversas temáticas voltadas para área das ciências sociais como um todo.

É apresentado um trabalho sobre a gestão participativa como instrumento de melhoria à organização e gestão escolar. O estudo foi realizado no Instituto Politécnico de Ondjiva (IPO) e tem como objetivo, contribuir para a melhoria da Gestão do (IPO), a partir da implementação de um Modelo de Gestão democrático/participativo.

O livro também traz um trabalho com o objetivo de realizar um resgate histórico sobre o surgimento do movimento feminista em Manaus e sua contribuição na luta pelos direitos das mulheres no Amazonas. Através de análise teóricas, metodológica e dados empíricos, buscou-se descrever, de forma cronológica, como surgiu os primeiros gritos feminista na capital amazonense.

Outro trabalho que faz parte desta coletânea, é um estudo que teve o intuito de identificar a aderência entre o grupo de indicadores dos Planos de Logística Sustentável das instituições que integram a Rede de Cooperação em gestão pública sustentável do Estado de Rondônia (ECOLIGA/RO) e os indicadores difundidos pela Global Reporting Initiative (GRI). Trata-se de uma pesquisa proveniente do Manual de implementação de relatos de sustentabilidade da GRI e dos indicadores contidos nos Planos de Logística Sustentável dos órgãos estudados, entre outros trabalhos.

Dessa forma agradecemos todos os autores pelo esforço e dedicação colocados em seus trabalhos. Esperamos poder contribuir com a comunidade científica que se interessa por temas relacionados na área das ciências exatas e que o livro auxilie em futuras pesquisas voltadas na temática discutida.

Boa leitura!

Prof. Dr. Roberto Ari Guindani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	1
A GESTÃO PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR: O CASO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE ONDJIVÁ (IPO)	
Joaquim Domingos Muhala Ricardo do Rosário Canepa DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000478	
CAPÍTULO 02	19
CURSO DE DIREITO E TEMÁTICA AMBIENTAL: ENFOQUE DADO À SUSTENTABILIDADE	
Elenice Cristina da Rocha Valdenice Henrique da Cunha Marilândia Martins de Almeida Machado David Alves Moreira Clarides Henrich de Barbara DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000479	
CAPÍTULO 03	35
A AUSÊNCIA DE UMA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PARA OS INDÍGENAS BRASILEIROS: UMA OFENSA AOS DIREITOS À VERDADE E À MEMÓRIA	
Walter Gustavo da Silva Lemos DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000480	
CAPÍTULO 04	47
IMPACTOS DE VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NO DESEMPENHO DA MARGEM EBTIDA DE EMPRESAS DE VAREJO LISTADAS NA B3	
José Aparecido Moura Aranha DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000481	
CAPÍTULO 05	69
MOVIMENTO FEMINISTA EM MANAUS: A LUTA POLÍTICA PELOS DIREITOS DAS MULHERES AMAZONENSES ENTRE AS DÉCADAS DE 1970/80	
Michelle de Souza Vale Viviane de Oliveira Rocha DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000482	
CAPÍTULO 06	82
USOS DO PASSADO E DIVULGAÇÃO HISTÓRICA: HISTÓRIA E JORNALISMO NA PRODUÇÃO DE AVENTURAS NA HISTÓRIA (2010-2017)	
Lorraine Marilyn Leonel DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000483	

CAPÍTULO 07	105
BIBLIOEDUCAÇÃO: ENTRE LEITURAS, DEBATES E DISCUSSÕES, EXPERIÊNCIA A PARTIR DE TEMÁTICAS TRANSVERSAIS NA CASA DA LEITURA, IFPI – CAMPUS FLORIANO	
Andreina Alves de Sousa Virginio Roberta Kellen Borges de Oliveira	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000484	
CAPÍTULO 08	121
O PERCURSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DO SÉCULO XVIII À PROMULGAÇÃO DA LDB	
Márcia Cicci Romero Maria Helena Cicci Romero	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000485	
CAPÍTULO 09	140
POPULISMO, NEOPOPULISMO E AUTORITARISMO COMO FANTASMAS DA POLÍTICA VENEZUELANA CONTEMPORÂNEA	
Valdenésio Aduci Mendes Raony Valdenésio Aduci Odremán Mendes	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000486	
CAPÍTULO 10	159
O PESCADOR BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920 NA PERSPECTIVA DA MISSÃO DO CRUZADOR AUXILIAR “JOSÉ BONIFÁCIO”	
Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho Raimundo Pereira Alencar Arrais	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000487	
CAPÍTULO 11	175
O PAPEL DO GESTOR E O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DE RECURSOS: VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Monalisa Lopes dos Santos Coelho	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000488	
CAPÍTULO 12	186
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS PLANOS DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	
Marta Helena de Lellis	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000489	

CAPÍTULO 13.....213

“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO-FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO... O RETORNO DA ESPERANÇA EM 2022?

Ednaldo Emílio Ferraz

DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000490

CAPÍTULO 14.....225

EXPOSIÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: ALÉM DO PRETO E BRANCO

Alessandro Ossola

DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000491

CAPÍTULO 15.....248

COLABORAÇÃO PREMIADA - UM INSTRUMENTO EFICAZ PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Vinícius Daniel Kurudez Cordeiro

Caroline Daher

DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000492

CAPÍTULO 16.....266

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ROMPIMENTO DE NOIVADO

Fabiano Martin Tiossi

Andressa Ravazzi de Oliveira

Ronaldo Aparecido Lobato Reis

Janaina dos Reis G. Mansilia

DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000493

CAPÍTULO 17.....279

A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR DE APOIO NO PROCESSO DE INTERAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Solange Duarte Chalegre

DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000494

CAPÍTULO 18.....294

MODELANDO E APRENDENDO COM A ETNOMATEMÁTICA DA ARTE CERAMISTA TICUNA

Jader Moreira Maia Neto

DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000495

CAPÍTULO 01

A GESTÃO PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR: O CASO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE ONDJIVA (IPO)

Joaquim Domingos Muhala

Docente do Magistério de Ondjiva e Colaborador do Instituto Politécnico de Ondjiva/Angola, unidade orgânica da Universidade Mandume Ya Ndemufayo
Mestre em Gestão e Administração Escolar pelo Instituto Superior de Ciências Educativas de Portugal

E-mail: joaquimdomingos98@outlook.pt

Ricardo do Rosário Canepa

Docente do Instituto Politécnico de Ondjiva/Angola, unidade orgânica da Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Doutor em Organização e Administração Escolar pela Universidade Minho/Portugal

E-mail: ricardo.canepa75@gmail.com/ricardocanepa@umn.ed.ao

Resumo: A gestão participativa assenta na compreensão de que o alcance dos objetivos educacionais, no seu sentido mais amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais que ocorrem no contexto da organização escolar, com responsabilidades entendidas e assumidas por seus membros, num empenho coletivo em torno da sua realização. Esta investigação enfatiza o entendimento da gestão participativa como instrumento de melhoria à organização e gestão escolar. O estudo foi realizado no Instituto Politécnico de Ondjiva (IPO) e tem como objetivo: Contribuir para a melhoria da Gestão do (IPO), a partir da implementação de um Modelo de Gestão democrático/participativo. Foram inquiridos os funcionários da instituição, concretamente docentes, através de um questionário que contém questões sobre os dados sócio demográficos e da percepção que os funcionários possuem sobre a gestão participativa. A natureza da pesquisa é Quantitativa. Com este trabalho esperamos contribuir com sugestões no que parecerá ser possível para melhorar a atual situação, na ideia de que o IPO proporcionará o desenvolvimento de competências nos seus alunos através de uma gestão mais participativa.

Palavras-chave: Administração; Gestão Escolar; Organização.

Abstract: Participatory management is based on the understanding that the achievement of educational objectives, on its broadest sense, depends on the channeling and proper use of the dynamic energy of interpersonal relationships that occur in the context of the school organization, with responsibilities understood and assumed by its members, in a collective commitment to its achievement. This investigation emphasizes the understanding of participatory management as an instrument to improve school management and organization. The study was carried out at the Polytechnic Institute in Ondjiva (IPO) and aims to: Contribute to the improvement of the Management of the (IPO), from the implementation of a democratic/participatory Management Model. The institution's employees, specifically teachers, were surveyed through a questionnaire containing questions about socio-

demographic data and the employees' perception of participatory management. The nature of the research is Quantitative. Within this work we hope to contribute with suggestions on what will seem to be possible to improve the current situation, in the idea that the IPO will provide the development of competences on its students through a more participative management.

Keywords: Administration; School Management; Organization.

1. INTRODUÇÃO

A Gestão Participativa/Participada constitui, nos dias de hoje um assunto amplamente discutido no mundo empresarial como também no mundo educativo.

No contexto educacional, a temática da Gestão Participativa, também, tem sido aflorada, na adaptação da organização escolar às características do ambiente em que opera. Assim, a transformação das práticas de gestão, tendo em linha de conta, os princípios da flexibilidade, do trabalho em equipa, da liderança democrática, da participação e iniciativa próprias, entre outras, passou a ser uma exigência estruturante/atual para proporcionar um ambiente de crescimento e desenvolvimento das estruturas/organizações educativas.

O Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro do Conselho de Ministros de Angola aborda a necessidade de se melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior devido ao aumento de instituições de ensino superior públicas. Para o efeito foram aprovadas as linhas-mestras para a melhoria da gestão do subsistema de ensino superior, pela Resolução nº 4/07, de 2 de Fevereiro.

Por sua vez, a Lei de Bases do Sistema de Educação, o subsistema de ensino superior no seu Artigo 10º (Liberdade académica) realça que *“A liberdade académica das instituições de ensino superior consiste em assegurar a pluralidade de doutrinas e métodos, nos domínios do ensino e aprendizagem, da investigação e da extensão universitária, sem prejuízo das orientações do órgão de tutela, no âmbito das políticas e estratégias definidas pelo Governo”*.

Compete à gestão escolar estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, de modo que sejam orientadas para resultados, isto é, um modo de ser e de fazer caracterizado por ações conjuntas, associadas e articuladas.

A experiência tem demonstrado que uma educação de qualidade não pode ser obtida em sistemas educacionais e escolas envoltos em burocracias lentas e centralizadoras, preocupados excessivamente com normas e regulamentos e com uma estrutura hierárquica que não lhes confere agilidade na solução dos problemas (Tito, 2011).

O Artigo 9º (Gestão democrática) do Subsistema do Ensino Superior, expressa que a gestão democrática das instituições de ensino superior consiste na participação

de todos os atores deste subsistema, incluindo a sociedade civil, na melhoria da sua qualidade, respeitando as normas em vigor aplicáveis às mesmas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: uma primeira parte, onde apresentamos a introdução na qual expomos o problema em análise. Na segunda parte, construímos o suporte teórico da pesquisa sob o ponto de vista de vários autores. Nesta parte do estudo, descrevemos ainda, as características do IPO. A terceira parte, que constitui a descrição da metodologia utilizada na elaboração do trabalho. Na quarta parte estão elencados os dados da pesquisa realizada e onde, também, é apresentada a análise dos resultados e finalmente, apresentamos algumas conclusões.

2. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE ONDJIVA (IPO)

O IPO é uma unidade orgânica da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, criado à luz do Decreto Presidencial nº 285 de 2 de Dezembro. Está situada na cidade Capital de Ondjiva no eixo principal da estrada internacional e nacional 105, na zona urbana. A instituição funciona por três turnos (manhã, tarde e noite) e apresenta uma enorme diversidade social. Os Cursos lecionados nesta Instituição de Ensino Superior compreendem três áreas do conhecimento: Saúde (Análises clínicas, laboratório e Enfermagem), Educação (ensino da Biologia) e Engenharia (Agronomia e Hidráulica).

No presente ano letivo, a comunidade estudantil abrange 1257 estudantes distribuídos, da seguinte forma: 947 alunos nos cursos diurnos e 310 alunos no regime pós-laboral, nas especialidades acima mencionadas. A docência é assegurada por 50 docentes cubanos, um docente vietnamita e 20 angolanos. Ainda, no que diz respeito aos recursos humanos, a instituição possui um quadro de 31 funcionários administrativos. Dele fazem parte, um Coordenador, dois Coordenadores Adjuntos. Quanto à formação académica dos docentes efetivos angolanos, salienta-se: 4 Doutores, 8 Mestres e 8 Licenciados.

O IPO tem constituído os seus órgãos consultivos como: Conselho de Direção, Conselho Pedagógico e Conselho Científico.

3. A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR HOJE

É comum identificar nas escolas a prática de que as decisões e os problemas ali existentes devam ser absorvidos e resolvidos pelo diretor, revelando uma postura acrítica em relação a uma forma de gestão centralizada na figura do diretor, que o coloca como controlador das ações e todos demais integrantes do processo educativo como meros executores ou expetadores.

Este modo de conceber e realizar a gestão escolar tem origem no facto da administração escolar ter incorporado as concepções e práticas da teoria de administração de empresas.

Quando a escola se institucionaliza, torna-se necessário administrá-la. A constante melhoria do sistema de ensino e da escola é um objetivo perseguido pela administração da educação.

A partir do Século XXI, segundo Muhala (2014), o centro de gravidade das esferas sociais passou dos bens para o conhecimento, desse modo, surgiram as escolas de administração: o Taylorismo, o Fayolismo, o Fordismo, o Toyotismo e outras. No entanto, estamos agora na era do conhecimento e o seu surgimento como centro da sociedade, fundamento da economia e da ação social muda drasticamente a posição, o significado e a estrutura do mesmo. Contudo, a educação precisa ao mesmo tempo de trabalhar a unidade da espécie humana de forma integrada com a ideia de diversidade, sendo, por isso, necessário educar para combater o egocentrismo, o etnocentrismo e o sociocentrismo, que procuram colocar em posição subalterna as questões relevantes para a vida das pessoas e da sociedade.

Assim é que a escola se encontra, hoje, no centro das atenções da sociedade. Isto porque se reconhece que a educação, na sociedade globalizada e a economia centrada no conhecimento, constituem grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade, assim como condição importante para a qualidade de vida das pessoas (Lück, 2000). Nesta sequência, Canepa (2021b) aponta a escola como um empreendimento humano, organização histórica, política e cultural, por se tratar de uma organização que, de certa maneira, tem influência em todas outras, seja pelo tempo que as crianças, jovens e professores passam nela, mas também pelas implicações no futuro dos indivíduos.

4. A RESPONSABILIDADE DE UMA GESTÃO ESCOLAR INOVADORA PARTILHADA

A escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum (Nóvoa, 1995).

Na perspetiva de Muhala (2014), às escolas só podem ser inovadoras se definirem e, de forma constante, desenvolverem os seus objetivos, os seus métodos pedagógicos e conteúdos curriculares de acordo com as normas adequadas, estando esses, baseados nas necessidades e potencialidades dos seus alunos. Para ele, os mais importantes pré-requisitos das boas escolas são os professores criativos, motivados e bem preparados, os papéis que desempenham e as responsabilidades, que lhes são próprias, requerem um processo de aprendizagem permanente, ao longo da vida. Contudo, cabe à liderança de uma escola inovadora promover as iniciativas e o sentido de responsabilidade dentro da escola que se reflete nos seus membros que são, no seu conjunto, responsáveis pela imagem que dela dão perante a sociedade. A responsabilidade global recai no corpo de gestores da escola.

A própria sociedade, embora muitas vezes não tenha bem claro de que tipo de educação os jovens necessitam, já não está indiferente ao que ocorre nos estabelecimentos de ensino. Não apenas exige que a escola seja competente e demonstre ao público essa competência, com bons resultados de aprendizagem pelos seus alunos e o bom uso de seus recursos, como também começa a dispor-se a contribuir para a realização desse processo, assim como a decidir sobre os mesmos (Lück, 2000, p. 12)

De acordo com Lück (2000), observa-se, também, o interesse de grupos e organizações, no sentido de colaborarem com a escola, constituindo-se essa área, um campo fértil para a realização de parcerias em prol da educação, para o desenvolvimento da sociedade e, por conseguinte, um grande desafio para os gestores escolares, por exigirem deles novas atenções, conhecimentos e habilidades. São necessárias mudanças urgentes na escola, a fim de que garanta formação competente de seus alunos, de modo que sejam capazes de enfrentar criativamente, com empreendedorismo e espírito crítico, os problemas cada vez mais complexos da sociedade.

A educação, no contexto escolar, exige esforços redobrados e maior organização do trabalho educacional, assim como participação da comunidade na realização desse empreendimento, a fim de que possa ser efetiva, já que não basta ao estabelecimento de ensino apenas preparar o aluno para níveis mais elevados de escolaridade, uma vez que o que ele precisa é de aprender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania.

O ambiente escolar como um todo deve oferecer-lhe esta experiência. No entanto, a Educação, dada sua complexidade e crescente ampliação, já não é vista como responsabilidade exclusiva da escola. Como o diz claramente Canepa (2021a) que (...) uma maior participação dos vários intervenientes, corresponde maior democratização, não só da escola, mas, também, da própria sociedade.

Todos aqueles que estão envolvidos no sistema educacional contribuem de forma consistente, para o melhoramento da sua qualidade. Nessa linha de pensamento, Gonçalves e Canepa (2021, p.121635) afirmam que “a qualidade de uma escola tem relação direta com a habilidade dos seus gestores e colaboradores”.

Na perspectiva de Paro (2007) a democratização da gestão fortalecida pelos mecanismos de participação na escola, em especial da comunidade escolar, pode-se apresentar como uma alternativa criativa que envolve os diferentes segmentos das comunidades local e escolar, procurando formas de ampliar a participação ativa de professores, coordenadores, orientadores educacionais, estudantes, funcionários e pais de estudantes na concretização de um processo de gestão inovador possibilitando a construção de uma nova cultura escolar.

Hengemuhle (2004) fundamenta que o princípio de uma boa gestão é o da construção coletiva, da representação, participação e co-responsabilidade de todos, possuindo objetivos comuns e procurando a harmonia e o consenso.

Portanto, as escolas inovadoras precisam, para florescer, de um clima favorável, sendo tarefa de todos estabelecer o equilíbrio entre a autonomia da escola e a necessidade de garantir oportunidades educativas.

5. A GESTÃO ESCOLAR CENTRADA NA LIDERANÇA

A liderança é a capacidade de um indivíduo para influenciar, motivar e habilitar outros a contribuírem para a eficácia e o sucesso das organizações de que são membros.

Tito (2011, p. 23) na esteira de Teixeira (2005), as pesquisas sobre a gestão centradas especialmente na liderança “*datam dos anos 1950*”, ficando o seu início a dever-se fundamentalmente a “*Robert Bales e Douglas McGregor*”. Segundo o mesmo autor, Bales enfatizou a importância dos grupos e da sua liderança, que classificou em dois tipos: Líder de tarefa e Líder social, o primeiro desenvolvendo a sua atividade focalizando os objetivos do grupo em termos de produtividade (tarefas), o segundo procurando atingir os objetivos atuando no desenvolvimento da coesão e encorajando a colaboração entre os membros do grupo.

Segundo o mesmo autor, McGregor desenvolveu as célebres teorias X e Y que põem em confronto duas posições antagônicas de ver o comportamento das pessoas: uma mais pessimista – Teoria X – defendendo fundamentalmente que as pessoas encaram o trabalho como um sacrifício a evitar e, como tal, precisam e preferem ser dirigidas e controladas; a outra – Teoria Y – em linhas gerais defende que os trabalhadores podem encarar o trabalho com naturalidade, como o descanso ou o lazer, gostam de assumir responsabilidades e preferem o auto controlo. De acordo com McGregor, os gestores terão comportamentos diferentes em relação aos seus subordinados, nomeadamente quanto a estilos de direção e de controlo, conforme admitem os pressupostos da teoria X ou da teoria Y.

Nesta perspectiva, concordamos com a visão dos dois autores e consideramos que de forma implícita estão patentes as atitudes mais vivenciadas, quer dos funcionários como dos gestores de muitas instituições do nosso país, Angola (Tito, 2011, p.23).

Cunha & Rego. (2003), aponta três os grupos de competências mais relevantes para a eficácia dos líderes:

5.1 COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

Competências Técnicas: conhecimentos e capacidades acerca do modo de realizar a tarefa – necessários na compreensão das atividades, processos operacionais, produtos, serviços e tecnologia, e na compreensão de legalidade dos contratos;

5.2 COMPETÊNCIAS INTERPESSOAIS

Competências Interpessoais: conhecimentos acerca do comportamento humano – necessários no processo de influência de pessoas, no desenvolvimento de cooperação, no estabelecimento e manutenção de processos de trabalho, na compreensão dos indivíduos e na resolução de conflitos;

5.3 COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

Competências Cognitivas: capacidades intelectuais – necessárias na análise de problemas, no desenvolvimento de soluções criativas, no diagnóstico de situações, na diferenciação entre informação relevante e irrelevante, na compreensão da complexidade do relacionamento e no desenvolvimento de modelos de eficiência.

No que respeita às competências de liderança, importa sublinhar que, embora sejam relevantes para a generalidade dos líderes, a sua relativa importância depende de aspetos como o nível hierárquico, o tipo e dimensão da organização, a estrutura organizacional, o grau de centralização da autoridade e as características culturais. Por exemplo, as competências técnicas são especialmente relevantes para os gestores empreendedores e para gestores de nível mais baixo da hierarquia, com funções de natureza topo, em organizações centralizam fortemente as decisões operacionais. As competências cognitivas, são especialmente importantes para gestores de topo.

6. A LIDERANÇA E SUAS TIPOLOGIAS

De entre as diferentes definições de liderança, a definição sugerida pela GLOBE (Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness), representa

uma frutuosa proposta de trabalho de investigação desenvolvida em mais de 60 países (Cunha & Rego, 2003): “A liderança é a capacidade de um indivíduo para influenciar, de motivar e habilitar outros a contribuírem para a eficácia e o sucesso das organizações de que são membros”.

Um líder deve ser modesto, deve ser capaz de comunicar-se com sua gente. É alguém que caminha à frente de sua gente, mas não tão longe que não possa ouvir seus passos. Além das qualidades pessoais que contempla, fala da vinculação que deve ter com os subordinados. Este conceito é perfeitamente aplicável aos professores.

Os líderes articulam e definem o que previamente tinha permanecido no campo do inexplorado, logo criam modelos e imagens que focalizam a atenção de outros. Por tudo isto, um fator essencial da liderança é a capacidade de influência e a de dar significado às coisas que transmite aos membros do grupo.

O líder não só convence com a advertência e só adere seguidores com bom exemplo, mas sim imprime confiança e resulta incansavelmente persistente. Deve garantir que a organização tenha integridade, que possua uma identidade, isto é, quem é e o que deve fazer. Deve ser um educador, não apenas preocupado com a capacitação, através da simples transmissão dos seus conhecimentos e competências, mas também pela preocupação que demonstra em articular um programa permanente de capacitação dos membros que dirige.

Todos os líderes devem ser capazes de dominar a arte de solucionar, sintetizar e articular uma visão do futuro (Afonso, 2009).

O papel do líder de hoje é desenvolver uma visão compartilhada e criar oportunidades às pessoas para incrementar sua própria implicação e compromisso.

Tito (2011), apresenta quatro tipos de liderança ajustados aos comumente conhecidos em Angola: 1. *Liderança autocrática e autoritária*; 2. *Liderança “laissez-faire”*; 3. *Liderança democrática e participativa* e a 4. *Liderança transformacional e transaccional*.

7. LIDERANÇA AUTOCRÁTICA E AUTORITÁRIA

- Todo o tipo de iniciativas e decisões são incondicionalmente tomadas pelo líder;

- Determina sempre as tarefas, fixa estratégias e prioridades indicando as fases de atuação;

- É uma liderança “forte”, inflexível, não admitindo dúvida ou erro;

- As interações se realizam de forma linear e hierárquica;

- Culpa os subordinados pelos fracassos;

- É tendencialmente normativo;

- Só ele conhece os passos futuros;

- Provoca tensões a nível das relações;

- Acentua frequentemente a autoridade e depois de decidir opta por duas hipóteses: dá ordens sem explicações ou dá algumas explicações para convencer os outros a aceitar a sua decisão;

- Exige que todos “remem” para o mesmo lado, que leem da mesma maneira, não podendo haver segundas interpretações, seguindo cegamente as ordens do seu líder;

- Tem um comportamento diretivo e monopolizador, pois a participação dos outros é mínima;

- Realiza minuciosamente os processos e fases de realização, de modo a que a direção futura da atividade permaneça incerta nas atitudes a tomar;

- É responsável pelos escassos níveis de participação e de prazer na execução de tarefas.

7.1 LIDERANÇA “LAISSEZ-FAIRE”

É produto de uma sociedade e democracia em evolução, no meio da insegurança, acreditando-se que a melhor liderança é não dirigir em absoluto:

- Forma de trabalhar incontrolada, que conduz frequentemente a experiências insatisfatórias;

- Natureza altamente individualista da nossa cultura, pois os membros raramente aprendem as habilidades da socialização, da tolerância para as diferenças individuais e para o interesse do grupo;

- A participação do líder é mínima, pois num debate apenas apresenta materiais variados ao grupo deixando claro que poderá fornecer informações quando solicitadas;

- Faz comentários espontâneos e irregulares sobre as atividades do grupo, sem nenhuma tentativa de avaliar ou regular o curso dos acontecimentos;
- Tarefas elaboradas ao acaso, perdendo-se muito tempo com discussões pessoais.

7.2 LIDERANÇA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Se caracteriza no seguinte:

- Os membros constituintes trabalham em grupo, dando-se muita importância ao crescimento e desenvolvimento de todos;
- As funções de liderança são participadas por todos, portanto a responsabilidade é de todos e está delegada pelos vários elementos, conforme a experiência e competência de cada um;
- As decisões são tomadas em conjunto, chegando-se a um consenso depois de serem discutidas e negociadas;
- Há uma preocupação constante em elevar o grau de relações interpessoais;
- O dirigente encoraja, facilita a participação das outras pessoas numa perspectiva de apoio mútuo;
- Quando há necessidade de aconselhamento técnico, o líder sugere duas ou mais alternativas para o grupo escolher;
- Sugere decisões dispondo-se a alterá-las, portanto há uma notável flexibilidade na adequação, negociação, operacionalização da autonomia e estimulação da informação;
- Procura ser um membro normal do grupo confundindo-se muitas vezes com os outros elementos;
- Os membros do grupo têm a liberdade de escolher com quem trabalhar;
- Fundamenta as suas críticas limitando-se a factos;
- Depende da cooperação e inspira entusiasmo, transformando o trabalho em prazer;
- Sente-se satisfeito pessoalmente com o trabalho desenvolvido tal como os outros membros do grupo.

7.3 LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E TRANSACCIONAL

A gênese do conceito destes estilos segundo Afonso (2009) deve-se ao trabalho de Burns (1978), incidentes críticos sobre líderes políticos. No seu quadro de raciocínio, o processo transformacional catapultava líderes e seguidores para níveis superiores de moralidade e motivação. Para Cunha, Rego, Cunha & Cardoso(2003). «estes líderes promovem a consciência dos seguidores, apelando a valores como a justiça, liberdade, humanitarismo, paz – e não através de emoções como o medo, a cobiça, a inveja e o ódio» (p.309).

A liderança transformacional surge associada a uma liderança ética na medida em que catapultava líderes e liderados para níveis elevados de moralidade através de uma convergência de objetivos e uma partilha de valores. A liderança transaccional incide no esclarecimento do papel e dos requisitos das tarefas dos colaboradores, bem como na atribuição de recompensas e castigos pelo seu desempenho efetivo.

Estes modelos são de líderes que introduzem profundas mudanças na sociedade e nas atitudes e comportamentos dos membros das organizações, obtendo deles um compromisso e empatia necessários para o alcance dos objetivos:

- Eleva a consciência dos seus seguidores, apelando a ideais elevados e a valores morais como a liberdade, justiça, igualdade, paz, humanitarismo, honestidade, honra, reciprocidade e não a emoções básicas como o medo, a inveja e o ódio.

- É uma tendência que fortalece o poder dos professores em termos de associar à governação e liderança de escolas, e de lhes atribuir uma maior autonomia profissional.

- A ação desses líderes tem efeitos ao nível da crítica e da transformação das estruturas organizacionais de escola, das interações entre os atores e da criação de um sentido de comunidade escolar.

- Não é orientada por e para o exercício pessoal do poder mas é emancipatória, comunitária voltada para a maior equidade nas relações processadas na estrutura organizacional.

- Reconhece e valoriza as interações e inter-relações entre os vários atores da comunidade educativa, pois a eficiência da organização depende da integração/adesão de todas as partes.

- Centra a ação dos objetivos nos resultados esperados, reconhecendo que os recursos condicionam a ação.

- Distribui poder e a responsabilidade, desenvolvendo o processo de reforço de auto estima pessoal e organizacional.

Não há dúvidas, que para o contexto escolar os professores devem ser líderes, e daí o interesse de conhecer estes elementos para a gestão do processo docente educativo.

8. METODOLOGIA

A natureza da pesquisa é Quantitativa. No presente estudo, só foi inquirido um grupo de sujeitos, composto por docentes do Instituto Politécnica de Ondjiva (IPO) num total de 56 professores.

O instrumento de pesquisa foi um questionário aplicado a este grupo, que contém questões sobre os dados sócio demográficos, isto é aspetos sobre a personalidade do inquirido tendo em conta o sexo, a idade, o tempo de serviço, as habilitações académicas e a área da sua formação. A parte seguinte das questões é sobre a Administração, Gestão e Liderança.

Optámos por recolher apenas a opinião dos professores sobre a atual gestão da escola porque pela observação e constatações feitas bastaria este grupo de funcionários que para este projecto de investigação, jogam um papel muito importante na sua implementação.

9. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Tabela 1: Questão nº qual dos modelos a seguir, sobre gestão e administração do IPO julga ser melhor e mais eficaz

Categorias	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Participativo	38	67,9	67,9	67,9
Democrático	18	32,1	32,1	100,0
Total	56	100,0	100,0	

Fonte: Os autores

Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência, promovendo a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo.

Como se vê na tabela nº 1, dos vários modelos apresentados para colhermos o ponto de vista dos inquiridos relativamente a um estilo de gestão que se ajusta ao IPO, maioritariamente respondeu unicamente em dois modelos considerados melhores pois 67% diz ser a gestão participativa e 32,1% diz ser a gestão democrática.

Vê-se logicamente que para o nosso objeto de estudo a gestão democrática e/ou participativa é considerado o mais ideal a ser implementado no IPO.

Tabela 2: Questão nº 9 – Os quadros diretivos do IPO preocupam-se com as motivações pessoais e sociais dos seus docentes

Categorias	Frequenc	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo Completamente	3	5,4	5,4	5,4
Discordo Parcialmente	11	19,6	19,6	25,0
Não Concordo/Nem Discordo	12	21,4	21,4	46,4
Concordo Parcialmente	20	35,7	35,7	82,1
Concordo Completamente	10	17,9	17,9	100,0
Total	56	100,0	100,0	

Fonte: Os autores

Pelo menos, os dados acima descritos são animadores sobre as motivações pessoais e sociais dos seus docentes.

A tabela acima, mostra que do total de docentes que responderam a questão, apenas 5,4% discorda completamente. Os que concordam parcialmente (35,7%) e os que concordam completamente (17,9%) totalizam a maioria.

Mesmo assim, muito tem de ser feito para que todos os docentes estejam motivados pelo trabalho através das boas ações dos membros de direção.

Tabela 3: Questão nº 6 – As competências acadêmicas e pedagógicas dos docentes são valorizadas no quadro institucional do IPO

Categorias	Frequenc	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo Completamente	2	3,6	3,6	3,6
Discordo Parcialmente	15	26,8	26,8	30,4
Não Concordo/Nem Discordo	8	14,3	14,3	44,6
Concordo Parcialmente	22	39,3	39,3	83,9
Concordo Completamente	9	16,1	16,1	100,0
Total	56	100,0	100,0	

Fonte: Os autores

Os dados da tabela nº 3 mostram que não há um grande reconhecimento das competências profissionais dos professores.

Dos 56 professores respondentes ao questionário aplicado, 3,6%, 26,8% e 14,3% responderam nas categorias Discordo Completamente, Discordo Parcialmente e Não Concordo/Nem Discordo, respectivamente.

Se a Direção do IPO duvida das capacidades do seu corpo docente, tem de implementar dispositivos de melhoria do trabalho deste grupo, pois, se estes já são do quadro laboral, efetivamente o que deve ser feito é qualificá-los profissionalmente.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, a sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais. Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover a construção do poder da competência, centrada na unidade social escolar como um todo.

Tendo em vista ao problema levantado e aos objetivos formulados para o presente estudo, chegou-se às seguintes conclusões:

- Apesar do IPO possuir todas as condições básicas necessárias para um bom funcionamento, muito deve ser feito para a melhoria da sua gestão, pois o corpo docente apresenta-se crítico perante tal situação.

- Os resultados do estudo, apontam para o IPO um modelo de gestão não participativo/democrático com um poder totalmente centralizado.

- Os docentes estão otimistas nas suas atividades evidenciando claramente que confiam no que fazem e precisam de mais motivação por parte da direção do IPO.

- Há uma elevada consciência sobre uma Gestão de qualidade, não podendo esta, apenas ser vista como um instrumento aos interesses apenas de alguns membros mas, de todos.

- Existe uma grande necessidade de se implementar um dispositivo de melhoria da Gestão e Administração do IPO pelo facto de ter sido instituído na Província do Cunene como estratégia de melhorar as condições de vida das populações através de formar tecnicamente os jovens para o mercado de trabalho.

Portanto, para que o IPO passe para uma prática de Gestão estratégica e participativa faz-se necessário apontar caminhos que possibilitem uma gestão almejada por toda a comunidade escolar:

- A comunidade deve ser participativa na Instituição, isto é, não se omitir em fazer colocações ou dar opiniões, que devem ser aceites, tão logo tenha fundamentos, sejam teóricas ou práticas.

- A administração escolar deve ser feita de forma que todos se sintam à vontade para participar, pois uma administração não participativa, não vai de encontro com a democracia escolar.

- O educador deve estar sempre em constante busca pelo aprimoramento de seus conhecimentos, para que possa atuar com segurança favorecendo um ensino de qualidade.

Apesar das dificuldades impostas ao processo de gestão democrática, é possível se construir um ambiente em que cada membro da comunidade educacional sinta-se parte importante do mesmo através da ação verdadeira do gestor escolar, atuando como um incentivador, um líder democrático que ouve, que dá oportunidade a todos os componentes de opinarem e decidirem as soluções adequadas às problemáticas surgidas, pois ao assumir responsabilidades deve ter a consciência de que a educação sofre com os mais diversos problemas e carências, portanto tem o dever de realizar uma ação comprometida, crítica e, acima de tudo, democrática.

REFERÊNCIAS

- Afonso, P. L. Liderança – Elementos-Chave do Processo. Lisboa: Escolar Editora, 2009.
- Canepa, R. R. A participação dos pais na gestão escolar: estudo com pais e encarregados de educação de uma escola de Angola. *Brazilian Journal of Development*, 7 (n.6), 64696–64712. <https://doi.org/https://doi.org/10.34117/bjdv7n6-716>, 2021a.
- Canepa, R. R. A Participação dos Pais na Gestão Escolar: Estudo com Pais e Encarregados de Educação de uma Escola de Angola. In B. L. S. B. (Org. . Catapan (Ed.), *As Ciências Sociais e os Avanços na Sociedade* (pp. 85–102). Curitiba: Reflexão Acadêmica Editora. <https://doi.org/doi.org/1051497/rflex.0000>, 2021b.
- Cunha, M. P. Rego, A.Cunha, R.C. & Cardoso, C. Manual de comportamento organizacional. Lisboa: Editora RH, 2003.
- Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico da Universidade Mandume Ya Ndemufayo. . Decreto n.o 285/21 de 2 de Dezembro. Luanda: Angola.
- Decreto Presidencial que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior. Decreto n.o 90/09 de 15 de Dezembro. Luanda: Angola.
- Gonçalves, L. F.P. e Canepa, R. R. Jogos de poderes juvenis numa associação de estudantes em Angola. *Brazilian Journal of Development*, 7(12), 121632–121645, 2021.
- Hengemuhle, A. *Gestão de ensino e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Lei no 17/16 de 7 de Outubro. Luanda: Assembleia Nacional.
- Lück, H. A dimensão participativa da gestão escolar. *Gestão em Jogue a rede*. Revista Brasília,. Brasília: Revista Brasília, 2000.
- Muhala, J. D. A gestão participativa como instrumento de melhoria da organização e gestão escolar: Caso da Escola Superior Politécnica de Ondjiva (ESPO) na Província do Cunene (Dissertação de Mestrado). Lisboa: ISCE, 2014.
- Nóvoa, A. *Para uma análise das instituições escolares*. Lisboa: D. Quixote, 1995.
- Paro, V. *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. São Paulo: Ática, 2007.
- Tito, I. B. *Contributos do Administrador e Gestor Escolar para a Qualidade da Gestão e Administração das Escolas de Formação de Professores do Kuanza Sul no Sumbe, Porto Amboím e Waco Kungo* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: ISCE, 2011.

CAPÍTULO 02

CURSO DE DIREITO E TEMÁTICA AMBIENTAL: ENFOQUE DADO À SUSTENTABILIDADE

Elenice Cristina da Rocha

Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí -UNIVALI –Santa Catarina; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Professora da Rede Estadual de Ensino de Rondônia; Vice Diretora Faculdades Associadas de Ariquemes – FAAR

E-mail: elenice@faar.edu.br

Valdenice Henrique da Cunha

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Prof^a. Das Faculdades Associadas de Ariquemes – FAAR

E-mail: valdenice@faar.edu.br

Marilândia Martins de Almeida Machado

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR ; professora do Instituto Federal de Rondônia

E-mail: marilandia.machado@ifro.edu.br

David Alves Moreira

Doutor em Direito. Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Coordenador do Curso de Bacharel em Direito do IESUR/FAAR

E-mail: davidmoreiraadv@hotmail.com

Clarides Henrich de Barbara

Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Professor Associado da Unir

E-mail: unir.clarides@unir.br

Resumo: Assuntos relacionados a mudanças climáticas, ambiente e sustentabilidade têm se tornado recorrente no atual contexto, ao mesmo tempo em que se busca a atenção tanto de lideranças governamentais, empresariais, educacionais, científicas e da população em geral. Na educação superior estas questões são discutidas com mais intensidade a partir dos anos 1990, com a publicação das novas legislações educacionais e ambientais. Neste foco, as comissões avaliadoras do Ministério de Educação e Cultura - MEC em visita as instituições, circundam as reivindicações, considerando a transversalidade do tema. Assim, indaga-se se é possível aliar os assuntos relacionados à Sustentabilidade Ambiental, no curso de Bacharel em Direito do Instituto de Ensino Superior de Rondônia – IESUR, no município de Ariquemes. Para tanto, partiu-se da leitura e análise do PPP para conhecer a proposta curricular do referido curso. O objeto de pesquisa está inserido no eixo Políticas Públicas, Projetos e Ações. Os resultados apontam para uma proposta curricular que atende as demandas da região, por apresentar conteúdos que propiciam a execução da transversalidade e ao mesmo tempo, caminha para um currículo ambientalizado.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental; Currículo; Transversalidade e

ambientalização.

Abstract: Issues related to climate change, environment and sustainability have become recurrent in the current context, While at the same time seeking the attention of government leaders, business leaders, educators, scientists and the population in general. In higher education these issues have been discussed more intensively since the 1990s with the publication of new educational and environmental legislation. In this focus, the evaluation commissions of the Ministry of Education and Culture - MEC visiting the institutions, surround the demands, considering the transversality of the theme. Thus, it is questioned if it is possible to combine the subjects related to Environmental Sustainability, in the course of Bachelor of Laws of the Higher Education Institute of Rondônia - IESUR, in the municipality of Ariquemes. To do so, we started reading and analyzing the PPP to know the curricular proposal of that course. The research object is inserted in the Public Policies, Projects and Actions axis. The results point to a curricular proposal that meets the demands of the region, for presenting contents that facilitate the execution of transversality and, at the same time, moves towards an environmental curriculum.

Keywords: Environmental Sustainability; Curriculum; Transversality and environment.

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala de sustentabilidade, tem-se uma vasta variação do termo, podendo a mesma ser de cunho financeiro, empresarial e/ou ambiental. Todavia, todos os conceitos são os mesmos: Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. No caso aqui especificamente, iremos falar sobre a ambiental, que consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável, buscando a aquisição de medidas que sejam realistas para os setores das atividades humanas.

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre como este assunto tão pertinente em nossos dias está inserido e discutido no curso de Bacharel em Direito do Instituto de Ensino Superior de Rondônia – IESUR, já que o mesmo está localizado na Região Amazônica, local onde há um índice enorme de degradação ambiental.

Na educação superior as questões ligadas à sustentabilidade ambiental iniciaram suas discussões com mais intensidade a partir de 1990, com a publicação e exigência das novas legislações educacionais e ambientais. Neste foco, as comissões do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que visitam as instituições educacionais para autorização de cursos de graduação circundam as exigências, ao considerar a transversalidade do tema.

Em se tratando da perspectiva integradora, registra-se o caso dos famosos Temas Transversais, impregnados nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, principalmente, os relacionados ao Meio Ambiente. De acordo com a política ambiental, Lei nº 9.795/99 e Decreto nº 4.281/02, o tema “Meio Ambiente” deve ser tratado de forma transversal, contínua e permanente ao longo do curso.

Portanto, a ideia aqui é averiguar, qual a proposta pedagógica utilizada pelo referido curso, no que tange aos assuntos relacionados à sustentabilidade ambiental. Se a proposta pedagógica engloba o assunto, elencando-o em disciplinas específicas ou em optativas.

A metodologia utilizada teve abordagem qualitativa e do tipo descritiva apoiada em Ludke e André (2013), com análise do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Direito (2015 a 2017).

1.1 CURSO DE BACHAREL EM DIREITO DO IESUR: INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO DO ALTO DO JAMARI

O Instituto de Ensino Superior de Rondônia – IESUR, foi credenciado no MEC no ano 2000, tendo como mantenedora a FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL CRISTÃ DE ARIQUEMES – FAECA. Entre outros benefícios para a região onde está localizado, o de mais visibilidade está na oportunidade dada ao público jovem de prosseguir os estudos em nível superior, com qualidade, melhorando, com isso, a vida da população de Ariquemes e do Estado de Rondônia, com a geração das alternativas para a produção diversificada, ao longo desses 15 anos, inclusive. *Neste processo de desenvolvimento continua se consolidando o objetivo de fixar o homem rondoniense e integrá-lo ao ambiente físico-cultural.* (PPP, p. 7, 2015)

O IESUR tem como “Missão Institucional”, servir a comunidade, promovendo o conhecimento e empregando ações que produzam,

O desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural de Ariquemes e região, buscando contribuir sempre para o bem-estar da sociedade de modo a participar no esforço pela melhoria da qualidade de vida, defendendo a expressão e o cumprimento da verdade (PPP, 2015, p. 7).

De acordo com o PPP do curso de Bacharel em Direito, o IESUR é a única faculdade que oferece o referido curso num raio de 200 quilômetros:

Em Rondônia, o curso de Direito é oferecido em Vilhena na AVEC e FECAVE, em Rolim de Moura na Faculdade FAROL, em Cacoal na Universidade Federal de Rondônia - UNIR e UNESC, em Ji-paraná na ULBRA, em Porto Velho na FARO, FATEC, UNIRON, São Lucas, ULBRA e Universidade Federal de Rondônia- UNIR, todos distantes mais de 100 quilômetros da sede do IESUR. Em Ariquemes, o curso de Direito somente é ofertado no IESUR/FAAr (PPP, 2015, p. 9).

Neste sentido, justifica-se a necessidade do Município de Ariquemes ter uma quantidade mais significativa de profissionais da área jurídica, para atender as demandas pertinentes a sua área de atuação, melhoria das condições de vida e dos direitos dos cidadãos, bem como o compromisso com desenvolvimento econômico e socioambiental da Região. Portanto, o curso de Direito do IESUR,

Pretende prosseguir para contribuir com a população disponibilizando profissionais competentes, humanistas, críticos e reflexivos, sensibilizados aos problemas da população, capacitados a propor soluções e que verdadeiramente contribuam com a nossa população de forma ampla e efetiva. (PPP, 2015, p. 10).

Tanto na esfera econômica quanto na educacional, existe o grande desafio no que tange a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Isso, em função das mudanças e transformações ocasionadas pela globalização da economia, os avanços tecnológicos, as novas relações de emprego e concepções culturais e sociais.

É importante salientar que a proposta do curso de Direito desta IES, foi elaborada para ser uma ferramenta para a ação política, em sintonia com o modelo de educação que atenda as demandas emergentes, fundamentada nas novas tecnologias e metodologias, para proporcionar eficiência no desenvolvimento pessoal do alunado, bem como na sua formação para o exercício profissional e da cidadania.

Quanto à pesquisa, seu objetivo está voltado para o estudo do Direito Público Contemporâneo. A definição deste Direito está alinhada aos 7 Direitos Fundamentais, a Sustentabilidade Ambiental e a Sociedade Contemporânea, que se fundamentam nos pilares de sustentação do Estado de Direito, originado assim, duas linhas de pesquisa: Direito Ambiental e Sustentabilidade e Direitos Humanos e suas dimensões.

As atividades de pesquisa são desenvolvidas pelo NUPES - Núcleo de Pesquisas Científicas, criado para por em prática o projeto de pesquisa institucional do referido curso. De acordo com o PPP de Direito, os Núcleos de Pesquisa – NUPES,

Desenvolvem o espírito científico e o pensamento reflexivo por meio do trabalho de pesquisa e investigação científica, com a inserção dos eixos de pesquisa nas matrizes curriculares, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura, incorporando atividades complementares em relação ao eixo fundamental do currículo (PPP, 2015, P. 29)

As atividades e chamadas públicas, são realizadas por meio eletrônico: <eletrônico:<http://www.faar.edu.br/portal/arquivos/arquivosnupes>>. Há um esforço por parte da IES no sentido de apoiar financeiramente como incentivo para que os docentes e discentes participem das atividades elaboradas por meio do NUPES.

Há exemplo de atividades realizadas pelo curso no que tange a questões ambientais, cita-se as ações desenvolvidas no ano de 2013, juntamente com o Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos – UniMSB e o Centro Universitário de Barra

Mansa – UBM. Os temas trabalhados foram os seguintes: I - “Sustentabilidade Econômica e o Desenvolvimento Socioeconômico e Empresarial Latino Americano”; II - “Como enfrentar as dificuldades na identificação de grupos identitários de latinos americanos na microrregião leste de Rondônia; Pesquisa sobre “Licenciamento ambiental” - Elemento Imperceptível na Qualidade da Marca dos Postos de Revendas de Combustíveis; “Relatório de Percepções e Impressões” das dificuldades enfrentadas nas Pesquisas Empíricas em Direitos Humanos - Análise das dificuldades no reconhecimento dos direitos de “grupo identitário”, com dificuldade em se expressarem na língua oficial do país e tendo saberes e de fazeres diversos do perfil “socialmente padronizado”.

Outro empreendimento deste curso é a criação e produção da Revista Científica Eletrônica AREL –

“Amazon's Research and Environmental Law” com o registro do ISSN 2317-8442, além da indexação da Revista no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e no portal Diadorim (azul), ambos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A Revista AREL FAAr – AMAZON'S RESEARCH AND ENVIRONMENTAL LAW (PPP, 2015, p. 30)

Esta revista é desenvolvida quadrimestralmente e tem como finalidade a promoção e o refinamento dos estudos e especificamente nas linhas de pesquisas da área do Direito. Com isso, o IESUR cumpre um de seus compromissos para com a comunidade, a formação profissional, onde o egresso terá condições de desenvolver os valores éticos, defendendo os direitos humanos e o uso sustentável das riquezas naturais, além da competência técnica.

2. TRANSVERSALIDADE: CONSTRUINDO UM CURRÍCULO FLEXÍVEL CONSIDERANDO A DIVERSIDADE REGIONAL

O conceito de currículo expressa a visão de mundo e de homem, trazido por vários autores no decorrer da construção do processo histórico. Assim, a busca do conhecimento passa a ser centrada a partir do indivíduo, natureza e racionalidade matemática, para a explicação das coisas, com a difusão do humanismo acontece a centralização política do estado e o pensamento religioso dominante é abalado pelo conhecimento científico.

O currículo se torna a expressão formal das funções que desempenha um ponto de vista curricular. Sacristán (1998) entende que os currículos têm a finalidade de compreender a educação no processo educativo. Deve-se compreender que o currículo torna-se um veículo de ideologia e da intencionalidade no processo educacional, estando comprometido com algum tipo de poder voltado para a prática. Assim, o currículo não é um conceito, mas é uma construção cultural, uma realidade histórica e socialmente, que determina os procedimentos didáticos, administrativos na prática e na teoria.

Para Silva e Moreira (2002) o currículo traz em seu bojo, uma marca que é a sua identidade, visto que o mesmo atende uma determinada realidade. Assim, o currículo está a serviço da concepção ideológica, do discurso, da história e da representação social de uma nação.

Quanto à política educacional, um dos aspectos significativos desse cenário é a percepção de que a escola é um espaço de sociabilidade e convivência, nela concentram-se diferentes experiências sociais e culturais que refletem contraditórias formas de inserção grupal na história do país.

Neste viés, percebe-se a possibilidade de inserção do assunto sobre a EA no tripé das universidades, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão e a abertura do currículo para intercâmbios entre cursos, disciplinas e profissionais das diferentes áreas do saber. Silvério (2006), ainda questiona se as ações são iniciativas apenas de educadores sensíveis à diversidade cultural ou são assumidas como um eixo do currículo escolar, de propostas políticas pedagógicas das secretarias, e ministério de educação e se são legitimadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Com base em Gomes (2007), entende-se que o currículo é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade está presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e aprendizagens, ao discorrer sobre o assunto, ela destaca que não se pode deixar de enfatizar que homens e mulheres participem desta diversidade, enquanto espécie e sujeito sociocultural e a diversidade biológica é a variedade de seres vivos e ambientes em conjunto que se adaptam na biodiversidade.

No repensar deste currículo o autor considera impossível deixar de ampliar os diálogos sobre diversidade e ética. Reconhecer o aluno e professor como sujeitos de

direitos é também compreendê-los como sujeitos éticos. Para Chauí (1998), a ética exprime o modo como a cultura e sociedade definem valores sociais, não alheia ou indiferente à condição histórica, política, econômica e cultural da ação moral.

Apple (1979), fala de ideologia e currículo com a ênfase de que se não for levado a sério o envolvimento da educação com o mundo real das desigualdades e poder, a instituição educativa estará em um mundo dissociado da realidade. Dessa forma, pode-se entender que o ideal e o real nem sempre estão interligados em um processo de educação que busca a melhoria social.

No sentido transversal entende-se a importância de maior integração entre os envolvidos na aprendizagem, isto significa que a EA deve perpassar por todos os conteúdos e atividades curriculares. Ao aprofundar na abordagem curricular, buscase em Mendonza (2002) e Barba (2011), os fundamentos e características que devem ter um currículo ambientalizado. Os autores enfatizam o diálogo, a transdisciplinaridade e o processo como opções-chaves que originam o formato proposto, além das outras características previstas no diagrama da Rede de Ambientação Curricular no Ensino Superior (ACES), com foco na necessidade de adequação metodológica, espaços de reflexão e participação democrática, compromisso com a transformação de relações sociedade-natureza, complexidade e ordem disciplinar, flexibilidade e permeabilidade, contextualização do local-global-local e global-local-global, levar em conta o sujeito na construção do conhecimento, considerar os aspectos cognitivos, afetivos, ética e estética; coerência e reconstrução entre teoria e prática, orientação prospectiva de cenários alternativos que respeitem gerações futuras.

Os autores acima mencionados consideram que para avaliar o grau de ambientação de um currículo, faz-se necessário, análise do conjunto de enfoques que de forma simultânea e com reflexão profunda possam fazer a aproximação ao objeto de estudo. Neste caso, os itens que compõem as características do diagrama circular podem se inserir na construção do saber, no qual se insere o diagnóstico como processo contínuo, com espaços de diálogos entre diferentes enfoques à teoria, pensamento e ação como fundamentais para propostas de novos desafios, estabilidade e mudança. Este diagnóstico constitui uma forma de evitar o reducionismo na geração do conhecimento.

Com base no PPC, nota-se que a transversalidade ambiental no currículo de Direito foi considerada necessária a partir de reflexões contínuas dos profissionais da área com fundamentos relacionados à legislação ambiental e ainda na Res. nº2/2002, tendo em vista a problemática em que se vive o foco na realidade social e no perfil de um profissional que se pretende formar.

Quando se propõe para o acadêmico do Curso de Direito uma postura reflexiva e crítica, o conceito reflexivo coloca-o como protagonista nos processos de mudança e inovações. No entanto, o que se pretende não é a supervalorização do indivíduo, que pode acontecer neste processo de criticidade, acarretando certo individualismo, deseja-se então, um sujeito construtivo e que consiga viver colaborativamente.

Portanto, a flexibilização curricular deve ser entendida claramente nos seus porquês, nos conteúdos científicos e culturais, nos modos e caminhos de concretização, na subjetividade dos sujeitos que fazem parte do processo pedagógico nas diversas instâncias do currículo e na perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. (FAZENDA, 2008).

As práticas flexíveis e a inserção de temas transversais no currículo pleno, tais como, o Meio Ambiente tem sido uma preocupação contínua de educadores e povos rondonienses como um todo, e a partir de 2014, o curso de Direito do IESUR tem procurado discutir essa temática em todos os conteúdos curriculares, quer por meio de disciplinas fundamentais, profissionalizantes, optativas ou atividades complementares.

Neste sentido, o curso de Direito do IESUR tem como objetivo:

Promover aos acadêmicos uma educação ambiental com prática educativa integrada, interdisciplinar em todos os períodos de ensino, com diálogos contínuos no contexto educacional e inserção dos assuntos que se relacionam a “Rondônia no Contexto das Mudanças Climáticas”. Ainda se desenvolvem projetos, seminários, palestras de visão inter e multidisciplinar com abrangência global. E interligada a esta temática existem projetos que vão além das práticas de ensino e trabalhos e se inserem em diagnósticos, relatos, artigos, banners e outros instrumentos de ensino, pesquisa e iniciação científica (PPP, 2015, p. 47).

Nesta vertente curricular inserem-se as ações de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial, a fim de atender os requisitos de responsabilidade legais e normativos, a IES por meio da Direção Acadêmica e Pedagógica, encaminhou e discutiu com docentes do curso de Direito e demais cursos

o Parecer do CNE/CP nº: 9 8/2012, a Resolução 1/2012, que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Resolução 1/2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e demais legislações vigentes.

Neste sentido, o curso de Direito com esta visão tem a intenção de promover, a educação para a mudança, a transformação social e fundamenta-se em princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental. (Parecer CNE/CP nº 9 8/2012).

Ainda neste foco, o curso realiza seminários para todos os alunos com tema Direitos Humanos, como exemplo o SEMINÁRIO ETNOAMBIENTAL: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas para toda a comunidade acadêmica da instituição com a parceria da KANINDÉ - Associação de Defesa Etnoambiental para atender ao tema das relações étnico-raciais e formação humanística dos acadêmicos do IESUR.

A KANINDÉ, a partir desta parceria, promove curso de capacitação para o corpo docente e discente sobre as Políticas Nacionais de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas*, Direitos da Mulher Indígena, e ainda, visitas técnicas às aldeias indígenas e seminários. Este projeto também é importante como contribuição para o processo de humanização, integração dos acadêmicos nas questões étnicas e ambientais do nosso Estado.

Ainda, o IESUR, por meio de ações colegiadas, coordenações de ensino, pesquisa e extensão, oportunizou os acadêmicos de todos os cursos a participarem do grupo de pesquisa Preservação Ambiental e Cultural em Terras Indígenas.

Os acadêmicos e professores do IESUR têm se preocupado com convênios de parcerias para aulas de campo, visitas técnicas e discussões que se inserem no patrimônio cultural não apenas de Ariquemes, mas também no entorno e Capital Rondoniense, desta forma cita-se: Museu Rondon em Ariquemes, Locomotiva Maria Fumaça / Estação de Ferro Madeira Mamoré, Caixa D'água Três Maria e o Museu em Porto Velho.

* PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas.

Portanto, a inclusão de temas contemporâneos e transversais no currículo tem sido uma preocupação deste curso e de toda a comunidade acadêmica do IESUR. Neste sentido, as concepções do curso estão fundamentadas não a um currículo mínimo, pois a Portaria deixa clara a ideia de que o curso não é apenas um conjunto de disciplinas, mas um conjunto de conteúdos e atividades interdisciplinares, que se desenvolvem através de integração e participação sócio interativa, na construção do conhecimento entre docentes e discentes, e nas ações sociais.

3. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR – CONSTRUINDO AS BASES PARA A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR

No Curso de Direito do IESUR, os assuntos relacionados ao Meio Ambiente e a Sustentabilidade foram distribuídos nos vários semestres e é integrada às disciplinas do Curso de modo transversal, contínuo e permanente e com enfoque localizado na disciplina Direito Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002).

Em se tratando das disciplinas de Antropologia e Direitos Humanos, as mesmas contemplam os conteúdos relacionados à Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004). Vejamos a seguir, algumas ementas que contemplam o estudo da sustentabilidade ambiental no curso de Direito:

- A vida humana e seus direitos. A cultura. O Conceito Tradicional de Bem no Direito Privado. Considerações sobre os aspectos ambientais no direito na disciplina de Introd. Ao Estudo do Direito.

- Desafios contemporâneos: o lugar do homem na sociedade. O homem como ser no mundo – os valores morais, a natureza, a linguagem e a cultura. Avaliação socioambiental das políticas de desenvolvimento. Avanços e tendências recentes na avaliação socioambiental. Dignidade humana, na disciplina de Filosofia Geral.

- Conceito de poder. Evolução histórica do pensamento político e econômico e socioambiental. Laicidade do Estado e os direitos humanos na disciplina de Introd. À C. Política e TGE.

- Os Direitos humanos e o Direito Ambiental como objeto da Filosofia, em Filosofia do Direito.

- Políticas públicas de manutenção da ordem e políticas sociais de direitos humanos. Um olhar antropológico sobre o Relativismo cultural ou universalização dos direitos humanos. Ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades. Transversalidade, vivência, globalidade e sustentabilidade socioambiental, na disciplina Antropologia.

- O fenômeno da globalização no processo de organização da sociedade e os direitos humanos. Sociologia do Meio Ambiente, teorias e perspectivas. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento, na disciplina de Sociologia Geral.

- Aspectos gerais. Sujeitos. Classificação geral das Obrigações. Efeitos das obrigações. Reparação do dano ambiental como obrigação *propter rem*. Da responsabilidade civil. Da responsabilidade ambiental. Desigualdades sociais, raciais, direitos e responsabilidade solidária, na disciplina de Direito Civil.

- Evolução histórica do Direito do Trabalho. Relação de trabalho e relação de emprego. Contrato individual de trabalho. Educação do trabalho e a sustentabilidade ambiental. Estatuto da Igualdade Racial na disciplina de Direito do Trabalho.

- Direito empresarial ambiental para a cidadania e sustentabilidade na disciplina de Direito Empresarial;

- Direito Processual e Direito Penal. Consumidor, educação ambiental e consumo sustentável. O estatuto do Fundo Brasil de Direitos Humanos na disciplina de Direito do Consumidor;

- Origem e conceito de Direito Ambiental; Princípios de Direito Ambiental; Direitos Materiais difusos; Política Nacional do Meio Ambiente; Engenharia Genética; Flora e aspectos de defesa; A fauna e sua tutela jurídica; Mineração e Soberania; Meios processuais de Defesa Ambiental. Garimpo Princípios Fundamentais dos Direitos Humanos. Responsabilidade solidária e resgate dos valores ético raciais na Amazônia, na disciplina de Direito Ambiental.

O curso traz em sua matriz curricular inúmeras disciplinas que possibilitam uma prática pedagógica que cumpre o que está previsto no PPP, quando insere assuntos relacionados ao contexto real da área do conhecimento da mesma, com aplicabilidade para a dimensão socioambiental. Com isso, pode-se afirmar que existe um indicativo para um currículo diversificado, sustentavelmente ambientalizado, sem perder o caráter pleno. Isso é essencial para o contexto onde esta IES está inserida, podendo

assim, contribuir para o progresso regional, considerando o compromisso social com a sustentabilidade ambiental.

4. PRESSUPOSTOS TEÓRICO/ METODOLÓGICO DA PESQUISA NO CURSO DE BACHAREL EM DIREITO DO IESUR

Pesquisa com abordagem qualitativa, tipo descritiva, apoiada em Ludke e André (2013), com análise do Projeto Pedagógico Curricular - PPC à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN do curso de Direito, bem como outros documentos administrativos. No primeiro momento, uma análise do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, constatando nos seus objetivos que a IES propõe trabalhar a EA como prática interdisciplinar contínua em todas as fases e etapas do ensino, verificou-se que no plano, o item 6.16 trata das Políticas de EA, conforme disposto na Lei N° 9.795/99, no Decreto N° 4.281/2002, na Resolução CNE/CP N° 2/2012 e no item 6.17 consta o Desenvolvimento Nacional Sustentável de acordo com o Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e a Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.

Analisou-se também, o relatório parcial da CPA 2016, que apresenta o resultado de uma pesquisa realizada por meio do Portal do Egresso on-line em relação ao grau de satisfação profissional e de formação, o curso atendeu às expectativas, 95% consideraram Bom e 5% Regular. Foi perguntado se o curso proporcionou formação ética, 73% responderam Bom, 18% Excelente e 9% Regular. Outra questão foi se os conteúdos das disciplinas deram base à prática profissional, 86% responderam Bom, 5%, Excelente e 9% Regular. Com relação a grade curricular e o programa desenvolvidos nas disciplinas, os alunos consideraram 77% Bom, 5% Excelente e 18% Regular (Relatório Parcial CPA 2016).

A metodologia utilizada para se trabalhar os conteúdos ambientais inseridos nas ementas do curso investigado perpassam por métodos dialógicos entre professor-professor e professor-aluno, práticas de laboratórios, atividades e projetos de pesquisa e extensão, dentre outros. Para tanto, fez-se uma amostragem com 15%, dos docentes que trabalham com disciplinas que oferecem leque para a discussão Temática Ambiental. Segue a seguir, a questão levantada: “Quais mecanismos você tem utilizado para aliar os assuntos relacionados à Dimensão Ambiental e Sustentabilidade aos conteúdos da sua disciplina, de acordo com os itens: Recursos

didáticos utilizados; Abordagem do conteúdo; Projetos Desenvolvidos; Percepção do interesse e participação do acadêmico; Outros”;

Entre os trabalhos desenvolvidos pelos docentes que responderam ao questionamento acima, vem sendo realizadas Visitas Técnicas em empresas que conseguiram aliar produtividade com preservação do meio ambiente. É o caso da abordagem dos conteúdos de “Segurança e Medicina do Trabalho” e “Direito Administrativo do Trabalho” onde são inseridos estudos sobre meio ambiente do trabalho fazendo uma ponte com a proposta da matriz curricular.

Os acadêmicos aproveitam bastante à visita técnica e passam a entender que é possível produzir, mantendo a integridade física dos empregados e preservando o meio ambiente. Essas Visitas são utilizadas como instrumentos pedagógicos de abordagem dos conteúdos mencionados possibilitam ainda que os acadêmicos conheçam alguns setores produtivos da nossa região, que são destaques nacionais e que muitos nunca tiveram oportunidade de ver de perto seu desenvolvimento, produção e escoamento.

Apesar de não haver projetos específicos de alguma disciplina, os docentes que responderam a questão, tem fomentado a importância do profissional da área jurídica, equipar-se de conhecimento e postura diferenciada, capaz de transformar a sociedade em seu entorno.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BARBA, Clarides Henrich. *Ambientalização curricular no ensino superior: O caso da Universidade Federal de Rondônia, Câmpus de Porto Velho*. (2011) Disp. em: <http://portal.fclar.unesp.br/poseduesc/teses/Clarides_Henrich_Barba.pdf> acesso 06 de jun de 2017;

BRASIL, *Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

_____, Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. *Resolução nº 1, de 17 de jun. de 2004*.

_____, *Decreto Nº 7.746, de 05/06/2012*, regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

_____, *Lei 11.645, de 10 de marco de 2008*. Disponível em: Acesso em: 2017-06-14

_____, Ministério do Meio Ambiente. *Instrução Normativa Nº 10, de 12 de novembro de 2012*. Publicada no D.O.U.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: *dispõe sobre a educação ambiental*, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 28 de abril de 1999.

_____, Ministério da Educação. *Parecer Nº 9 de 8\12, Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno*. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012

_____, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<portal.mec.gov.br>> acesso: 06 de jul. de 2017.

_____, *Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012* - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em <<portal.mec.gov.br>> Acesso em 06 de jul de 2017.

_____, *Resolução nº 2, de 15 de junho de 2002 (*)* Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <<portal.mec.gov.br>> Acesso em 06 de jul de 2017.

_____, *Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.(*)* Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em <<portal.mec.gov.br>> Acesso em 06 de jul de 2017.

CHAUI, M. *Convite a Filosofia*. São Paulo: Ática, 1998.

FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Nilma Lima. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, SEB, 2007.

IESUR. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI*, quinquênio 2014 a 2018;

_____, *Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharel em Direito*, 2015.

_____, *Relatório da Comissão Própria de Avaliação – CPA*, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MENDONZA, L. *As 10 características de um diagrama circular*. Rede ACES, 2002

SACRISTÁN, Gimeno José. *Aproximação ao conceito de currículo*. In: *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. Moreira, Antônio Flavio (Orgs). *Currículo, Cultura e Sociedade*. Art. A política do conhecimento oficial: *Faz sentido a ideia de um currículo nacional!* Michael W. Apple. Redação de Maria Aparecida Baptista – 7 ed. São Paulo, Cortez, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Luta política pelo direito à diversidade*. Brasília: MEC, 2006.

CAPÍTULO 03

A AUSÊNCIA DE UMA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PARA OS INDÍGENAS BRASILEIROS: UMA OFENSA AOS DIREITOS À VERDADE E A MEMÓRIA

Walter Gustavo da Silva Lemos

Doutor em Direitos Fundamentais pela Unesa – RJ/Brasil.

E-mail: wgustavolemos@gmail.com

Resumo: O estudo tem o intuito de analisar o instituto da Justiça de transição, como meio de retomada do regime democrático por Estados saindo de regimes de violações contra os Direitos humanos e a própria democracia. Os Estados devem proceder, nesta transição, políticas para permitir que o regime democrático se estabeleça de forma geral e ampla, sendo um direito da sociedade e dos próprios ofendidos o conhecimento da verdade das violações ocorridas e a promoção da memória dos atos realizados. Assim, o estudo da transição brasileira, de um regime violador e ofensor de direitos para uma democracia, preocupa-se as ofensas aos indígenas durante aquele período, não estabelecendo uma política efetiva e condizente de transição necessário.

Palavras-chave: Justiça de transição; Violações contra indígenas brasileiros; Direito à verdade e a memória; Ausência de transição.

Abstract: The study aims to analyze the Transitional Justice Institute as a means of reinstatement of the democratic regime by states emerging from regimes of violations against human rights and democracy itself. States must make policies in this transition to allow the democratic regime to be established generally and broadly, and it is the right of society and the offended themselves to know the truth of the violations that have taken place and to promote the memory of the acts performed. Thus, the study of the Brazilian transition from a regime that violates and offends rights to a democracy is concerned with the offenses against the indigenous during that period, not establishing an effective and consistent policy of necessary transition.

Keywords: Transitional justice; Violations against Brazilian Indians; Right to truth and memory; Lack of transition

1. INTRODUÇÃO

Terminado um regime que se estabeleceu sob a égide de guerras, guerras civis, graves agressões e violações aos Direitos Humanos em certo Estado, é premente a promoção da paz, da democracia e da adoção de meios de reconciliação, entendimento e punição dos indivíduos que promoveram tal regime, sendo ao Estado obrigado a restabelecer as condições para a permitir a plenitude Estado Democrática de Direito no seio daquela sociedade. Assim, é necessário que se realizem uma série de ações para se estabelecer no meio da sociedade o espírito de democracia e coesão, com a adoção de medidas para resolver as fissuras existentes, de forma a repará-las e superá-las na construção desta nova concepção, sendo o Estado responsável por esta atuação, mesmo que anteriormente fosse o agente de promoção destas ofensas.

É neste sentido que se delineia a perspectiva transicional, na atuação de todos os entes sociais envolvidos para a promoção das mudanças necessárias para a reconstrução daquela sociedade, por meio de uma série de ações com o intuito de se retirar do Estado e das construções sociais as noções de possibilidade de novas ofensas ou de propagação deste pensamento. A partir das condutas realizadas no pós-conflito, torna-se necessárias estas ações para a busca de uma solução de superação, reconstrução, compreensão e reconciliação social após as violações, ao se estabelecer um pensamento restaurativo de transição. Este pensamento não é pontual, sendo utilizado como meio transicional após vários conflitos, como ex-Iugoslávia, da Europa Oriental, os casos de Ruanda, África do Sul, entre outros, bem como em alguns países da América Latina.

Assim, vários teóricos descrevem a necessidade desta transição, sendo que o posicionamento de M. Cherif Bassiouni*, que indicou como deveria se dar estes processos* de justiça pós-conflito, conceito por ele descrito, a fim de apontar meios para que os sujeitos internacionais saídos deste tipo de conflito aplicassem para as

* BASSIOUNI, M. Cherif. *The Chicago Principles on Post-Conflict Justice*. International Human Rights Law Institute, 2007.

* Estes conceitos de transição são denominados como Princípios de Chicago, visam a condução deste processo de justiça pós-conflito, para que o Estado saia da sua condição de violador dos Direitos humanos para um Estado de Direito, com a promoção uma nova construção social, de respeito e direito para todos.

suas reconstruções e repactuações sociais, de forma que estes princípios visam a condução deste processo de justiça pós-conflito.

No caso do Estado brasileiro e o seu período ditatorial (1964-1985), estabeleceu-se um regime de ofensas aos indígenas brasileiros, que foram diretamente impactados pelas ações governamentais, que não respeitavam seus direitos de posse das terras que habitavam, o que acabou gerando uma série de conflitos, sendo relatado pela Comissão Nacional da Verdade*, a morte de mais de 8.350 indígenas de 10 etnias somente, nos dados que tiveram acesso, mas não se garantiu um processo de transição para estes indivíduos, de forma a promoverem os atos de justiça pós-conflito para a reconstrução, compreensão e restauração dos seus direitos que foram ofendidos pelos atos promovidos pelo Estado brasileiro. Assim, não se estabeleceu políticas para promover a verdade, a memória, a promoção dos direitos aos povos indígenas, como também não se indicou meios para punir as ofensas cometidas, o que importa em descrever que não houve efetivamente a promoção de uma justiça de transição para o índio brasileiro.

2. OBJETIVOS

Compreender as ofensas realizadas em face dos índios brasileiros durante o período da ditadura brasileira (1964-1985), para verificar se foram ou não realizadas ações governamentais descritas pelo Estado brasileiro para garantir a esta parte de sua população uma justiça de transição para o regime democrático, de forma a lhes garantir o direito a verdade, a memória, da promoção dos direitos aos povos indígenas, como também da indicação de que não se promoveu meios para punir as ofensas cometidas.

3. MÉTODOS E METODOLOGIAS

Este estudo se dará por via do método de abordagem dedutivo, usando do procedimento técnico de abordagem monográfico e comparativo, pautado em pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória, que conecte a compreensão de uma justiça de transição com as discussões sobre a restauração do regime democrático

* BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, Relatório final, Volume II, textos temáticos, 2014.

no Brasil e a falta de transição e a presença de seus elementos para os indígenas brasileiros.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Bassiouni* descreve a justiça de transição ou justiça pós-conflito, como medidas a serem tomadas pelo Estado e pela sociedade, que se encontravam em regimes de violações de direito humanos ou sob conflitos armados, para a promoção de processos de reconstrução e superação das ofensas perpetradas, restabelecendo o Estado democrático de Direito. Já a ONU acaba por descrever este mesmo conceito como

um conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades.*

Portanto, há de se realizar uma série de abordagens para retirar se retirar o Estado violador da situação de ofensor dos Direitos humanos e das normas fundamentais, de forma fazê-lo novamente garantir a amplitude destes direitos a todos, por via da democracia e da participação popular na construção do Estado do Direito, sendo nesta medida necessária a promoção de políticas e ações sociais e estatais que visem construção do Estado e de sua ordem jurídica, promovendo os meios para se superar as agressões promovidas, de forma que se “lança o delicado desafio de como romper com o passado autoritário e viabilizar o ritual de passagem à ordem democrática.*”

Assim, a Justiça de transição indica ações a serem desenvolvidas para superar as agressões realizadas, por punições nas esferas cíveis, criminais e administrativas

* BASSIOUNI, M. Cherif. *The Chicago Principles on Post-Conflict Justice*, 2007.

* ONU, The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. *Conselho de Segurança da ONU*, Report Secretary-General S/2004/616, 2004.

* PIOVESAN, Flavia. Direito internacional dos direitos humanos e a lei de anistia: o caso brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da FMP*. n. 4. Porto Alegre: FMP, 2007.

dos agentes estatais agressores, bem como ações sociais que permitam as vítimas e a sociedade conhecer as atrocidades, lembrando sempre destes acontecimentos para permitir a efetiva superação e reconciliação. Neste sentido, Japiassú e Miguens* aponta que se dever “oferecer instrumentos que possibilitam a emergência da descrição do passado violento (...) faz-se possível o estabelecimento de um novo governo que não repita os abusos pretéritos como resultado das revelações alcançadas.”

Assim, são empreendidas iniciativas por meios de ações internacionais, regionais ou nacionais para que se dirija o Estado como um local das agressões ou conflitos até a sua democratização, por via de políticas públicas, reformas legislativas e o funcionamento do Judiciário, na busca da implementação do Estado de Direito e o alcance a todos do povo desta realidade democrática. O papel do próprio Estado é bastante importante neste período, quer seja a sua atuação em justiça de transição uma escolha própria, quer se dê por via de atuação em decorrência de imposição ou pressão internacional, já que os próprios elementos estatais vão passar a promover a políticas e instrumentos a serem utilizados na promoção dos atos necessários de reconstrução e superação das violações perpetradas, que devem alcançar a todos os membros de sua sociedade, não podendo se deixar de lado parte do Estado, já se busca a realização de um plano de futuro, onde a comunidade humana que vive sobre este território e outros sujeitos internacionais devem promover as ações necessárias para a formação de uma consciência nacional, regional e universal*, onde se impere os valores humanitários e que se impeçam novas violações de direitos humanos.

4.2 DO DIREITO À VERDADE

É necessário que quem passou por uma ofensa ao seu direito tenha o conhecimento do que ocorreu, sendo que os Estados devem promover os meios necessários para que se apure a verdade dos acontecimentos durante o período de violações ou ofensas aos Direitos humanos. Esta preocupação não decorre da

* JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; MIGUENS, Marcela Siqueira. Justiça de Transição: uma aplicação dos Princípios de Chicago à realidade brasileira. *Revista eletrônica de direito penal - AIDP GB*, ano 1, vol. 1, nº 1, junho 2013.

* Conforme estabelece BATISTA, Vanessa Oliveira; BOITEUX, Luciana; HOLANDA, Cristina Buarque de. Justiça Transição e Direitos Humanos na América do Sul e na África do Sul. *Revista da OABRJ*, v. 25, n. 2, p. 55-75, 2010.

simples preocupação individual, mas para dar conhecimento a todos os indivíduos, a sociedade que estes fazem parte, ao próprio Estado e de toda a sociedade internacional dos acontecimentos.

O respeito à verdade é importante para permitir uma maior proximidade dos relatos descritos, já que possuem, como descrito por Bassiouni (2007, p. 54), “altos níveis de legitimidade local e geralmente são integradas na vida diária das vítimas, suas famílias, comunidades e da sociedade em geral”*. Neste mesmo sentido de busca pela verdade é que Torelly descreve

Lembrar ou esquecer, individual e/ou coletivamente, implica, portanto, em alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, uma vez que o que lembramos do passado é fundamental para que possamos refletir sobre quem somos no mundo e onde nos encontramos no tempo. Mais ainda: nossas lembranças configuram nossas percepções sobre o universo ao nosso redor e são determinantes para a orientação de nosso agir, pois a memória (bem como o esquecimento seletivo) contribuem para a formação de nossos juízos mesmo nos planos não-conscientes.*

Assim, estas práticas objetivam que o Estado, a sociedade e as demais instituições que participam da transição tenham conhecimento das informações do que ocorreu, das violações sofridas e das suas extensões, como um meio para iniciar do processo de reconciliação, como descrito por Torelly, de forma a permitir que sejam adotadas políticas das mais diversas que partam destas informações e sejam utilizadas para a promoção da aplicação das normas fundamentais.

E se busca a verdade de forma não padronizadas, mas que garantir o conhecimento das atrocidades e violações perpetradas e criar o entendimento de solidariedade social, o desenvolvimento de políticas públicas em face de tais atos, como também construções normativas que permitam alcançar a dignidade de tal povo*.

* BASSIOUNI, M. Cherif. *The Chicago Principles on Post-Conflict Justice*, 2007, p. 54.

* TORELLY, Marcelo D. *Justiça transicional, Memória Social e Senso comum Democrático: contextualização do caso brasileiro*. 2010, ps. 107-108.

* BASSIOUNI, M. Cherif. *The Chicago Principles on Post-Conflict Justice*, 2007.

4.3 DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

O Brasil, por ter passado por regime de agressões e ofensas aos direitos, promoveu o início de suas discussões de reparações e justiças de transições, sendo estas ações indicadas por meio da Constituição Federal ao indicar esta obrigação no seu art.8º das ADCT's, onde se descreveu o reconhecimento das incorreções realizadas no período ditatorial e a necessidade de suas reparações, o que acabou por, como aplicação de uma justiça de transição, promulgar a Lei nº 9.140/95 onde se buscava a localização de restos mortais dos desaparecidos políticos, aberturas de arquivos, onde o Estado reconhecia a suas responsabilidades nestes atos. Tal fato importou diretamente na edição em 2001 da Lei nº 10.559, que se destinava a reconhecer àqueles que foram vítimas de torturas, desaparecimentos, prisões, demissões e exílio por razões políticas, promovendo indenização por tais fatos.

No arrimo desta política e na busca por tratar devidamente o Direito à Memória e à Verdade, como uma necessidade do Estado brasileiro na indicação de Comissão Nacional da Verdade, é que se publicou a Lei nº 12.528, de 2011, tendo “com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos praticadas no período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a fim de efetivar o direito à Memória e à Verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

E sob tais circunstâncias se instalou a Comissão Nacional da Verdade que tinha como objetivo promover o esclarecimento público das violações aos direitos humanos cometidas por agentes do Estado na repressão aos opositores da Ditadura Civil Militar, sendo esta uma forma de se estabelecer a Verdade e preservar a Memória, sendo que deveria a Comissão buscar a verdade, por via de depoimentos, oitivas, audiências públicas, fóruns de participação, seminários, reuniões ampliadas, entre outras ações e atividades culturais. Então, a Comissão tinha como intuito indicar um completo relato das causas, natureza e extensão das violações aos direitos humanos cometidas durante um período discriminado, para se permitir conhecer as vítimas destas ações estatais e os motivos e percepções das pessoas consideradas responsáveis, conduzindo, para isto, investigações e audiências, entre outros atos

* BRASIL. Lei nº 12.528, de novembro de 2011, que Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

necessários para se descrever um relato da realidade vivenciada no Estado brasileiro no período de sua ditadura, conhecendo a verdade sobre as ofensas realizadas. Neste sentido, a Comissão Nacional da Verdade relatou ao seu final, em 10 de dezembro de 2014, que o Estado brasileiro tinha como prática reticente o uso de detenções ilegais, torturas, violência sexual, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, tudo desenvolvido como uma política estatal contra a população civil, ocasionando 434 casos de mortes e desaparecimentos de pessoas sob a responsabilidade do Estado brasileiro durante o período analisado.*

4.4 DAS VIOLAÇÕES REALIZADAS PELO ESTADO BRASILEIRO EM FACE DE SEUS ÍNDIOS

Com a Comissão da Verdade criada foi possível se conhecer as violências ocorridas no passado e, simultaneamente, ser o ponto de partida para que outras medidas essenciais da justiça de transição fossem estabelecidas, como a promoção da memória e a compreensão do tempo passado. E neste relato realizado, foi possível conhecer que a Comissão acabou identificando que um número bastante significativo de indígenas foram mortos pela implementação das políticas estatais, como se vê neste trecho do Relatório final, no seu volume II:

Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas.*

Portanto, o Estado brasileiro descreveu políticas que importaram diretamente na dizimação de certos povos indígenas, já que suas terras e culturas não eram consideradas e impediam a política de desenvolvimento do governo*. Assim, estabeleceu-se uma série de políticas de impacto direto aos povos indígenas,

* WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: Conquistas e Desafios. Projeto História, São Paulo, nº 50, ago. 2014, p. 86-137.

* BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, Relatório final, Volume II, textos temáticos, 2014, p. 205.

* WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: Conquistas e Desafios.

causando as mortes acima indicadas, que foram identificadas somente em 10 povos diferentes, mas que importam na necessidade de continuidade da apuração da verdade destas questões, já que a quantidade de povos indígenas no país é muito maior e grande é a possibilidade de outras comunidades também serem atingidas pelas mesmas ofensas, tanto que a própria Comissão Nacional da Verdade apresentou como indicativo a necessidade de “Instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, exclusiva para o estudo das graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas, visando aprofundar os casos não detalhados no presente estudo”*.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como consequência da instalação da Comissão Nacional da Verdade, apurou-se as atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro em suas ações contra quem se opunha ao seu governo. Das discussões tratadas, importante descrever que o estudo aqui estabelecido se dá a partir das recomendações do volume II de tal relatório, ao indicar a existência de 8.350 mortes de indígenas de 10 povos diferentes durante o período da Ditadura (1964-1985), o que importou na Comissão recomendar na instalação de uma comissão própria para este tipo de investigação, para o fortalecimento da questão indígena e a entabulação de processos de reparação e a busca pela apuração da verdade das atrocidades direcionadas para aquela população*.

Como em todos os outros casos, não houve dentro do processo transicional brasileiro abordagens diretas e específicas para as populações indígenas, como foram realizadas de forma geral para entender as atrocidades cometidas contra a oposição ao governo, embora o relatório temático da Comissão indicasse esta necessidade de uma justiça transicional específica.

A Comissão Nacional da Verdade acabou chegando a estas discussões da questão indígena de forma transversal, o que não lhe permitiu a apuração detalhada e apropriada, acabando por indicar uma Comissão própria estas apurações aprofundadas sobre a questão indígena. Mas se estabeleceu este tipo de

* BRASIL. Comissão Nacional da verdade, 2014, p. 253.
* BRASIL. Comissão Nacional da verdade, 2014.

recomendação no relatório da Comissão e não se implementou ou desenvolveu ação no sentido de apuração futura, de forma a não se adotar medidas próprias para um processo de busca da verdade, que pudesse apurar ainda mais corretamente o número de mortes e se ter conhecimento de todas as suas causas e consequências, na busca por conhecer a verdade sobre o que ocorreu com os povos indígenas durante o período totalitário.

Caso as violações aos Direitos humanos ocorridas não sejam conhecidas, não se tem condições de compreender os valores democráticos e humanos na forma de uma identidade nacional, não sendo possível reconstruir a verdade histórica corretamente, negando a estes povos a verdade e a memória, bem como possibilitando que novos episódios como estes ocorressem, importando na necessidade de se reformar e alterar as suas ações, promovendo um novo tipo de política a se relaciona com estes povos. Ou seja, o Estado continua atuando de forma a não apurar a verdade e da memória dos indígenas mortos durante aquele período, acabando por promover a invisibilidade, atuou anteriormente se lançando sobre as terras ocupadas por indígenas, que ainda não eram demarcadas, para promover com estas destinações diversas.

Todos estes atos importavam diretamente na ofensa aos próprios índios, seus territórios, suas culturas e ancestralidades, já que acabaram por promover uma atuação violenta e negativa de seus direitos, como também pelo próprio Estado ter abafados tais atos, promovendo políticas de esquecimento e encobrimento de atos tão nefastos contra toda uma população que é disformemente estabelecida e culturalmente diversa. Martins asseverou que “a negação da reparação aos povos indígenas por parte do Estado brasileiro se dá pelo engavetamento das recomendações da CNV, o sucamento da Funai, a paralisação dos processos de demarcação de terras (...) e a retirada de direitos (...)”*

Negou-se, portanto, a plenitude a tais povos do acesso à verdade e memória sobre os fatos ocorridos em tal período da história nacional, importando em ofensa direta de seus direitos imateriais e imemoriais.

Portanto, é um direito de todo indígena brasileiro e de todos os seres humanos o conhecimento dos atos realizados pelo governo no período de nossa Ditadura

* MARTINS, Fábio do Espírito Santo. As sociedades indígenas e a Comissão Nacional da Verdade, 2018, ps. 416.

militar, a fim de se permitir a identificação da verdade, a busca pela memória, como também de outras políticas para estes povos e estas recomendações são claras e foram enviadas para o governo federal para o desenvolvimento de políticas estatais específicas para este grupo, que nada fez, importando em uma nova violação pelo Estado brasileiro aos Direitos humanos, já que o não conhecimento das atrocidades cometidas contra parte de seu povo importaria na negativa da história, do conhecimento de seus fatos e da busca pela memória aos que foram diretamente e indiretamente atingidos pelos atos governamentais, impedindo a correta promoção de restauração da paz, a construção de uma forte vinculação social e da reconciliação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, há de se perceber que os números já apurados são alarmantes e podem ser bem maiores, já que hoje temos 305 povos indígenas reconhecidos, sendo que à época poderíamos ter números ainda mais significativos, de forma que a apuração dos fatos é imperativa e importante para a construção da superação das violações promovidas. E é de se ver que o Estado brasileiro não garantiu uma efetiva justiça de transição para os indígenas brasileiros, podendo se falar, inclusive, em uma ausência de transição referente às ofensas promovidas contra esta população, o que importa em verdadeira ofensa os seus direitos humanos, ao não lhes garantir o direito à verdade e a memória pelos atos governamentais promovidos em face destas populações durante o nosso passado totalitário.

É de se ver que os direitos ora indicados não foram devidamente concedidos aos indígenas brasileiros, importando em uma justiça de transição incompleta, ante a não preocupação com as questões relacionadas a sua memória e verdade, o que importa na necessidade de garantir a plenitude de tal transição com a realização de atos que permitam o conhecimento real dos fatos ocorridos naquele período.

REFERÊNCIAS

BASSIOUNI, M. Cherif. *The Chicago Principles on Post-Conflict Justice*. International Human Rights Law Institute, 2007.

BATISTA, Vanessa Oliveira; BOITEUX, Luciana; HOLANDA, Cristina Buarque de. Justiça de Transição e Direitos Humanos na América do Sul e na África do Sul. *Revista da OABRJ*, v. 25, n. 2, p. 55-75, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.528, de novembro de 2011, que Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://bit.do/fhocE>. Acesso nov. 2019.

_____. Comissão Nacional da Verdade, Relatório final, Volume II, textos temáticos, 2014. Disponível em: <http://bit.do/fhnLi>. Acesso nov. 2019.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; MIGUENS, Marcela Siqueira. Justiça de Transição: uma aplicação dos Princípios de Chicago à realidade brasileira. *Revista eletrônica de direito penal - AIDP GB*, ano 1, vol. 1, nº 1, junho 2013.

MARTINS, Fábio do Espírito Santo. As sociedades indígenas e a Comissão Nacional da Verdade. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 386-419, jul./dez. 2018.

ONU, The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. *Conselho de Segurança da ONU*, Report Secretary-General S/2004/616, 2004.

TORELLY, Marcelo D. Justiça transicional, Memória Social e Senso comum Democrático: contextualização do caso brasileiro. In: *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. -- Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 104/123.

WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: Conquistas e Desafios. *Projeto História*, São Paulo, nº 50, ago. 2014, p. 86-137.

CAPÍTULO 04

IMPACTOS DE VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NO DESEMPENHO DA MARGEM EBITIDA DE EMPRESAS DE VAREJO LISTADAS NA B3

José Aparecido Moura Aranha

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

E-mail: jaranha@terra.com.br; jose.moura@ufms.br

Resumo: A crise na economia brasileira teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado a partir de 2015 ainda sentido até o final de 2018. Esse cenário leva à questão de pesquisa: qual o desempenho da Margem EBITIDA de companhias do seguimento de consumo listadas na BOLSA, BRASIL, BALCÃO - B3 no cenário macroeconômicas no período de 2011 a 2015? Portanto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar se o desempenho da Margem EBITIDA de companhias do seguimento de consumo listadas na B3 foi impactado pelo comportamento das variáveis macroeconômicas PIB, renda média e taxa SELIC no período de 2011 a 2015. O período considerado antecede anos de início e durante a crise da economia brasileiras o que pode ser significativo nos resultados dos testes estatísticos. A pesquisa quanto a sua finalidade é uma pesquisa aplicada, quanto a sua abordagem classifica-se como quantitativa, quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa descritiva e, quanto aos procedimentos utilizou-se de pesquisa bibliográfica, coleta de dados e para a análise estatística foi utilizado o software “Stata” versão 13 para realizar a técnica estatística de regressão para dados em painel. Os resultados demonstraram que as variáveis macroeconômicas não apresentaram efeito significativo no desempenho da Margem EBITIDA das empresas pesquisadas.

Palavras-chave: Crise econômica; desempenho econômico; EBITDA; LAJIDA.

1. INTRODUÇÃO

A crise na economia do Brasil teve como princípio uma série de choques de demanda e oferta, ocasionados por erros de políticas públicas que diminuíram a capacidade de crescimento da economia brasileira e produziram um custo fiscal elevado. A taxa de crescimento do produto potencial da economia brasileira saiu da faixa de 4% ao ano para menos de 2% ao ano. Ao mesmo tempo, o setor público brasileiro abandona um superávit primário de 2,2% em 2012 para um déficit primário de 2,7% em 2016. Devido à ausência de capacidade financeira do governo reduziu-se diversos investimentos da economia brasileira com início em 2015, com a forte contração do investimento da Petrobras sendo um exemplo marcante. A crise de sustentabilidade fiscal mencionada teve o efeito de elevar o risco país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, diminuindo assim consumo e investimentos de forma substancial em 2015 e 2016. A restauração de preços e a política monetária necessária para repor a inflação na meta também contribuíram para a recessão, principalmente devido à ausência de credibilidade do Banco Central. Por fim, a consolidação fiscal de 2015 devido à pouca duração e intensidade não deve ter contribuído de forma significativa para a recessão atual. Em um mercado cada vez mais competitivo, onde a produtividade deve imperar como pressuposto de maior eficiência e redução de custos, o *Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization (EBITDA)* ainda sofre forte influência exógena do governo brasileiro que, no período analisado neste artigo (2009-2015), herdou uma economia estável e crescente e finalizou aquele período (em 2015) com um Produto Interno Bruto (PIB) negativo de 3,8%.

Segundo Klemm e Gewehr (2002), foi nos Estados Unidos que o índice EBITDA foi idealizado e utilizado nos anos 1970 com o objetivo de auferir o desempenho futuro da empresa, avaliando não somente sua eficácia e eficiência operacionais. Quando se observa apenas a questão da performance operacional de uma empresa, tem-se o verdadeiro valor do seu desempenho como produtora de bens e serviços.

Os autores (ibid.) ensinam e avaliam que, excluindo os juros do dinheiro tomado emprestado e somando com a depreciação dos ativos, os investidores teriam noção de performance futura da empresa, avaliando apenas a parte operacional.

Lopes (2002) salienta que foi com a adoção do Plano Real no Brasil, na década de 1990, que o EBITDA passou a ser largamente utilizado pelas empresas multinacionais e nacionais, uma vez que a “inflação declinou para níveis aceitáveis e em que a estabilização econômica foi implementada com sucesso” (LOPES, 2002, p. 83).

Por outro lado, quando a autoridade monetária eleva a taxa básica de juros da economia, o dinheiro torna-se mais caro e escasso porque seu custo foi elevado pelos juros, diminuindo a circulação de numerário e tornando o mercado mais contraído quanto às operações de consumo, financiamento e investimentos. Dessa forma, está-se diante de uma política monetária contracionista.

A política monetária é um dos elementos mais estudados em Economia; e, atualmente, encontra muita consonância com o gerenciamento do EBITDA pelas empresas em geral. Há alguns anos, a Economia e a Contabilidade praticamente não se conversavam gerencial e academicamente. Em um país com inflação e hiperinflação crônicas, a política monetária, fundada no tripé macroeconômico, era inexistente: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

A crise econômica conhecida também como crise do capitalismo, é considerada como uma das fases do ciclo econômico, juntamente com a superprodução, recessão e depressão, associada ao decréscimo do PIB. Pode-se dizer que são períodos em que a economia de um país passa por oscilações, tornando-se incapaz de controlar fatores como a inflação em elevação cujos efeitos são a escassez na produção, na comercialização e no consumo de produtos e serviços, desvalorização de ativos financeiros, apresentando indicadores negativos, desempregos e aumento de pobreza. Esta deve ser diferenciada das recessões, período em que a economia sofre declínio em sua taxa de crescimento, e de depressões, caracterizada por um estado agravado da recessão, que levam a redução da atividade econômica. Conforme Blanchard (2011), por não haver consenso sobre a definição, grande parte dos economistas, usam o termo crise para se referir a um período de baixo ou nenhum crescimento, sendo mais prolongado que uma recessão, porém, menos profunda do que uma depressão. Uma crise é basicamente, um desequilíbrio que ocorre em setores isolados da economia, mas que pode contaminar todo o sistema econômico.

A crise política teve início devido a uma série de divergências entre partidos políticos, que na maioria das vezes se contrapõem ao governo, associada a um

colapso do sistema administrativo de um país, estado ou município. Esta pode ser desencadeada por um golpe ou revolta popular. Quando perdura por mais tempo, além da normalidade, pode os resultados afetar a governabilidade de forma geral, como também, criar empecilhos que travam as agendas institucionais e, como ocorre no Brasil hoje, atinge sobremaneira.

A crise financeira tem relação com as oscilações no ciclo econômico, com desvalorização de ativos financeiros, que se estende para o setor real da economia, afetando a renda e o emprego da população atingida. “Crises financeiras não são apenas resultados de comportamentos irracionais dos agentes, mas resultam da própria forma de operação dos mercados financeiros liberalizados e sem um sistema de regulação adequado” (DIAS, 2010, p. 36). Kindleberger e Aliber (2017), afirma que as crises financeiras estão diretamente associadas aos períodos cíclicos da economia, pois estas iniciam quando há mudanças inesperadas no setor econômico. Uma das principais crises financeiras conhecida pelo mundo foi à crise da bolha imobiliária americana, que teve como marco referencial a quebra do banco Lehman Brothers.

Com base no cenário comentado temos a questão de pesquisa: qual o desempenho da Margem EBITDA de companhias do seguimento de consumo listadas na B3 no cenário macroeconômicas no período de 2011 a 2015? Portanto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar se o desempenho da Margem EBITDA de companhias do segmento de consumo listadas na B3 foi impactado pelo comportamento das variáveis macroeconômicas PIB, renda média e taxa SELIC no período de 2011 a 2015.

A pesquisa se classifica como descritiva quanto aos objetivos e quantitativa quanto ao tipo e os procedimentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica, documental e utilizado estatística de análise de regressão de dados em painel e efeitos aleatórios.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nessa necessidade de identificação de indicador que permita proporcionar adequadas referências sobre o desempenho da empresa, o Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization, ou como é mais frequentemente lembrado, o

EBITDA, é um indicador financeiro disponível. Seu mérito consiste em ser considerado como um resultado aproximado de um caixa operacional gerado no período, calculado com relativa facilidade, o que agrada aos analistas externos à empresa (FREZATTI e AGUIAR, 2007)

A crise financeira de 2008, conhecida como crise do *subprime*, originou-se no mercado hipotecário de alto risco norte-americano levando o mundo para uma crise global, com efeitos relevantes e nocivos para a economia real. Considerada a pior crise desde a Grande Depressão, foi tema de diversos artigos, como os de Stiglitz (2008, 2009), Krugman (2009), Eichengreen (2009), Reinhart e Rogoff (2009). Em diversos países, especialmente nos desenvolvidos, a gravidade da crise no mercado de trabalho pode ser vista não apenas pela elevação da taxa de desemprego, como também pelo aumento da participação de formas vulneráveis de emprego, estagnação do crescimento da produtividade da mão de obra e aumento do desalento, especialmente da população jovem (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2020).

Nos últimos anos a economia brasileira vem enfrentando uma série de variações em seus indicadores macroeconômicos, notadamente no Produto Interno Bruto (PIB), métrica utilizada para medir o crescimento da economia de forma geral; na taxa de câmbio, que é taxa utilizada na conversão das transações em moeda estrangeira; a taxa básica de juros da economia brasileira que é a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC); e na inflação, medida por meio do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, que é medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para identificar a variação dos preços no comércio. Ele é considerado, pelo Banco Central, o índice brasileiro oficial da inflação ou deflação (BACEN, 2016; IBGE, 2016).

A interferência das variáveis macroeconômicas no desempenho da empresa é um resultado das particularidades de cada indústria do mesmo modo das expectativas que os investidores têm em relação as modificações do ambiente econômico dentro de seus negócios associados. De acordo com Gencay e Gradojevic (2009) cada componente do mercado age de forma independente, de acordo com suas próprias crenças, havendo desta forma uma dispersão de expectativas. As opiniões de Dumas, Kurshev e Uppal (2009) já tem uma visão diferente, acreditam que a união de expectativas de uma subpopulação de investidores provoca excesso de variáveis no mercado onde tais investidores atuam, a depender da magnitude e importância do

mercado possibilitando o contágio em outros mercados. A contabilização da realidade financeira da empresa numa perspectiva fundamentalista significa estruturar variáveis; do macro ambiente, microambiente e da própria constituição do balanço patrimonial; e construir mecanismos de transferência de tais informações e impactos destas sobre o valor do lucro. No entanto, o impacto das mudanças nas variáveis supracitadas sobre o lucro depende das expectativas dos investidores, que são os precificadores.

Grôppo (2006) utilizou a metodologia de Bernanke (1986) para encontrar uma ligação entre variáveis macroeconômicas e o mercado de capitais brasileiro (representado pelo índice médio mensal de ações da B3 – fechamento (IBOV), no período de janeiro de 1995 a julho de 2005). Seu objetivo foi verificar o efeito de conflitos não previstos nos dados macroeconômicos, como também analisar a influência de cada variável sobre o desempenho das ações. Dessa forma, concluiu-se que as taxas de juros de curto e longo prazo bem como a taxa de câmbio impactam no índice expressivo do mercado brasileiro.

Samuelson e Nordhaus (1988) definem juro como o retorno pago àqueles que emprestam dinheiro a empresas ou a outras pessoas, e taxa de juros como o preço pago para se tomar dinheiro emprestado por determinado período. Segundo Bresser Pereira e Nakano (2001), o que se pretende fazer por meio da taxa de juros é: Reduzir a demanda afiliada quando aquecida, de forma a evitar a pressão salarial e aceleração da inflação; Limitar a desvalorização da taxa de câmbio para evitar inflação de custos; Atrair o capital externo para vedar o balanço de pagamentos; Induzir investidores internos a comprar títulos que financiam os déficits públicos; Reduzir o déficit comercial por meio do controle da demanda agregada. Esses autores ainda concluem, que “é evidente que um único instrumento não pode alcançar todos esses objetivos. Além do mais, estes objetivos são contraditórios” (BRESSER PEREIRA E NAKANO, 2001). Por exemplo, um aumento na taxa de juro com finalidade de atrair o capital externo pode ajudar a obtenção de contas mais favoráveis no Balanço de Pagamentos do país, mas a própria valorização cambial decorrente da citada política pode provocar um déficit comercial e conseqüentemente, prejudicar outras contas do mesmo Balanço de Pagamentos. O controle da demanda agregada, a intervenção no câmbio e a atração de capital para fechar o balanço de pagamento são mecanismos de

delegação da política monetária que fazem com que a taxa de inflação tenda para as metas estabelecidas (BRESSER PEREIRA E NAKANO, 2001).

Segundo Barro (1996), os países que evoluíram mais entre 1965-1990 foram os que apresentaram alta escolaridade secundária. Em relação ao Brasil, Lau et al. (1993) compreenderam um modelo *cross-section* para os estados brasileiros nos anos 1970 e 1980, demonstrando a interação entre anos de estudos do crescimento do produto e a força de trabalho. Os efeitos exprimiram que, para um aumento de um ano médio nos anos de estudo, existiria um crescimento de 20% no produto estadual brasileiro.

Outro modo de avaliar a importância do capital humano para o avanço econômico é a partir da inclusão de um sistema de computador que identifique as influências do estado de saúde da população sobre o crescimento. Barro (1996) afirma que países com alta expectativa de vida cresceram mais em termo per capita, o que ressalta a importância do capital humano no produto per capita dos países.

Para Figueiredo, Noronha e Andrade (2003) a saúde impacta positivamente o crescimento econômico dos estados. Entre as variáveis usadas para analisar essa relação, os autores indicaram a taxa de fecundidade e a taxa de mortalidade infantil. Os resultados mostraram que regiões com baixo nível de saúde teriam uma renda per capita inferior no longo prazo.

Azzoni et al. (2000) e Resende e Figueiredo (2005) são os que apresentam de forma mais ampla um conjunto de possíveis indicadores. Resende e Figueiredo (2005) buscaram entender quais variáveis possuem uma ligação forte com as taxas de crescimento do PIB per capita dos estados brasileiros para o período de 1960 a 2000. Os resultados apontam que as taxas de urbanização, mortalidade infantil, fecundidade, pluviometria, carga tributária e migração apresentaram uma ligação alta com as taxas de crescimento do PIB per capita dos estados brasileiros.

Padoveze (2010) definiu o indicador EBITDA como um indicador que ajuda no processo de entendimento da situação da empresa e possibilita detectar situações, verificar a tendência dos acontecimentos e propiciar um auxílio para a administração da companhia.

Vasconcelos (2002,) conceituou o EBITDA como um importante indicador de desempenho financeiro, pois reflete o potencial de geração de recursos financeiros

decorrentes das operações da empresa. Observando que se exclui do cálculo toda e qualquer despesa escritural, ainda que operacional.

Assaf Neto (2001) afirma que esse índice equivale ao conceito restrito de fluxo de caixa operacional da empresa, apurado antes do cálculo do imposto de renda e dos juros. Parte das receitas consideradas no EBITDA pode não ter sido recebida, assim como, parcela das despesas incorridas pode ainda estar pendente de pagamento. Essa é uma medida financeira que não representa o valor monetário de caixa, sendo melhor entendida como um indicador da capacidade de geração de caixa, originário de ativos produtivos.

O significado da palavra: EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, amortização e depreciação, os impostos ao que se refere, no caso, são incidentes sobre o lucro: no Brasil Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). O EBITDA contabiliza o potencial operacional de caixa que o ativo operacional de uma empresa é apto de gerar, não sendo levado em consideração o custo de eventual capital emprestado, e nem computadas as despesas e receitas financeiras, os eventos extraordinários e os ganhos ou perdas não operacionais. (BRAGA e IÇÓ, 2001). O EBITDA é composto pela Receita Bruta, custos dos produtos vendidos e despesas com vendas e administrativas.

A partir do EBITDA é possível tomar decisões sobre alterações na política financeira da empresa, visualização do estado de cobertura das empresas financeiras, inspeção de estratégias financeiras empreendidas. O EBITDA pode ser utilizado como base para avaliação de empresas, pois, pode evidenciar a viabilidade do empreendimento como um termômetro de eficiência e produtividade e, pode também, ser utilizada como fundamento para pagamento de bonificação a empregados, visto que identifica a produção operacional da companhia. (VASCONCELOS, 2002).

Despesas financeiras provenientes de elevada taxa de juros, impostos incidentes sobre o lucro e desvalorização cambial, para aquelas companhias com despesas financeiras em dólar marcaram o lucro, inclusive levando muitas empresas a apresentarem resultado negativo, quando o resultado da atividade, muitas vezes, cresceu comparativamente com o mesmo resultado do ano anterior.

Com o EBITDA as empresas chamam atenção do usuário para o fato de que, apesar da possível ocorrência de eventos desfavoráveis, melhoraram o rendimento operacional. Não considerar receitas e despesas financeiras, elimina facilita a análise

de uma eventual desvalorização da moeda, bem como auxilia a análise do grau de cobertura de juros o que evidencia o potencial operacional de geração de caixa (ICÓ e BRAGA, 2001; SANTANA e LIMA, 2004). Portanto, há vantagens de se analisar a Margem EBITIDA.

Uma das principais vantagens do EBITDA é o fato de representar uma medida globalizada, por permitir a comparação de dados entre empresas de diferentes países. (SANTANA; LIMA, 2004). O EBITDA elimina de seu cálculo os impostos e depreciação, dessa forma as diferentes legislações tributárias utilizadas no mundo ou os diferentes métodos de aplicação de depreciação, não são considerados nessa análise, possibilitando, assim, a comparação de tal índice entre empresas de países diferentes (VASCONCELOS. 2002).

Braga e Içó (2001), no artigo EBITDA: Lucro Ajustado Para Fins de Avaliação de Desempenho Operacional, analisaram a utilidade desse indicador econômico ainda pouco conhecido, até o momento estudado. Para tanto, simularam um conjunto de fatos possíveis de ter ocorrido no início de 1997, com a implementação da política de câmbio flutuante. Desta forma, chegaram à conclusão de que as empresas, principalmente, àquelas com dívidas em dólar, no fim do ano, minimizariam o lucro líquido como indicador operacional e dariam maior importância ao EBITDA por ser capaz de refletir melhor a geração de caixa operacional da companhia. Vasconcelos (2002) estudou o EBITDA como Instrumento de avaliação de empresas, objetivando enfatizar alguns aspectos importantes de um indicador contábil, ainda pouco mencionado na literatura especializada brasileira.

Usando de exaustivo estudo bibliográfico, a autora obteve o resultado esperado ao final do trabalho: apresentou claramente o novo índice, demonstrando sua composição e limites. Santana e Lima (2004) escreveram o artigo EBITDA: Uma Análise de Correlação com os Retornos Totais aos Acionistas, no Mercado de Capitais Brasileiro, com o intuito de verificar qual o impacto do indicador EBITDA, nos Retornos Totais aos Acionistas (RTA's), no período compreendido entre 1994 e 1999, nas empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, limitando-se às empresas pertencentes ao Ranking GVA-50 (Valor Gerado ao Acionista), classificadas em 2002, pela Fundação Getúlio Vargas. Para a execução da pesquisa foram utilizadas ferramentas estatísticas, chegando à conclusão de que o indicador EBITDA tem uma relação com os RTA's, porém o seu grau de correlação não é tão

significativo para afirmar que os retornos totais aos acionistas variam de forma proporcional à variação desses.

Borini, et al. (2011) publicaram o artigo Desenvolvimento de não - competências locais em subsidiárias estrangeiras de empresas brasileiras multinacionais, com o objetivo de analisar as subsidiárias, com relevância estratégica (SRE), que apresentam desempenho financeiro superior às subsidiárias e que não são estrategicamente relevantes. Para tanto, foi desenvolvida pesquisa exploratória com amostra de 63 das maiores subsidiárias de corporações de capital estrangeiro no Brasil. Chegando à conclusão de que a diferença das SRE em relação às demais subsidiárias é explicada, principalmente, pelas seguintes variáveis: criação de valor, competitividade global e reconhecimento da matriz. Em relação às variáveis financeiras, os testes mostram que nas SRE, tanto a razão EBITDA/Ativo total quanto à razão EBITDA/Receita Líquida são, significativamente, superiores em relação às demais subsidiárias.

A leitura proporcionada pela análise do EBITDA apoia decisões diversas conforme Vasconcelos (2002), a saber:

Mudanças na política financeira da empresa: considerando a entrada efetiva de recursos, em determinado período considerado para análise, determina em um nível insatisfatório em comparação à capacidade operacional de geração de caixa, neste caso a política financeira necessitará de reformulações caso a liquidez efetiva da companhia apresente tendência de baixa (VASCONCELOS. 2002);

Visualização do grau de cobertura das despesas financeiras: possibilita verificar se os resultados operacionais são suficientes para cobrir as despesas financeiras, bem como determinar qual a margem de segurança, ou seja, qual o valor mínimo de receitas à vista se faz necessário para cobertura das despesas financeiras (VASCONCELOS. 2002);

Monitoramento de estratégias financeiras empreendidas: possibilita verificar de que forma repercutiu a estratégia financeira adotada pela empresa, ou seja, quanto maior o volume de recursos operacionais gerados pela empresa, melhora a flexibilidade dos dirigentes na tomada de decisões voltadas à aquisição e alocação de ativos, bem como melhorar a liquidez e, se está em sintonia com os prazos (VASCONCELOS. 2002);

Pode ser utilizado como *benchmark* financeiro: o analista ou gestor pode analisar dinamicamente, não se privando de comparar os seus indicadores com os de companhias similares (VASCONCELOS. 2002);

Serve de base para avaliação de empresas, já que evidencia a viabilidade dos negócios (termômetro de eficiência e produtividade): trata-se de uma variável principal nas avaliações de empresa já que de forma pura expõe a performance do empreendimento dentro do segmento no qual se insere. Considerando que quanto maior for a geração de caixa operacional, mais o negócio é atrativo, portanto, é comum analistas recomendarem investimentos em companhias com EBITDA positivo (VASCONCELOS. 2002);

Pode ser usada como base para pagamento de bônus a gestores e colaboradores: por tratar-se de uma medida direta do desempenho operacional de uma empresa é utilizado com esse propósito (VASCONCELOS. 2002);

Afinal, a medida afere de forma direta o desempenho operacional e comercial;

Trata-se de uma medida globalizada: O EBITDA por eliminar obstáculos no seu cálculo que comprometem comparações em uma gama de indicadores como diferenças no sistema tributário e metodologias aplicadas ao cálculo da depreciação o faz ser utilizado em diferentes economias já que permite a comparabilidade dentro de um universo de valores absolutos entre empresas localizadas em países distintos (VASCONCELOS. 2002).

Embora o EBITDA seja mais eficaz que o resultado líquido, entretanto o mercado ainda não despreza de todo o lucro líquido, uma vez que serve de base para remuneração os acionistas.

A informação que emerge da Análise das Demonstrações Contábeis deve ser sempre contextualizada e direcionada ao usuário para ser precisa. Portanto, ocorrências como desvalorização cambial, elevação da taxa de juros tem a tendência em mascarar o desempenho da atividade empresarial quando utiliza-se do Lucro Líquido como medida para este fim (VASCONCELOS. 2002).

A eficácia sempre exige um objeto de referência, dessa forma o EBITDA, tem como - referência o desempenho do caixa da empresa. Relaciona-se a seguir, algumas limitações ou talvez fosse mais apropriado falar em pontos de interrogação referentes ao cálculo do indicador (VASCONCELOS. 2002).

Ao se referir à avaliação de estoque surge questionamentos: qual o método que representa melhor a realidade do seu valor? Custo de aquisição ou valores de saída? Mesmo que o método de avaliação de custo de aquisição possa ser mais objetivo e dessa forma, verificável, o entendimento de muitos analistas é que sua aplicação distorce o resultado, notadamente em economias inflacionárias. Além disso, considerando sua própria composição e natureza, é sensível a avaliação de estoques, especialmente quando sua análise objetiva determinar o *valuation* de empresas (VASCONCELOS. 2002).

Para alguns, embora custos e despesas diferidos beneficiem exercícios posteriores ao do diferimento, eles se referem a gastos de um único período. Os valores diferidos são necessários à continuidade da atividade, entretanto deveriam ser reconhecidos na totalidade para uma melhor qualificação do EBITDA. O argumento da inclusão da totalidade destas despesas seria pela sua própria natureza: as despesas com pesquisa e desenvolvimento de novas linhas de produto são vitais em determinados contextos de mercado, embora não afetem unicamente o exercício em curso. Os gastos desta ordem são despesas operacionais e conferem utilidade ao serviço ou produtos assim, nada mais justo que as evidenciemos pelo seu total. Ademais, embora os benefícios sejam mais ou menos prolongados, o gasto é imediato. Para melhor compreensão do efeito desses gastos sobre o resultado do exercício social, entende-se ser necessário ajustar o indicador reconhecendo os gastos na sua totalidade (VASCONCELOS. 2002).

Quando usado combinado com outros indicadores ou outras técnicas de análise, o valor preditivo do EBITDA é superior: Esta afirmação tem o seguinte embasamento: mesmo que uma determinada companhia em um exercício qualquer apresente um EBITDA superavitário, parte desse superávit pode estar comprometido com obrigações de caráter oneroso ou ainda, boa parte pode ser vendas a prazo com o risco de inadimplência embutido. Em outro extremo, uma companhia pode evidenciar um indicador EBITDA deficitário e, no entanto, quando analisados os valores num horizonte de tempo, pode-se verificar certa tendência de recuperação. Portanto, é preciso dimensionar o indicador de forma realística, ou seja, ele serve de parâmetro para leitura do potencial de geração de caixa, assim como, do desempenho operacional da atividade, o que o credencia como elemento importante na avaliação

de empresas, especificamente na constatação da viabilidade do negócio (VASCONCELOS. 2002).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se, no que se refere à classificação da pesquisa quanto aos objetivos, a pesquisa descritiva que, segundo Andrade (2004), apresenta as características de uma determinada situação sem a interferência do pesquisador, permitindo, assim, a observação, o registro, a análise, a classificação e a interpretação dos fatos. A aplicação desse tipo de pesquisa é adequada para a abordagem proposta, uma vez que as informações serão coletadas e analisadas de forma a possibilitar o estudo dos dados sem que isso modifique o ambiente existente.

Em relação à abordagem do problema, este trabalho classifica-se como quantitativo, pois requer a utilização de ferramentas de quantificação a partir de dados numéricos e estatísticos. Silva e Menezes (2001, p. 20) definem a abordagem quantitativa como sendo aquela que “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.”

Quanto aos procedimentos técnicos adotados na coleta de dados, a pesquisa foi do tipo bibliográfica e documental. Gil (2017, p. 45) corrobora que “a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Os dados foram coletados com base na análise das demonstrações financeiras das empresas selecionadas com o intuito de obter informações acerca das mudanças econômicas no país e se tiveram influência no EBITDA.

A escolha do setor de varejo para a realização desta pesquisa se deve ao fato de o EBITDA ser um dos principais indicadores utilizados neste setor como métrica de desempenho operacional e à relevante representatividade do setor na economia. As informações requeridas para este estudo foram obtidas por coleta documental, mediante as demonstrações financeiras das companhias através dos sites da B3, Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR), Comissão de Valores Mobiliários e nas próprias páginas eletrônicas das companhias a fim de granjear outras informações necessárias à análise dos dados que objetivam comparar o EBITDA principais empresas de varejo.

A princípio, foram selecionadas 10 empresas do segmento de consumo no Brasil, a partir disso, buscou-se selecionar as principais companhias. O próximo crivo foi coletar o EBITDA em suas demonstrações financeiras nos anos de 2011 a 2015, a fim de que fossem utilizados, para esta análise, tanto o EBITDA publicado quanto o EBITDA calculado. São elas:

Tabela 01: Composição da amostra

Companhias de consumo listadas na B3
1 - Companhia Brasileira de Distribuição – CBD (Grupo Pão de Açúcar)
2 - DIMED S.A. Distribuidora de Medicamentos
3 - Lojas Americanas S.A.
4 - Lojas Renner S.A.
5 - Lojas Riachuelo SA (Grupo Guararapes)
6 - Magazine Luiza S.A.
7 - Marisa Lojas S.A.
8 - Raiadrogasil S.A.
9 - RESTOQUE S.A. Comércio e Confecções de Roupas
10 - Via Varejo S.A.

Fonte: O Autor, 2019

Após a definição da amostra de empresas analisadas o próximo passo deste trabalho foi coletar o EBITDA publicado (EBITDAP) das demonstrações financeiras das companhias e efetuar o cálculo dele (EBITDAC) para, então, poder compará-los. Para se consumir o cálculo do EBITDA partiu-se do resultado líquido do período expurgando os efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e da depreciação, amortização e exaustão, conforme direcionamento proposto e divulgado pela CVM por meio da Instrução CVM nº 527/12. Também foi estornado o valor do resultado de equivalência patrimonial, já que, segundo Salotti e Yamamoto (2005, p. 12) “quando o resultado computado se refere aos números da empresa controladora, a equivalência patrimonial torna-se significativa.” A análise dos dados está dividida em cinco etapas. A primeira parte corresponde à coleta dos dados para aplicação das análises. A segunda etapa refere-se ao cálculo da margem EBITDA das companhias que compõem a amostra. A terceira etapa refere-se levantar os indicadores macroeconômicos (Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas, valor do PIB, operações de crédito do sistema financeiro e taxa Selic). A quarta etapa será feita a aplicação da Análise de Regressão para ver os efeitos da economia nos dados do

EBITDA. A quinta etapa será avaliar os efeitos dos indicadores macroeconômicos na margem das companhias selecionadas.

Para avaliação dos efeitos das variáveis macroeconômicas na margem EBTIDA das companhias selecionadas foi utilizado o método estatístico de regressão de dado em painel (panel data), modelo este utilizado para designar informações de várias unidades amostrais ao longo do tempo. Modelos de dados em painel para Fávero, 2013, possibilitam que o pesquisador avalie a relação entre alguma variável de desempenho e diversas variáveis preditivas, permitindo que se elaborem inferências sobre as eventuais diferenças entre indivíduos e ao longo do tempo sobre a evolução daquilo que se pretende estudar. No geral um modelo de regressão de dados em painel pode ser representado por:

$$y_{it} = \beta_{0it} + \beta_{1it}x_{1it} + \dots + \beta_{mit}x_{mit} + e_{it}$$

O modelo de regressão para os dados em painel que representa os objetivos desta pesquisa é estabelecido na Equação 1, a seguir e as variáveis independentes explicativas foram o valor do PIB (PIB), renda média(RM) e taxa Selic (SELIC) enquanto a variável dependente foi o desempenho da Margem EBITDA (EBTIDA), dessa forma o modelo de regressão ficou assim representado:

Equação 1: Modelo de regressão

$$EBITDA_{it} = \beta_0 + \beta_1 PIB + \beta_2 RM + \beta_3 SELIC + \varepsilon_{it}$$

Fonte: O Autor, 2019

Para a análise estatística foi utilizado o software “Stata” versão 13 para realizar a técnica estatística de regressão para dados em painel.

Antes de aplicar a análise de regressão em painel foram realizados testes para verificar se os pressupostos da regressão foram respeitados. Inicialmente foram realizados testes para detecção da normalidade e da homocedasticidade dos resíduos, para isso foi utilizado o teste de *Shapiro-Francia*, o teste de *Breusch-Pagan* para verificar a heterocedasticidade e o Teste VIF (*Variance Inflation Factor*) para verificar problemas de multicolinearidade.

Para escolha do modelo de regressão múltipla a ser utilizado foram realizados testes de comparação entre o modelo POLS (comum) e aleatório e fixo.

Para a análise os dados coletados foram organizados conforme dispostos na Tabela 02:

Tabela 02: Variáveis da regressão

Identificação (id)	Ano	Margem EBTD A (%)	PIB (R\$ milhões)	Renda (%)	Taxa Selic (%)
1	2011	11,05	4.376.382	9,40	10,90
1	2012	14,03	4.814.760	9,80	7,04
1	2013	12,92	5.331.619	8,00	9,90
1	2014	14,21	5.778.953	9,00	11,65
1	2015	7,72	6.000.570	8,60	14,15
2	2011	16,59	4.376.382	9,40	10,90
2	2012	17,43	4.814.760	9,80	7,04
2	2013	17,17	5.331.619	8,00	9,90
2	2014	17,79	5.778.953	9,00	11,65
2	2015	18,68	6.000.570	8,60	14,15
3	2011	5,23	4.376.382	9,40	10,90
3	2012	6,57	4.814.760	9,80	7,04
3	2013	4,95	5.331.619	8,00	9,90
3	2014	6,72	5.778.953	9,00	11,65
3	2015	8,24	6.000.570	8,60	14,15
4	2011	8,55	4.376.382	9,40	10,90
4	2012	15,96	4.814.760	9,80	7,04
4	2013	11,01	5.331.619	8,00	9,90
4	2014	9,39	5.778.953	9,00	11,65
4	2015	4,03	6.000.570	8,60	14,15
5	2011	5,23	4.376.382	9,40	10,90
5	2012	6,57	4.814.760	9,80	7,04
5	2013	4,95	5.331.619	8,00	9,90
5	2014	6,72	5.778.953	9,00	11,65
5	2015	8,24	6.000.570	8,60	14,15
6	2011	18,49	4.376.382	9,40	10,90
6	2012	18,73	4.814.760	9,80	7,04
6	2013	19,73	5.331.619	8,00	9,90
6	2014	21,00	5.778.953	9,00	11,65
6	2015	21,65	6.000.570	8,60	14,15
7	2011	61,49	4.376.382	9,40	10,90
7	2012	69,49	4.814.760	9,80	7,04
7	2013	68,94	5.331.619	8,00	9,90
7	2014	66,44	5.778.953	9,00	11,65
7	2015	43,47	6.000.570	8,60	14,15
8	2011	4,97	4.376.382	9,40	10,90
8	2012	5,41	4.814.760	9,80	7,04
8	2013	5,66	5.331.619	8,00	9,90
8	2014	6,11	5.778.953	9,00	11,65
8	2015	5,37	6.000.570	8,60	14,15
9	2011	26,48	4.376.382	9,40	10,90
9	2012	26,89	4.814.760	9,80	7,04
9	2013	17,86	5.331.619	8,00	9,90
9	2014	18,73	5.778.953	9,00	11,65
9	2015	13,10	6.000.570	8,60	14,15
10	2011	21,37	4.376.382	9,40	10,90
10	2012	15,42	4.814.760	9,80	7,04

10	2013	16,96	5.331.619	8,00	9,90
10	2014	24,09	5.778.953	9,00	11,65
10	2015	37,22	6.000.570	8,60	14,15

Fonte: O autor, 2019

O teste de *Hausman* apontou a melhor seleção é a modelagem foi o de dados em painel de efeitos aleatórios. As variáveis PIB e SELIC foram transformadas em logaritmo natural com a finalidade de reduzir o desvio-padrão.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O texto que se segue, após descritos aspectos gerais da amostra, corresponde aos cálculos realizados que conduzem à resposta ao problema de pesquisa.

Na Tabela 03 é apresentada a estatística descritiva da variável dependente Margem EBITDA (EBIDTDA) e, das variáveis independentes explicativas valor do PIB (PIB), renda média das famílias (RM) e taxa básica de juros (SELIC). Observa-se que a variável independente PIB apresenta os maiores valores para a média, desvio-padrão, mínimo e máximo, tendo em vista ser a que possui os maiores valores absolutos.

Tabela 03: Resultado da estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
EBITDA	0,183124	0,1661929	0,0403	0,6949
PIB	15,46904	0,1176418	15,29173	15,60737
RM	0,0896	0,0063116	0,08	0,098
SELIC	0,10748	0,0231001	0,0714	0,1415

Fonte: O Autor, 2019

Com base nos dados obtidos na amostra e definidos na Tabela 02, foram realizadas estatísticas para testar os pressupostos da regressão, como o Teste de *Shapiro-Francia*, o teste de *Breusch-Pagan* e o teste de *Hausman*. Os resultados dos testes indicaram que o modelo de efeitos aleatórios foi o mais indicado, conforme Tabela 04:

Tabela 04: Painel dos testes de *Shapiro-Francia*, *Breuchs-Pagan* e de *Hausman*

<i>Shapiro-Francia</i>	<i>Breusch-Pagan</i>		<i>Hausman</i>		Especificação Adequada
Prob>z 0,00001	Chi2 0,49	Prob>Chi2 0,4844	Chi2 0,30	Prob>Chi2 0,8613	Efeitos Aleatórios

Fonte: O Autor, 2019

Na regressão linear múltipla faz-se necessário verificar se há problemas de multicolinearidade, ou seja, se as variáveis explicativas possuem fortes correlações entre si. Uma estatística muito utilizada é o VIF (*Variance Inflation Factor*). Segundo Gujarati e Porter (2011), um VIF, acima de 10 é indicativo de fortes indícios de multicolinearidade. Para Fávero et al. (2014), ao serem até mais rigorosos, argumentam que um VIF acima de 5 indicam suspeitas conservadoras de multicolinearidade. Como observado na Tabela 05 os valores de VIF para as variáveis explicativas estão abaixo do valor considerado crítico, indicando a ausência de multicolinearidade.

Tabela 05: Resultado do Teste VIF

	Variáveis		
	PIB	RM	SELIC
Teste VIF	1,94	1,56	1,64

Fonte: O Autor, 2019

Os resultados da regressão para dados em painel de efeitos aleatórios são mostrados na Tabela 06, sendo o a Margem EBTIDA a variável dependente.

Tabela 06: Resultados dos dados em painel de efeitos aleatórios

Variáveis	Coefficientes	Erro-Padrão	Estatística z	Valor p
PIB	0,0422868	0,0878327	0,48	0,630
RM	0,6947872	1,46686	0,47	0,636
SELIC	-0,3942949	0,4113237	-0,96	0,338
Constante	-0,4908857	1.401796	-0,35	0,726
R ² =0,0030				
Prob>chi2 = 0,6775				
Quantidade de observações = 50				

Nível de significância: os resultados não foram significativos

Fonte: O Autor, 2019

Os resultados do modelo em painel de efeitos aleatórios mostram o R² com poder explicativo baixo, além do que, Prob>chi2 = 0,6775 não é significativo para (P>0,05) que corresponde no geral a um modelo não significativo. As variáveis, também, não se mostram significantes.

Considerando que a amostra é pequena e, por não haver variações nas variáveis independentes, optou-se, como alternativa, em utilizar de modelo de Efeito Aleatório com Erros-Padrão Robustos Clusterizado, conforme Tabela 07:

Tabela 07: Resultados dos dados em painel de efeitos aleatórios com Erros-Padrão Robustos

Variáveis	Coefficientes	Erro-Padrão	Estatística z	Valor p
PIB	0,0422868	0,0371249	1,14	0,255
RM	0,6947872	0,6619648	1,05	0,294
SELIC	-0,3942949	0,5797432	-0,68	0,496
Constante	-0,4908857	0,6302599	-0,78	0,436
R ² =0,0030				
Prob>chi2 = 0,0000				
Quantidade de observações = 50				

Nível de significância: os resultados não foram significativos

Fonte: O Autor, 2019

O teste alternativo demonstra resultados melhores apenas em sua significância geral Prob>chi2 = 0,0000 e no erro-padrão. Dessa forma, foi possível apresentar o resultado com dois modelos de Efeitos Aleatórios, porém, no geral as variáveis explicativas não produziram efeito significativos na variável dependente Margem EBTIDA.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa demonstrou que as variáveis macroeconômicas explicativas, variações no PIB, na renda média e na taxa básica de juros (SELIC), estatisticamente não interferiram no desempenho da Margem EBTIDA das empresas de consumo que compuseram a amostra para o período analisado.

Sugere-se para trabalhos futuros que o número de empresas e o período sejam ampliados, de forma a obter uma amostra mais significativa possibilitando ao modelo de regressão em painel apresentar, provavelmente, resultados mais precisos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012
_____. **Estrutura e Análise de Balanços**. São Paulo: Atlas, 2001.

AZZONI, Carlos R. **Economic growth and regional income inequality in Brazil**. The annals of Regional Science, n. 35, p. 133-152, Spring Verlag, 2001. .

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Índices de inflação. Disponível em: . Acesso em: 08 mai. 2016.

_____. **Circular nº 3.671, de 18 de outubro de 2013 que dispõe sobre a metodologia de cálculo da Taxa Selic**. Bacen, 2013.

BERNANKE, Bem S. **The courage to act: a memoir of a crisis and its aftermath**. Kindler, 2015

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Person, 2011

BRAGA, Rosalva Pinto; ICÓ, José Antônio. EBTIDA: Lucro ajustado para fins de avaliação de desempenho operacional Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro: CRCRJ, ano III, n. 10, novembro de 2000/janeiro de 2001.

BORINI, Felipe Mendes; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Desenvolvimento de não - competências locais em subsidiárias estrangeiras de empresas brasileiras multinacionais**. *European Business Review*, Londres, v.23, n.1, p.106-119, 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise e recuperação da confiança**. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000100008>. Acesso em: 27 set.. 2019.

_____. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. [S.l.]: Editora 34, 2003. 454 p.

Tendências recentes do crescimento populacional. São Paulo: [s.n.], 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100006>. Acesso em: 27 mar. 2019.

_____. **Estudo Empírico do Desempenho das Empresas de Distribuição de Energia Elétrica Segundo o EBTIDA**. Rio de Janeiro: E-publicações, 2005. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/download/5593/4073>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

_____. NAKANO, **Análise da Utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa como um instrumento de Gestão Financeira nas Sociedades Anônimas de Capital Aberto do Estado do Rio Grande do Sul** . Santa Catarina: [s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2735/273520177003.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

DUMAS, Bernard; KURSHEV, Alexander; UPPAL, Raman. **Estratégias de portfólio de equilíbrio na presença de risco de sentimento e excesso de volatilidade**. Wiley Online Library, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-6261.2009.01444.x>. acesso em 15 set 2019,

EICHENGREEN, Barry. **Financial crises**. Oxford University Press, 2009.

FAVERO, Luiz Paulo et al.(2009). **Análise de dados. Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus.

FIGUEIREDO, Lízia; NORONHA Kenva Valéria; ANDRADE, Mônica Viegas. **Os impactos da saúde sobre o crescimento econômico na década de 90: uma análise para os estados brasileiros – texto para discussão, 2003**. ResearchGate. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4927551_Os_impactos_da_saude_sobre_o_crescimento_economico_na_decada_de_90_uma_analise_para_os_estados_brasileiros. Acesso em: 17 set. 2019.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Adson Braga de. **EBITDA: possíveis impactos sobre o gerenciamento das empresas**. *EBITDA: possible impacts on business management*. Revista Universo Contábil, v.3, n.3, p-07-24, set. 2007.

GENÇAY, Ramazan; GRADOJEVIC, Nikola. **Erros in Variable Estimation with Wavelets**. Electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=1420999>. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1420999> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1420999>>. Acesso em: 18 set 2019.

GIL Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRÔPPO, Luís Antônio. **O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis**. Estudos de Sociologia, v. 14, ed. 26, 2009.

GUJARATI, Damodar N; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Emprego Mundial e Perspectivas Sociais**. Tendências 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/WCMS_734455/lang--en/index.htm. Acesso em: 18 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados estatísticos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2019.

KINDLEBERGER, Charlie P; ALIBER, Robert Z. **Manias, pânico e crises**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013

KLEMT, Christian; GEWEHR, Daniel. **EBITDA: uma medida confiável?** Espacios. Vol. 31 (4) 2010. Pág. 36, 2010. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a10v31n04/103104133.html>. Acesso em: 15 set. 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REINHART, C. and ROGOFF, K. (2009), **This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly** (Princeton, NJ: Princeton University Press).

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, Willian. **Economia**. 19. ed. São Paulo: Macmillan, 1998

SILVA, Sergio Roberto et al. Ebtida: **Comparando o Conhecimento dos Analistas Financeiros com a Teoria**. 2012. 15 p. Artigo (Gestão, Inovação e Tecnologia para

Sustentabilidade)- Dom Bosco, [S.l.], 2012. Disponível em:
<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/31516305.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

STIGLITZ, Joseph E. **O grande abismo**. São Paulo: Alta Books, 2016

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. **EBITDA - Redescoberta do potencial informativo dos indicadores absolutos**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, n. 102, dez. 2011b

CAPÍTULO 05

MOVIMENTO FEMINISTA EM MANAUS: A LUTA POLÍTICA PELOS DIREITOS DAS MULHERES AMAZONENSES ENTRE AS DÉCADAS DE 1970/80

Michelle de Souza Vale

Laboratório de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
E-mail: michelle.rs.mrs@gmail.com

Viviane de Oliveira Rocha

Laboratório de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Marinha do Brasil
E-mail: vivianerochass@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer um resgate histórico sobre o surgimento do movimento feminista em Manaus e sua contribuição na luta pelos direitos das mulheres no Amazonas. Através de análise teóricas, metodológica e dados empíricos, buscou-se descrever, de forma cronológica, como surgiu os primeiros gritos feminista na capital amazonense. Sabe-se então, que no final da década de 1980 surge o Comitê da Mulher Universitária, considerado o primeiro movimento de mulheres dentro da Universidade do Amazonas. A sua criação se deu através de influências de algumas mulheres, principalmente professoras que estudaram fora do Brasil e passaram a ampliar as discussões sobre a condição feminina na sociedade local. o Comitê da Mulher Universitária tinha como objetivo discutir um dos problemas que mais assolava as famílias manauaras naquele momento, a questão das creches. Já na década de 1980 outros problemas tornaram-se pautas de discussão pelo movimento, mas a condição de subalternidade da qual se encontrava a mulher operária naquela época era um dos maiores desafios a ser enfrentado, tendo em vista, a expansão da Zona Franca de Manaus. Com base nos estudos bibliográficos e relatos de nossos sujeitos de pesquisa, este estudo assume o aporte das abordagens qualitativas, através da observação participante onde ouvimos através de entrevista cinco mulheres que participaram do surgimento de alguns movimentos feministas em Manaus.

Palavras-chave: Movimento feminista em Manaus; Direito das mulheres; Luta política.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi marcante para a história do movimento feminista brasileiro, pois o Brasil vivenciava naquela época o segundo momento da Ditadura Militar. Diante desse contexto, eclode a segunda onda do movimento feminista, conhecido como o 'feminismo da resistência' onde militantes feministas se unem e se fortalecem contra os ditames do governo militar. A segunda onda do movimento feminista (conhecido também como a segunda vertente) nasceu em meio ao autoritarismo e a repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias.

Essa década foi marcada pela divisão de dois campos ideológicos (conservadores e esquerdistas), nessa época, o país vivenciava a Ditadura Militar, onde inaugurou longos anos de um regime marcado por cassação de direitos políticos, censuras, prisões, tortura, desaparecimento e exílios. Esse movimento ficou conhecido como o feminismo da resistência exatamente por se opor ao regime autoritarista dos militares (COSTA, 2009).

A segunda vertente do movimento feminista também ficou conhecida como o feminismo difuso, teve como característica reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meios de comunicação como: jornais, palestras, romances e peças de teatro contra a opressão sofrida por elas na sociedade. A partir da segunda fase que o movimento feminista chega às camadas populares aproximando-se com a Universidade. Quanto ao perfil das simpatizantes pelo movimento estavam professoras universitárias, profissionais liberais ligados às áreas de Ciências Sociais, História, Letras, Psicologia e Direito (PINTO, 2003, p.85).

A partir de então, a força do movimento começa se expandir por vários estados brasileiros onde grupos de mulheres, sendo a maioria de intelectuais, reúnem-se para discutir sobre uma série de direitos, até então negados pelo Estado às mulheres. No Amazonas, final da década de 1970 surge o Comitê da Mulher Universitária e no início da década de 1980 surge a União de Mulheres de Manaus que posteriormente se transformou em União Brasileira de Mulheres (UBM).

É através da história de formação desses movimentos feministas de Manaus que nos propusemos traçar uma discussão acerca da luta emancipacionista defendida por esses movimentos em defesa dos direitos das mulheres amazonenses que, nesse

período, tornou-se o mais novo mecanismo de exploração capitalista com a chegada das empresas no Distrito Industrial de Manaus. Em um estudo realizado pela pesquisadora Torres (2005, p. 175), “A subordinação da mulher acompanhada de um processo de violência psíquica é exercida em condições tirânicas nas indústrias do pólo industrial de Manaus”.

Este estudo é parte da dissertação de mestrado intitulada *A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal*, defendida em 2016 pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA (UFAM). A pesquisa é de caráter qualitativa sem excluir os dados quantitativos e a coleta de dados se deu junto a uma amostra de 10 mulheres, dentre elas uma professora da Universidade Federal do Amazonas e uma das fundadoras do Comitê da Mulher Universitária. Uma ex-vereadora que também foi membro do Comitê e algumas feministas do Fórum de Mulheres de Manaus. O estudo se deu com a participação de 100% dos sujeitos formados por mulheres feministas.

Quanto a sua relevância, este estudo traz para o debate não somente acadêmico, mas social, um resgate da história de luta de mulheres que por mais de duas décadas travaram uma guerra ao sistema de exploração capitalista do qual se instalou no Amazonas, transformando mãos de obras femininas em objetos de exploração, assédio e de subalternidade.

2. METODOLOGIA

Este estudo assume o aporte teórico metodológico das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. A pesquisa foi desenvolvida em três fases didaticamente articuladas, à saber:

A primeira fase foi reservada ao estudo da arte onde realizamos uma análise bibliográfica em artigos, teses e dissertações. Também colhemos informações em dados secundários como documentos e matérias jornalísticas da época.

A segunda fase foi destinada ao trabalho de campo, momento em que realizamos a coleta de dados sob o aporte de formulários e entrevistas semiestruturadas. Como instrumentos de coleta de dados e composição de nossas fontes primárias fizemos o uso de entrevistas e formulários que foram aplicados junto aos sujeitos participantes da pesquisa.

Para a composição dos dados empíricos, entrevistamos 10 mulheres, dentre elas: uma professora da Universidade Federal do Amazonas, ex-alunas e militantes do Fórum de Mulheres do Amazonas. A terceira fase da pesquisa foi reservada para elaboração do material dissertativo com apresentação dos resultados da pesquisa. Reafirmamos o nosso compromisso e respeito aos princípios éticos da pesquisa, mantendo o anonimato dos sujeitos que aceitaram participar deste estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a garantia primordial da confidencialidade de suas identidades e segurança de suas informações.

3. RESULTADOS

3.1 MOVIMENTO FEMINISTA NO AMAZONAS: SUA ORIGEM E SUA HISTÓRIA

O surgimento do movimento feminista no Amazonas se dá em face ao momento em que eclode em todo o Brasil a segunda onda do feminismo decorrente do momento sócio-histórico em que o país se encontrava nas décadas de 1970/80. Devido a forte repressão por parte do Governo Militar, um pequeno grupo de mulheres da Universidade Federal do Amazonas passaram a se reunir para debater e refletir sobre assuntos, até aquele momento, proibidos na sociedade Manauara. E falar de luta feminista nos impulsiona fazer um resgate histórico da condição da mulher no Amazonas em uma década onde a chegada das indústrias impõe um novo conceito de exploração e submissão às mulheres da região.

Na perspectiva de atender os objetivos teóricos de nosso estudo, considera-se fundamental descrever sobre o surgimento desses movimentos e sua contribuição na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Amazonas, fato este, que também marcou a história política do estado, visto que, a entrada da mulher no campo político contribuiu para que a luta feminista se fortalecesse. É importante mencionar que o termo participação política usado por nós neste estudo vai além da presença feminina no campo da política partidária, apesar deste objeto de estudo ser parte fundamental de nossa pesquisa. Como este estudo em específico traz uma discussão sobre uma época peculiar da história, a participação política aqui trabalhada está mais

direcionada ao conceito de atuação política como bem explica Norberto Bobbio (2004, p.888):

Na terminologia da ciência política, a expressão participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um regime político, a difusão de informações políticas e por aí além.

Na década de 1970, o país já começava a passar por mudanças com a criação dos diversos segmentos de movimentos sociais contra a ditadura militar. Nos bairros da periferia de Manaus era possível ver a criação de clubes de mães, associações de mulheres e de donas de casas que se reuniam para reivindicar o fim da carestia. Os movimentos sociais de luta por moradia também foram muito significativos para a criação de políticas públicas de habitação para o estado. Partindo dessa perspectiva, entende-se que a presença das mulheres no campo de luta político foi e é além dos espaços institucionais como partidos políticos e casas parlamentares.

No dia 08 de março de 1979, professoras e alunas da Universidade resolveram criar o Comitê da Mulher Universitária. Seu objetivo estava exclusivamente voltado na reivindicação de creches na Universidade que era um dos maiores problemas apresentado pelas mulheres estudantes. Conforme relato de uma das participantes deste estudo sobre o surgimento do Comitê da Mulher Universitária em Manaus, nossa entrevistada nos relata que:

Em 1975 foi o ano internacional da mulher e o mundo inteiro fez manifestações, saiu um monte de coisas no mundo inteiro e eu tive uma experiência boa porque eu estava no México num colégio de pós-graduação e com um monte de atividades, discursões sobre a questão feminina e tal. Posteriormente fui morar nos Estados Unidos onde encontrei grupos feministas dos mais variados, isso lá em San Francisco. Então quando eu voltei em 1978, tínhamos várias frentes de atuação, nisso a Universidade era muito envolvida com a sociedade. Hoje em dia ela está separada, ela está de costas para a sociedade. Então naquela época quase tudo que se fazia no mundo restrito que era a sociedade por causa da Ditadura era quase sempre da Universidade. (S.V, Entrevista/2015)

A década de 1970 foi marcante para a luta feminista porque foi uma década de renovação, de ruptura com as bases teóricas que não mais davam suporte e

compreensão aos anseios das mulheres. Autores como Judith Butler, Foucault e Spivak trouxeram um olhar diferenciado sobre as questões de gênero a nível mundial com os debates decorrentes do Pós-Estruturalismo. No Brasil, autoras como Mirian Grossi que busca desmistificar os estudos de gênero a partir de uma perspectiva conservadora e a pesquisadora e ativista Carla Akotirene, responsável por introduzir as discussões sobre o feminismo negro são as que contribuem até hoje com os estudos sobre mulheres (no plural) no sentido de diversidade.

Quanto no Amazonas, infelizmente a formação do CMU não durou muito tempo e sua única maior atividade foi a mobilização contra ao programa de controle da natalidade através de anticoncepcional injetável criado pela secretaria de Saúde do Município de Manaus. O Comitê da Mulher Universitária tinha como integrantes a professora Marlene Pardo, Jucelem Ramos, Selda Vale e Lúcia Antony. O grupo ficou mais em termos de reflexão e logo se desestruturou, terminando suas atividades no início da década de 80. Manaus apesar da Zona Franca, era uma cidade muito provinciana e moralista. Muitos assuntos debatidos dentro do grupo eram vistos de uma forma preconceituosa, assim afirma uma de nossas entrevistadas. “O Comitê da Mulher Universitária foi a primeira entidade feminista criada no estado após o regime militar. Era o único espaço que tínhamos para discutir sobre esses assuntos pertinentes as mulheres já que a sociedade fechava os olhos para os anseios feminista” (S.V. Entrevista/2015).

Em 1982 Lúcia Antony, militante do Comitê da Mulher Universitária e outras demais mulheres criaram a União de Mulheres de Manaus que foi uma entidade cujo objetivo era organizar as mulheres nos locais de moradia. O país estava saindo de uma Ditadura Militar, a maioria das mulheres eram domésticas e não existia associações de moradores para reivindicar direitos para suas comunidades.

A UMM foi uma entidade que fomentou uma luta geral em favor das mulheres, mas se destacou na luta pela criação de associações de mulheres nos bairros. Atuou até 1985 com uma comissão provisória e após esse período passou a ser oficializado. A união de mulheres de Manaus se destacou na luta contra o uso de anticoncepcional pelas operárias sem as mesmas tomarem conhecimento, visto que, o contraceptivo era diluído no suco para que evitasse gravidez. Essa estratégia era executada pela maioria das empresas do distrito industrial de Manaus para que diminuísse o afastamento das operárias em decorrência da gravidez.

Também tentaram esterilizar as mulheres brasileiras através de um programa que já estava em execução em vários outros países em desenvolvimento através de um anticoncepcional que inclusive as mulheres aqui no estado serviram de cobaia. L. A. uma de nossas entrevistadas nos relata:

Nós da União de mulheres de Manaus fizemos uma luta naquela época que tinha o projeto jaraqui do Fred Arruda, nós fizemos uma manifestação no projeto jaraqui e lá estava presente uma equipe de uma televisão francesa que tinham vindo aqui pra gravar sobre a nossa floresta a nossa fauna e flora amazônica e eles aproveitaram e gravaram conosco sobre essa luta contra essa empresa que fazia teste com as mulheres daqui da região e isso teve uma repercussão internacional e nós conseguimos ,por tanto, barrar essa utilização das mulheres , particularmente das mulheres ribeirinhas e índias nessa pesquisa de anticoncepcional. (Entrevista,2015)

Outro método contraceptivo utilizado de forma irregular aqui no Amazonas foi a esterilização em massa de mulheres que em decorrência de inúmeros relatos no ano de 1993, “foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo como presidente a deputada Benedita da Silva” (VALE, 2019, p. 31). A comissão foi criada para investigar os possíveis casos de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Essas e tantas outras práticas abusivas sobre o corpo feminino sempre foram usadas em favor do capital para subalternizar as mulheres ao sistema.

A UMM tinha como objetivo organizar as mulheres e assim melhorar a qualidade de vida delas. A principal luta foi pela creche, por escolas, postos de saúde, asfalto, ou seja, tudo aquilo que pudesse proporcionar melhorias para as mulheres e suas famílias nos bairros onde moravam. Uma das lutas também muito importante foi contra o assédio sofrido pelas mulheres nas fábricas do Distrito Industrial de Manaus. Vejamos o que nos conta uma de nossas entrevistadas:

As mulheres travaram uma luta, do ponto de vista mais feminista, que foi contra o assédio – naquela época não tinha o nome de assédio, depois que isso veio a ser formulado. As mulheres, para se manterem no emprego, eram assediadas pelos chefes. Então, tinha até uma expressão, aqui no Distrito Industrial de Manaus, de que as mulheres, ao fazerem ou passarem pela entrevista de emprego, eram cantadas. Na verdade, elas eram assediadas e era do tipo assim: “**ou dá ou desce**” né? Se elas não cedessem aos desejos do chefe, elas não ficariam no emprego. Nós, então, fizemos uma luta nacional da União de Mulheres do Brasil inteiro, que ficou conhecida como “**denuncie seu patrão**”, uma luta importante que culminou com a criação da lei que tipificou o assédio moral e sexual contra as mulheres no mercado de trabalho (L. A, Entrevista, 2016).

Percebe-se o quanto as reivindicações, as lutas e discussões de dentro do movimento possibilitou que a sociedade tomasse conhecimento dessa forma de violência sofrida na época pelas mulheres operárias. Com o fortalecimento dos movimentos de mulheres, que em 1988 surge a União Brasileira de Mulheres (UBM) e aqui em Manaus ela é fundada somente a partir de 1995. A UBM é uma entidade sem fins lucrativos, apartidária que luta pelos direitos das mulheres e está presente em 21 dos estados brasileiros.

Atualmente, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), conta com vários grupos de estudos e pesquisas sobre relações de gênero e poder. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) e o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), também possuem grupos de estudos como o GEPOS, coordenado pela professora Dra. Iraildes Torres e o Laboratório de Estudos de Gênero (LEG), coordenado pela professora Dra. Lidiany Cavalcante, que têm como membros, diversos pesquisadores das áreas de humanas que realizam pesquisas de grande relevância para a Amazônia.

É importante mencionar que a organização política das mulheres de dentro da Universidade, das fábricas e junto as comunidades, possibilitou uma abertura no campo político para elas entre as décadas de 1970 e 1980. Atualmente, os estudos de gênero desenvolvidos pela UFAM têm ampliado as discussões sobre a condição feminina no Amazonas, visto que, são produzidas teorias próprias que contribuem com a compreensão sobre as mulheres índias, ribeirinhas, quilombolas, e do movimento LGBT da região. Esse olhar endógeno por pesquisadores local tem ajudado na organização política dos movimentos e na luta pelos direitos sociais negados e/ou, muitas vezes, não garantidos aos grupos excluídos.

3.2 A LUTA POLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES NO AMAZONAS

Final da década de 1970 começa a ser instaladas as fábricas do Polo Industrial de Manaus, e a cidade, rapidamente começa a sofrer grandes transformações com a chegada de trabalhadores (homens e mulheres) vindos principalmente do interior do estado em busca de novas oportunidades de trabalho.

Toda cidade onde as industriais se instalam, passam a sofrer grandes transformações, sejam elas, culturais, políticas, econômicas e principalmente sociais. No Amazonas, essas transformações trouxeram impactos marcantes para a vida daqueles que passaram a enxergar a Zona Franca de Manaus como uma oportunidade única de emprego.

Um dos maiores problemas enfrentados pelo poder público na época era a questão das ocupações de terras, antes conhecida como invasões. Manaus hoje com toda a sua exuberância convive com o contraste social entre prédios que a cada dia se multiplicam pela cidade e o aumento dos bairros periféricos. Todo esse contraste é consequência de um crescimento desordenado causado pelo processo de industrialização iniciado em meados dos anos 70 no Amazonas (BATISTA:2007).

O surgimento de novos bairros contribuiu com o aparecimento de vários problemas como a falta de infraestrutura, educação de qualidade, saúde, saneamento básico e de locomoção já que a maioria desses bairros foram formados por trabalhadores do distrito industrial.

Em Manaus, o surgimento de grupos comunitários passou a ser um novo mecanismo de reivindicação por melhores condições de moradia e as mulheres desta época tiveram o seu papel fundamental na construção dessa história política que envolve também a luta feminista no Amazonas. A luta por creches para os filhos das operárias passou a ser uma reivindicação do movimento feminista e das pastorais. Pois, as indústrias passaram a consumir o maior número de mão de obra feminina possível por ser considerada mão de obra barata ao capital. As mulheres, muitas advindas do interior do estado do Amazonas, Ceará e demais estados do Nordeste, logo se tornaram alternativa de enriquecimento para as indústrias, com isso, a maioria dessas mulheres não tinham onde e nem com quem deixar os seus filhos pequenos. A reivindicação por creche no Amazonas é uma luta bem antiga, e infelizmente ainda é um problema enfrentado pelas mães amazonenses. A capital amazonense não possui um número de creches que atenda a necessidade das mães trabalhadoras que, na maioria das vezes, passam a utilizar de redes de apoio como familiar, amigos e vizinhos no cuidado dos filhos.

Para o movimento feminista do Amazonas, a luta por creches, pelo posto de saúde, por escolas foi uma das principais bandeiras do movimento, mas assim como em outros países, a inserção da mulher no mercado de trabalho, veio como uma nova

forma de exploração. Em Manaus as operárias do distrito industrial passaram a sofrer todo e qualquer tipo de exploração de um sistema chamado capitalismo. A violência de gênero nas fábricas era muito frequente assim nos diz Torres (2005) em sua obra *As novas amazônidas*. No D.I as mulheres passaram a sofrer todos os tipos de violência pelo simples fato de serem mulheres. era o capital e o machismo mostrando a sua força sobre as mulheres. Como assinala Torres (2005), “A subordinação da mulher acompanhada de um processo de violência psíquica é exercida em condições tirânicas nas indústrias do Pólo Industrial de Manaus”.

A disparidade salarial, a desqualificação profissional das mulheres, as cansativas disciplinas de trabalho submetidas a elas contribuíram para que o movimento feminista do Amazonas se reunisse com os demais grupos de mulheres, inclusive das operárias para que juntas pudessem lutar pelos direitos a elas negados pelo capital.

O processo de urbanização juntamente com a expansão das indústrias nas principais cidades brasileiras veio contribuir com a intensa formação de uma classe de operários e trabalhadores que influenciou na criação de um novo tipo de cultura política e social. Rioux (1998) nos diz que uma cultura política surge em consonância com a evolução da sociedade. Com a chegada da ZFM a cidade se torna obrigada a se submeter as novas formas de comportamento e hábitos, até aquele momento, desconhecidos ao caboclo ribeirinho. Surgia então, as novas expressões da questão social em plena floresta amazônica que logo passa a se tornar em uma selva de pedra tomada pelas indústrias e pelo progresso trazido pelo sistema capitalista industrial.

A luta dos movimentos sociais representados pelos movimentos feministas tanto da Universidade, quanto os representados pelo Comitê da mulher metalúrgica e Comitê da Mulher Trabalhadora tinha como objetivo tentar mobilizar a sociedade de forma que não fosse através de partidos políticos. A discussão não era somente sobre a questão mulher, mas por vários outros problemas do qual as mulheres pudessem mobilizar toda a sociedade a lutar também.

A força do movimento feminista começou a ganhar visibilidade nacionalmente em meados da década de 1980 quando os movimentos sociais do Brasil inteiro se reuniram para elaborar suas reivindicações que seriam entregues aos parlamentares constituintes. Esses movimentos puderam participar ativamente da construção da nova Constituição que ficou conhecida como a Constituição Cidadã.

Para o movimento feminista de Manaus a igualdade jurídica entre homens e mulheres foi um ponto importante dentro da nova Constituição. Pois só a partir desses direitos garantidos por lei é que as mulheres passaram a obter mais conquistas, apesar de ter sido gradual. No Amazonas, a Delegacia da Mulher foi um avanço no o que concerne aos direitos da mulher, atualmente o estado pode contar com uma rede apoio as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, mas infelizmente os municípios pequenos não possuem ainda espaço e nem equipe capacitada para lidar com essa problemática. Lamentavelmente, os casos de violência contra as mulheres registrados no interior do estado necessitam ser avaliados pelos profissionais da cidade de Manaus, isso quando realmente ocorre, visto que, parte desses registros acabam sendo arquivados devido à dificuldade que muitas mulheres vítimas da violência conjugal possuem para se locomoverem até a capital amazonense para darem continuidade ao processo de denúncia.

Diante do exposto, conclui-se que os movimentos de mulheres são de grande relevância para orientar as vítimas da violência conjugal nessas localidades mais afastadas e cobrar do poder público mais políticas públicas de atenção à mulher.

4. CONCLUSÃO

A história do movimento feminista no Amazonas não há como se desvincular das grandes mudanças ocorridas no Brasil. As décadas de 1970 e 1980 aqui apresentadas foram muito importantes não somente pra luta feminista, mas para as mulheres de modo geral. Infelizmente, ser feminista durante muito tempo era ter que conviver com rótulos e isso acabava que, por algumas vezes, enfraquecendo o movimento. Em uma sociedade ainda conservadora, para uma mulher se expor, manifestar-se por algo que ainda seja por direitos, não era muito aceitável.

Com a chegada da industrialização, essas mulheres mais uma vez se tornaram protagonistas de suas histórias de luta. O preço de sua autonomia, em muitos casos, foi pago pela própria vida, pois muitas mulheres morreram por acreditar que valeria a pena lutar por momentos melhores não só pra si própria, mas pela melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

Aos avanços e conquistas devemos a cada uma dessas mulheres, lutadoras, feministas que não desistiram de lutar, de reivindicar e de se expor, pois se hoje

conseguimos obter alguns direitos ainda que mínimos, podemos dizer que foi graças a essas guerreiras que não se acovardaram nem diante do capital e seguiram enfrente defendendo aquilo que acreditavam e tornando possível que outras mulheres pudessem usufruir de direitos, até aquele momento, negados a elas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Editora Valer, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: EdUnb,2004, p.888.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Wedner Maluf, Vera Lucia Puga (org). **Olhares feministas**. – Brasília: Ministério da Educação: Unesco,2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: editora Perseu Abramo, 2003.

RIOUX, Jean Pierre. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa. 1998.

TORRES, Iraídes Caldas. **As novas Amazônidas**- Manaus: Editora da universidade Federal do Amazonas,2005.

VALE, Michelle de Souza. **Mulheres no poder: a trajetória política de Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil**. – 1.ed.- Curitiba: Appris, 2019.

CAPÍTULO 06

USOS DO PASSADO E DIVULGAÇÃO HISTÓRICA: HISTÓRIA E JORNALISMO NA PRODUÇÃO DE AVENTURAS NA HISTÓRIA (2010-2017)

Lorraine Marilyn Leonel

Graduação e Mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
Pós graduada em Arqueologia e Patrimônio. Atualmente trabalha como educadora social

E-mail: lo.leonel13@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender como a história tem sido apresentada em Aventuras na História entre 2010 e 2017. A revista apareceu junto com outras publicações similares no contexto das comemorações do quinto centenário da descoberta do Brasil. Assim, a princípio, analisamos a relação entre o crescimento do interesse na história e os ciclos comemorativos. Colocamos Aventuras na História em um conjunto de outras formas de apresentação do passado nacional que aparecem ao mesmo tempo no mercado editorial e na mídia de massa. Também descrevemos os principais assuntos históricos abordados na revista. A história apresentada em Aventuras na História está próxima do factual, do episódico e das formas de apresentação das figuras contemporâneas na cultura de massa. Assim, nosso estudo contribui para a compreensão da cultura histórica contemporânea e o papel da indústria cultural na produção do passado.

Palavras-chave: Aventuras na História; Revistas de divulgação histórica; Cultura de História; Comemoração; Brasil.

1. COMEMORAR E CONSUMIR HISTÓRIA

O interesse pelos temas históricos, principalmente nos últimos anos, sobretudo a partir dos anos 2000, pode ser pensado como curiosidade e/ou busca pelas origens de nossa organização e de nossa condição de vida. Numa busca pela internet percebe-se o quanto os últimos anos foram férteis em publicações de caráter histórico, produções cinematográficas, exposições, séries de TV. Esse movimento não é exclusividade brasileira, mas um fenômeno de popularização da história intensificado nos últimos 30 anos em todo o chamado mundo ocidental.

A análise de Aventuras na História que aqui proponho, vai de meados 2010 a 2017. Tal período se justifica a medida em que meu enfoque está no reflexo produzido a partir dos anos seguintes às comemorações dos 500 anos do “descobrimento”. Uma década depois o que teria permanecido ou se alterado daquele movimento de busca pela história do país? Se a ideia original era compreender o quanto a história ainda fascinava, agora se torna necessário pensar como ela motiva e justifica ações dentro da lógica mercadológica de produção e distribuição de material de caráter histórico. Contudo, começemos pelas comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil.

Com a aproximação da data comemorativa, a inquietação para com a necessidade de refletir e exprimir a identidade “nacional” se tornava maior entre aqueles que se colocam como representantes oficiais. Eventos diversos e produções das mais variadas formas “disseram”, cada uma a sua maneira, o que supostamente constituía nossas origens (como acredita-se no senso comum histórico, a busca pelos começos pode responder algumas perguntas). Buscar respostas para o que foi, era e seria o Brasil se tornou primordial, assim como em outras comemorações oficiais do passado. Assim sendo, o Estado apresentou-se como um dos principais agentes dessa empreitada, embora disputasse com outros atores sociais o conteúdo das narrativas.

Nesse sentido, emissoras de TV se dedicaram a produção de diversos programas, filmes, minisséries como, por exemplo, A Muralha e Caramuru: a invenção do Brasil e todos os eventos acerca dos relógios que foram colocados em diversas cidades para marcar a contagem regressiva para a data da comemoração. Com isso, a principal tarefa do governo era tornar a data de 22 de abril comemorável porque

esse não era e não é um hábito no país, pois nem feriado nacional está previsto (CARVALHO, 1990; OLIVEIRA, 2000). Enquanto que o 21 de abril é amplamente comemorado e lembrado, dada a perenidade da Inconfidência como evento fundador desde o início do período republicano. E para dificultar ainda mais, o dia da comemoração passava despercebido (e ainda passa). E, portanto, era preciso criá-la. Mas, para além da mídia televisiva, a mídia impressa também se manifestou. A Folha de São Paulo, segundo Eneida Cunha, foi bem menos eufórica e mais crítica, deixando de lado o aspecto meramente festivo e apresentou duas linhas de matérias jornalísticas*. Uma delas se encarregou da cobertura e amplificação do debate sobre a cultura nacional e, de outro lado, o enfoque nos problemas sociais, políticos e culturais da nação como os efeitos da discriminação racial de negros e índios e da falta de voz e vez desses atores sociais. Nesse sentido, houve também investimentos no tema por parte de intelectuais, com a publicação de artigos nos quais as discussões giraram em torno das comemorações. Em uma busca rápida na base de dados Scielo, verifiquei algumas publicações relevantes referentes ao tema, a saber: 500 anos de relações entre Brasil e Portugal (SARAIVA, 2000) ; 500 anos de educação no Brasil (SAVIANI, 2000); E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois (MONTE, 2000); 500 anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional (CHADE, 1999); A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil (SILVA, 2003).

Segundo Silva (2002), as comemorações nacionais trazem por trás delas a questão do tempo com o passado da História e o presente da memória. E, ainda, a rememoração e as lembranças se fortalecem com as narrativas coletivas que também se reforçam por comemorações públicas de acontecimentos marcantes da história coletiva. Assim, a autora se utiliza de Paul Ricouer para pensar não só a rememoração e a memória, mas também o papel da linguagem nesse processo. Se pertencemos a grupos sociais portadores de memória, é essa memória que acaba por ser partilhada. E, para Ricouer, a memória é sempre de alguém que faz projeto e visa o que está por vir. Assim, Silva (2002) nos apresenta o seguinte quadro:

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva

* CUNHA, Eneida. <http://www.comciencia.br/reportagens/501anos/br05.htm> (acesso em: 25/08/2014, 15:03).

encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (por exemplo, nos “500 anos do Brasil”, os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história), e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o “paraíso tropical” e o “país do futuro”). Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional (SILVA, 2002, p. 330).

Se naquele momento havia uma busca pelo que seria a identidade nacional, ele foi especial para o resgate de imagens, a retomada de ritos e mitos de fundação. E, claro, com tudo isso haveria de se pensar o sentimento de pertencimento. Todas as comemorações em suas variadas formas garantiriam a identificação de toda uma população tão diferente e ao mesmo tempo tão parecida? Ficou claro, porém, que aquelas práticas adotadas pelo Estado não estavam em consonância com a vivência real dos brasileiros. Fato é que no dia 22 de abril de 2000, em Porto Seguro, manifestantes (indígenas, militantes do movimento sem-terra, do movimento negro) foram duramente reprimidos pela polícia ao mostrarem em suas faixas e gritos, rostos e corpos, as formas de exclusão ainda permanentes nos 500 anos de história do país. Os periódicos deram visibilidade não só para as práticas de tentativa de comemoração, mas também para os problemas sociais enfrentados. Tanto as instituições do Estado e a Igreja quanto manifestantes serviram-se dos jornais para expor opinião e a situação que o país se encontrava.

Esse processo de seleção de memória manifestado nas comemorações se mostrou um problema bastante incômodo, tanto quanto a própria utilização do termo “descobrimento” amplamente utilizado que se tornou uma das questões em debate. A outra questão abordada por esses agentes de divulgação e construção do momento comemorativo foi a vocação do Brasil para o futuro, e dessa forma, o discurso se apegou a uma visão mítica: o paraíso tropical e o futuro para reforçar o imaginário coletivo e o orgulho nacional. Porém, se, as comemorações nacionais tinham por objetivo cristalizar as memórias coletivas, o 22 de abril de 2000, passou a ser uma lembrança negativa.

Assim, Matos (2000) nos coloca a questão da escolha do que lembrar:

No entanto, este exercício de memória coletivo não se faz sem crítica, sem reflexão. É preciso estar consciente de que o significado simbólico de uma data histórica foi habilmente construído, sendo o resultado de uma filtragem intersubjetiva – esquecimento de uns fatos e lembranças de outros – promovida por um povo, de uma forma interessada. Memória e esquecimento caminham juntos no processo de construção da identidade. Nesse sentido,

reconstruções do passado revelam a sociedade que comemora, comportando discursos e contra discursos, tornando as comemorações objetos criativos de reflexão histórica (MATOS, 2000, p. 34).

Essas e outras questões se apresentam nesse momento da criação da revista *Aventuras na História* (2003). Nesse contexto de exaltação da história brasileira e dos feitos de personagens importantes, mas também de forte questionamento dessas narrativas triunfalistas, a revista aparece como espaço para a apresentação da história. Assim, as comemorações nacionais, uma forma antiga da cultura de memória sustentada na ritualização de eventos e personagens, consistiu um dos elementos contextuais que explicam o surgimento da revista que analisamos e outras publicações semelhantes. Aqui proponho pensar de forma mais específica a constituição da própria revista e como ela se coloca nesse campo de ação e fazer histórico para o grande público que tem acesso a ela e para a qual é produzida. Lembrando que contamos com outras publicações similares no mesmo período, como: *Nossa História* (nov.2003-dez.2006), sucedida pela *Revista de História da Biblioteca Nacional* (2005-2017) e *História Viva* (desde 2003), além de serem também comuns fascículos e números especiais de revistas de divulgação científicas. Mas esse movimento de revistas de grande circulação sustentadas em empresas jornalísticas e instituições renomadas, tem precedentes que não se confundem com o momento celebrativo que marcou a criação das revistas.

Segundo Jurandir Malerba, já nas décadas de 1970 e 1980 nota-se um movimento editorial que indicava o interesse pela história. Escritores e jornalistas como Jorge Caldeira, Elio Gaspari, Ruy Castro, Fernando Morais e Zuenir Ventura produziram uma espécie de jornalismo de época, com biografias ancoradas em pesquisa documental rigorosa e com uma linguagem popular e enredos de romance. Com o sucesso de tal empreitada passaram a escrever sobre períodos históricos inteiros, como o surgimento da bossa nova, o Rio de Janeiro de D. João V ou a Ditadura Militar. Produziram livros de qualidade inquestionável e de grande tiragem. No mercado do livro, portanto, o interesse pela história já era bem consolidado, o que também explica o sucesso editorial dos livros de Eduardo Bueno no contexto da comemoração - coleção *Brasilis: A Viagem do Descobrimento* (1998); *Náufragos, Traficantes e Degredados* (1998); *Capitães do Brasil* (1999) e *A Coroa, a Cruz e a*

Espada (2006) e a transformação de um deles em série televisiva, onde Bueno apresentava no Fantástico o "É muita história".

A comemoração e a existência de um público mais ou menos consolidado pelas iniciativas editoriais anteriores sustentam a explosão de demanda por história com o surgimento das revistas de divulgação. Assim, Malerba nos traz a fala de Luciano de Figueiredo, historiador e editor da Revista de História da Biblioteca Nacional:

História e ciências humanas têm um expressivo papel mobilizador junto aos indivíduos e grupos, uma vez que lidam com identidade, memória, participação e organização públicas, interação e confrontos, assim como condições de existência. São processos que têm uma linha direta com o debate nas universidades e centros de pesquisa e, por isso, difundir o que pensamos ali é alcançar interlocutores até então alheios, reformular conceitos cristalizados por aí, formar novos referenciais de consciência. Logo, cuidar da formação de um público. Desde aqui deve ficar claro o que chamamos de "divulgação científica" para não embaralharmos a discussão proposta por esta entrevista. Trata-se da apresentação de conhecimento acadêmico, acompanhada por especialistas da área, sob novas formas e suportes, para um público ampliado (MALERBA, 2014 apud RIBEIRO; AMOROSO, 2010).

Pensar essas publicações me parece importante pelo fato dela ter surgido nesse momento de efervescência nas produções históricas, por ser uma revista de circulação nacional e por ter como público alvo os estudantes e interessados em geral. Público cujo conhecimento histórico precisamos qualificar.

Pimenta et al. (2014) nos apresenta um quadro geral (através de uma pesquisa quantitativa) relativa ao interesse e conhecimento histórico dos brasileiros. Em linhas gerais, tais leitores têm forte contato com a televisão, são leitores frequentes, frequentam cinemas e teatros regularmente e buscam informações sobre história em diversos meios de comunicação. Assim, podemos perceber que se trata de uma parcela relativa à classe média escolarizada. Porém, há também sua heterogeneidade. Uma vez que a TV aberta produziu material relativo a essa comemoração, o público não relacionado a essa parcela interessada por história, passou também a ser alvo desse objetivo de popularização e participação. Dessa forma todos os mais diferentes nichos de espectadores e leitores foram atingidos. Outro aspecto importante que o autor consegue comprovar com a pesquisa é a dificuldade geral (mesmo dentro do público escolarizado e com maior acesso à cultura letrada) em identificar, reconhecer e localizar eventos chaves da história brasileira

numa cronologia. O que seria uma fraca capacidade de dominar instrumentos básicos da historicização.

Curiosamente, é justamente esse mecanismo básico de historicização que caracteriza as revistas de divulgação: a associação entre datas, personagens, acontecimentos e, no melhor dos casos, processos históricos mais complexos. E isso porque, se para a historiografia a cronologia não é mais que um instrumento compreensivo inicial para a apresentação de formas mais complexas do tempo histórico, ela é um elemento central de uma cultura de história popular. Em outras palavras, a demanda pública mais difusa requer, primeiramente, personagens, acontecimentos e datas localizadas numa sequência temporal. E como essa demanda seria parte da luta contra o esquecimento?

O surgimento dessa e outras publicações semelhantes no mesmo momento, relaciona-se, conforme já indiquei, aos processos próprios da cultura da memória contemporânea caracterizada pela luta contra o esquecimento como forma de compensar a aceleração do tempo, mas esse não é um fenômeno que encontre uma explicação fácil. Nesse sentido, Huyssen (2000, p. 19) questiona:

É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário? É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie tal sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento? (HUYSSSEN, 2000, p. 19).

Caberia perguntar coisas semelhantes sobre os 500 anos. Teriam sido um momento de saturação da memória nacional a compensar a amnésia inerente a certa aceleração e algum otimismo experimentado com a estabilidade monetária e outras possibilidades de mudança mais profunda? Seria uma reação típica das comemorações centenárias como resto de uma cultura de história que, embora nunca forte, existiu, todavia, no Brasil? Seria, ainda, um desmentido da ideia comum de o Brasil ser uma país sem memória? Qualquer que seja a resposta ou uma combinação dessas variáveis, experimenta-se naquele momento um crescimento de produção da história nas mídias para consumo massivo, uma mercantilização do passado, e, através desses mesmo meios e outros entendidos como mais “sérios” porque mais profundos, do debate sobre a história nacional arrefecido após os primeiros anos de redemocratização. Os limites desse debate, certamente despertado pela

comemoração, se dariam dentro dos parâmetros do consumo contemporâneo de história.

2. CONSUMIR E APRESENTAR HISTÓRIA

Segundo os editores da revista Aventuras na História, em 2002, as duas capas mais vendidas da Superinteressante foram as de tema histórico-religioso (Bíblia. O que é verdade e o que é lenda - em julho - e, A verdadeira história de Jesus - em dezembro). Daí surgiu a ideia de produzir um caderno especial para a revista. Aventuras na História nasceu como uma edição especial. Foi distribuída entre os assinantes e, nas bancas, o caderno vendeu 30 mil exemplares, tornando-se assim, uma revista independente.

A linha editorial da revista deixa bem claro que seguem as aspirações e planos de Roberto Civita*, um comprometimento com o leitor e a busca pela constante atualização e modernização da revista. Victor Civita dizia que a Editora Abril é uma empresa de comunicação e lazer. Em meados dos anos 70 a editora era a maior da América Latina. Nos anos 90 a empresa resolveu investir nos ramos da internet e da televisão, mas as revistas permaneciam como carro chefe da empresa. Portanto, a revista aqui abordada se adequa ao projeto editorial da Abril e ao seu apregoado projeto “pedagógico”. Segundo Pereira (2009, p. 51), “as iniciativas da Abril Cultural tinham como objetivo, dentre outros, levar a cultura “dominante” para as casas dos “dominados” e/ou “emergentes”. Tratava-se, dentro de uma perspectiva iluminista, de divulgar e vender a cultura como um patrimônio”. A história seria mais um dos bens culturais disponibilizados pelo grupo editorial. E o sucesso desse empreendimento explica porque, em junho de 2014 a editora Caras adquiriu os direitos sobre a publicação da revista, sem nenhuma mudança significativa na linha editorial.

Com a compra de 10 títulos da Abril, Caras acabou se tornando a segunda maior editora o país, em termos de exemplares em circulação auditados pelos órgãos de medição de vendagem. Enquanto os títulos da Abril alcançaram uma média mensal de 4,03 milhões de exemplares, o portfólio da Caras possui a circulação de 1,71 milhão de exemplares por mês. Passando a editora Globo que nessa medição

* Filho de Victor Civita, o fundador do Grupo Abril. Foi Presidente do conselho de Administração e diretor editorial do Grupo Abril até sua morte em 26 de Maio de 2013.

alcançou 1,49 milhão de exemplares. Esses são números de fevereiro de 2016, do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)*.

No decorrer da trajetória da editora Abril, a estratégia de marketing na segmentação de mercado sempre foi intensa, nos moldes do mundo editorial europeu e americano. Com essa técnica os grandes títulos ocupam os espaços mais importantes e com isso a editora obteve bons resultados quando a vendagem e assinaturas. Aos poucos, o nascimento de títulos de nichos mais específicos diversificou e ampliou as possibilidades de alcance. Para tanto esse foi o “segredo” da Abril enquanto estratégia. Segundo Corrêa (2013), com o lançamento da Superinteressante em 1987, tendo por filosofia tratar de temas que não são encontrados em outras revistas e a preocupação em lidar com esses assuntos de forma mais clara possível, fez com que seu sucesso fosse cada vez maior. Outro ponto de foco estava na venda de anúncios, que com a conquista do mercado brasileiro, e com a periodicidade mensal, a possibilidade de lucro era real não só com as vendas diretas, mas com os anúncios.

O atendimento aos apelos do público e o caráter pedagógico objetivado pela editora e suas publicações são buscados em cada edição. Abaixo o editorial da edição comemorativa de dez anos de Aventuras. Nela, o editorial afirmava:

Chegamos ao décimo aniversário e temos muito que comemorar. Somos a primeira e a maior revista de História do país”. [...] “Para celebrarmos os primeiros dez anos, também trocamos de roupa. A revista tem agora um novo padrão visual, mais moderno e elegante, e ganhou novas seções, como Arqueologia do futuro, Retrotech, e O Que É Isto? Mas as mudanças não pararam por aí: dobramos o tamanho de História Hoje, as páginas destinadas às notícias de atualidade, com mais espaço para descobertas arqueológicas e novas pesquisas (AVENTURAS, 2013).*

Não por acaso, como em outras revistas semelhantes no presente e no passado, a imagem tem um lugar de destaque na apresentação da história realizada na/atraves da revista. Do ponto de vista da imaginação histórica, uma ilustração integrada ao texto delimita e estimula a composição de uma imagem mental sobre um período. A imagem age como um fator que aguça a sensibilidade do leitor. Se em alguns momentos as imagens se justificam por seus fins comemorativos, em outros,

* www.meioemensagem.com.br. Acesso em 08/06/2018

* Aventuras na História, editorial da edição de agosto de 2013 – edição comemorativa dos 10 anos.

os ilustradores buscam construir as possibilidades ali presentes. Nesse emprego das imagens, uma seção importante na revista é Arte & História que traz obras de arte com todos os seus detalhes, com análises e curiosidades.

A revista também dedica uma parte aos lançamentos de livros, filmes, séries e games. Trazem um breve comentário ou trecho, funcionando como divulgação, aguçando a curiosidade pelo produto. A arquitetura é constantemente abordada, com plantas abertas e em planos para explorar o interior de construções grandiosas (templos, castelos, palácios, torres etc.).

Nota-se que a política tem espaço garantido. Diversas matérias abordam as guerras, as táticas de governos de todo o mundo e principalmente a brasileira, em todos os períodos. Porém, o período Imperial brasileiro foi o mais contemplado no período de publicação trabalhado. O que chamo de política são os desdobramentos de eventos históricos que atingem diretamente a vida da população, a economia e a configuração geográfica planetária. Contudo, são privilegiados os eventos em lugar dos processos. São raras as passagens sobre a história recente. Talvez pela própria dificuldade de lidar com a história do tempo presente a partir de uma noção ainda comum de que a distância dos eventos produziria objetividade.

A seção História Hoje, que apesar de seu nome não trabalha exclusivamente com a história atual, geralmente traz matérias sobre o que a arqueologia tem conseguido descobrir sobre diversos assuntos, como os vikings, os maias, a Guerra Púnica, os parasitas nas Cruzadas e a escravidão no mundo atual. Essa seção desperta interesse justamente por sua denominação e a intenção de mostrar como a história trabalha com suas possibilidades no mundo atual. Mostrar esse trabalho é também validar a importância do campo, reforçando ainda mais a razão de ser da revista e sua forma de abordar os assuntos. Nessas matérias, os temas abordados têm relação com a vida nos dias atuais, sejam eles: games do século passado que agora figuram em museus, descobertas que mudam ou acrescentam às situações conhecidas há algum tempo, relatos de comportamento humano que nos levaram à gradativa “evolução” da espécie etc. Aqui a ideia de tempo se adequa ao tempo usual, o tempo como progresso. A tentativa de aproximação se dá pela atualização de descobertas, a tentativa de presentificação do passado, com demonstrações de como tecnologia e os avanços científicos podem alterar aquilo que se conhecia por verdade.

As seções finais se destacam por indicações de leitura, sendo alguns títulos apresentados: A cidade perdida – sobre a aventura de Percy Fawcett em busca dos “astecas” do Brasil, ou Ravensbruck – sobre o extermínio de mulheres nos campos nazistas. E ainda D. Leopoldina – A história não contada. De Paulo Rezzuti. Ou ainda Fidel e a Religião de Frei Betto. Pode-se observar que os temas são variados, as editoras e os escritores são de países diversos também. As séries como Game of Thrones, The Crown, Spartacus, Os Bórgias, Downton Abbey e tantas outras são alguns que aparecem, games (Civilization, Age of Empires, Assassin’s Creed) filmes (em geral são comentados demonstrando erros e acertos nas histórias filmadas com um breve histórico acerca do tema tratado como em A guerra do Fogo, ou em Coração Valente.

Com essa estrutura típica das revistas de variedades, a revista permite ao leitor escolher, como quem observa uma vitrine, qual história consumirá primeiro por assim dizer ou quando irá fazê-lo. E em meio a essa variedade de histórias para ler e ver as propagandas ocupam não só as contracapas e a última página, mas também as lacunas entre as matérias. São anúncios pagos naturalmente, de escolas particulares, cursinhos pré-vestibulares, bancos e suas ofertas a estudantes, cursos de línguas, programas educativos e ações promotoras de melhoria e discussão sobre educação e meio ambiente além faculdades particulares. Sobretudo, é claro das produções da própria editora Abril. E isso evidencia seu público alvo e qual o projeto editorial da mesma. Mas o que esse público prefere ou escolhe?

Os temas mais recorrentes são a História do Brasil (assuntos mais variados) e o Nazismo. Mas por que tais temas? Quanto a História do Brasil parece ser evidente devido ao fato de ser uma revista voltada para o público brasileiro que preserva interesse pela história nacional. Mas vai além disso, responde a uma condição própria do conhecimento histórico em relação com a produção da nação, por um lado indicando certo sucesso desse relacionamento em meio ao público leitor da revista. Por outro lado, é mais fácil produzir sobre a história brasileira dado a disponibilidade de material. Mas e o nazismo? Talvez ele exerça um fascínio sobre os leitores não só pelo horror, mas também pela intensa divulgação e discussão do tema em diversos meios. Mas, a questão moral também se apresenta. “Há que se lembrar diversas e repetidas vezes para que não mais aconteça”. Isso ocorre, segundo Mata (2017) para um alívio de consciência. Para tanto, parece haver uma espécie de concordância de

que grandes crimes políticos como o Holocausto podem ser perdoados, mas não esquecidos.

O Holocausto seria o melhor exemplo do passado que não passa, trazendo consigo não só o horror sofrido pelos judeus, mas também a parcela alemã do trauma? Nesse sentido, para Cezar (2012), uma série de temas tem pautado a agenda dos historiadores: direito e dever de memória, o testemunho como instrumento heurístico e o sujeito moral do discurso, os limites da representação da história, além das decorrências epistemológicas para a questão da narrativa histórica. É isso que seria a demanda por uma atenção a mais dos historiadores e por conta da premência que essas questões encontram na sociedade. Assim, segundo Huyssen (2014) os traumas históricos se encontram no primeiro plano da “política mundial da memória”. Lembrando que para o autor há uma espécie de hierarquia do sofrimento, onde aquele evento estaria no topo, subordinado às demais experiências na economia da memória contemporânea. E com isso uma espécie de reconhecimento de que o Holocausto seria um modelo universal, uma distinção básica de bem e mal. Mas também é considerado como ponto base para comparações entre traumas. E além disso há toda a profusão de representações cinematográficas, documentais e ficcionais sobre ele. Mas não estaríamos nós deixando de lado nossos próprios traumas em favor de outros, para não lidar efetivamente com a dor e todas questões que podem vir junto a isso?

Ainda segundo esses autores, a paisagem contemporânea da memória também se define por forte tensionamento das histórias nacionais e reforço de histórias nacionalistas. E nos parece que no tratamento dado à história e personagens brasileiros existe essa oscilação igualmente. Embora temas como o nazismo se destacam, o público parece demandar sobretudo, e a revista cumpre esse desejo, história brasileira. E nesse sentido, portanto, a revista parece se preocupar com o interesse dos leitores tendo em vista, como nota Ortiz (1991), não apenas (in)formá-lo, mas também vender esse produto cultural.

Além do predomínio da história nacional, na análise das matérias verificou-se que são os personagens históricos que recebem mais destaque. Sobretudo, Dom Pedro I e II. São tratados como uma espécie de celebridades atuais. Esses personagens seriam a personificação daquilo que seria o melhor para o país, e que em algum momento deixamos perder? A monarquia com seu “glamour” traria a

nostalgia? Mas, nesse sentido, é possível concluir que quanto ao Brasil, persiste a história episódica, inclinada aos personagens e acontecimentos de destaque – algo que Malerba e João Paulo Pimenta já notaram em seus trabalhos. Principalmente aqueles momentos que sempre aparecem para caracterizar a história brasileira, como o “Descobrimento”, a Abolição, a Proclamação da República e tantos outros.

De todo modo, seja no tratamento da história brasileira ou outra, permanece a adequação ao universo das curiosidades ou variedades que determinam o perfil da revista. Muitos desses temas aparecem em momentos comemorativos, evidenciando como o projeto editorial de *Aventuras na História* se adequa à cultura da memória contemporânea, uma vez que as grandes comemorações, nacionais ou não, ainda regem os ciclos midiáticos e o calendário da vida pública, impondo um ritmo e um prazo à informação histórica oferecida ao grande público. Tal vínculo com o ritmo próprio das comemorações nas publicações voltadas à divulgação histórica evidencia a conciliação entre memória, pedagogia nacional, ideologias políticas e os interesses próprios ao mercado de bens simbólicos.

Segundo Guimarães (2007), podemos observar esse movimento não só nas iniciativas de patrimonialização e musealização, mas também nos meios de comunicação de massa. A sedução da memória vai além da busca pelo não esquecimento e da constante rememoração. Huyssen (2000) nos diz que a mercantilização do passado operada pela indústria cultural e intensificada pela proliferação das novas mídias não seria o único fator a explicar o desejo crescente por passado. Para ele algo mais está em jogo na produção desse desejo, o que faz com que o público responda tão rapidamente e favoravelmente ao mercado de memórias. Assim, essa resposta tão rápida seria resultado de uma transformação da temporalidade na vida atual, possibilitada pelos avanços tecnológicos, pelos novos padrões de consumo e a grande mobilidade global. Na progressiva invasão do horizonte por um presente inchado, com exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, a mídia, que acompanhou esse movimento produzindo, consumindo e reciclando imagens e palavras, comprime o tempo, fazendo em um minuto e meio ou em poucas páginas muitos anos de história (ASSMANN, 2011; HARTOG. 2013).

Em tempos de aceleração, de informações em excesso e da internet com um apelo irrecusável, a publicação física tem de se adequar. As imagens que

complementam e também “falam” são as senhas para a representação e entendimento desse leitor, e esse é o caminho traçado por Aventuras na História. Mas as imagens têm uma história anterior ao on-line. Muitos elementos do que hoje chama-se de hipertexto e o privilégio da imagem começaram com a imprensa ilustrada. Nesse sentido a revista responde/decorre a esse passado. O desejo por consumo de variedades também pode ser pensado nesse sentido para a revista. Se assim não fosse, o foco não seria transformar a vida de personagens históricos numa coluna de “fococas” ou utilizar-se de best sellers e romances históricos. O trabalho realizado pela editora Abril se coloca como uma tentativa de aproximar a história do grande público e de seus interesses. Talvez a construção de nomes dentro da história mundial reforce essa ideia de distância, como se alguns desses não fossem pessoas “normais”. Outra hipótese é de que a curiosidade vende, e, nada melhor do que unir essa motivação com aprendizado. Refiro-me a aprendizado, pois não há como dizer que não ensina (por mais que não se concorde com a forma de produção da mesma). E ainda que, a afirmação de que se aprende com a história cause discussões, Huyssen (2000) nos diz:

[...] por mais dúbia que hoje pareça a afirmação de que somos capazes de aprender com a história, a cultura da memória preenche uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas (HUYSSSEN, 2000, p. 25-26).

O tipo de aprendizado possível com essas mídias é específico: como objetos estéticos. As matérias questionam, atingem esse sujeito que lê e pode produzir. Esse movimento pode levar a sedução com o objeto que leva então o sujeito a seguir na pesquisa. E essas formas mercantilizadas de apresentação do passado são própria da indústria cultural. Mas se a imediaticidade de nossa sociedade se impõe, podemos dizer a partir de Hartog (2013), que cada vez mais o fardo do historiador é buscar o contemporâneo, o que não significa ceder à lógica do momento ou correr atrás da atualidade. Mas aqui são os jornalistas que se debruçam sobre a história tornando-a notícia. Por fim, o que cabe aqui mencionar é que com métodos diferentes esses profissionais buscam na história, momentos, situações e ações que merecem destaque e que de alguma forma sejam instigantes para os leitores da revista. O objetivo é que de alguma forma a história seja fonte de entretenimento e ensine (ou

não) algo relevante. Não mais a “mestra” que rege as escolhas e as decisões, mas que acrescenta informação e seja interessante.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apropriações e construções de sentido são importantes para pensar as representações. No caminho percorrido durante a pesquisa e elaboração da dissertação, a busca por compreender qual o valor e o sentido da História publicada na revista *Aventuras na História* se tornou o mais importante. A revista em suas publicações mensais manteve seu foco em comemorações e nomes de grandes personagens da história, sobretudo brasileira, também se baseando em temas do momento e produtos da indústria cultural como biografias, romances históricos, cinema etc. A questão central que busquei compreender com essa pesquisa residia nas perguntas: por que a História continua sendo importante para o dia a dia das pessoas que não estudam ou trabalham com a mesma? E por que a História tem sido utilizada, principalmente na última década, como forma de entretenimento? Não sei se respondi exatamente tais questões, mas o que ficou evidente é que a história tem espaço no cotidiano dos leitores interessados e que é vista de forma informativa na produção apresentada. Os leitores ainda procuram ler sobre personagens e passagens da história. Se essa história está longe de ser a mestra que regia a vida, está sim próxima daquela que mostra como era a vida, o comportamento e as questões em outros contextos. De toda forma, a maneira com que a revista apresenta os temas faz com que quem se propõe a ler seja informado/ensinado sobre algo. E com isso cumpre o papel proposto. A forma com que se apresenta a história na revista coincide com a forma que o seu público (escolar) procura obter conhecimento. De maneira rápida e resumida.

Pensando na inflação de memória podemos ver que as transformações estruturais que apontam para uma aceleração vertiginosa da experiência estão sempre presentes. O passado consumido surgiria, portanto, como um refúgio temporário ao poder destrutivo da aceleração. O passado curioso tomaria o lugar do passado que orienta. A cultura antiquária também pode ser um retorno do sintoma desse momento de grande consumo da cultura histórica. Há quem diga que é preciso conhecer o passado para poder refletir sobre o presente e pensar o futuro, mas talvez

essa curiosidade advenha de outro aspecto, indicando uma transformação da função do passado. Por muito tempo, a história foi utilizada para legitimar posições e construções políticas, como a Nação por exemplo. A História assumiu um caráter de poder e de libertação. Poder por ter a força de justificar certas atitudes (ou ao menos tentar fazê-lo), e libertação por abrir os olhos para as possibilidades, versões e situações.

Para Gumbrecht (1999), por exemplo, não mais utilizamos o conhecimento histórico para a orientação em nossa vida prática. E dessa forma a historiografia estaria colocada em xeque na medida em que não pode ensinar como já foi acreditado. A história teria então a força de fascinar mesmo que sua capacidade de ensinar tenha se enfraquecido. E esse fascínio faria com que tivéssemos cada vez mais o desejo de conhecer e estar em lugares que nos fariam acreditar na possibilidade de reviver aquilo que já foi, mesmo que tenhamos a noção de que isso não é possível. Quando pensamos na mídia como reprodutora de materiais e produtos, podemos refletir quanto a questão apresentada por Nora (1988) referente à divisão entre o popular e erudito, que vai desaparecendo com a mídia tão voraz que se apresenta nos dias atuais, e, assim o fosso que tradicionalmente separava dois mundos, os dominantes e os dominados da informação, duas culturas, erudita e popular, tende a desaparecer ou, melhor dizendo, uma hierarquia mais estável se estabelece no interior do mundo da informação, no universo dos media (NORA, 1988, p. 186).

A imprensa e sua participação no dia-a-dia também devem ser pensadas no sentido de objeto e sujeito histórico. Segundo Luca e Martins (2008), podemos pensar essa relação para além desse aspecto, mas no seu contínuo movimento junto a história do Brasil. Assim caminhariam lado a lado, como uma auto explicação que se alimentam entre si. Através da imprensa podemos observar as mudanças políticas, as transformações sociais, os dilemas dos grupos sociais e suas escolhas. E está também diretamente ligada à cidadania e à democracia. Mesmo com um nascimento tardio no Brasil, isso não significou uma atividade insignificante, pelo contrário, no século XIX, é praticamente incontável o número de publicações. Pela imprensa as principais formas de modernização foram sendo incorporadas ao cotidiano.

A inovação estava presente com as fotografias, com as charges, as caricaturas. Com um país de tamanho continental não era uma tarefa muito fácil fazer com que as

notícias chegassem com rapidez, nem que as ideias circulassem com facilidade por isso se tornou tão importante contar com a modernização. Assim, tornou-se também um serviço a favor da civilização e do progresso. O governo a cortejou com grande interesse. E é preciso pensar nessa ampliação da divulgação da cultura como um mercado, o consumo da cultura se torna lucrativo na medida em que encontra um campo fértil com as revistas. E por fim, a produção da mesma (cultura), passa a ser industrial para atender à demanda do mercado. Já não cabe aqui o projeto ou a visão romântica desse trabalho. Já não há uma missão, mas uma “obrigação de produzir um material a ser vendido”. E com esse movimento, a implantação de uma indústria cultural altera o padrão de relacionamento com a cultura, uma vez que passa a ser vista como um investimento comercial.

Porém, segundo Ortiz (1991), a cultura mesmo que industrializada não seria uma mera mercadoria, mas deveríamos vê-la como um “valor de uso”, que está intimamente relacionado com sua manifestação. Os impressos dedicados ao mercado emergente do país demandaram também uma produção alinhada à diversificação e segmentação do público leitor/consumidor. Uma questão importante para a discussão se caracterizou pela pesquisa de Joao Paulo Pimenta onde pudemos perceber o conhecimento fragmentado do brasileiro médio em relação a história do próprio país. Essa relação advém não só da dificuldade habitual de realizar a correlação de fatos e datas importantes, mas também demonstram as falhas na educação formal no Brasil. Sem uma educação básica de qualidade não há possibilidade de que a população seja crítica e informada sobre os temas abordados na pesquisa.

Outra faceta importante está no poder que a mídia televisiva exerceu por anos na sociedade brasileira. Nos dias atuais, com o grande acesso à internet, a população tem mais possibilidades de informação e de construção crítica. O que não quer dizer que o quadro tenha mudado de forma significativa. As revistas representam essa diversificação e, dessa forma, se tornaram novas fontes e objetos de pesquisa histórica. Couberam a elas a especificidade dos temas e seu aprofundamento. Seus diversos segmentos como o religioso, esportivo, histórico, feminino, acadêmico, literário, atendiam interesses diversos não só no sentido de mercado, mas como de divulgação de valores e ideias. E foi a segmentação que levou a Abril a ser a maior editora de revistas do Brasil e da América Latina. Além disso, se preocupou com o leitor, fazendo-o um contribuinte para as pautas, para a formação das revistas. Tânia

de Luca os coloca como os primeiros que se preocuparam com essa dimensão, fazendo com que se colocassem mais próximos dos consumidores. O desejo era que todos os seguimentos sociais tivessem acesso ao produto e a principal preocupação era com que a sofisticação não fosse um fator de contaminação e conseqüentemente formasse um processo de segregação ou falta de identificação com o público. Portanto, não há categorias de leitores, todos merecem o mesmo rigor profissional.

A preocupação estava na diagramação e edição contando sempre com imagens e legendas e como forma de transmissão de uma mensagem clara sobre os temas e conteúdo. Fato é que em 2018 a situação está bem diferente em relação a editora e a vendagem de revistas. Nos últimos meses a editora Abril acabou demitindo centenas de profissionais e se manteve apenas com os títulos mais tradicionais. Vivemos a era digital e a falta de lucro e interesse para tais publicações torna o mercado ainda mais enxuto. Aventuras na História continua sendo publicada pela editora Caras que adquiriu os direitos ainda em 2014. Já em 2022 a revista permanece sendo publicada, mas apenas de forma digital. E quanto ao interesse por material de tema histórico, continuamos com diversas séries de TV, filmes e games desse seguimento. Além disso o mercado literário permanece aquecido para tal produto. Quanto às hipóteses elaboradas a partir do início da pesquisa, podemos dizer que se confirmaram na medida em que: A revista se caracteriza pelo foco em reconstruir acontecimentos e personagens históricos de maneira similar àquela realizada nos meios impressos que fundam a cultura das celebridades. Seria essa uma tentativa de aproximação da História com o público. Procuraria, assim, produzir a identificação entre acontecimentos e personagens passados e o presente. E também possui uma forma de representar o passado correspondente às lógicas próprias da informação. Essas formas requerem um tipo de texto e projeto gráficos adequados ao interesse de um público consumidor interessado em informação histórica; portanto, o jornalista se apresenta como o profissional adequado a suprir esse tipo de interesse que, em princípio, destitui a história de complexidade. A revista não se dedica mais detidamente a temas espinhosos e controversos. Os silenciamentos são diversos e prestigia-se mais as questões recorrentes com indicações para a expansão caso seja o interesse do leitor.

Quanto às matérias e divisões internas, pouco mudou desde os primeiros números analisados. A mudança editorial não significou nova abordagem nem novas

propostas. O conteúdo do que se publica na imprensa periódica já foi e ainda é objeto de acirradas polêmicas. Há objetividade e/ou neutralidade? Porém, para De Luca (2003), o risco de adentrar nessa discussão está em não retirar dele algo efetivo que possa colaborar para o trabalho do historiador. O que há de se fazer é concentrar esforços na análise do discurso e problematizar a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, que, há que se notar, está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

O pesquisador de jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia ou obteve interesse. É preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade para alguma coisa. Os discursos adquirem significados de diversas formas. A ênfase em determinados temas, linguagem, natureza do conteúdo não se dissociam da natureza do público que o produto pretende atingir. A escolha por apresentar a revista com um diagnóstico panorâmico passou pela infinidade de temas abordados pela mesma e por possibilitar inúmeras discussões em relação às escolhas, aos silenciamentos e às diversas formas de apresentar de forma indireta questões atuais e espinhosas. O principal objetivo traçado foi mostrar como a revista se coloca no mercado e como apresenta os temas e divulga a história. Com a lógica de mercado invadindo os diferentes nichos esse material tem cada vez mais espaço e consumo nos dias atuais.

Os números mostram como a vendagem foi alta e como apesar de ter se reduzido o consumo por impressos com o avanço das revistas on-line, o periódico em questão foi suficientemente interessante a ponto de ser vendida para outra editora que mantém as publicações nos mesmos padrões e periodicidade. Enquanto profissional da área de história vejo a revista como instrumento de ensino e pesquisa. Na medida em que o público se interessa e consome, precisamos pensar como isso afeta escolhas e entendimentos de mundo. Vivemos tempos em que profissionais vem sendo atacados simplesmente por tentar fazer com que as pessoas pensem fora dos padrões e/ou respeitem escolhas que não são delas. Apesar dos estereótipos muitas vezes serem reforçados nas páginas de Aventuras na História, o simples fato de indicar e tentar reconstruir um personagem, já serve como estímulo para novas visões. Se muita das vezes a produção da academia não chega ao público não especializado, essas produções chegam e fazem seu papel de saciar a curiosidade por temas mais diversos possíveis. Nesse sentido vejo como válida a tentativa realizada pela revista.

Outro fator importante é que não se trata de uma revista pequena, a média de páginas fica em páginas, o que se for considerado para o mês é bem pouco; entretanto, levando em conta a média de leitura do brasileiro (dois livros por ano) ler a revista mensalmente já se torna um bom exercício. Acredito que as críticas que são relegadas à forma de produção de história por outros profissionais que não da própria área de estudo, são relativas ao desejo de poder e detenção do monopólio do que dizer e como dizer. A falta de reconhecimento e de cuidado com essa questão produz discussões que se fossem direcionadas ao que realmente faz diferença, seriam 70 mais produtivas. Todo aquele que escreve deseja ser lido. Todo aquele que ensina ou entretém, ou analisa quer ser ouvido. O conhecimento deve ser o objetivo.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Testemunha ocular: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação Das Almas: o Imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras. São Paulo. 1990.

CEZAR, Temítocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flavia (org.) [et al.] Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHADE, Jamil Cezar. 500 anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 42, n. 2, p. 176-178, dez. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000200013>. Acesso em: 16 set. 2018.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das Revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; TANIA, Regina. (Organizadoras). História da imprensa no Brasil. 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

GONTIJO, Rebeca. Sobre a cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. Almanack Guarulhos, n.08, p.44-53 2º semestre de 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/alm/n8/2236-4633-alm-08-00044.pdf. Acesso em: 14 mai. 2017.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Em 1926: vivendo no limite do tempo. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999. _____. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com a história agora?. In: Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo e Valdei Lopes de Araújo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. _____. Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. 1942. Trad. Vera Ribeiro. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

LOPES, Ana Elisabete. Artes visuais e os diferentes modos de ver. In: Educação@pósmodernidade. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003. LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. História da Imprensa no Brasil. Editora Contexto, 2008.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi (org). 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na Berlinda. História da Historiografia. Ouro Preto: 2014.
- MATA, Sérgio da. Depois do fim do platonismo fenomenológico: Hermann Lübbe e a descrição da aceleração civilizacional moderna. Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 523-541, set.-dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/civitas/v17n3/1519-6089-civitas-17-03-0523.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- MATA, S. e PEREIRA, M. Introdução: Transformações de experiência do tempo e pluralização do presente. In: Tempo presente & usos do passado. Flávia Varela (Org.) [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Comemorar, Celebrar, Refletir. Sentidos da Comemoração. São Paulo, v.1, n.20, p.329-331, abr.2000.
- MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. Imagem, história e ciência. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n2/a02v9n2.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.
- MONTE, Nietta Lindenberg. E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 15, p. 118-133, Dec. 2000. Acesso em: 16 set. 2016.
- NICOLAZZI, Fernando. A História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica e contemporânea. História: Questões & Debates. Curitiba, nº53. Jul. Dez. 2010 Editora UFPR.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: História: Novos Problemas, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves. 1988.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000, p. 183-202. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2122/1261. Acesso em: 23 jul. 2017.
- ORTIZ, Renato. O mercado de bens simbólicos. In: A moderna tradição brasileira. Editora Brasiliense Bauru, São Paulo. 1991.
- PEREIRA, Mateus Henrique Faria. A Máquina da memória: O tempo presente entre a história e o jornalismo. EDUSC, Bauru – SP, 2009.
- PIMENTA, João Paulo; ATTI, César Augusto; CASTRO, Sheila Virgínia; DIMAMBRO, Nadiesta; LANNA, Beatriz Duarte; PUPO, Marina e VIEIRA, Luís Otávio. A independência e uma cultura de história no Brasil. FFLCH/USP. São Paulo. Maio 2014.
- saviniSARAIVA, José Flávio Sombra. 500 anos de relações entre Brasil e Portugal. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 43, n. 1, p. 189-191, jun. 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100013>. Acesso em: 16 set. 2016.
- SAVIANI, Dermeval. 500 anos de educação no Brasil. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, n. 14, p. 187-188, agosto de 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 de set. 2016. SCALZO, Marília. Jornalismo em revista. Contexto. São Paulo. 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 3ed. São Paulo: Contexto, 2010. SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil". Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2003, vol.18, n.51, 74 pp.141-160. ISSN 0102-6909. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100010>. Acesso em: 16 set. 2016.

SILVA, Helenice Rodrigues. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História São Paulo, v, 22, nº44. p. 425-438. 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf. Acesso em 16 set. 2016.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periodística. Estudos em Comunicação nº5. Universidade do Vale dos Sinos. Maio 2009. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

CAPÍTULO 07

BIBLIOEDUCAÇÃO: ENTRE LEITURAS, DEBATES E DISCUSSÕES, EXPERIÊNCIA A PARTIR DE TEMÁTICAS TRANSVERSAIS NA CASA DA LEITURA, IFPI – CAMPUS FLORIANO

Andreina Alves de Sousa Virginio

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

E-mail: andreina@ifpi.edu.br

Roberta Kellen Borges de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

robertaborges@ifpi.edu.br

Resumo: O projeto “Encontros transversais: leituras, debates e discussões” empreendido no bojo das propostas de extensão do Instituto Federal do Piauí, Campus Floriano, teve como abordagem principal a Biblioeducação, cujos movimentos se baseiam no protagonismo, mediação cultural, educação não-formal, memória e direito à cultura. A dinâmica do projeto estava em abordar diferentes temáticas, com base nos temas transversais apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como: ética, meio ambiente, educação sexual, saúde, cidadania, entre outros. Neste contexto, cada encontro partiu de debates, ancorados por mediadores e convidados em torno dos conjuntos temáticos, seguidos por atividades como leituras, reflexões, produções diversas, divulgação e avaliação dos encontros. O projeto foi aberto para o número de 30 (trinta) participantes, com duração de 03 (três) meses, e contou com uma carga horária de 08 horas semanais. Todo circuito do projeto ocorreu na Casa da Leitura, IFPI – Campus Floriano e resultou em ciclos de discussões dialógicos com estímulos a participação, escuta e negociações, fundamentando o caráter educativo, social e cultural da biblioteca. Nesse sentido, a Casa da Leitura não se configurou apenas como espaço de onde partiram os movimentos do projeto, mas sobretudo, como lugar de significação, partilha e de construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva biblioeducativa, atrelada aos objetivos do projeto, proporcionou um trabalho de reflexão em todas as fases dos encontros, promovendo apropriação e/ou ressignificação, não apenas das matérias ou questões ali discutidas, mas sobretudo do lugar onde as movimentações ocorreram. Neste sentido, o locus biblioeducativo, acabou por romper com processos de instrumentalização, didatização e assimilação fomentando oportunidades em contexto de tensões e conflitos para que os participantes pudessem construir dialogicamente e coletivamente conhecimento.

Palavras-chave: Biblioeducação; Biblioteca; Protagonismo; Mediação cultural; Educação não-formal; Memória; Direito à cultura; Temas transversais; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

1. INTRODUÇÃO

“Encontros transversais: leituras, debates e discussões” é um projeto de extensão da biblioteca Casa da Leitura situada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - *Campus Floriano*. O projeto tem como intuito tratar, dialogicamente, os temas transversais abordados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998), e que se configuram, no bojo das diretrizes que orientam a educação brasileira, como pertinentes por atravessarem as áreas do conhecimento e viabilizarem integração entre sujeitos e sociedade.

Atualmente, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), a concepção dos temas transversais ampliou-se e tem se efetivado na formulação dos novos currículos como: Temas Contemporâneos Transversais - TCT. A recomendação básica de que a educação escolar tem responsabilidade de transformar a realidade, trabalhando além dos conteúdos considerados clássicos também aqueles que tenham uma finalidade crítica social, continua sendo uma assertiva a ser perseguida e sistematizada nas dinâmicas escolares. Contudo, o grande desafio que se descortina em iniciativas integradoras, no âmbito da escola, ainda é a adoção de posturas que considerem: contexto escolar, contexto social, diversidade e o diálogo.

Além disso, outras obstruções surgem como vias de opacidade em torno dos Temas Transversais ou TCT. Macedo (1998) pontua que a transversalidade como abordagem de implementação dos TCT ou temas transversais, à época, funciona como “restrição” e ou “incapacidade” do conhecimento de dar conta de uma realidade complexa. Para a autora, essa problemática se encontra no próprio conceito de ciência defendido pelo positivismo, que baseada em critérios metodológicos formais e muitas vezes sedimentados, obscurece a relevância social do conhecimento, estimulando ações de tematização que reduzem as possibilidades de uma integração genuína e de atuação protagônica dos sujeitos na realidade plural e diversa na qual estão inseridos.

Essas questões apontam para inúmeras esferas problematizadoras encontradas em torno das práticas dos TCT, das quais não conseguiremos discutir neste momento. Porém, sinalizam no mesmo compasso, a necessária incorporação

da transversalidade na composição e construção do conhecimento nos processos educativos pelos quais os sujeitos experienciam.

A partir desta reflexão introdutória, cujos desdobramentos apontam para a interface das temáticas contemporâneas transversais e sua constituição na e para a escola, apontaremos o projeto “Encontros Transversais: leitura, debates e discussões” como uma iniciativa que ultrapassa as dinâmicas das práticas instituídas na educação formal para se estabelecer como proposta de construção coletiva de conhecimento junto ao espaço de educação não-formal, a biblioteca, sob a perspectiva da Biblioeducação.

Contudo, é necessário destacar que a proposição defendida no projeto não encontra centralidade na instrumentalização dos temas trabalhados, mas sobretudo, na articulação entre o *locus* mediador (Casa da Leitura), os participantes do projeto e os Temas Transversais ou Temas Contemporâneos Transversais. Compreender tal perspectiva é fundamental, na parte introdutória deste documento, pois situa o projeto dentro do contexto de orientações da Biblioeducação, cuja natureza é, constitutivamente, pautada em categorias como: protagonismo, mediação cultural, educação não-formal, memória e direito à cultura.

Neste sentido, o entendimento acerca dos “Encontros transversais”, das suas dinâmicas e de seus desdobramentos deve iniciar a partir da sua organicidade. Para tanto, abordaremos os aspectos orgânicos do projeto, a metodologia e os resultados, nesta ordem.

2. ENCONTROS TRANSVERSAIS: ASPECTOS ORGÂNICOS

Considerar o Projeto a partir de seu caráter orgânico, é fundamental para a compreensão mais profunda da sua estrutura, forma e identidade. Neste sentido, a organicidade dos “Encontros Transversais” teve como princípio a intersecção entre: biblioteca, os participantes e as temáticas contemporâneas (eixo educativo), dispendo dos aspectos propositivos da Biblioeducação como base para a fundamentação e execução dos encontros. Esse arranjo, observado sob o prisma das intencionalidades do Projeto, nos ajudou a distanciar as práticas ali desenvolvidas de possíveis ações pedagogizantes pautadas em didatismo, assimilação e utilitarismo, cujos princípios estão mais próximos da instrução do que da educação. Assim, cabe elencar

rapidamente os principais aspectos orgânicos do Projeto “Encontros Transversais”. Eles são:

2.1 A BIBLIOEDUCAÇÃO

A Biblioeducação, mais do que um neologismo criado para expressar a importância do diálogo entre diferenças, como princípio de construção de conhecimento, tem se firmado como uma episteme insurgente na intersecção entre Biblioteconomia e Educação, desde o final da década de 1980.

Ao longo dos anos, grupos de diferentes procedências acadêmicas, sob coordenação do prof. Dr. Edmir Perrotti, vinculado à Universidade de São Paulo (USP), têm desenvolvido pesquisas, cuja proposta epistêmica, institucional e funcional constam como indispensáveis a compreensão e ao enfrentamento de problemas educativos e culturais que estão na base da sua formulação, enquanto campo de estudo.

Constituída e articulada em zona de fronteira do conhecimento, a Biblioeducação atua no fortalecimento de um domínio cuja identidade fundamental assenta-se nas conexões e interconexões, muitas vezes evitadas ou secundarizadas, nos movimentos para os avanços científicos, sob a justificativa de possíveis impurezas epistêmicas (PERROTTI, 2022).

Neste sentido, a Biblioeducação se inscreve em postulações que rompem formas ortodoxas e consagradas, de onde os saberes são, muitas vezes confinados e inscritos em hierarquias e territórios divididos em áreas centrais e periféricas. Esta perspectiva vem rompendo com tal ortodoxia e se estabelecendo, de maneira cada vez mais exitosa, como “lugar” alargado para interlocuções em um movimento epistêmico que considera o trânsito de saberes entre territórios distintos e sujeitos em suas diversidades.

Dentro deste bojo identitário, cabe enumerar as categorias nas quais os estudos em Biblioeducação se sustentam. Elas são: protagonismo, mediação cultural, educação não-formal, memória e direito à cultura. As pesquisas empreendidas a partir destas categorias buscam responder ao problema central da Biblioeducação – o hiato histórico entre biblioteca e educação no Brasil (PERROTTI, 2022). Este problema se

configura como fratura cultural matricial em nosso país ou mesmo como uma “ferida colonial” (FANON, 1968).

Apesar de haver um entendimento, ainda incipiente, de que biblioteca e educação são categorias intrinsecamente solidárias, a aproximação e conexão entre ambas ocorrem circunstancial ou residualmente. Seus caminhos se cruzam em algumas ocasionalidades, muitas vezes sob configuração utilitarista e voluntarista, do que por posições políticas e culturais capazes de estimular e dá sustentação permanente ao processo de conexão orgânica e genuína entre estas duas categorias.

Desse modo, o desafio que se descortina para a Biblioeducação, como episteme insurgente, é viabilizar, na intersecção entre biblioteca e sociedade, a conexão entre os saberes, na tentativa de integrá-los e socializá-los, rompendo assim, com a lógica da relação colonial entre os saberes, em específico, com o padrão de poder inscrito nas tentativas colonialistas de centralidade na produção de conhecimento. Movimento este, definido por Mignolo (2008; 2010) como “desobediência epistêmica”. Atrelado a este desafio, está o reconhecimento da polifonia cultural do país a partir do chamado pensamento fronteiro (MIGNOLO, 2003).

2.2 A BIBLIOTECA “CASA DA LEITURA”

Os paradigmas atribuídos à biblioteca apontados por Perrotti e Pieruccini (2016) nos oferecem orientação quanto a compreensão dos sentidos vinculados a este dispositivo e suas implicações ao longo do tempo e dos espaços sociais. Para os autores esses sentidos são estabelecidos a partir dos seguintes paradigmas:

Paradigma da conservação cultural: a biblioteca, enquanto dispositivo cultural, é vista como *Templum*, ou seja, espaço sagrado, de consignação, cujo silêncio tem caráter funcional, onde o conhecimento é detido, custodiado e imerso na perspectiva conservacionista e patrimonial. A identidade dessa biblioteca é pautada pela falta de acesso e pelo imaginário do “não pertencimento”. Um dispositivo distante da sociedade, marcado por processos interditórios;

Paradigma da difusão cultural: aqui a biblioteca é percebida como *Emporium*, marcada pela lógica distributivista e pelos princípios de acesso, difusão e transmissão

de conhecimento. Por estes moldes, descortina-se uma biblioteca aberta para a democratização e para os produtos culturais;

Paradigma da comunicação cultural: este modelo aponta para a biblioteca como *Forum*. Sua identidade está centrada nos processos de troca, negociação, apropriação, comunicação e mediação. A democratização, fortemente associada à biblioteca *Emporium*, abre espaço para a democracia cultural, com superação de ordens monológicas, tradicionalmente atreladas ao dispositivo biblioteca.

A Casa da Leitura, vista a partir dos paradigmas culturais mencionados acima, é em sua constituição, um dispositivo *Forum*. Erguida em um período de 06 (seis) meses, por meio de trabalho voluntário e inaugurada em novembro de 2008, a Casa da Leitura vem desenvolvendo trabalhos culturais e educativos ao longo destes anos com objetivos alicerçados, especialmente, no direito à cultura junto ao Instituto Federal do Piauí (IFPI) - *Campus Floriano*.

Sem as especificidades de um dispositivo atrelado ao Paradigma da Comunicação Cultural, a biblioteca Casa da Leitura, correria o risco de reproduzir práticas cujas dinâmicas inviabilizariam o desenvolvimento de um projeto com a natureza dos “Encontros Transversais”. Isto implica entender o próprio dispositivo biblioteca como um fator orgânico e estruturante no e para o Projeto.

Sob este ponto de vista, a Casa da Leitura, abriu caminhos necessários para propor novas perspectivas em torno dos sentidos atribuídos à biblioteca, ao passo em que criou oportunidades para explorar diferentes formas de significar tal espaço no circuito dos encontros. Este fator é, sem dúvida, relevante na idealização, organização e execução de práticas com perspectivas biblioeducativas.

2.3 OS PARTICIPANTES

É difícil pensar em um projeto que não considere os sujeitos como parte integrante e constitutiva em todo seu circuito programado. Eles serão a parte mais significativa, rica e plural na estruturação de um projeto, ação ou prática.

Para execução deste projeto, os participantes foram considerados como uma pequena amostra da sociedade local, visto que vinham de contextos diversos e com diferentes vivências. O que nos pareceu um caminho promissor e identitário à proposta de debater, discutir e negociar questões em relação aos temas que seriam

trabalhados, cuja consideração alicerçava-se no reconhecimento e acolhimento das mais diversas experiências frente às temáticas contemporâneas.

2.4 TEMAS TRANSVERSAIS OU TEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS TRANSVERSAIS

Como mencionamos na parte introdutória deste trabalho, os Temas Transversais, renomeados pela BNCC (BRASIL, 2017) como “Temáticas Contemporâneas Transversais”, foram os meios ou “abertura” para avanços nas práticas cotidianas da Casa da Leitura e, no mesmo movimento, impulsionou as dinâmicas escolares do *Campus* em torno da necessária transversalidade no currículo da escola. Além destes pontos de oportunidade, o projeto também estendeu sua contribuição junto aos processos de aprendizagem, formação e socialização na e para a comunidade (interna e externa).

Neste sentido, ao conceber o projeto “Encontros transversais: leituras, debates e discussões” buscamos, a partir dos temas transversais e de suas múltiplas possibilidades, avançar em práticas dialógicas para:

Estimular o interesse dos participantes pelos diferentes problemas em torno das temáticas propostas, que atingem a sociedade;

Buscar soluções, ações positivas e transformadoras do contexto social;

Ajudar a desenvolver os diferentes valores humanos, éticos e morais que venham a contribuir para a formação de uma consciência cidadã;

Formar lideranças na comunidade que atuem como protagonistas e agentes transformadores da realidade;

Significar o espaço da biblioteca, fomentando-o como *locus* educativo, dialógico e cultural frente as demandas sociais, com vistas para o direito à cultura.

3. PROPOSTA METODOLÓGICA

A realização das atividades seguiram as seguintes etapas:

Organização: etapa de sistematização geral do projeto, com base no edital para projetos de extensão lançado pelo IFPI;

Divulgação: etapa de difusão da proposta do projeto. Os canais utilizados foram site do IFPI, blogs de notícias e cartazes fixados nas instituições de ensino superior da cidade;

Inscrição: realizada na biblioteca central do IFPI - *Campus Floriano*.

Execução: teve as seguintes subdivisões:

Introdução ao tema proposto: informações básicas do tema a ser discutido naquele encontro;

Exposição do tema, abordado através de texto escrito ou audiovisual;

Reflexão e debate acerca do assunto proposto: nesse momento o mediador teve o papel de estimular os participantes para a compreensão da questão abordada e extrair do grupo suas impressões e considerações sobre o tema;

Atividades diversas sobre a temática abordada: dinâmicas de grupo para interação, descontração ou reflexão, bem como para intensificar os conceitos trabalhados no encontro;

Atividades de produção: texto escrito, desenho, folders, cartazes, pintura, etc.;

Divulgação da produção: os participantes (em grupos temáticos) foram convidados para compartilhar e expor seus trabalhos com os demais grupos nos murais e/ou pátio e salas de aula do IFPI-Floriano;

Avaliação: o grupo avaliou como foi o encontro, as atividades realizadas, as dúvidas, o que aprenderam e ou ressignificaram, o que gostaram e o que não gostaram e propor sugestões para os próximos encontros.

A metodologia proposta foi, eminentemente, colaborativa. Para Ibiapina (2008) na pesquisa colaborativa, o pesquisador sai de sua centralidade, de geração dos saberes, para tornar-se coparticipante no processo. Sobre isso, Virginio (2018) aponta que o viés colaborativo

implica em uma postura de pesquisa que considere, sobremaneira, o outro com seus saberes e experiências. Desta forma, entendemos a pesquisa colaborativa como meio de construção participativa do conhecimento, a partir de uma posição cuja mutualidade entre os partícipes é a mola propulsora para o desenvolvimento da investigação (VIRGINIO, 2018, p. 67).

A partir deste entendimento, a proposta dos encontros foi feita apoiada a uma perspectiva intercultural frente aos diferentes gêneros textuais: contos, crônicas, poesia, fotografias, documentários, filmes, jornais, música, cartazes, charges,

quadrinhos etc, nos seus variados suportes, assim como as diferentes possibilidades de se pensar e dialogar por meio destes materiais.

A cada encontro, um convidado especializado na temática, “apertava o botão para engrenar as rodas”, que por sua vez, viabilizava o avanço pelas etapas de exposição do tema proposto, leitura, interpretação e reflexão do assunto abordado, buscando ouvir as opiniões dos participantes e suas relações com outras leituras.

Após desenvolvimento de cada temática, foram realizadas atividades desenvolvidas pelos participantes, como: produção de texto, cartazes, folhetos informativo, dinâmicas e/ou jogos, tendo por base o tema explorado. Os trabalhos produzidos foram divulgados no pátio do IFPI-Florianópolis e compartilhados nas salas de aula numa dinâmica cíclica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O giro de cada roda viabilizou um entrelaçamento de ideias, discussões e negociações extremamente ricas e significativas, vindas das seguintes direções:

Educação sexual: mudanças físicas; necessidade do respeito à condição de adolescente; crise dos papéis sociais; primeira experiência sexual; Infecções Sexualmente Transmissíveis;

Droga: tabagismo alcoolismo drogas ilícitas prevenção, recuperação e tratamento;

Questão do gênero: feminicídio, machismo, homofobia e cultura do patriarcado;

Suicídio: focando as causas e prevenção;

Religião e suas correntes: umbanda e candomblé, espiritismo, protestantismo catolicismo, budismo, ateísmo com foco no respeito a diversidade;

Ética: abordando os pontos como: moral, honestidade, ciência e corrupção;

Cultura: miscelâneas, tendo foco nos aspectos: racismo, preconceito, intolerância, diversidade cultural, cotas (ações afirmativas) e;

Meio Ambiente, focando os seguintes aspectos: água, desequilíbrio ecológico, lixo, sociedade moderna de consumo, preservação ambiental, poluição, percepção ambiental e energias renováveis.

A proposta dialógica frente as temáticas organizadas nas dinâmicas do projeto proporcionou interlocuções que sinalizaram para questões imbrincadas e descortinadas ao longo da execução dos encontros, como:

Trocas dialógicas na construção de conhecimento: neste ponto, o diálogo não seria apenas o meio por onde as negociações e conflitos se revelavam, mas sobretudo, um espaço de acolhimento, de respeito e de ressignificação frente a uma realidade social com sua natureza diversa, múltipla, heterogênea e muitas vezes contraditória. Bakhtin (2006) e Freire (2010) nos oferecem visões bastante complementares sobre a relevância das trocas dialógicas e suas implicações sociais na vida do homem.

[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade.” (BAKHTIN, 2006, p. 117).

“(...) o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (...) É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro” (FREIRE, 2010, p. 91).

Os participantes puderam falar, ouvir e negociar questões que, para alguns, estavam solidificadas e para outros, tais questões estavam ainda incipientes ou mesmo desconhecidas.

Deste modo, os processos de trocas dialógicas também foram fundamentais para avançarmos rumo ao tópico que segue.

Protagonismo: visto como um modo de existir e resistir, a visão protagonista, no circuito dos encontros, foi sendo aclarada progressivamente à medida que os participantes se apropriavam, não apenas dos conceitos, características ou especificações referentes aos temas trabalhados, mas sobretudo, de que maneira aquelas temáticas influenciavam os seus modos de ser e existir na sociedade. Sobre isto, Perrotti (2017) faz a seguinte afirmação:

[...] protagonismo implica uma dimensão existencial inextricável. Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afeta a todos. Significa tomada de posição dianteira face a obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, ideias, preconceitos etc.) (PERROTTI, 2017, p. 15)

O autor nos oferece a oportunidade de pensar que, sem ações que promovam, protagonicamente os sujeitos, correríamos o risco de repetir dinâmicas, ações e práticas com pouco ou nenhum compromisso diante do protagonismo social.

Reconhecimento da interculturalidade: configurou-se como um grande e significativo eixo para que as ressignificações em torno das temáticas pudessem ocorrer. Sobre esta questão, Candau (2014) faz a seguinte defesa:

a educação intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos – individuais e coletivos –, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça – social, econômica, cognitiva e cultural. (CANDAU, 2014, p. 1)

Em todos os circuitos do projeto, a interculturalidade esteve inserida como uma proposta crítica e decolonial, haja vista a natureza diversa e múltipla de todos os sujeitos envolvidos. Neste sentido, o reconhecimento dos diversos saberes ali inscritos, foram considerados e articulados a partir do que Santos (2013) chama de “ecologia de saberes”, cuja base está na ideia de que o conhecimento é interconhecimento e que este se configura na reconhecida diversidade epistemológica do mundo.

O valor da memória (individual e coletiva): no projeto a compreensão de memória esteve articulada às experiências dos participantes. Esta perspectiva é, eminentemente, benjaminiana, porque em Walter Benjamin a concepção de memória é alargada, extrapolando a perspectiva temporal, em especial a do passado. Por este motivo, para o autor, a memória não é o antes, mas o meio, ou seja, a memória é onde se deu e se dá a vivência dos sujeitos (BENJAMIN, 1987). Assim, os participantes do projeto puderam produzir saberes no tablado das suas memórias, considerando as vozes, em suas pluralidades a partir de movimentos de entrelaçamento voluntário e coletivo. Isto possibilitou a leituras e/ou releitura de suas experiências no social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dos “Encontros Transversais: leituras, debates e discussões” nos pareceu desafiadora em muitos aspectos. Em especial, por articular ações e práticas em ambiente, cuja ideia, ao longo do tempo, esteve associada a espaço silencioso, voltado, quase que exclusivamente, a cultura letrada e com específica ordem monológica em suas rotinas e convenções. A Casa da Leitura, rompe com este paradigma ao constituir-se como dispositivo biblioeducativo, cuja ordem informacional é, eminentemente, dialógica.

Pensar e articular o projeto no espaço da Casa da Leitura, cuja natureza, caracteriza-se por sua flexibilidade, comunicabilidade, por seu caráter modular, com objetivo fixado nas necessidades de uso local e nos moldes de um programa de extensão, foi fluido em todo o seu processo, em razão da organicidade do dispositivo. Por outro lado, se a biblioteca estivesse firmada, de modo proeminente, em paradigmas como o de conservação ou mesmo de difusão da cultura, mencionados na segunda parte deste artigo, certamente teríamos empreendido uma carga mobilizadora, considerável, em todas as fases dos encontros.

Deste modo, no bojo de toda esta conjuntura estrutural pautada na dialogia, os temas transversais ou temáticas contemporâneas transversais, puderam, sob viés da educação não-formal, alcançar um sentido integrador a partir das vivências e experiências dos participantes e não, por meio de simples tematizações utilitaristas e/ou pedagogizantes, facilmente ajustáveis caso o projeto não levasse em consideração aspectos como: protagonismo, mediação cultural, memória e o direito à cultura, categorias intrínsecas a Biblioeducação.

Tanto na conjuntura operacional quanto na base teórica, algumas questões nos parecem, fundamentalmente, discursivas e reflexivas nestas considerações. A primeira diz respeito a mediação cultural, vista aqui, como “ato autônomo” (PERROTTI, PIERUCCINI, 2014), cuja atuação afirma-se nos contextos socioculturais, postulando quadros propícios à negociação de significados desde a fase de aproximação e compreensão até a fase apreciativa. Seu empenho direto, no transcurso de todo projeto, não firmou-se no processamento e/ou transmissão de informações, mas na criação de condições interativas e criativas, com vistas para que a construção de significações ocorresse considerando questões culturais e

situacionais apresentadas a partir dos temas (BRUNER, 1991). Ampliando ainda mais esta assertiva, Caune (1999), nos apresenta a mediação cultural, não como transmissão de conteúdos pré-existentes ou de mediações generalizadas, mas como produção de sentido na dependência material da mídia, espaço, recepção e circunstâncias. A mediação, neste sentido, trata-se da relação entre o técnico, o material, o intelectual e seus usos sociais.

Por este entendimento, é importante salientar que os resultados do projeto estão atrelados a esta perspectiva de mediação cultural, certamente responsável pela promoção da autonomia dos participantes e da, conseqüente, protagonização destes sujeitos no desenrolar dos embates, conflitos e tensões ao longo dos encontros e para além destes.

Por fim, a segunda grande questão a ser enfatizada nestas considerações é o direito à cultura que, em seu sentido social e cultural, circunda todas as categorias orgânicas de embasamento deste projeto. O direito à cultura previsto, deste 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU, 1948), aponta em seus artigos 22º e 27º que toda pessoa “*pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis*” e que “*toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.*”. De outro lado, A Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988), em seu artigo 215, prevê que o *Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

Todavia, compreendemos que, mesmo diante de marcos orientadores e normativos em nosso país, ainda temos muito a avançar e conquistar. Há uma ruptura histórica no Brasil entre biblioteca e sociedade e vice-versa, fato que inviabilizou, ao longo dos anos, o enraizamento cultural destes dispositivos e sua inserção genuína nos circuitos escolares, culturais e sociais.

Projetos como “Encontros Transversais: leituras, debates e discussões”, em dispositivos bibliotecários, apontam para múltiplas direções, que não apenas os resultados intrínsecos ao projeto em si (apontados aqui, no capítulo 4). Nos mostram que:

As bibliotecas, vistas sob as perspectivas da comunicação cultural são, em sua natureza orgânica, dispositivos de forte impacto cultural, educativo e social.

As pessoas, ao terem contato com estas bibliotecas, tendem a se apropriarem do dispositivo que, não se limita apenas a disponibilizar informação, mas juntamente com os sujeitos dizem, contam, narram e produzem significados.

O dispositivo biblioteca, como *locus* de educação não-formal, se constitui como espaço de democracia, justiça social, diversidade, liberdade, direitos humanos, sociais, políticos e de exercício da cultura, se suas ações e práticas romperem com a ordem informacional monológica e se aproximarem de pressupostos como: protagonismo, mediação cultural, memória e direito à cultura, eixos norteadores da Biblioeducação.

Estes apontamentos surgiram a partir de pistas e informações deixadas pelos participantes nos instrumentos avaliativos do projeto. O que nos faz refletir não apenas, sobre a importância e os resultados do projeto, mas sobretudo como este se conecta ao dispositivo que lhe deu acolhida.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.
- BAKTHIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 23 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 23 set 2022.
- BRUNER, Jerome. **Actos de significado: más allá de la revolución cognitiva**. Madri: Alianza Editorial, 1991.
- CANDAU, Vera Maria. **Concepção de educação intercultural**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014. (Documento de trabalho).
- CAUNE, Jean. **La médiation culturelle: une construction du lien social**. 1999. Disponível em: <http://lesenjeux.u-grenoble3.fr/2000/Caune/Caune.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- GOHN, M. da G. Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social. *Meta: avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009. Disponível: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1/5>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- IBIAPINA, Ivana Maria L. de M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.
- MACEDO, Elizabeth F. de. Os Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Química Nova na Escola**, n. 08, nov., 1998. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc08/espaco.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**. n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidade y gramática de la decolonialidade**. Buenos aires: Del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**, tradução de Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

PERROTTI, Edmir. Biblioeducação: a definição de um domínio de pesquisa e de formação de fronteira. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE BIBLIOEDUCAÇÃO, 1, 2022, São Paulo: USP, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mtPFi2f3x0o> HYPERLINK "https://www.youtube.com/watch?v=mtPFi2f3x0o&t=4774s"& HYPERLINK "https://www.youtube.com/watch?v=mtPFi2f3x0o&t=4774s"=4774s. Acesso em: 23 set. 2022.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. *Infoéducation: ceci n'est pas une pipe. À la recherche d'une troisième rive*". **Mediadoc Apden**, Paris, n.16 : 18-21, juin, 2016.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação**. 2004. 194f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RUSSEL, B. O conhecimento inútil. In: _____. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 36-46.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 31-83, 2013.

VIRGINIO, Andreina Alves de Sousa. **Biblioteca, oralidade e conhecimento: uma contribuição aos estudos de mediação e apropriação cultural**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-25072018-153201/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

CAPÍTULO 08

O PERCURSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DO SÉCULO XVIII À PROMULGAÇÃO DA LDB

Márcia Cicci Romero

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: marciacromero@yahoo.com.br

Maria Helena Cicci Romero

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: mhcicci@yahoo.com.br

Resumo: O objeto de estudo desse artigo pautou-se sobre o percurso história da formação de professores a partir do século XVIII a promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Este artigo tem o objetivo geral de fazer um percurso histórico da formação de professores, para tanto, voltamos no século XVIII em Portugal para compreender como se deu esse processo no Brasil, para dar subsídios ao entendimento de como foi promulgada a LDB em 1961, no país. Iniciamos no século XVIII com as ideias iluministas que influenciaram na educação em Portugal; com os jesuítas e sua expulsão, o mandato de Dom Tomás de Almeida, as reformas pombalinas e o reinado de Dona Maria I, passamos pela independência no Brasil, ensino primário e secundário, os métodos, intuitivo, mútuo e simultâneo, as escolas normais, grupos escolares, o regulamento de 1854, reforma de Leôncio de Carvalho, até chegarmos no século XX, com a criação da ABE (Associação Brasileira de Educação) no Brasil até a promulgação da LDB (Lei de diretrizes e bases da educação). A metodologia adotada fundamentou-se na pesquisa qualitativa e bibliográfica através da análise de livros e artigos do meio digital. Como resultados podemos compreender o percurso da história da formação de professores até a promulgação da LDB em 1961, tendo em vista os inúmeros professores leigos que existiam, como também o dualismo no ensino, ou seja, um ensino para a elite que ficava a base de um estudo intelectual e outro para o ensino popular que objetivava a formação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Formação; Professores; Leis orgânicas.

1. AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DO SÉCULO XVIII NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para Portugal, no século XVIII, a vontade de haver mudanças ficou mais evidente, tendo em vista a discrepância que havia entre a religião e a lógica e, conseqüentemente, entre fé e religião. As ideias sobre a educação surgiam através dos portugueses que iam morar em outros países e, ao retornarem, estavam imbuídos de ideias iluministas*; queriam que a educação não estivesse ligada aos jesuítas, pois estes eram devotos de Aristóteles, assim, se colocavam distantes da ciência. Gondra e Schueler (2008, p.156) nos ajudam a entender melhor sobre o que foi a missão dos jesuítas:

A história da missão jesuítica e do sistema educacional implantado pelos “soldados de Cristo” na colônia, já bem conhecida, tem sido compreendida a partir dos seus resultados vitoriosos no que se refere à concretização dos projetos europeus de exploração colonial do Novo Mundo. Pela sua importância na formação do Império português, não apenas na América, mas também na Ásia e na África, e especialmente pela sua eficácia na elaboração de modernos mecanismos institucionais de educação e transmissão cultural, a história da missão jesuítica foi construída sob o mito da origem, considerado, por muito tempo, como uma ação educativa pioneira, heroica, hegemônica e singular, verdadeiro marco na História da Educação e da profissão docente brasileiras.

No dia de 28 de junho de 1759 um Alvará foi instituído com o intuito de fechar os colégios jesuítas, apenas permanecendo as aulas régias, que eram mantidas pela Coroa. Com o fechamento dos colégios, a Universidade de Évora também se fechou*.

O Alvará de 28 de junho ateu-se à “reforma dos estudos menores”, que correspondem ao ensino primário e secundário. Após um preâmbulo, o documento trazia as disposições relativas ao diretor de estudos e aos professores de gramática latina, de grego e retórica. Como se vê, o objeto desse Alvará privilegiou os estudos das chamadas “humanidades”, portanto, o ensino correspondente ao nível secundário. (SAVIANI, 2008, p.82)

Veiga (2007, p.134) ainda complementa:

* O Iluminismo ou a Época das Luzes foi um movimento que ocorreu no século XVIII na Europa abrangendo a ciência e filosofia. Seus ideais circulavam pelo progresso, liberdade e o homem; teve grande desenvolvimento, além dos aspectos espiritual, político e social, também no cultural.

* A Universidade de Évora se fechou justamente por ter estado sob ordens jesuíticas.

O documento que oficializou tal mudança foi o “Alvará Régio de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime administrativo, o cargo de Diretor de Estudos e a nomeação de professores régios de Gramática Latina, de Grego e Retórica”.

No Alvará também foram atribuídas funções ao diretor de estudos, que seriam a de supervisionar e, no final do ano, apresentar um relatório sobre como estavam os estudos, além de sugestões pertinentes para que escolas fossem criadas. Somando-se a isto, ninguém poderia lecionar sem sua aprovação.

Ao criar, em 1759, o cargo de Diretor- Geral dos Estudos no contexto das Reformas Pombalinas, o Estado português estabeleceu-lhe como atribuições: a coordenação dos estudos, a elaboração de um relatório anual a respeito da situação das aulas régias, a inspeção dos professores e a administração das aulas. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.84)

Em 28/07/1759 o cônego Dom Tomás de Almeida, tentando aperfeiçoar a capacitação de professores, abriu um edital com o objetivo de averiguar se os professores escolhidos para determinada disciplina estavam aptos a lecionar. Assim, somente em 1761 a nomeação seria feita pelo rei através do diretor-geral. Já em terras brasileiras foi em Recife que esse mesmo edital para a contratação de professores régios foi aplicada em 20 de março de 1760. Não houve nenhuma nomeação até 1765. Dom Tomás acreditava no iluminismo, assim passou a exercer o cargo de diretor-geral. Ele enxergava que era por meio do ensino público a possibilidade de instituir a glória perdida por Portugal.

O mandato de Dom Tomás se encontrava nas reformas pombalinas em Portugal. Gondra e Schueler (2008, p.21) afirmam que:

No âmbito da educação escolar, a reforma pombalina (1759-1772) desencadeou o processo de expulsão dos jesuítas de Portugal e de todo o seu Império, o que acarretou a reorganização do ensino público oficial. Tornava-se então obrigação do Império luso garantir a educação gratuita à população, não de forma igualitária e homogênea, em todo o território metropolitano e colonial. Para tanto, a reforma dos Estudos Menores criou o sistema das Aulas Régias, que passariam a ser financiadas pelo subsídio literário e coordenadas pelo Diretor Geral de Estudos.

Por sua vez, Vicentini e Lugli (2009, p.69-70) ressaltam que:

A instituição do concurso para a seleção de docentes inicia-se quando a tarefa do ensino é assumida pelo Estado, durante as Reformas Pombalinas, em Portugal e suas colônias. Nas aulas correspondentes ao Brasil, o processo de seleção de professores iniciou-se em 1760 – os candidatos eram submetidos a uma prova de gramática e outra de matemática para ocupar uma aula atribuída em uma cidade ou vila. Aprovado, o professor receberia um documento que o autorizava a ensinar. Após o concurso, o cargo seria vitalício, a menos que o professor decidisse mudar de localidade, ocasião em que perderia o direito à aula. No entanto, era preciso primeiro conseguir ser nomeado para o cargo de modo a obter a vitaliciedade: muitas vezes as licenças não chegavam, perdidas nos meandros da administração colonial – era preciso que o Diretor-Geral de Estudos ratificasse, em Portugal.

Dom Tomás concedeu à falta de professores régios o insucesso dos estudos menores, que não possuíam material para dar andamento na reforma, como também à má remuneração e ao atraso para receber os salários. Assim, a Diretoria Geral dos Estudos é extinta e, conseqüentemente, termina o mandato de Dom Tomás em 1771.

Com o fim do mandato de Dom Tomás, acaba também a primeira fase das reformas pombalinas em Portugal da instrução pública. A segunda reforma pombalina teve seu início em agosto de 1772 e tinha o foco no ensino superior, sendo seu principal objetivo a reforma na Universidade de Coimbra. A reforma queria voltar toda a vida cultural de Portugal para o iluminismo.

As reformas pombalinas no Brasil tiveram início após a implantação do Alvará de 1759, com a abertura de concursos na Bahia e a nomeação dos primeiros professores régios em Pernambuco. Foi com o reinado de Dona Maria, em 1808, que os religiosos puderam voltar a exercer o magistério.

Veiga (2007) mostra que as reformas da educação escolar iniciaram-se com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, tal fato deveu-se por Portugal ter tomado essa decisão primeiro, como também pelo fracasso dos jesuítas em tentar educar os índios.

Com o afastamento de Dona Maria quem assume é o seu filho, o príncipe regente Dom João, que colocou como ministro Rodrigo de Souza Coutinho, que era adepto ao iluminismo. Era na casa dos próprios professores que as aulas régias eram ministradas, sem, no entanto, terem ligação entre si, além de serem avulsas. Como no governo de Dona Maria houve espaço para que ordens religiosas tomassem a frente do ensino, muitos seminários e colégios foram criados no espírito das reformas pombalinas. Essas instituições também eram frequentadas por pessoas que não iriam formar-se para serem sacerdotes.

O reinado de dona Maria I (1777-1792) foi marcado pelo movimento da Inconfidência Mineira, por novas medidas econômicas e pelas discussões políticas em torno de uma possível transferência da Corte portuguesa para o Brasil. No plano educacional se manteve a estrutura montada pelo marquês de Pombal, com ligeira ampliação no número de escolas de primeiras letras, a criação de novas cadeiras e aulas avulsas de estudos intermédios, além do incentivo à instrução de meninas. A direção dos estudos continuava sob a responsabilidade da Real Mesa Censória e foram centralizados o controle e a arrecadação do subsídio literário pela junta de finanças. (VEIGA, 2007, p.137-138)

No Brasil, o Seminário de Mariana, na segunda metade do século XVIII*, exerceu função primordial na formação intelectual de Minas Gerais, havendo também pedidos das famílias para que seus filhos fossem estudar na Universidade de Coimbra. Já o Seminário de Olinda, por sua vez, nasceu já com as perspectivas iluministas.

2. O AUMENTO E A PERMANÊNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SÉCULO XIX

A proclamação da independência no Brasil ocorreu em 1822. O imperador julgou necessário que uma Constituição fosse implantada, colocando em evidência que leis deveriam ser criadas sobre a instrução pública, assim organizando as escolas públicas que seriam instaladas no novo Estado. A instrução passa a ser defendida como o instrumento necessário a ser utilizado para integrar a população a nação.

É diante esse cenário que a ideia de escola laica passa a existir e também é apossada pela elite, que apoiou o processo da independência do Brasil e do novo Estado. Saviani (2008, p.121) elucida abaixo a importância da instrução:

Conforme esclarece Condorcet, a instrução é necessária porque evitar o erro é condição essencial da liberdade. Só o caráter de verdadeira poder dar legitimidade a uma decisão e justificar que um ser humano a ela se submeta. E como não se tem garantias plenas de se atingir a verdade, cabe proceder de modo que se possa provar que foram levadas em conta todas as garantias acessíveis contra o erro. Eis por que as decisões tomadas em assembleia são preferíveis àquelas tomadas individualmente. Isso faz com que um indivíduo esclarecido tenha boas razões para delegar a decisão, à medida que considera que por essa forma haverá maior probabilidade de se evitar o erro.

* No século XVIII a principal fonte econômica da colônia (Brasil) era o açúcar.

No dia 25/03/1824 o imperador outorgou a primeira Constituição do Império do Brasil, que declarava que a instrução primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos. O ensino da instrução primária seria dividido em quatro graus, que seriam: o primeiro referente a pedagogias, o segundo aos liceus, o terceiro aos ginásios e o quarto às academias. O primeiro grau seria voltado para os conhecimentos elementares a todos os cidadãos, abrangendo a leitura, escrita e princípios da aritmética, morais, físicos e econômicos. Já o segundo grau estava veiculado à formação profissional, o terceiro grau aos conhecimentos científicos gerais e o quarto grau às ciências abstratas e de observação.

A escola primária destinada à maioria da população, deveria difundir os saberes elementares e os rudimentos das ciências físicas, naturais e sociais, enquanto a escola secundária, atendendo as elites dirigentes e a classe média em ascensão permaneceria como a guardiã da cultura geral de caráter humanista. Dessa maneira, a formação do cidadão republicano ancorou-se de um lado, nas possibilidades de integração social pelo cultivo da formação cívico-patriótica, pela afirmação da nação como projeto político e pela difusão de elementos das ciências, das técnicas, das letras e das artes; de outro lado, na constituição de culturas escolares distintas configuradas em diversos tipos de estabelecimentos de ensino e em modos diferenciados de distribuição e apropriação do conhecimento e de produção de disposições, de percepções de mundo e de pessoas. (SOUZA, 2008, p. 19)

Essa proposta de ensino foi muito importante porque continham ideias modernas baseadas nos pensamentos de Condorcet, que preconizavam uma educação pública e laica.

A preparação para a formação de professores teve seu início com a institucionalização do mundo moderno, no qual teriam acesso ao ensino primário todas as classes sociais. A formação de professores teve seu pontapé inicial com a revolução francesa, que formaria professores leigos.

Conforme disse Tanuri (2000, p.62):

Mas somente com a Revolução Francesa concretiza-se a ideia de uma escola normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando, paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais.

É interessante perceber que sempre existiu uma preocupação de selecionar quem seriam os professores a lecionarem nas escolas primárias. Nessa perspectiva,

mesmo antes de existirem escolas específicas para a formação docente, a preocupação em selecioná-los era presente.

É nesse contexto que as escolas de ensino mútuo atuavam, para além de alfabetizar, lhes instruir. Foram essas escolas que iniciaram a formação de professores, sem, no entanto, haver teoria.

Proposto e difundido pelos ingleses Andrew Bell, pastor da Igreja Anglicana, e Joseph Lancaster, da seita dos Quakers, o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas. Embora esses alunos tivessem papel central na efetivação desse método pedagógico, o foco não era posto na atividade do aluno. Na verdade, os alunos guindados à posição de monitores eram investidos de função docente. O método supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. De uma das extremidades do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, em especial os monitores. Avaliando continuamente o aproveitamento e o comportamento dos alunos, esse método erigia a competição em princípio ativo do funcionamento da escola. Os procedimentos didáticos tradicionais permanecem intocados. (SAVIANI, 2008, p.128)

No Brasil é com a Lei 15/10/1827 que as escolas de ensino mútuo são instituídas, com a criação de escolas que contemplassem as primeiras letras. Essa Lei difundia as ideias advindas do iluminismo, garantindo a todos os cidadãos acesso aos rudimentos do saber que era imprescindível à modernidade, afastando, assim, a ignorância. Essa Lei entrou em vigor com a intervenção do Estado com o intuito de não haver discrepâncias na formação docente.

No que se refere à instrução primária, sua disciplina foi detalhada três anos depois de nossa primeira Constituição, por meio da Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827. Este texto recobre um conjunto geral de aspectos que, combinados, procuraram dar uma forma às escolas de primeiras letras, ou escolas de ler, escrever, contar e crer. Com base nas regras de criação e manejo desta malha escolar, se pretendeu atingir a população que habitava vilas e lares populosos do extenso Império. Perceptível, neste caso, o emprego do critério da densidade populacional como forma de tornar eficaz a intenção de se “derramar a instrução sobre toda a população”. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 52-53)

Em 1834 o governo central transferiu o ato de cuidar das escolas primárias e secundárias aos governos das províncias, tendo em vista o Ato Adicional à Constituição do Império.

No estado de Minas Gerais a primeira Escola Normal é criada em Ouro Preto* pela Lei nº 13 de 1835, que foi promulgada para que os professores do ensino primário público garantissem sua formação para instruir. Porém, essa entrou em vigor Lei somente a partir de 1840. Por não ter cumprido com todas as regras, a primeira Escola Normal de Ouro Preto passou por várias aberturas e fechamentos, assim uma nova Escola Normal passou a funcionar na cidade de Campanha; foram as duas escolas que atuaram na preparação dos professores em Minas Gerais.

Veiga (2007) ainda ressalta que no ano de 1840 houve a decadência do método mútuo, colocando em evidência a importância de haver profissionais qualificados para ministrar as aulas. Diante esse contexto é que o método simultâneo passou a ser utilizado.

Com a criação das Escolas Normais tornou-se obrigatória a exigência pela habilitação dos professores, assim, em Minas Gerais a formação era feita na capital e, ao fim do curso, era recebido um diploma. A criação das Escolas Normais veio constatar a preocupação e a falta de uma política pública de educação que contemplasse a formação docente, já que eram somente essas escolas que estavam aptas para a preparação dos professores. Consequentemente, a profissão de professor passou a ser mais reconhecida, e passou a ser exigido que os professores tivessem condutas condizentes com os valores que a sociedade da época acreditava.

Os primeiros Cursos Normais brasileiros foram criados em algumas cidades um pouco depois de proclamada a lei de 15 de outubro de 1827 e do Ato Adicional de 1834. Inicialmente, essas escolas foram instituídas em Minas Gerais e em Niterói, na Província do Rio de Janeiro no ano de 1835. Em seguida, foram abertos cursos na Bahia em 1836, no Ceará em 1845 e em São Paulo em 1846. Todas essas escolas eram de responsabilidade dos governos provinciais, tal como estabelecido pelo Ato Adicional. Isso significou que essas escolas foram abertas por opção dos dirigentes de cada Estado e estavam condicionadas à disponibilidade de verbas, sempre escassas, tendo em vista as dificuldades materiais que todas enfrentaram. Em parte, a precariedade da estrutura fez com que esse tipo de ensino tivesse, durante muito tempo, uma existência incerta, atraindo alunos (não eram admitidas mulheres) em número insuficiente para manter-se em atividade. (VICENTINI E LUGLI, 2009, p.32)

O método lancasteriano não obteve sucesso, o que foi delegado à falta de instalações físicas próprias ao método mútuo e a uma ausência de autoridades de

* Na época Ouro Preto era a capital de Minas Gerais.

ensino, o que acarretava uma necessidade de existir um serviço para a inspeção de escolas.

Foi na reforma de Couto Ferraz que o método de ensino simultâneo surgiu. A reforma ficou conhecida também como Regulamento de 1854, que tinha como objetivo ficar em igualdade com a instrução pública provincial que garantia a obrigatoriedade do ensino, já que aqueles pais que não matriculassem seus filhos nas escolas teriam de arcar com multas. As escolas estavam mergulhadas em ideias iluministas, porém elas se aplicavam somente aos cidadãos livres, os escravos estavam automaticamente excluídos. Essa reforma agrupou os alunos em turmas por seriação e a instrução pública primária funcionava com o método simultâneo. O Regulamento de 1854 veio afirmar que o método adotado pelas escolas seria o simultâneo.

Em 1854, o Ministro Couto Ferraz empreendeu uma reforma do ensino secundário, buscando atualizá-lo em conformidade com as experiências em voga em alguns países europeus, como a criação das Realschulen da Prússia, que atendia ao ideal de diversificação dos estudos secundários, instituindo escolas técnicas com vistas a uma formação científica e prática. (SOUZA, 2008, p. 96-97)

Em 1870 o método simultâneo foi adotado pela grande maioria das escolas. Nele, os alunos seriam divididos pelo resultado de suas provas, em séries. É nesse ano que o educador suíço Pestalozzi propôs o método intuitivo, baseado nas relações de ensino e aprendizagem.

A partir da década de 1870 foram criadas alternativas para a formação dos professores. Além da ampliação do número de periódicos com assuntos educacionais, passaram a ser realizadas as chamadas "Conferências pedagógicas". É preciso refletir, no entanto, sobre a extensão dessas inovações para o conjunto dos professores brasileiros. (VEIGA, 2007, p.183)

No final do século XIX as escolas normais no Brasil são criadas e é com elas que a formação de professores para a alfabetização (ensino das primeiras letras) teve seu início. As escolas normais desempenharam um papel fundamental na formação do magistério primário conforme os ideais da escola republicana e da pedagogia moderna. Foram poucas as escolas normais que iniciaram instantaneamente a formação de professores, muitas até chegaram a optar pela formação no exterior; percebemos que o principal objetivo era garantir a ordem e o controle disciplinar, ficando em segundo plano a formação em si para instruir.

Gondra e Schueler (2008) afirmam que durante o século XIX muitos segmentos da sociedade imperial organizaram-se em associações com o intuito de intervir na implantação das escolas primárias, profissionais, além dos cursos noturnos, nos asilos e creches para as crianças, no entanto, o governo apenas auxiliava com a doação de materiais escolares.

Souza (2008, p.21) completa este pensamento:

Os sistemas nacionais de ensino, implantados em diversos países ao longo do século XIX, fizeram das primeiras aprendizagens a base da cultura escrita disseminada às camadas populares, consagrando o ensino simultâneo da trilogia leitura-escrita-cálculo.

Ainda no século XIX em Minas Gerais, era sentida a falta de professores que fossem preparados para ministrar aulas, já que até então ainda não tinha sido criada uma Escola Normal que os habilitasse para exercer o trabalho com os alunos, isso para os dirigentes do estado eram o principal motivo que influenciava negativamente o atraso da instrução pública elementar.

No decorrer do século XIX, intensificou-se a busca de maior definição na política de seleção e recrutamento de professores, o que se expressava nas reformas curriculares e nas discussões pedagógicas gerais sobre modelos distintos de formação docente. O tema da formação previa dos professores foi recorrente nas discussões da época, como se pode perceber nas diversas tentativas de introdução de um modelo escolarizado de preparação para o magistério, por meio das Escolas Normais. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p. 186)

3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SÉCULO XX

No início do século XX a preocupação com a formação dos professores leigos passa a ser uma constante, tendo em vista que lecionavam para o secundário. Eram pessoas autodidatas ou profissionais liberais, acarretando o nome de professores leigos, já que não tinham uma formação específica voltada para a docência. O ensino primário ficava a cargo, então, de pessoas que prontificavam para ensinar, sendo os professores-mestres aqueles que tinham habilidades mínimas na leitura, escrita e cálculo. O ensino secundário ficou sob a responsabilidade da iniciativa privada, elitizando-o.

Tratava-se da educação de um grupo social muito restrito, jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais ou da incipiente classe média urbana, cuja formação fundamentada nos estudos desinteressados expressava a distinção cultural de uma elite, destinando-se a uma finalidade muito específica, isto é, a preparação para os cursos superiores. (SOUZA, 2008, p. 89)

A Reforma de Leônicio de Carvalho veio regulamentar o funcionamento das escolas normais, mantendo a obrigatoriedade do ensino primário dos 07 aos 14 anos.

A ideia de um curso em nível superior na área da educação não é nova. Na Reforma de Leônicio de Carvalho, em 1879, e nas reformas do ensino paulista de 1892 e de 1920, previa-se este nível de ensino; no entanto, sua finalidade não era a formação de professores. Sua primeira expressão, ainda que fora da Universidade, foram os Institutos de Educação, destinados a preparar diretores para atuarem nos Grupos Escolares, bem como inspetores de ensino, professores para o curso normal e proporcionar formação específica para o ensino especial e de artes. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 54)

Na primeira república o que tornou-se como foco central do novo projeto liberal que estava sendo pensado era o direito de haver a instrução elementar para todos; a educação era a fórmula para garantir o avanço da sociedade. O motivo pelo interesse na educação, principalmente da escola primária para todos era que a partir dela, os cidadãos poderiam adquirir seus direitos políticos.

Para Vicentini e Lugli (2009), na Primeira República o ensino secundário era destinado apenas à elite, devido ao alto custo dos materiais e também pelo número escasso de instituições que o ofertavam. Além disso, havia a falta de formação dos professores mesmo com a existência de especializações oferecidas pela Escola Normal.

A Lei de terras no Brasil foi aprovada em 1850, nesse mesmo ano outro acontecimento importante ficou em evidência: a abolição do tráfico de escravos. A Lei de terras proibia a aquisição de terras para aqueles que já não fossem proprietários. O que os donos de terra tinham em mente era a substituição do trabalho escravo pelo de trabalhadores livres, os imigrantes nas lavouras de café.

À escola caberia o papel de modificar os então recém-libertos escravos e os imigrantes que aqui chegavam em trabalhadores que entendiam as regras do capital. As eleições foram o pontapé inicial para que as escolas fossem abertas.

No ano de 1854 é criada no Brasil a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte que atuava na fiscalização e na orientação tanto do

ensino público como do particular, para estabelecer regras para que houvesse liberdade ao ministrar as aulas e um sistema que pudesse oferecer uma preparação mínima ao professor do primário. Era preciso organizar um novo sistema nacional de ensino tendo em vista o novo cenário que se configurava no Brasil. Já no final de 1860, ainda na Primeira República houve a troca de mão de obra escrava pelo trabalho livre, sendo dirigido à educação o papel de formar cidadãos, sem, no entanto, causar prejuízos para os proprietários de terras e de escravos, além da cafeicultura que eram abrangentes na economia.

O estado de São Paulo foi o que teve mais avanços na organização de um sistema orgânico de educação, sendo que eles passaram a organizar as escolas em grupos escolares.

Em seu início, a disseminação das Escolas Normais esteve intimamente vinculada à aceitação das formas escolares de educação que, devemos lembrar, ainda no século XIX, concorriam com formas não escolares de educação intelectual, levadas a efeito em residências ou aulas particulares desenvolvidas por preceptores. Nesse sentido, a ação decisiva para a disseminação de escolas como instituições necessárias de ensino e, conseqüentemente, para a profissionalização dos professores públicos de primeiras letras, foi dada pela constituição, durante a Primeira República (1889-1930), de sistemas educativos estatais, dos quais São Paulo parece ter sido a província pioneira, tendo servido de exemplo, durante a década de 1920, para várias reformas de ensino em outras províncias brasileiras. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.36-37)

O ano de 1889 foi marcado pela separação entre Estado e Igreja. Em 1891 com a constituição da República, objetivava-se a descentralização do ensino, atribuindo ao país a responsabilidade de dirigir e criar o ensino secundário e a instrução superior, e aos estados o ensino primário e profissional, que ainda se dividia respectivamente às escolas normais para mulheres e as de cunho técnico aos homens.

A Lei nº 41 de 03/08/1892, mais conhecida como Reforma Afonso Pena, no estado de Minas Gerais, tinha o objetivo de reformular toda a instrução pública em todos os seus graus.

Saviani (2008) ressalta que no ano de 1892 houve a reforma da instrução pública paulista. O foco dessa reforma foi a escola primária e a grande novidade da época, os grupos escolares, que funcionavam com uma progressividade da aprendizagem. Mais tarde a reforma seria bastante criticada ao que a Escola Nova designou de pedagogia tradicional. Era o método intuitivo que foi utilizado pelas

escolas-modelo e pelos grupos escolares. Assim, São Paulo foi o estado responsável por alastrar os grupos escolares para os outros estados do Brasil.

O sistema nacional de ensino surgiu através de uma ideia, ainda no século XIX, enquanto uma organização que viabilizaria a praticidade na educação, que consistiria em uma rede de escolas em todo o país, seguindo regras e objetivos comuns. Porém, houve dificuldades para que esse sistema fosse implantado devido às condições precárias e à falta de verba para o financiamento do ensino, como também da mentalidade pedagógica. Na segunda metade do século XIX haviam três mentalidades que flutuavam ao redor da educação: a tradicionalista, a liberal e a cientificista, sendo as duas últimas baseadas no iluminismo, apoiavam a laicidade do Estado, da cultura e da educação.

O código de Epiácio Pessoa em 1901 colocou fim à liberdade de frequentar as escolas que havia sido implementado por Leôncio de Carvalho, assim houve uma através de uma rigorosa inspeção de currículos houve uma equiparação das escolas privadas às oficiais.

Em Minas Gerais, em 1906, a Lei nº 439 de 28/12 determinou que o ensino primário seria organizado através de grupos escolares e escolas-modelo por João Pinheiro. A concepção que se tinha neste estado era que a instrução propiciava avanço econômico. “Nessa sociedade convulsionada pelo progresso, a educação primária adquiria um valor prático incontestável. A educação das massas serviria ao desenvolvimento econômico, preparando os trabalhadores para compreender os fundamentos da sociedade industrial” (SOUZA, 2008, p. 25).

A falta de heterogeneidade possibilitaria que o rendimento escolar melhorasse. Souza (2008) ainda ressalta que foi diante esse cenário que Sampaio Dora sugeriu que escolas de ensino primário teriam uma primeira etapa com duração de 2 anos, sendo gratuita e obrigatória a todos, com o intuito de erradicar o analfabetismo. Porém, mesmo com seu intuito de tentar garantir a universalização das primeiras letras, essa reforma não foi aplicada em sua totalidade.

Em 1916 o decreto nº 4524 veio padronizar as Escolas Normais seguindo o modelo da capital.

O século XX caracterizou-se principalmente pela modernização da sociedade brasileira. Assim, os estados buscavam colocar em vigor várias reformas de instrução pública, objetivando a promoção da educação popular. O ensino primário tornou-se

obrigatório e gratuito, sendo o método intuitivo o grande destaque da escola primária moderna. A escola era atribuída a tarefa de ensinar seus alunos a amar a pátria:

De modo geral, os dispositivos legais incorporaram os princípios liberais de educação, estabelecendo a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário, o caráter laico da educação e fixando o compromisso formal do poder público em ampliar as oportunidades educacionais mediante a multiplicação das escolas e a elevação do número de matrículas. (SOUZA, 2008, p. 37)

Percebemos que no século XX o instrumento de participação política se dava pela educação. Novas ideias pedagógicas ganharam adeptos através da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), que pregava a concepção humanista moderna de filosofia.

Saviani (2008) esclarece que a ABE nasceu em 1924 com o objetivo de reunir aquelas pessoas que tinham interesse em melhorar a educação no país, independente da religião e política. A laicidade seria implicada à ABE, assim Getúlio Vargas aproveitou essa instituição para consolidar seus planos e objetivos em relação à educação.

O período entre 1930 e 1940 foi marcado por diretrizes nacionais que tinham como foco a formação de professores qualificados para ministrar as primeiras letras.

Somente no início do século XX, e mais fortemente a partir da década de 1930, é que se fazem sentir no Brasil iniciativas visando a uma seleção mais profissional dos professores, no sentido de eliminar o peso das relações pessoais (o “pistolão”), diminuindo a intromissão de forças políticas locais nos processos de nomeação e seleção para as vagas existentes no magistério público. Os professores queixaram-se dessas intromissões ainda durante muitos anos, mas progressivamente as exigências para o ingresso no magistério passam a ser mais específicas, como por exemplo a iniciativa do governo estadual de garantir àqueles que tivessem as melhores notas no curso normal oficial de São Paulo o direito de escolher a escola onde iniciariam a carreira. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.72)

Já em 1930 há o embate entre as ideias liberais e laicas com a briga entre os católicos e os renovadores. A briga teve início na IV Conferência Nacional de Educação, acarretando a ruptura em 1932 com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assim os educadores católicos se retiraram da ABE e, em 1933, abriram a Confederação Católica Brasileira de Educação. O manifesto tinha como principal objetivo reconstruir a educação dos sistemas públicos.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, representou a inflexão das posições mais progressistas. Em defesa da escola pública, os renovadores asseveravam a favor de um sistema nacional de educação, envolvendo todos os níveis de ensino, adotando os princípios da Escola Nova. (SOUZA, 2008, p. 164)

A Reforma Francisco Campos (1931) veio dar espaço para que o governo prestasse mais atenção em relação à educação, já que ela deveria ser tratada como questão nacional, regulamentada em todos os seus níveis e modalidades. Essa reforma foi importante no sentido de propiciar ferramentas necessárias para a atuação dos professores nas escolas. Francisco Campos acreditava que era a formação dos professores que permitiria que eles pudessem ministrar aulas melhores; tanto ele como Antônio Carlos enxergavam que para garantir a cidadania das pessoas e ao direito de votar era imprescindível que houvesse o ensino tanto da leitura como da escrita.

A reforma empreendida pelo ministro Francisco Campos pela primeira vez deu organicidade ao ensino secundário brasileiro. Instituída pelo decreto-lei de 18/4/1931 implantou definitivamente o currículo seriado e a frequência obrigatória. Por meio de inspeção federal, unificou todos os cursos secundários do país aptos a oferecer tal modalidade de ensino, estabelecendo prazos para adaptação à nova lei. Fixou que para a entrada no curso superior era necessária a realização de um exame de admissão. (VEIGA, 2007, p.291)

Houve em 1933 o código de Educação do Estado de São Paulo que sugeria que as escolas fossem organizadas em isoladas, grupos escolares, cursos populares noturnos, escolas experimentais, já que o que era almejado era a extensão do ensino primário e sua intensa interação com o mundo do trabalho.

Em 1937 quem entra em cena é Fernando de Azevedo, liderando a reforma da instrução pública, com ideias da Escola Nova. Com a constituição de 1937 ele acreditava que a escola deveria ser única, do trabalho e envolver a comunidade. As intenções da Escola Nova foram divulgadas através da expansão da literatura. O método intuitivo também foi adepto dessa escola.

A estratégia inicial de divulgação das concepções da Escola Nova priorizou o estabelecimento das novas bases teóricas, descrevendo algumas iniciativas metodológicas delas decorrentes, sem prescrever modelos de como ensinar mas asseverando a diversidade de possibilidades já implementadas, dado que a inovação foi concebida primeiramente como mudança de mentalidade

e posteriormente como visível em novas práticas. Sendo a mudança de mentalidades um processo longo, a apropriação das novas concepções se deu, a princípio, pela propagação da nova concepção, num processo de apropriação conceitual e de recombinação. (VALDEMARIN, 2010, p.127)

Anísio Teixeira foi um educador que nasceu em 1900 e tinha o sonho de ser tornar um jesuíta. Ele utilizou a Escola Normal para transformar em uma Escola para Professores, assim possibilitou que um campo de experimentação fosse criado como prática para os cursos de formação de professores. As ideais da Escola Nova foram intensificadas com a criação em 1938 no governo de Getúlio Vargas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Vicentini & Lugli (2009, p.73) afirmam que “para candidatar-se ao curso de formação de professores da Escola Normal, era preciso ter certificado ou diploma que demonstrasse ter estudado a matéria do concurso em escola normal ou em instituição de ensino superior”.

Para Saviani (2008), Anísio acreditava que a educação era a ferramenta necessária para haver revolução, assim criou um partido revolucionário com o intuito de garantir a solidez da educação pública.

Em 1942, durante a Era Vargas, foram instituídas as Leis Orgânicas, popularmente conhecidas de Reforma de Capanema que foram realizadas sobre seis decretos-leis que colocavam em ordem o ensino primário, secundário, industrial e o comercial. A reforma foi elitista no sentido de tentar dividir um ensino para as elites que seria o primário, secundário e ensino superior e para as classes populares apenas o primário, secundário e o profissionalizante.

Na exposição de motivos apresentada ao Decreto-lei nº 4244, de 9/4/1942, Gustavo Capanema justificou a reforma, assinalando as finalidades diferentes do ensino primário e secundário. Enquanto o primeiro destinava-se a adaptar o ser humano às exigências da sociedade e socializá-lo, o segundo tinha a função de “formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística”. (SOUZA, 2008, p. 171)

O ano de 1942 foi importante também pela criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, que iria viabilizar no Brasil um ensino elementar melhor. Em agosto de 1945 foi instituída uma concepção de auxílio federal aos Estados, abrangendo tanto o ensino de adultos como o das crianças. Nesse cenário, mais tarde, no final da

década de 1940 e durante a década de 50, as campanhas promovendo a educação e a alfabetização de adultos entraram em cena.

A partir da década de 1940 em São Paulo e até a década de 1950 para a maioria dos estados brasileiros, houve um crescimento acelerado da demanda por escolarização, levando para a escola primária um contingente de crianças que até então não a frequentava. Isso levou a uma precarização das condições de trabalho dos professores desse nível de ensino nas áreas urbanas, nas quais a organização em Grupos Escolares havia proporcionado condições para um trabalho pedagógico mais sistemático. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.80)

A política educacional vigente no país enfrentava o dualismo no ensino, ou seja, um ensino para a elite que ficava a base de um estudo intelectual e outro para o ensino popular que objetivava a formação da classe trabalhadora.

Com a queda de Getúlio Vargas o decreto-Lei de nº 8529 de 02/01/1946, conhecido como Lei Orgânica do ensino primário, é instituído, tendo objetivo de regulamentar o ensino primário. No mesmo dia outro decreto também foi implantado, o nº 8530, que se referia à Lei Orgânica do Ensino Normal.

O Decreto-Lei n. 8530, de 02/01/1946, que corresponde à Lei Orgânica do Ensino Normal, procurou dar uma organização nacional à formação de professores, bem como regular a sua articulação com os demais tipos e níveis de ensino, tal como fora previsto pela Constituição de 1937, na qual se estabelecera que a União deveria organizar o ensino em todos os níveis do país. Como essa legislação foi fruto de um período caracterizado politicamente pelo autoritarismo em nosso país (o Estado novo), não houve debates a respeito de seu alcance nem se discutiu qual deveria ser seu objetivo. O resultado foi uma lei minuciosa, que pretendia regular os aspectos cotidianos do ensino, tal como o limite máximo de horas semanais de aula, o modo pelo qual os programas das disciplinas deveriam ser redigidos, chegando mesmo a registrar que “os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames”. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.41-42)

Para Saviani (2008) esse decreto teve três finalidades: propiciar a formação dos professores de escolas primárias; estudar e desenvolver formas específicas para a educação infantil; e habilitar os administradores escolares. Em 1946 com novas diretrizes e bases da educação nacional são definidas pela nova Constituição. Essa Constituição compartilhava ideais da escola nova, baseados principalmente pela democracia e era pela intervenção do Estado que garantiria os direitos e as liberdades individuais.

Diante de tudo o que foi relatado, o Brasil necessitava para todos os graus de ensino que uma legislação fosse instituída através de diretrizes. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) foi promulgada em 1961. A primeira LDB em relação à formação docente reafirmou e manteve a dualidade histórica: a escola normal de grau ginasial (regente de ensino primário) e a de grau colegial (professor primário).

Segundo Veiga (2007, p.286):

Apesar a legislação nacional e das normatizações estaduais, não houve na época a necessária alteração do quadro de profissionalização dos professores primários no país. Denota-se diversidade na oferta de escolas normais (públicas e particulares), concentração de grande número de escolas em alguns estados e escassez na maioria. Mas principalmente, observa-se a disparidade na formação.

De acordo com Tanuri (2000), em 1964 detectava-se, através do senso escolar, que apenas 56% dos professores em classe tinham formação profissional. Os 44% denominados “professores leigos” haviam realizado os seguintes estudos, completos ou não: 71,6% o curso primário, 13,7% o ginasial e 14,6% o colegial. De acordo com Veiga (2000, p, 286): “Professores sem a habilitação em curso normal definitivamente não poderiam ser docentes nos grupos escolares”. Assim, os “leigos” trabalhavam nas outras escolas.

REFERÊNCIAS

GONDRA, J.G.; SCHUELER, A. 2008. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v.2)

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, mai/jun/jul/ago de 2000 (Número Especial – 500 anos de educação escolar), p. 61-88.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v.6).

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v.4).

CAPÍTULO 09

POPULISMO, NEOPOPULISMO E AUTORITARISMO COMO FANTASMAS DA POLÍTICA VENEZUELANA CONTEMPORÂNEA

Valdenésio Aduci Mendes

Doutor em Sociologia Política e Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: valdenesio@gmail.com.

Raony Valdenésio Aduci Odremán Mendes

Mestre em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
E-mail: raonymendesodreman@gmail.com.

Resumo: A análise do populismo como um elemento central da cultura política latino-americana e caribenha vem ganhando destaque nas últimas décadas na região. Na cultura política venezuelana o fenômeno se faz presente desde as primeiras tentativas de implementação da democracia em meados do século XX, o qual passa a ser revivido a partir da entrada de Hugo Chávez no cenário político venezuelano contemporâneo, depois de eleito em 1999. A refundação da República venezuelana levada à cabo por Hugo Chávez procurará contrapor-se ao passado oriundo da IV República, evidenciando no cenário político performances que contribuirão para o desacrédito de instituições republicanas até então estabelecidas. A relação direta do mandatário, sem intermediação institucional, com a parcela da população que esteve excluída de processos políticos, econômicos e sociais durante décadas, abreirá brechas para o maniqueísmo político, cuja práxis estabelece o antagonismo entre, de um lado: povo, patriotas e socialistas, e, de outro: os apátridas, oligarcas e capitalistas. Em pleno século XXI, a Venezuela está envolta em uma crise profunda, cujos problemas se arrastam desde o final da década de 1970, sendo que o governo de Hugo Chávez se mostrou incapaz de resolvê-los, mesmo tendo uma oportunidade ímpar para tal, ao longo de quase uma década e meia de governo. Por sua vez, seu sucessor Nicolás Maduro vai percorrendo um caminho que o faz afastar-se das diretrizes populistas e neopulistas para flertar com o autoritarismo, agravando ainda mais a crise em curso.

Palavras-chave: Venezuela; Hugo Chávez; Populismo; Neopopulismo; Democracia Nicolás Maduro.

1. INTRODUÇÃO

A cultura política latino-americana apresenta, de maneira geral, características que são comuns a toda a região. Portanto, fenômenos políticos como o tenentismo, o clientelismo, o patrimonialismo, o mandonismo, o autoritarismo, o messianismo e o populismo fizeram ou fazem parte do contexto sócio histórico e político de ditos países. A Venezuela, por exemplo, não é exceção neste cenário.

O que nos interessa nesta proposta de trabalho é analisar a condição política da Venezuela no tempo presente nos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, tendo em vista a compreensão da crise profunda na qual está mergulhado o país que outrora foi exemplo de estabilidade política e econômica em toda América Latina. A compreensão da crise venezuelana parece passar, necessariamente, pela compreensão (não só) de um aspecto importante da cultura política latino-americana, presente no país vizinho, a saber: o populismo.

No sentido de alcançarmos o objetivo proposto faremos uma breve discussão teórica sobre o fenômeno populista na América Latina a partir de alguns referenciais teóricos clássicos sobre o tema, procurando também entender aspectos do neopopulismo. Num segundo momento, e com base na discussão teórica, passaremos à análise dos governos Hugo Chávez e Nicolás Maduro para sabermos se há elementos suficientes ou não para afirmar se estes governantes são ou não populistas e neopopulistas, bem como as consequências que este estilo de fazer a política pode acarretar no cenário de profunda crise na qual se encontra inserida a Venezuelana atualidade.

2. HUGO CHÁVEZ E O POPULISMO CLÁSSICO

Em primeiro lugar é necessário deixar claro que o debate sobre a democracia é um debate antigo que remonta ao período clássico grego, ao passo que o populismo é um tema recente no cenário da ciência política, cuja presença pode ocorrer em regimes autoritários e democráticos, sejam de direita ou de esquerda. Na América Latina, o fenômeno começa a aparecer entre os anos de 1930.

No caso específico da Venezuela, antes mesmo da presença de Hugo Chávez no cenário político venezuelano, a presença do populismo se deu antes (1945/1948)

e depois (1958/1992) da ditadura de Pérez Jimenéz ocorrida na década de 1950. Há consenso entre analistas políticos venezuelanos quanto ao período pós ditadura ser definido nos termos de "sistema populista de conciliação", que segundo Rey "está constituído por un complejo sistema de negociación y acomodación de intereses heterogéneos, en el que los mecanismos de tipo utilitario desempeñaron un papel central en la generación de apoyos al régimen y, por consiguiente, en el mantenimiento del mismo" (Rey 1991, 543).

Em 1999, Hugo Chávez, já eleito e na condição de presidente da República da Venezuela, faz um pronunciamento público endereçado a toda a população nos seguintes termos: "[...] Aqui estamos em tempos do Apocalipse, diz a bíblia. A luta entre o bem e o mal. Não existe meio termo. Ou estamos com Deus ou estamos com o Diabo. Nós estamos com Deus porque a voz do povo é a voz de Deus".

Este é um pronunciamento importante, porque revela, desde já, o maniqueísmo no campo político que é típico do populismo clássico latino-americano, o qual procurou estabelecer fronteiras rígidas entre, por um lado, o "povo" como caudatário do "bem", e por outro, o "não povo" como detentor de todas as "más" qualidades.

Discursos maniqueístas como este pronunciado por Hugo Chávez passaram a ser cada vez mais frequentes no contexto latino-americano das últimas décadas do século XX, aguçando o debate sobre a democracia e o populismo na América Latina, endossados por um viés nacionalista não menos forte neste cenário. O que parece ser novo no contexto atual é que o populismo contemporâneo acrescentaria novas características ao populismo clássico, mantendo muitas das características deste.

Segundo Carlos De la Torre, o populismo é um estilo político que se reveste de um discurso maniqueísta que apresenta a luta do povo contra a oligarquia como uma luta moral e ética entre o bem e o mal, a redenção e a ruína. Segundo a análise do autor:

O líder é socialmente construído como o símbolo da redenção, enquanto que seus inimigos são criados como a encarnação de todos os problemas da nação. O líder diz ser um homem comum do povo que devido aos seus esforços sobre humanos se converteu em uma pessoa extraordinária. Ao invés de desenvolver uma ideologia pede a seus seguidores que confiem em sua honestidade e na sua dedicação aos interesses da pátria e do povo (DE LA TORRE, 2007: 55).

Segundo Rosanvallon, a celebração populista da nação evoca uma tentativa de rememoração essencialista e trata de “ressuscitar, sob a aparência do Uno, um sentimento de identidade de desfalecimento”. Nestas circunstâncias, a constituição da identidade pátriapromovida pelo populismo é “dependente de uma contínua denúncia daquilo que a estaria ameaçando. A visão populista pretende que o povo possua imediatamente uma consistência plena, que é perfeitamente transparente para si mesmo em sua essência” (ROSANVALLON, 2004: 197).

Nesse sentido, o apelo à categoria “povo” enquanto elemento de legitimidade e hegemonia do poder, é, por si mesmo, um apelo ambíguo. Por um lado, segundo De La Torre, os políticos têm que “personificá-lo, constitui-lo, mimá-lo e entendê-lo, em função do que orquestram manifestações e comícios para demonstrar e colocar em cena a vontade popular, e em função do que, também distribuem recursos ao povo”. Mas, por outro lado, “a vontade popular só é pensada como um dado moral ético homogêneo que não admite divergências, contradições ou variações” (DE LA TORRE, 2006: 67).

Seguindo ainda as trilhas da reflexão do autor, a categoria “povo”, suporte ideológico por excelência do projeto populista, não existe como um dado objetivo que está aí presente, “senão que é uma construção discursiva” (DE LA TORRE, 2006: 76), via de regra construída por líderes messiânicos que afirmam serem os representantes diretos do “povo”, na tentativa de incorporar um grande número de pessoas que estavam à margem de qualquer mecanismo de participação política, vigentes, até então, na América Latina a partir da década de 1930.

Ernesto Laclau, por sua vez, procura explicar o fenômeno populista, associando-o à acumulação de demandas insatisfeitas e um aparato institucional cada vez menos capaz de atender a tais demandas, o que criaria uma situação de descontentamento generalizado, “uma equivalência difusa entre todas as reclamações frustradas e, finalmente, a emergência de um líder que por fora e contra o aparato institucional convoca as massas à ação política” (LACLAU, 2006a: 116). Justamente, o que constitui o populismo é a presença de uma “*plebe* que reclame ser o único *populus* legítimo, quer dizer, uma parcela que queira funcionar como a totalidade da comunidade” (LACLAU, 2005: 108, grifo do autor).

Desde a perspectiva atual, construir o povo como ator coletivo, significa, segundo Laclau,

Apelar aos 'de baixo', em uma oposição frontal com o regime existente. Isto significa que, de uma forma ou de outra, os canais institucionais existentes para a veiculação das demandas sociais perderam sua eficácia e legitimidade, e que a nova configuração hegemônica – o novo 'bloco histórico', para usar a expressão gramsciana- suporá um câmbio de regime e uma reestruturação do espaço público (LACLAU, 2006b: 56-57).

Muitas vezes, os atores sociais não são suficientemente representados no cenário das democracias representativas do continente latino-americano, além do que, ocorre um acúmulo de demandas não atendidas a estes setores da sociedade, levando-os a conceberem a política em termos de ruptura, de tal modo que “o surgimento mesmo do 'povo' implica um câmbio social” (FUNES; SAINT-MEZARD, 2002: 350).

Pensadores como Torcuato Di Tella e Gino Germani tendem a interpretar o populismo como um fenômeno transitório que tenderia a desaparecer do cenário político tão logo se substituísse o modelo econômico de importações que prevaleceu na América Latina desde a década de 1930, tese esta que poderia ser facilmente refutada, tendo em vista que o populismo também tende a estar presente também em cenários onde processos de modernização estão presentes. Raby sugere que o populismo é um fenômeno multiclassista ou supra classista “que se reproduz em situações de crises hegemônicas e que se caracteriza pela liderança carismática e pelo discurso radicalmente anti-oligárquico ou anti-establishment” (RUBY, 2006: 66).

Mármol esclarece que os líderes carismáticos oferecem uma saída aparente à crise política e institucional, aproveitando-se, neste caso, de um vazio de imagens unificadoras que traduzem vontades particulares dispersas, mas “ao custo da manipulação das regras institucionais, a violação das promessas e compromissos contraídos com os votantes e dos direitos cidadãos” (MARMOL, 2009: 55).

Tenhamos presente alguns atributos que, de certa maneira, definem o populismo histórico da região:

Um padrão de liderança política personalizada, paternalista e carismática; uma forma de mobilização política vertical; a existência de uma ideologia eclética e anti-establishment; uma coalizão de apoio multiclassista, baseada em setores urbanos e/ou rurais; a utilização sistemática de métodos redistributivos e clientelistas como instrumentos políticos para conseguir apoio (LODOLA; KENNETH, apud PATIÑO; CARDONA, 2009: 170).

Porque o populismo atrai, perdura e se atualiza na América Latina? Para De La Torre (2001: 176), o populismo atrai tanto em função da contínua marginalização e exclusão socioeconômica da maioria da população, assim como pela forma específica em que estes imensos setores da população foram inseridos no campo da política. Em outros termos, na América Latina, a incorporação das camadas populares no campo da política tem ocorrido muito mais como povo do que como cidadãos. Isto significa dizer, que o populismo “não constitui nem uma aberração, nem um fenômeno transitório, senão que forma parte de tradições de participação política e de constituição de sujeitos políticos que podem ser ativadas em circunstâncias que podem ser analisadas” (DE LA TORRE, 2001: 177).

Imaginava-se que mais cedo ou mais tarde, o processo de modernização reinante desde o início do século XX expurgaria o populismo do cenário político latino-americano, enterrando-o definitivamente no passado. Mas, ao que tudo indica, e apesar do desejo de muitos intelectuais e políticos, este é um fenômeno que continua vivo e se nega a desaparecer, seja adaptando-se ao contexto de globalização e neoliberalismo ou opondo-se a estes processos. Em tese, parece haver fortes indícios teóricos para afirmar que o populismo seria um aspecto da cultura política latino-americana que, de certa forma, faria parte do passado político do continente. Entretanto, percebe-se que não é bem assim.

O início de nossas reflexões em torno da análise de um discurso pronunciado por Hugo Chávez no fim do século XX, procura mostrar que parte das características do populismo clássico latino-americano continuam presentes no imaginário de muitos mandatários do continente, incluindo neste rol, os ex-presidentes Evo Morales e Rafael Correa.

Segundo Ulloa-Tapia (2017, p. 42), um dos aspectos mais discutidos entre quem estudam estes tipos de governos "é a promessa de refundação da pátria e instauração de uma democracia direta sob várias modalidades de participação". Portanto, a condução da política por este viés de refundação, estaria estreitamente vinculada com a idéia de fazer tábula rasa de aspectos do passado político, que, de alguma forma, teriam contribuído para deixar significativos setores da população sem acesso aos bens políticos, sociais e econômicos gerados na sociedade. Neste caso, na perspectiva de governos populistas, a refundação significa que as instituições políticas vigentes ou precisam ser radicalmente mudadas ou extirpadas pela nova

conjuntura. Via de regra, tende-se à extinção de diversas instituições ao longo do processo instituído, prevalecendo uma forma de comunicação direta entre o líder e seus apoiadores.

Neste sentido, o neopopulismo vigente na América Latina, acrescenta ao populismo clássico das décadas de 1930 e 1940 outros componentes que extrapolam os canais institucionais da ação política como forma de manter viva a relação líder/povo: a) uso de mass-media televisivas, jornais e internet, whatsapp, telegram; b) agitação violenta; c) retórica nacionalista; d) confrontação com “supostos” inimigos externos (capitalismo, globalização, FMI; e) deslegitima as leis e os valores institucionais em prol do personalismo (SAMANIEGO; GRIMALDO, 2007: 71).

3. MATRIZES IDEOLÓGICAS DO CHAVISMO

Feitas essas breves digressões sobre o populismo clássico e contemporâneo na América Latina, tomaremos o caso específico do governo Hugo Chávez na Venezuela como parâmetro de análise, perguntando-nos até que ponto se sustenta a assertiva de que na Venezuela há um governo populista com características neo-populista?

Todos os elementos descritos até aqui sobre a evolução do processo democrático venezuelano, e posteriormente o surgimento e ascensão de Hugo Chávez ao poder, sugere que a possível presença do populismo na história política recente da Venezuela está relacionada não só à presença de grupos de esquerda neste país, como também de outros elementos como o militarismo, a revolução, a democracia radical, a democracia participativa e o nacionalismo (ARENAS; CALCAÑO, 2006: 5). Em outras palavras, significa dizer que as características do populismo chavista estão cimentadas em "um conglomerado de mitos, doutrinas e cultos que desde outrora governam e explicam a fisionomia do poder político na Venezuela (GUERRERO; HERRERA, 2018: 11). O conjunto das características do populismo chavista poderiam ser expressadas nos seguintes termos: o culto a Bolívar, o caudilhismo, o militarismo e o socialismo do século XXI.

A ideologia do movimento chavista se deu inicialmente em torno da alegoria da árvore das três raízes representada nas figuras de Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, símbolos do processo de luta da independência do jugo espanhol e

da oligarquia que se formou após o processo de independência. A presença de Hugo Chávez na política venezuelana, e supostamente a configuração de sua liderança de caráter populista, estão profundamente relacionados a alguns momentos importantes, ocorridos no cenário político venezuelano contemporâneo.

Em primeiro lugar, e fazendo alusão à lógica das equivalências de Laclau, o Estado distribuidor venezuelano de décadas anteriores se encontrava, a partir da década de 1980, em um processo de crise fiscal profundo, fator este que o impossibilitava atender as demandas sociais provindas dos setores populares e da classe média, as quais cresciam e se acumulavam cada ano. A dependência da economia venezuelana em torno do petróleo, e por sua vez, a baixa do preço deste produto no cenário mundial, aliado a uma política de contenção de gastos públicos sugeridos pelos órgãos mundiais de financiamento, promoveu uma das mais contundentes manifestações sociais registradas na América Latina, nos morros de Caracas, em 1989, recebendo a alcunha de *Caracazo*.

Diante de uma situação de crise generalizada no final da década de 1990, Hugo Chávez promove um golpe militar em 1992. O movimento não obteve sucesso e acabou se rendendo, mas é importante destacar que a população em sua grande maioria, reagiu favoravelmente a esta empreitada, já que viam na figura de Hugo Chávez Frías uma solução para seus problemas acumulados ao longo de décadas. Depois de liberto em função de seu ato, Hugo Chávez se lançou em 1998 como um candidato munido de um discurso nacionalista, messiânico e re-fundador da pátria (PATINHO; CARDONA, 2009).

Nesse sentido, e ideologicamente falando, o projeto chavista transitou de uma matriz ideológica sustentada no bolivarianismo a uma matriz sustentada na concepção do “socialismo do século XXI”, cuja raiz estaria fincada, segundo Chávez, nas ideias de Simón Bolívar. Como não há populismo sem o apelo à unidade nacional, o bolivarianismo de Chávez se sustenta no arquétipo de uma pátria dos grandes heróis nacionais do passado. Em alguns países da América Latina, a clivagem “política democrática/anti-política” foi substituindo a clivagem “oligarquia/massa popular” (JIMÉNEZ, 2008: 180). No caso da Venezuela, ambas as clivagens parecem presentes, sinalizando para a presença das características do populismo de primeira, segunda e terceira geração.

É importante termos claro que o projeto político de Hugo Chávez, desde a sua origem, mantém uma concepção organicista que “está na base de suas pretensões de unificar a sociedade sob um só padrão identitário, politicamente falando” (ARENAS; CALCAÑO, 2006: 21). Portanto, o desafio do governo Chávez, depois das difíceis experiências do início de seu governo, era o que fazer com os grupos que se opunham a seu projeto de perpetuação no poder? Por um lado, no campo discursivo, e como porta voz direto do “povo” Chávez trata seus opositores como “inimigos” e “traidores da pátria”, promovendo a polarização social, qualificando o “povo” como portador de todas as purezas e bondades, ao passo que a maldade está relacionada àqueles que não se identificam com o “povo”.

Por outro lado, no campo prático e estratégico, Hugo Chávez promoverá ações no sentido de atender, emergencialmente, algumas das demandas dos setores que o apoiavam com a criação das missões sociais. No campo ideológico e político promoverá a criação dos Círculos Bolivarianos, Frente Francisco de Miranda, Comitês de Terras Urbanas, Conselhos Locais de Planificação Pública, Conselhos Comunitários, Salas de Batalha, Batalhões Eleitorais, União Nacional de Trabalhadores, etc. Segundo Arenas e Calcaño, este projeto de homogeneização da sociedade também se dá em três outros importantes âmbitos da vida social, a saber: através de comunicação, da educação e das forças armadas.

4. NEO-POPULISMO E DEMOCRACIA

Voltemos à trajetória do chavismo na Venezuela e tenhamos claro que o chavismo que emerge em primeiro lugar como fenômeno não institucional e que posteriormente será incorporado a mecanismos institucionais democráticos, para mais adiante passar a corroer algumas das instituições democráticas, até então vigentes. Importa-nos aprofundar a análise sobre o populismo e sua presença em sistemas democráticos. Arditi observa que:

Quando os novos populistas manipulam os mecanismos operativos da política liberal democrática tais como a representação, a competência partidária, a responsabilidade na função pública ou a observação do devido processo, se esforçam por defender suas credenciais democráticas e por convencer a seus críticos de que são respeitosos de suas instituições. ‘Seja por convicção ou como mera impostação, a reivindicação democrática é parte do imaginário populista’ (ARDITI, 2004: 66).

No caso específico da Venezuela, Chávez tem sido um dos difusores da idéia de democracia como sinônimo de protagonismo popular, prova de que o populismo pode não ser o “outro” da democracia, mas pode perfeitamente constituir-se em uma sombra que a pode seguir continuamente. Há, neste caso, sempre uma relação tensa e ambígua entre populismo e democracia, pois “o populismo pode florescer como um companheiro de rotas de movimentos de reformas democráticas e também pode por um perigo a própria democracia” (ARDITI, 2004: 76-77). Dentre todas as ações promovidas pelo presidente Hugo Chávez no sentido de diminuir a distância entre “los de arriba” e “los de abajo”, e de promover a democracia direta em detrimento da democracia representativa, está a rede de quase trinta mil (30.000) Conselhos Comunais, instância de organização e participação política comunitária, espalhados em cada rincão do país.

A configuração e legalização destes espaços de participação política foram fortemente incentivados pelo Presidente Hugo Chávez, estabelecendo-se uma relação direta destes com o Governo Central e deste com aqueles. Na realidade, os Conselhos Comunais refletem a perda de autonomia dos movimentos sociais, na medida em que o Presidente Chávez lhes distribui recursos financeiros e lhes exige lealdade ao projeto, descaracterizando e não incentivando, dessa forma, a mediação de outras instituições como prefeituras, assembleias legislativas, conselhos locais de planificação pública, governos de estado, ministério público, partidos, etc. Além do que, essa matriz política que tem o líder como epicentro do jogo político, trouxe retrocesso para o campo da descentralização político-administrativa que vinha ocorrendo lentamente na Venezuela desdeo final da década de 1980. A intenção do presidente Hugo Chávez de distribuir recursos diretamente para os Conselhos Comunais e de criar Cidades Socialistas por intermédio de decreto vai de encontro à criação de uma estrutura paralela à estrutura do Estado existente, e ao invés de promover a descentralização, acaba promovendo a recentralização do poder nas mãos do poder executivo central.

Diante de um quadro de perda da autonomia no campo do associativismo civil e de recentralização do poder político nas mãos do Governo Central, esta situação contraditória indica que a democracia na Venezuela é promovida contanto que alealdade ao governo seja mantida. O princípio de lealdade a que estamos nos referindo pode ser mais bem entendido a partir das palavras do próprio Chávez,

pronunciadas depois do triunfo no referendun revogatório de 2004: “mesmo que não possa destituir a prefeitos nem agovernadores, sim posso fazer outras coisas, não? Quero que saibam que nesta nova etapa aquele que está comigo, está comigo, e o que não está comigo está contra mim” (HARNECKER, *apud* PENFOLD, 2010: 29).

Todo e qualquer Conselho Comunal que não se alinhe às diretrizes das políticas estabelecidas pelas Salas de Batalhas, que em outros termos são estabelecidas pelo Partido Unido Socialista de Venezuela (PSUV), terão vida curta e dificilmente receberão recursos para implementarem projetos em suas comunidades. Toda e qualquer iniciativa de organização política que nasça nas comunidades e que não queira criar vínculos nem com os Conselhos Comunais ou com as Comunas, tenderão ao ostracismo político. Por meio dos Conselhos Comunais e das Comunas se pode garantir o atendimento de algumas demandas para as comunidades, mas fora destes canais não se consegue nada, já que os Conselhos Comunais e as Comunas são órgãos do Poder Executivo Nacional, ao qual devem seu reconhecimento jurídico e dependência financeira.

No fundo, quando analisamos o sistema político venezuelano atual, percebe-se um paradoxo em movimento: de um lado a existência de eleições competitivas de acordo com regras da democracia representativa, e, além disso, a percepção de que as pessoas estariam participando mais da vida política local, e de outro lado, as características da verticalização do poder neste processo (PENFOLD, 2010: 22).

Penfold, o autor anteriormente citado, faz uma caracterização do funcionamento atual da democracia venezuelana levando em conta três aspectos: a democracia eleitoral, a democracia constitucional e a democracia cidadã. Quanto à democracia eleitoral, o autor reconhece ocorreram eleições competitivas, mas detecta que o partido do governo Chávez temido muitas vantagens, sobretudo, a possibilidade de utilizar recursos públicos de PDVSA para implementar políticas clientelistas em época de eleições. Quanto à democracia constitucional, “o progressivo debilitamento da divisão de poderes dentro da democracia venezuelana é sem dúvida sua maior debilidade e a causa de uma maior erosão das bases institucionais do sistema político” (PENFOLD, 2010: 25). Para o autor, o Poder Executivo tem um claro domínio sobre os poderes Legislativo e Judicial, o qual se estende sobre os demais poderes como o Conselho Nacional Eleitoral, a Controlaria e a Promotoria Geral da República.

No que diz respeito à democracia cidadã, Penfold reconhece que a ideia de participação popular é um mecanismo necessário e fundamental em um sistema descentralizado e democrático no sentido de garantir a adequada identificação de necessidades, para determinar e monitorar o orçamento municipal e para coordenar o controle social na gestão do governo. Sem embargo, diz o autor, “as novas instancias [referindo-se aos CCs] foram vistas não como um complemento senão como um competidor direto dos diversos níveis do governo”. Os Conselhos Comunitários segue o autor, “foram criados para competir e não para complementar e assegurar melhoras na qualidade dos governos regionais e locais”. O resultado dessa relação direta estabelecida entre o Executivo Nacional e as comunidades é que “o Poder Executivo penetra nas comunidades mais além da filiação política das autoridades regionais” (PENFOLD, 2010: 32).

O Poder Executivo Central venezuelano que já era forte, ficou mais fortalecido ainda (ao qual Penfold denomina de hiper-presidencialismo) com a mudança do texto constitucional ocorrida em 2009. A Constituição venezuelana de 1999 já garantia 12 anos de mandato em caso de reeleição, mas a mudança na Constituição permite a reeleição indefinidamente. De modo que Hugo Chávez poderia governar indefinidamente, se assim seus seguidores desejassem, e enquanto sua saúde lhe permitisse.

5. NICOLÁS MADURO: DO POPULISMO AO AUTORITARISMO?

Diante do quadro descrito até aqui, o ex-presidente Hugo Chávez promoveu um cenário político na Venezuela em que predominou até a sua morte, mais populismo do que democracia, tendendo a um projeto de sociedade total.

Dadas as evidências deste cenário político venezuelano, poder-se-ia afirmar que o país estaria caminhando para uma sociedade de controle total? Nelly Arenas (2007) procura mostrar que Chávez estaria objetivando este tipo de comunidade sem fissuras. Em fontes abundantes e diversas Hugo Chávez frequentemente afirma publicamente ser a encarnação do próprio “povo”^{*}. Nelly Arenas interpreta que Hugo

* Citemos algumas passagens: “Onde queira que esteja uma das minhas partes estarei completo” (Harnecker, *apud* Arenas, 2007: 161). Seis meses depois que foi destituído do cargo em função do golpe que sofreu em 2002: “Porque vocês sempre terão a este soldado bolivariano entregue a vocês, junto a vocês no coração, no amor, na alma, na luta, na paixão. Daqui não me tirarão mais, nunca

Chávez “assume seu corpo de chefe como condensação das partes, como síntese de todas as forças, desafiando a natureza contraditória do social e a diversidade conflitiva do político” (ARENAS, 2007: 161). A construção dessa proposta de sociedade, que na realidade é uma das características do populismo clássico, requer a construção de inimigos do “povo”, imaginários ou não, sejam eles internos ao próprio corpo da nação ou externos a esta.

Para além das fronteiras da Venezuela, segundo os discursos do falecido Hugo Chávez, seus inimigos são o imperialismo estadunidense, a globalização, a ONU, OEA, Colômbia, as ONGs internacionais, o neoliberalismo, a democracia liberal, etc, que sempre estariam ligadas a algum tipo de iminente conspiração contra o “povo”, ameaçando seus legítimos interesses e sua suposta identidade. Esta suposta ameaça exterior é, segundo Arenas, “um extraordinário recurso para excluir a dissidência política doméstica”. Mas, ao mesmo tempo, no processo de fusão líder/povo, “este último perde seu livre arbítrio, sua capacidade de desenvolver autonomamente suas iniciativas” (ARENAS, 2007: 163).

A linha que separa o Estado da sociedade civil está ficando cada vez mais estreita, a tal ponto que o pluralismo associativo vai ficando cada vez mais para trás. Mas, a linha que separaria o Estado e seu corpo de funcionários públicos das diretrizes políticas e ideológicas do Partido Socialista Unido de Venezuela parece não existir mais. O fato de que o preenchimento dos cargos públicos raramente se dê mediante concursos públicos, e, sim pela máquina partidária e pelos corporativismos sindicalistas, deixa a imensa maioria dos funcionários públicos em situações constrangedoras e num jogo de delações constantes. Parte da máquina estatal se veste com as cores da “revolução”, portando camisetas, bonés e tantos outros apetrechos que ajuda o chavismo a delimitar seu campo de atuação e de divulgação ideológica. A maneira, por exemplo, como Hugo Chávez designa a seus funcionários e os despede de seus cargos poderia ser um bom exemplo do que estamos tratando de explicar: “estes, de maneira geral, tomam conhecimento que foram despedidos na

mais, ninguém jamais da profundidade da alma do povo bolivariano. Não irei daí nunca mais, viverei ali para sempre [...] Cheguei aqui para ficar, não haverá poder [...] que consiga tirar-me do povo, de você, porque na verdade *já eu não sou sequer eu mesmo, já não me pertença, já não me pertença a mim, eu sou de vocês hoje e para sempre [...]*” (www.analitica.com/biblioteca/hChávez/marcha20021013.asp: 13-10-2002; *apud* ARENAS, 2007: 162, grifo da autora).

gazeta oficial ou pelo anúncio que o presidente faz no seu programa dominical *Aló, Presidente*” (ARENAS, 2007: 177).

Segundo Ardití, a democracia sempre está exposta à ameaça de algum reverso, seja este populista ou de outro tipo. Estes reversos para a democracia surgem quando “a radicalização dos conflitos já não pode resolver-se simbolicamente na esfera política e quando uma sensação de fragmentação social invade a sociedade”. E que, diante deste quadro de fragilização dos mecanismos e instituições democráticas, tende a rondar um fantasma pelos interstícios da sociedade: o “povo-uno” (ARDITÍ, 2004: 76).

Os anos de 2004 e 2006 são emblemáticos no sentido da verticalização do poder, impulsionada pelo presidente Hugo Chávez. Em 2004 porque ganhou o referendo revogatório, e, em 2006, porque foi reeleito, momento a partir do qual começa a esboçar seu projeto de uma sociedade socialista do século XXI. Segundo Arenas, as principais pautas de ações que o presidente Chávez vem desenvolvendo a partir de então são:

Aquelas que se vinculam com a subordinação da Força Armada a seu projeto, a educação ideologizada, a participação popular subordinada aos desígnios do executivo, a ampliação da cobertura comunicacional estatizada, a concentração do poder a partir do manejo quase absoluto e discricionário dos recursos financeiros públicos em detrimento do processo de descentralização e, finalmente, o desdobramento de maiores esforços por controlar o aparelho econômico nacional e fazê-lo mais dependente do Estado (ARENAS, 2009: 158-159).

De modo que ao tomarmos a realidade política venezuelana atual como campo de análise, e tendo a liderança carismática de Hugo Chávez como foco, esta situação nos leva a pensar na distinção entre o acesso ao poder e o exercício do mesmo.

Laclau interpreta a realidade política Venezuela no sentido de que a transição para uma sociedade mais justa e democrática “requeria o deslocamento e a ruptura radical com uma elite corrupta e desprestigiada, sem canais de comunicação política com a vasta maioria da população”. Por sua vez, as mudanças exigidas requeriam a necessidade de um ator coletivo de caráter popular. Para o pensador político, a ruptura populista veio acompanhada das seguintes características: “uma mobilização de equivalência de massas; a constituição de um povo; símbolos ideológicos ao redor do qual se plasme esta identidade coletiva (bolivarianismo); e, finalmente, a centralidade do líder como fator aglutinante”. (LACLAU, 2006b: 60).

É importante esclarecer que a proposta do socialismo do século XXI na Venezuela foi movida, durante um longo período, pela alta do preço do barril do petróleo durante o governo Chávez. Esta situação econômica favoreceu enormemente a redistribuição da verba petroleira em termos de políticas assistencialistas e das missões, mantendo a lealdade por parte das parcelas da população ao governo. Mesmo antes da morte de Hugo Chávez, o preço do barril de petróleo já dava sinais de baixa no cenário internacional, passando dos 120 dólares a 50 dólares, anunciando, dessa forma, uma crise sem precedentes na Venezuela que seria aprofundada na vigência do governo Nicolás Maduro.

De maneira geral, os analistas políticos e econômicos venezuelanos são unânimes em afirmar que a Venezuela padece de um antigo problema que se instaurou no país desde início do século XX, a saber, o atrelamento da economia nacional à produção do petróleo, o qual tem sido visto como benção e maldição para o desenvolvimento interno da nação. O governo Chávez perdeu uma oportunidade única de aproveitar os recursos advindos da alta de preço do petróleo no cenário internacional para o desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional. Ao invés disso resolve deflagrar uma política de ataque ao empresariado nacional, promovendo a estatização de empresas privadas. Venezuela é um país que importa praticamente todos os insumos subsidiados pelo Estado, desde alimentos até roupa e alimentos.

Após a morte de Hugo Chávez, Nicolás Maduro assume o comando do país, procurando manter as mesmas linhas de ação política do ex-presidente Hugo Chávez, porém, diante de um cenário adverso, em que o Estado está praticamente falido. Passará, desse modo, a insistir em alimentar um ideário de lealdade ao bolivarianismo por parte da população pobre, sem contar com recursos econômicos que contou Hugo Chávez para sustentar a ideologia do socialismo do século XXI.

A situação de milhares de pessoas no país vizinho é dramática, e, diante dela, o governo Maduro ao invés de buscar saídas inteligentes, vem endurecendo seus discursos neopopulistas jogando uma parcela da população contra a outra à caça do “inimigo” interno ou externo, ou mesmo promovendo um processo constituinte que poderá leva-lo à continuidade no poder, mas não há garantia nenhuma de que uma situação de desigualdades estruturais possa mudar com base na força do discurso.

Segundo Edgardo Lander, a deterioração da atividade produtiva e das finanças públicas “produziu impactos severos nas condições de vida da população, especialmente nos âmbitos da saúde, da alimentação e da insegurança”. Trata-se, segundo o mesmo autor, da “crise terminal do modelo extrativista petrolero e o Estado rentista clientelar” (LANDER, 2017, p. 19-17). De igual maneira todo este processo impactou as organizações populares em duas frentes: em primeiro lugar pela dependência que estas organizações tinham em relação ao Estado que distribuiu dinheiro diretamente a elas, e, em segundo lugar, pelo desencantamento destas parcelas da população em relação ao governo que já não pode seguir redistribuindo recursos diretamente às comunidades, muitas sem espécie alguma de controle de gastos. A fonte teria secado sem deixar rastros de saídas futuras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias expostas até aqui tiveram a intenção de pensar a realidade política venezuelana no tempo presente, partindo do pressuposto de que nesta nação estão presentes muitos dos fenômenos da cultura política latino-americana. Um destes fenômenos é o populismo que foi revivido a partir da entrada de Hugo Chávez no cenário político deste país vizinho, agregando novos elementos ao mesmo. Vimos que a relação direta entre líder e massas se deu basicamente em função dos diversos recursos oriundos da renda petrolera que foram distribuídos às organizações de base da sociedade que eram leais às propostas do socialismo do século XXI.

Nicolás Maduro sucede a Hugo Chávez, porém diante de um cenário econômico avesso a qualquer continuidade das políticas assistencialistas estabelecidas por Chávez. Adura realidade de carência de subsídios mínimos para abastecer a população em função da baixa do preço do petróleo tem levado o governo de Nicolás Maduro a insistir numa proposta de organização social que parece ser anacrônica com os tempos atuais, incorrendo em práticas autoritárias que não estão resolvendo a grave crise pela qual passa a Venezuela no momento. A convocatória de uma nova constituinte seria a solução para uma crise venezuelana? Ao que tudo indica, parece que não, já que esta crise na Venezuela é fruto de um longo processo que vem desde que do solo venezuelano brotou o petróleo e a população, de maneira

geral, passou a acreditar que o Estado seria um ente mágico distribuidor de riquezas tiradas de alguma cartola em épocas de profundas crises.

REFERÊNCIAS

ARDITI, Benjamín. El populismo como periferia interna de la política democrática. **Revista eletrónica de estudios latinoamericanos**, vol. 2, nº. 6, Buenos Aires, 2004, enero-marzo, pp. 63-80. Disponible em: <<http://www.iigg.fsoc.uba.ar/elatina.htm>>, Acessado em: 19/02/2011.

_____.; CALCAÑO, L. G. El régimen populista en Venezuela: ¿avance o peligro para la democracia? In: **Revista Internacional de Filosofía Política**. Madrid, nº. 28, 2006, diciembre, pp. 5-45.

ARENAS, Nelly. Chávez: el mito de la comunidad total. **Perfiles Latino-americanos**, México, DF, nº 030, 2007, julio-diciembre, pp. 153-184.

_____. El populismo de Hugo Chávez: ¿revertiendo la democracia venezolana? (2004-2007). In: **Araucaria**, Sevilla, vol. 11, nº. 22, 2009, pp. 152-185.

DE LA TORRE, Carlos. Es el populismo la forma constitutiva de la democracia en América Latina? **Vox Populi: populismo y democracia en Latinoamérica**. México: FLACSO, 2007.

_____. Redentores populistas en el neoliberalismo: nuevos y viejos populismos latinoamericanos. **Revista Española de Ciencia Política**, nº. 4, Abril de 2001, pp 171-196.

JIMENEZ, Alfredo Ramos. Del proyecto de 'socialismo del siglo XXI' al populismo realmente existente. **Revista Politeia**, nº. 40, vol. 31. Instituto de Estudios Políticos, UCV, Caracas, 2008, pp.175-197.

LACLAU, E. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, año 23, nº 62, 2006a, pp. 115-120, mayo-agosto.

_____. La deriva populista y la centroizquierda lationamericana. **Nueva sociedad**. Caracas, nº.205, 2006b, pp. 56-6.

_____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.

LANDER, Edgardo; RODRÍGUEZ, Santiago Arconada. Venezuela: un barril de pólvora. **Nueva Sociedad**, nº 269, mayo-junio de 2017.

MÁRMOL, Egda Ortiz. Populismo e democracia na América Latina. **FRONESIS**, Zulia, vol. 16, nº. 1, 2009, pp. 43-62.

PENFOLD, M. La democracia subyugada: el hiper presidencialismo venezolano. **Revista de Ciencia Política**, Chile, vol. 30, nº. 1, 2010, pp. 21-40.

PATINHO, L.; CARDONA, P. El neopopulismo: una aproximación al caso colombiano y venezolano. In: **Estudios Políticos**, 34, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, Medellín, 2009, enero-junio, pp. 163-184.

RABY, Diane. El liderazgo carismático en los movimientos populares y revolucionarios. In: **Cuadernos del Cendes**. Caracas, año 23, nº. 62, 2006, mayo-agosto, pp. 59-72.

REY, Juan. 1991. La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación. **Revista de Estudios Políticos 74** (octubre-diciembre): 533-578.

Ulloa-Tapia, César Alfonso. 2017. Populismo y democracia: Venezuela y Ecuador en el ojo de la tormenta. **Revista Andina de Estudios Políticos** 7(2): 41-66.

_____. **El populismo en escena**. ¿Por qué emerge en unos países y en otros no? /César Ulloa. Quito : FLACSO Ecuador, 2017.

CAPÍTULO 10

O PESCADOR BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920 NA PERSPECTIVA DA MISSÃO DO CRUZADOR AUXILIAR “JOSÉ BONIFÁCIO”

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Atualmente é doutorando pelo PPGH-UFRN sob a orientação do professor Raimundo Pereira Alencar Arrais (DHIS-UFRN)

E-mail: giovannibentes@gmail.com

Raimundo Pereira Alencar Arrais

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: raimundoarrais@ymail.com

Resumo: A Marinha de Guerra brasileira, entre os anos de 1919 e 1923, organizou uma campanha militar com o objetivo de sanear o litoral brasileiro, fundar colônias de pescadores ao longo da costa e transformar esses mesmos pescadores em reserva militar da nação. À vista disso, uma comissão, composta por oficiais da marinha e pesquisadores, foi formada para dar corpo à campanha e colocar em prática os seus objetivos. O comando dessa expedição ficou nas mãos do capitão de mar e guerra Frederico Villar que, a bordo do cruzador "José Bonifácio", partiu do porto do Rio de Janeiro para o extremo norte do país para dar início à viagem que ficou conhecida como a missão do cruzador auxiliar "José Bonifácio". Do extremo norte a comissão havia rumado em direção ao extremo sul, realizando paradas nos estados costeiros a fim de levar a efeito os objetivos da campanha. A missão almejava ainda, como metas secundárias, a nacionalização da pesca, assim como a introdução, entre os pescadores, de métodos de pesca mais racionais e a implantação de inúmeras medidas de natureza higienistas voltadas para o pescador e as comunidades pesqueiras. A missão colocava ênfase na necessidade de modificar a forma de vida do pescador, bem como sua mentalidade. Nesse processo, as medidas de cunho higienistas tiveram um lugar importante na execução do projeto, sendo ressaltadas no livro que o próprio Frederico Villar publicou em 1944, esse intitulado "A missão do cruzador Bonifácio". A partir desse livro e de outros documentos relativos à campanha, procuramos mostrar como Villar, os oficiais que fizeram parte da missão e a Marinha brasileira, nos anos 20, adotaram o pensamento higienista para modificar as práticas de trabalho e a cultura do pescador e fazer dele um modelo, a representação de um novo tipo de homem brasileiro, esse civilizado, moderno e nacionalista.

Palavras-chave: Pesca; Pescador; Estado; Marinha de Guerra; Nação.

1. INTRODUÇÃO

A pesca é uma atividade bastante antiga e, para muitos, essencial. Os recursos provenientes dessa atividade são, não raras vezes, a base da alimentação e da subsistência para muitas famílias que vivem às margens de rios ou nas praias que se estendem pela costa de um país. O peixe é também matéria prima para alguns tipos de indústria, de forma que países como França, Inglaterra, Noruega, Itália, Alemanha, Brasil, entre outros, viram na atividade da pesca uma oportunidade para desenvolverem suas economias.

No caso do Brasil, a pesca esteve na pauta das discussões dos governos, de maneira mais acentuada, entre o final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, pois enxergavam nela uma atividade estratégica para o país sob vários aspectos, do econômico ao militar. Nesse intervalo de tempo, sobretudo nas décadas iniciais do período republicano, o Estado brasileiro havia se mostrado bastante preocupado com a participação estrangeira nos assuntos da pesca no país, de forma que leis foram sancionadas e projetos foram elaborados na intenção de que os serviços ligados àquela atividade fossem organizados, regulamentados e nacionalizados. Foi em função disso que o ministro da Marinha do governo Rodrigues Alves (1902-1906), o contra-almirante Júlio Cesar de Noronha, em 1903, acabou criando uma comissão para que um projeto de regulamentação da atividade da pesca no Brasil fosse elaborado.

Os princípios desse projeto, sobretudo a nacionalização da pesca e a conversão dos pescadores em reserva militar da nação, acabaram servindo e/ou influenciando outros empreendimentos do Estado brasileiro naquelas primeiras décadas do século XX, como foi o caso da missão do cruzador auxiliar “José Bonifácio”, uma campanha militar organizada pela Marinha de Guerra entre os anos 1919 e 1923.

Sob o comando do capitão de fragata Frederico Villar, a comissão que formava aquela campanha percorreria a costa brasileira a bordo do cruzador auxiliar “José Bonifácio”, do extremo norte ao sul do país, dirigindo suas preocupações para as populações pesqueiras. A missão tinha como meta principal, a conversão dos pescadores do mar e de áreas ribeirinhas em reserva militar da nação. A introdução de princípios militares básicos no cotidiano dos pescadores, acabou fazendo com que

suas relações e práticas sociais fossem alteradas. O pescador não era mais entendido como um simples pescador, mas sim como um marinheiro, uma extensão da própria Marinha de Guerra.

Como metas secundárias da missão estavam a nacionalização da pesca, a introdução de métodos de pesca mais racionais entre os pescadores e inúmeras medidas de natureza higienistas voltadas para o pescador e as comunidades pesqueiras. A campanha havia colocado ênfase na necessidade de o pescador modificar seu modo de vida e sua mentalidade. As medidas higienistas tiveram um lugar importante nesse processo, sendo ressaltadas, inclusive, no livro escrito por Frederico Villar em 1944, intitulado “A missão do cruzador Bonifácio”.

A partir desse livro e de outros documentos relativos à missão do cruzador “José Bonifácio”, procuramos mostrar como o oficial comandante Frederico Villar, os oficiais que faziam parte da comissão do “José Bonifácio” e a Marinha brasileira, nos anos 20, adotaram o pensamento higienista para analisar a figura do pescador brasileiro, suas práticas de trabalho e sua cultura, assim como identificar os ideais que orientavam a proposta de utilizar o pescador como modelo de um novo homem brasileiro.

O presente texto é uma versão revista e ampliada de um artigo publicado nos anais eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, evento realizado em 2016 na cidade de Caicó/RN no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES-UFRN). O texto original foi escrito a partir dos primeiros resultados de uma pesquisa que teve como resultado a dissertação de mestrado intitulada “Do Norte ao Sul: a missão do cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930)”, orientada pelo Prof. Dr. Raimundo Arrais (PPGH-UFRN) e defendida no ano de 2018.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

Para realização dos objetivos propostos neste estudo foi utilizado o livro escrito pelo comandante Frederico Villar. A obra de Villar, intitulada “A missão do cruzador José Bonifácio: os pescadores na defesa nacional”, narra as experiências de Villar e da comissão de oficiais participaram da campanha militar organizada pela Marinha de Guerra no início da década de 1920. O livro, apesar de tratar do evento ocorrido entre

os anos de 1919 e 1924, só foi publicado cerca de vinte anos depois, em 1945. Contudo, após a leitura e a crítica dessa fonte, notamos que, mesmo com esse intervalo de tempo entre o evento e a publicação, o discurso presente no livro de Frederico Villar é bastante semelhante ao do período em que foi realizada a campanha de nacionalização da pesca nos anos 1920. Isso é perceptível quando confrontamos o livro escrito por Villar com as matérias publicadas em jornais e revistas da época.

Os periódicos também foram utilizados como fonte neste trabalho. Mais do que uma fonte confirmadora de hipóteses, jornais, revistas, almanaques, entre outros tipos, quando submetidos a um olhar mais crítico, são reveladores de interesses, de ações, acordos políticos, ideologias, de aspectos sociais, assim como também podem intervir na sociedade mais diretamente (LUCA, 2008, p. 118). Parte do material aqui analisado se encontra digitalizado no acervo do site da Biblioteca Nacional como os volumes da Revista Marítima Brasileira. Outra parte foi resultado da pesquisa realizada nos acervos da Biblioteca da Marinha, localizada no Rio de Janeiro, como foi o caso da Revista da Liga Marítima Brasileira.

Os periódicos nos ajudaram a mapear a trajetória do cruzador auxiliar “José Bonifácio”, assim como os locais a serem construídas as colônias de pescadores e como a comissão era recebida nos diferentes estados do litoral brasileiro. Além disso, também nos permitiram visualizar as diferentes posições sobre a questão da nacionalização da pesca e os discursos sobre a figura do pescador nos anos 1920. Para fins desse trabalho, nós priorizamos a análise dos discursos sobre a pesca e o pescador no período em exame, o discurso que é um dos caminhos para geração de sentido de um texto, sendo entendido como o “lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu” (GREGOLI, 1995, p. 17).

Além dos periódicos, analisamos os relatórios do Ministério da Marinha, que se encontram digitalizados e disponíveis no Center for Research Libraries. Os relatórios da Marinha nos ajudaram a compreender o papel dessa instituição nos assuntos ligados à pesca no período estudado, assim como identificar os discursos produzidos sobre a questão da nacionalização da pesca, saneamento do litoral e o sentido atribuído à missão do cruzador “José Bonifácio”.

Outros documentos foram utilizados, o parecer do consultor geral da República nos anos de 1920, James Darcy, foi um deles. Esse parecer trata da nacionalização

da pesca, apontando que ela era constitucionalmente legal. Mais do que isso, o consultor acabou relatando nesse documento todo o processo para nacionalizar a pesca, assim como os argumentos contrários a esta ação. Darcy realizou uma análise minuciosa das leis e decretos referentes à pesca e a sua nacionalização, bem como aponta os sujeitos que eram contrários a essa ação organizada pela Marinha de Guerra com apoio do governo brasileiro.

3. A PESCA, O PESCADOR E O ESTADO BRASILEIRO: RESULTADOS DA RELAÇÃO ENTRE A MISSÃO DO CRUZADOR JOSÉ BONIFÁCIO E O PESCADOR BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920

No que diz respeito a atividade da pesca, a primeira medida que podemos destacar como uma das primeiras tentativas de sua organização foi a lei nº. 478, aprovada e sancionada no dia 9 de dezembro de 1897. Essa lei determinava que a atividade da pesca no Brasil seria nacionalizada. De acordo com o que estava expresso no Art. 3, “todos os brasileiros, natos ou naturalizados”, que tivessem como profissão a pesca, seriam registrados ou matriculados nas repartições ligadas ao Ministério da Marinha e que, após a expedição de um regulamento, a pesca seria nacionalizada (DARCY, 1921).

Antes disso, Júlio Cesar de Noronha, que havia sido nomeado para o posto de “Capitão do Porto da Côte e Provincia” do Rio de Janeiro em 1888, já tinha realizado alguns estudos sobre o tema da pesca com o objetivo de regulamentá-la. Affonso P. de Camargo, em biografia à Júlio Cesar de Noronha, publicada em 1939, havia afirmado que a pesca estava em completo estado de abandono, uma situação que mudaria com a entrada de Noronha ao Ministério da Marinha, em 1903 (CAMARGO, 1939, p. 19).

O contra-almirante Noronha, como ministro daquela pasta, havia dado início àquilo que seria o projeto que objetivava a regulamentação da pesca. Uma comissão formada por oficiais da Marinha foi organizada pelo ministro Júlio Cesar de Noronha para que ela elaborasse aquele projeto. Entre os oficiais da Marinha de Guerra que faziam parte daquela comissão estavam o vice-almirante Antônio Pompeu de Albuquerque Cavalcante, que falecera naquele mesmo ano, no dia 19 de dezembro; o capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e Joaquim de Oliveira Machado,

secretário do Conselho Naval. O Projeto de Regulamentação da Pesca apresentava, como nota de abertura, seis pontos, seis princípios básicos, que podem ser entendidos como seus objetivos principais: desenvolver a indústria da pesca; criar facilidades para o livre exercício do pescador; privilegiar o pescador nacional; proteger os recursos marítimos, como a fauna e flora marinhas; fiscalizar e, por último, transformar “a classe dos pescadores num viveiro da marinhagem para a Armada Nacional” (MARINHA, 1904, ANEXO, p. 3).

O projeto de 1903 não revelava preocupação com questões de saúde dos pescadores. O foco era, nas próprias palavras do ministro da Marinha, a nacionalização da pesca e o desenvolvimento da indústria pesqueira. Para isso, estava previsto que a participação do estrangeiro na atividade pesqueira seria limitada, reservando-se ao pescador nacional a exploração das possíveis riquezas do mar brasileiro. A preocupação, naquele momento, estava voltada para o desenvolvimento econômico do país, embora a questão da defesa nacional fosse mencionada.

A utilização dos pescadores como reserva militar da nação estava, de certa maneira, ligada com a reorganização e o reaparelhamento da Marinha de Guerra. No ano seguinte à formulação daquele projeto de regulamentação da pesca, que determinava que os pescadores fossem um “viveiro da marinhagem para a Armada Nacional”, Júlio Cesar de Noronha havia apresentado um programa que modificava as bases do poder naval brasileiro. O programa naval de 1904 determinava que a esquadra naval deveria ser composta por uma frota mista, de deslocamento moderado e que fossem compatíveis com os recursos econômicos do país – o programa incluía a construção de três encouraçados, três cruzadores encouraçados, seis caça-torpedeiras, assim como a construção de navios menores.

Esse programa passou a sofrer fortes críticas por parte do almirante Alexandrino de Alencar, pois ele acreditava que a melhor solução para o fortalecimento da força naval do Brasil estava na aquisição de navios com elevado deslocamento e alto poder de fogo e não em uma frota mista como defendia o programa de 1904. Dessa maneira, o poder naval brasileiro estaria equiparado aos das outras nações como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

A organização do poder naval brasileiro, e o aumento desse poder, fazia parte da busca pela hegemonia do Brasil no hemisfério sul. Essas ideias se baseavam na

teoria de Alfred Thayer Mahan. Historiador, estrategista e militar norte-americano, Mahan acreditava na influência do poder marítimo na evolução da civilização e na manutenção da balança do poder na política externa (PEIXOTO, 2000, p. 33).

Quando Afonso Pena assumiu a presidência da República em 1906, o almirante Alexandrino de Alencar foi designado para assumir o ministério da Marinha. Com esse poder, o almirante conseguiu anular o crédito para o programa de 1904, como também conseguiu alterar os projetos dos navios que estavam sendo construídos nos estaleiros ingleses (ARAÚJO, 2005). As modificações realizadas nos projetos dos navios acabaram por transformá-los em tipos *Dreadnought*, modelo de navio que possuía armamento mais pesado, estruturas de blindagens reforçadas, velocidade de deslocamento acima das 18 milhas e tonelagem superiores a 18.000 toneladas (MARTINS FILHO, 2010). Com os novos navios, os novos equipamentos e instrumentos, a demanda por pessoal especializado, com conhecimento técnico e básico, havia aumentado.

Nesse sentido, os pescadores, considerados pela Marinha de Guerra como os marinheiros por excelência, pois conheciam como ninguém a vida no mar e possuíam grande experiência em navegação aprendida desde muito cedo, como demandava o ofício da pesca, passaram alvos de ações que pretendiam torná-los em reserva militar da nação. Nas palavras do ministro Júlio Cesar de Noronha, os pescadores deveriam formar um “suprimento para os corpos de Marinha”, de forma que a atividade da pesca passava a ser uma fonte de homens afeitos na vida do mar, capacitados e necessários para o preenchimento de seus quadros (MARINHA, 1904, p. 106).

A Primeira Guerra Mundial, conflito armado entre as potências europeias entre 1914 e 1918, foi utilizada por alguns políticos e oficiais da Marinha de Guerra como argumento para demonstrar e reforçar a utilidade dos pescadores como reserva da Armada Nacional. Um desses políticos foi o ministro da Marinha do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), Antônio Coutinho Gomes Pereira. Esse ministro chegou a afirmar que a conflagração europeia tinha servido para demonstrar “o valor dos elementos de defesa que uma indústria da pesca desenvolvida” poderia fornecer (MARINHA, 1918, p. 41).

O desenvolvimento de novas tecnologias, o uso do submarino como arma de destruição e o emprego de materiais mais resistentes, como o ferro, na estrutura de blindagem dos navios, fez com os países envolvidos no conflito pensassem em

alternativas que desarticulassem o ataque inimigo. Nessa perspectiva, os ingleses viram na utilização de barcos de pesca uma possibilidade de barrar os ataques dos submarinos alemães. Os barcos de pesca e os pescadores foram utilizados como desarmadores das minas, pois, como os *Dreadnoughts* eram navios de grande porte, as minas ficavam quase que imperceptíveis.

Essa ideia de utilizar barcos de pesca foi apresentada por Gomes Pereira e aprovada como recurso brasileiro em casos de guerra, pois era uma medida de baixo custo. Além disso, o ministro também ressaltava a importância de desenvolver a indústria da pesca no país, o que garantiria benefícios tanto econômicos quanto militares. Nessa conjuntura, Gomes Pereira acabou determinando que uma expedição fosse organizada para cumprir aquela agenda. E assim foi organizada a missão do cruzador “José Bonifácio”.

O programa da missão consistia na aplicação da lei de nacionalização da pesca, na realização do saneamento do litoral e na conversão dos pescadores em reserva militar da nação. A missão do cruzador *José Bonifácio*, comandada pelo capitão de corveta Frederico Villar, percorreu a costa brasileira durante um período de quatro anos, de 1919 a 1923, e nesse tempo realizou diversas ações e empreendimentos como a fundação de colônias cooperativas de pescadores, construção de escolas e também de postos médicos nas colônias. Uma parte desse processo foi descrito no livro que o próprio comandante Frederico Villar escrevera sobre a missão do cruzador “José Bonifácio”, em 1945 (VILLAR, 1945).

A campanha foi uma medida adotada pelo governo federal para efetivar a lei de nacionalização da pesca. Essa medida tinha o objetivo de organizar a pesca, restringir e privilegiar os pescadores nacionais, natos ou naturalizados, assim como se articulava com as ideias de defesa do território e da soberania nacional. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pela missão exerceram grande influência sobre a organização socioeconômica dos pescadores, pois os oficiais da Marinha ligados à campanha do “José Bonifácio” procuravam incutir no cotidiano dos pescadores uma nova noção de trabalho, essa influenciada por uma ética militar. O entendimento que se tinha era de que o pescador serviria como um elemento perfeito para a defesa da nação em casos de guerra, devido seu conhecimento particular sobre costa e sobre a navegação.

A missão levada a cabo no início dos anos vinte se associou também ao esforço amplo, despendido pelos governos e por inúmeros setores de intelectuais, técnicos e reformadores sociais, para construir uma “identidade nacional”, centrando a atenção no elemento nativo. A década de 1920 foi um período de intensos debates nacionalistas que enfatizavam a necessidade de um “olhar” que visualizassem o país como algo diferente do “Velho Mundo”, colocando a mestiçagem, por exemplo, como um de seus principais pontos de referência (HERSCHMANN, 1994, p.29).

A filosofia nascida com a República, como afirmou Nicolau Sevcenko, reclamava uma remodelação nos hábitos sociais e nos costumes pessoais. Era preciso se distanciar dos antigos hábitos coloniais, acabar com a imagem da cidade insalubre, era preciso, pois, regenerar o país, acompanhar o progresso, seguir os padrões europeus de civilização (SEVCENKO, 2003, p. 41). Sanear o solo, livrar os indivíduos das doenças e moléstias, eram ações que deveriam ser tomadas pelos governos a fim de que o tão desejado melhoramento físico, moral e o “progresso do homem brasileiro” fosse alcançado. (MOTA, 2003, p. 39).

Ao observarmos a atuação da missão do “José Bonifácio” ao longo do litoral brasileiro, podemos perceber como aqueles princípios estavam presentes na conduta dos oficiais da Marinha, sobretudo através das ações relacionadas à saúde e a educação dos pescadores. Nas colônias fundadas pela missão, as escolas deveriam inculcar nos pescadores os ideais de nacionalismo, amor à pátria e disposição para defender o país em caso de necessidade. Além disso, as escolas ainda tinham a tarefa de transmitir aos pescadores um saber técnico para que eles pudessem desempenhar determinadas funções no âmbito do serviço militar.

Durante a campanha, os idealizadores da missão colocaram em cena uma série de estratégias para alcançar seus objetivos pedagógicos: discursos dirigidos aos pescadores, apresentação de exemplos de heroísmo da marinha nacional por meio de fotografias, cerimônias, músicas, etc. Esses recursos utilizados pela Marinha de Guerra foram a maneira encontrada para controlar socialmente os pescadores, construindo simbolicamente sua realidade (CALLOU, 1995).

O saber médico foi empregado para orientar, por meio de códigos e valores sociais, os indivíduos na direção daquilo que chamavam de o mundo “civilizado”. Com a fundação das colônias de pescadores – iniciativa que representou a intervenção do Estado nas comunidades de pesca – a adoção de medidas higienistas tinha a intenção

de construir um corpo social sadio, buscando a regeneração física e moral dos pescadores. (HERSCHMANN, 1996, p. 11-17).

Quando o cruzador “José Bonifácio” partiu do porto do Rio de Janeiro em direção ao extremo norte do país no dia 13 de outubro de 1919, a bordo da embarcação se encontrava o médico Othon Moura, oficial primeiro-tenente da Marinha, responsável pela assistência médica da tripulação e da campanha como um todo. Ele havia organizado alguns conselhos sobre questões higiênicas para serem repassadas aos pescadores pelos integrantes da daquela comissão. Eram informes preventivos sobre a higiene do corpo, sobre nutrição e cuidados com o ambiente, os quais foram também publicizados pela Revista Marítima Brasileira, como pode ser observado no fragmento abaixo.

As casas devem ser rebocadas internamente e caiadas, com janelas e todas as divisões; as paredes sem frestas ou aberturas por onde possam penetrar insectos, que muitas vezes picam os moradores, transmitindo-lhes moléstias graves. [...] Toda casa deve ter sua fossa, por mais simples que seja. Quando em trabalho no campo, o trabalhador deve cavar um buraco de dous palmos de fundo e ahi enterrar a obra, cobrindo de terra em seguida (RMB, 1919, p. 293).

Podemos encarar isso como uma maneira de o Estado controlar os corpos dos pescadores, afastar deles e da sociedade aquilo que ameaçava a ordem social, como doenças e outros problemas sociais. A ideia recorrente na época era a de que se o Estado republicano promovesse ações como “sanear”, “higienizar” e “educar”, como havia proposto o médico Miguel Couto na década de 1930, a sociedade acabaria percorrendo o caminho da “civilização”, o que equivaleria a solucionar os “problemas nacionais” (COUTO, 1933, p. 26).

A missão concebia os pescadores como seres passivos, assolados por doenças, pelo analfabetismo e por vícios, como o alcoolismo. A literatura edificante, publicada pela Revista da Liga Marítima Brasileira, um periódico que divulgava e apoiava a missão, trazia no conto intitulado “O Pescador”, um exemplo pedagógico da importância de suas ações. O protagonista do conto era Seu Albino, um pescador que, depois de passar vários dias no mar, enfrentando as dificuldades impostas pelo exercício da pesca artesanal, ao chegar em casa e procurar sua mulher Philú, acaba descobrindo que ela havia partido, deixando-lhe a chave da casa e uma carta.

Seu Albino ficou abismado, pois nem ele sabia ler e muito menos sua mulher sabia escrever. O pescador procura justificar a atitude de sua mulher e ao fazê-lo apresenta aspectos da vida do trabalhador que vive da pesca, como o fato de viver “muitas horas no mar, longe de casa”. Triste por sua mulher ter ido embora, seu Albino havia se entregado à bebida, saindo para “embriagar-se [...] dar-se diariamente em espectáculo, bebendo até cair” (RLMB, 1907, p. 15).

O livro *A Missão do Cruzador José Bonifácio*, escrito pelo comandante Frederico Villar, vinte anos após a missão, e publicado em 1945, nos revela algumas pistas para aprofundarmos o discurso construído sobre o pescador nos anos 1920. Nas primeiras páginas, Villar havia pintado a figura do pescador brasileiro como um ser “alheio à civilização”, doente, ignorante e passivo, explorado pelos “mandões locais”, de modo que se esses problemas não fossem resolvidos o pescador não teria utilidade alguma. No final de sua descrição, Villar acabou destacando, em caixa alta, a sua motivação para levar adiante a campanha nos anos 20:

Infelizmente, a nossa gente praiana é constituída por indivíduos completamente alheios à civilização: 99% dêles são analfabetos; doentes, demolidos pela verminose, cobertos de úlcera, esquilidos; com intestinos pandos de tricocéfalos, ascaris e anquilóstomos; combalidos pela malária, pela lepra, pela sífilis e pelo alcoolismo. De nada poderão servir homens, embora, inteligentes e bravos, assim, em grande parte em lamentável estado de deficiência física, vivendo, ou melhor vegetando, abandonados nas curvas da costa, vilmente explorados pelos mandões locais e por êles cruelmente escravizados. ERA POIS, PRECISO LIBERTAR, SANEAR, INSTRUIR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONÍSSIMO CABOCLO PRAIANO. (VILLAR, 1945, p. 23-24)

As atividades da missão se concentraram no extremo norte, embora o cruzador “José Bonifácio” tenha percorrido todo o litoral brasileiro, para atuar com os pescadores e fundar colônias. No Rio Grande do Norte, o Canal de São Roque mereceu alguma atenção. Ali foram fundadas algumas colônias em núcleos como Rio do Fogo, Pititinga, Zumbi, Maracajaú, Genipabu e Touros. Em Natal, foram matriculados poucos pescadores, que viviam em extrema pobreza, como afirmou o Ministro da Marinha, Raul Soares, em 1919 (RMB, 1920, p. 777).

Só no Pará, a missão havia conseguido matricular cerca de 4000 pescadores brasileiros, e fundado 35 colônias cooperativas articuladas numa confederação sediada em Belém. A atenção que a missão dedicou ao norte se justificava pela grande presença de migrantes portugueses, uma parte dos quais dedicados aos

negócios de pescarias. Essa presença da missão na região norte, por outro lado, trazia à tona o antilusitanismo que se espraiara durante todo o Império e se intensificara nos primeiros anos da República. A presença de migrantes portugueses no Pará, como demonstra Cristina Donza Cancela, teve um aumento considerável no período da segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX.

Ao analisar a presença portuguesa no estado do Pará no período marcado pela exploração da borracha, entre os anos de 1850 a 1920, Cancela acabou percebendo, a partir da análise das habilitações consulares, uma diminuição na taxa de imigrantes. Contudo, quando a autora confrontou essas informações com os dados encontrados nos livros de registros de passaportes do Distrito de Braga, ela percebe, na verdade que houve um aumento de imigrantes portugueses que coincidia justamente com o auge da produção da borracha (CANCELA, 2016, p. 243).

No início do período republicano o sentimento antilusitano foi acentuado nas lutas contra a monarquia e baseadas nas críticas ao antigo regime. Os portugueses eram tidos como sinônimos do atraso, pois representavam os males da monarquia. O português era visto como o “bom trabalhador”, mas também como exploradores dos brasileiros, enganadores e ambiciosos (RIBEIRO, 2010, p 44-45 apud FERRAZ, 2014, p. 50).

A competição e a concorrência entre portugueses e brasileiros no mundo de trabalho aumentariam o sentimento antilusitano. Os portugueses eram vistos como o bom trabalhador, disciplinados e por isso eram a preferência para assumirem os empregos disponíveis em relação aos brasileiros que não aceitavam ou que eram avessos à lógica do bem trabalhar (RIBEIRO, 1990). Foi durante esse período que ocorreu uma nacionalização em massa no Brasil, forçando muitos portugueses a retornarem para seu país de origem (FERRAZ, 2014, p. 51-53). Foi nesse clima intenso e debates sobre questões nacionalistas que a missão do cruzador José Bonifácio foi realizada.

A ação da missão do cruzador José Bonifácio é sugestiva para a análise dos projetos que certos grupos dominantes do Brasil republicano procuraram desenvolver a respeito do futuro nacional e do homem brasileiro, produzindo-se ao final um esboço do pescador como um dos muitos “tipos nacionais”, que transitavam entre a antropologia e o folclore. A missão do cruzador “José Bonifácio”, nesse sentido, representava o esforço máximo do poder central, até aquele momento, no que se

referia à organização da atividade pesqueira no país. Nesse sentido, a missão do “José Bonifácio” inseria o pescador no centro de um processo que se acreditava percorrer a história da humanidade, alcançando todos os povos: o progresso.

A ideia de progresso pressupõe que os eventos, os acontecimentos, a história, caminham sobre uma linha reta, sempre avançando e de maneira ascendente, que as sociedades podem melhorar ultrapassando estágios, a ideia de um constante desenvolvimento. (DUPAS, 2012, p. 11). Dessa maneira, as ações desenvolvidas pela Marinha de Guerra submetiam os pescadores à lógica do progresso, introduzindo em seu cotidiano outras concepções de saúde, de educação e de civismo, padrões sociais que eram transmitidos e impostos aos pescadores como aqueles que seriam os mais adequados e que contribuiriam com o avanço social, econômico e militar da nação.

4. CONCLUSÃO

Consideramos nesse trabalho a fala oficial sobre esse evento específico, aquelas que foram enunciadas por autoridades políticas e oficiais da Marinha. Analisamos seus discursos sobre a pesca e sobre o pescador, ou seja, ajustamos o nosso foco de análise sobre o Estado, as políticas voltadas para pesca, e não sobre a figura do pescador. Entretanto, isso não quer dizer que a voz do Estado, representada por meio de seus agentes como Frederico Villar, seja a fala e o pensamento dos pescadores.

Os pescadores foram insistentemente colocados numa posição de passividade, de seres alheios a realidade nacional, de indivíduos explorados, doentes e miseráveis. Esse era o discurso usado para fundamentar as ações e as políticas de intervenção do Estado na atividade da pesca e na realidade dos pescadores.

A missão, portanto, foi arquitetada para ser uma grande obra patriótica, conforme a visão dos seus articuladores, uma medida de transformação social que levaria aos recantos e curvas do litoral brasileiro o “progresso” e a “civilização”. Ela foi parte de um conjunto de ações que reunia no seu projeto os princípios que os grupos dominantes acreditavam serem aqueles que guiariam a nação por um caminho de progresso e civilização.

Ela também serviu como uma ação de controle social, que tinha como alvo principal a classe dos pescadores, que apesar dos esforços da Marinha e das

autoridades políticas em controlar o cotidiano deles, ou seja, o seu trabalho e as suas relações sociais, muitos pescadores resistiram. Uma resistência que se deu de maneira particular, por vezes tímida, através de movimentos sociais localizados. Em alguns casos ele contaram com o apoio outros grupos, como a imprensa local, que ajudavam nas suas causas e reivindicações (BENTES FILHO, 2018, p. 173).

FONTES

BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1904.

INTRODUÇÃO ao relatório do Ministério da Marinha. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. Nº 1-2. 1919.

INTRODUÇÃO ao relatório da Marinha. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. Nº. 11-12. 1920.

NOTICIÁRIO: Marinha Nacional. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. Imprensa Naval. Nº 3-4. 1919.

PESCA e saneamento do litoral. Relatório do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1918.

O PESCADOR. Revista da Liga Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira. Biblioteca da Marinha. Nº 2. 1907.

VILLAR, Frederico. A missão do Cruzador “José Bonifácio” – os pescadores na defesa nacional– a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923). Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1945.

REFERÊNCIAS

BENTES FILHO, Giovanni R. P. Do Norte ao Sul: a missão do cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930). 2018, 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/CCHLA. Natal, 2018.

C. D. Cancela, J. S. R. Cosme. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016.

CALLOU, A. B. F. A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador 'José Bonifácio' (1919-1924). Intercom: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Universidade Federal de Sergipe/UFS. 1995.

COUTO, Miguel. No Brasil só Há um Problema Nacional: a Educação do Povo. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1933.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso, ou progresso como ideologia. 2º. ed. – São Paulo: Editora Unespe, 2012.

FERRAZ, Luiz Paulo Pontes. “Deus te leve a Pernambuco”: antilusitanismo, legislação e estatística na história da imigração portuguesa para Pernambuco (1945 – 1964). Dissertação de mestrado. Recife, UFPE, 2014.

GREGOLI, Maria do Rosario Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. Alfa, São Paulo, 39: 13-21, 1995.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CAPÍTULO 11

O PAPEL DO GESTOR E O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DE RECURSOS: VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Monalisa Lopes dos Santos Coelho

Instituição de filiação: Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: monalisalopes.coelho@gmail.com

Resumo: O tema deste artigo é a gestão escolar. O motivo para esta escrita foi a exigência da produção de um artigo científico após estagiarmos numa escola pública municipal de Ituiutaba-MG. O objetivo principal é compreender como se configura o papel do gestor frente aos poucos recursos pedagógicos, financeiros e estruturais. Os objetivos específicos são: discutir como o gestor escolar pode “se virar” com os poucos recursos que a instituição pública recebe e conseguir atender as necessidades emergentes da escola; analisar como ele pode buscar outras possibilidades e outros recursos para promover o incentivo à leitura, usando a ludicidade. Quanto à metodologia, em campo realizamos entrevista com a diretora (D1), e alunos do 3º ano (A1), e utilizamos a pesquisa bibliográfica, sob uma abordagem qualitativa. As análises se organizam em três partes: a falta de recursos; ações do gestor na falta de recursos; papel do gestor: incentivar a leitura por meio da ludicidade. E os resultados estão expostos no item: Os alunos frente à falta de biblioteca: o projeto de intervenção na escola. Defendemos que o papel do gestor escolar deve ser o de compromisso com a leitura e a ludicidade, enquanto aguarda a ampliação dos recursos.

Palavras-chave: Papel do gestor escolar; Escassez de recursos; Incentivo à leitura.

1. INTRODUÇÃO

Nossas reflexões caminham no sentido de pensar a gestão da escola, no viés do gestor escolar e o seu enfrentamento junto à falta dos recursos financeiros, pedagógicos e estruturais indispensáveis ao seu trabalho, com vistas ao bom andamento da instituição, sob sua responsabilidade. O texto foi produzido na disciplina de “Estágio Curricular Supervisionado Gestão Escolar” no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU). O motivo para esta escrita foi a exigência da produção de um artigo científico após estagiarmos numa escola pública municipal na cidade de Ituiutaba-MG, com o desejo de refletir sobre as vivências construídas na escola campo do estágio.

A instituição escolar concedente do estágio atende a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano) e enfrenta muitos desafios como a falta de recursos financeiros, pedagógicos e estruturais. Diante do exposto, a pergunta norteadora da tessitura deste texto é: qual seria o papel do diretor para o enfrentamento da falta de recursos e a possível interferência no trabalho da leitura aliada à ludicidade, como recurso pedagógico fundamental para as crianças?

Diante dessa problemática, o objetivo principal é compreender como se configura o papel do gestor frente aos poucos recursos pedagógicos, financeiros e estruturais. Os objetivos específicos são: discutir como o gestor escolar pode “se virar” com os poucos recursos que recebe, para conseguir atender as necessidades emergentes da escola; entender como ele pode buscar outras possibilidades e outros recursos para promover o incentivo à leitura, usando a ludicidade.

Em termos de metodologia, em campo realizamos entrevista com a diretora (D1), e alunos do 3º ano (A1), e utilizamos a pesquisa bibliográfica, sob uma abordagem qualitativa. As análises foram feitas à luz do referencial teórico localizado para refletir acerca do papel do gestor escolar. As análises se organizam em três partes: a falta de recursos; ações do gestor na falta de recursos; papel do gestor: incentivar a leitura por meio da ludicidade. E os resultados estão expostos no item: Os alunos frente à falta de biblioteca: o projeto de intervenção na escola.

2. CONHECENDO AS FUNÇÕES DO GESTOR ESCOLAR

De acordo com Oliveira (2015), o Brasil sofreu durante a década de 90 um processo de reestruturação do Estado, que impunha ajustes estruturais na maneira de administrar os setores públicos e o paradigma adotado foi a adoção de critérios da economia privada na gestão da coisa pública, se configurando como a Nova Gestão Pública, traduzida na administração pública gerencial, ou seja, foram adotados critérios capitalistas para a educação pública.

Nesse sentido, o diretor de escola pública se tornou um gestor da educação semelhante ao que ocorre nas empresas privadas, assim, os termos “diretor”, “administrador escolar” e gestor escolar”, às vezes são percebidos como sinônimos, e neste trabalho, o diretor escolar será também chamado de gestor, que tem a função de coordenar a parte administrativa da escola e a parte pedagógica.

Assim, para se pensar no papel do gestor é preciso descobrir as suas funções no cargo da direção escolar, ou seja, suas funções a cumprir neste cargo, e sobre elas Libâneo (2001) explana que:

O diretor coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais componentes do corpo de especialistas e de técnicos-administrativos, atendendo às leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e às decisões no âmbito da escola e pela comunidade. (LIBÂNEO, 2001, p. 5).

Neste sentido, além dessas atribuições, de acordo com Barros, Nunes e Silva (2013), o gestor educacional, ou diretor possui um papel muito importante para melhorar o ensino, considerando que é no processo de organização e coordenação do trabalho escolar, que as ações dos professores se concretizam e então, acontecem as práticas pedagógicas que primam pela aprendizagem do aluno. Ou seja, o papel do gestor educacional é muito relevante, pois a sua presença auxilia e direciona o trabalho do professor, além de conduzir as ações que a escola desenvolve.

3. ANÁLISES E REFLEXÕES

Enquanto estagiárias percebemos que a gestão escolar observada durante o período do estágio demonstra traços de uma gestão gerencial porque o diretor escolar

também é considerado um gestor educacional, que coordena a parte da administração escolar e pedagógica ao mesmo tempo. Além disso, observamos também traços de uma gestão compartilhada, tendo em vista a escassez de recursos financeiros, pedagógicos e estruturais, esta gestão convida a comunidade escolar, pais, amigos da escola, e patrocínio de terceiros, para que possam compartilhar da responsabilidade de angariar recursos.

4. A FALTA DE RECURSOS

Diante do exposto, serão feitas reflexões sobre a realidade vivenciada durante o período de estágio. Por meio das observações percebemos que os recursos enviados pelo poder público não atendem todas as necessidades da escola, dentre elas a construção de uma biblioteca. O projeto desta construção já foi enviado à Secretaria da Educação do município há aproximadamente quatro anos, mas ainda não foram liberados recursos para a construção da mesma.

Desse modo, compartilha-se da opinião de Benassi e Saveli (2007) de que as bibliotecas escolares em muitos casos é um ambiente desprezado por algumas escolas, onde muitas funcionam de maneira. Sendo assim, as autoras chamam a atenção para esse tipo de descaso, que também pode ser reconhecido em diversas escolas do país. E, na escola observada durante o estágio, percebeu-se que o poder público ainda não oportunizou a criação deste espaço.

Em função da falta de recursos pedagógicos, muitas vezes, gerada pelas políticas públicas engendradas pelo município, esta escola alvo do estágio não possui biblioteca, brinquedoteca e nem parque. Existe apenas um espaço adaptado que funciona como sala de pintura e brinquedoteca adaptada com materiais reciclados.

Então, diante desta realidade, no momento da pesquisa nos documentos oficiais Regimento Escolar e Proposta Pedagógica (antes chamada de PPP), fornecidos pela escola, foram realizadas anotações nos cadernos de campo de Coelho (2016) e de Pereira (2016), informações consideradas relevantes e indispensáveis à nossa reflexão. Em pesquisa ao Regimento Escolar, constatamos que por causa da falta de biblioteca na escola, as crianças não utilizam o espaço da biblioteca e sim nos Cantinhos de Leitura. No Regimento diz que a escola possui nestes Cantinhos um acervo literário diversificado quanto à estética, ao gênero, ao

conteúdo literário e à complexidade, e que cada turma pode permutar os livros com as outras.

Percebemos que, por causa da falta de biblioteca, as atividades para contemplar a leitura ficam restritas às salas de aula, nos chamados Cantinhos de leitura. Entretanto, ao analisar estes espaços, acreditamos que o seu acervo não é diversificado, neles, existem mais livros didáticos do que propriamente livros infantis, postos em prateleiras no fundo das salas, e estes poucos livros infantis ficam empilhados nas prateleiras, e/ou guardados em caixas organizadoras, junto aos livros didáticos.

A esse respeito, Bernassi e Saveli (2007) ressaltam que é necessário apostar em uma biblioteca diversificada, para que de fato a aprendizagem seja desenvolvida, por meio de atividades e materiais diferenciados. Sendo assim, deduziu-se que estes espaços não são totalmente adequados para motivação da leitura, porque os livros infantis não se encontram expostos para fácil acesso e a maior parte destes livrinhos fica guardada em armários na Secretaria da escola, sem a possibilidade de livre acesso dos alunos se desejarem lê-los. Além disso, o Cantinho em sala de aula, não é um ambiente favorável e adequado para que as crianças se sintam estimuladas a interagir-se nele e com ele. Frente a esta realidade detectada, verificamos que os momentos de incentivo à leitura na escola não recebem destaque por causa da falta de espaço adequado para a leitura, uma biblioteca ausente e poucos livros infantis.

5. AÇÕES DO GESTOR NA FALTA DE RECURSOS

Em entrevista concedida pela diretora, ela explicou que os recursos recebidos da Secretaria da Educação são poucos. Assim sendo, com o objetivo de discutir como o gestor escolar pode “se virar” com os poucos recursos que recebe, para conseguir atender as necessidades emergentes da escola, serão expostas as ações que a gestora escolar tem realizado para driblar os desafios presentes na escola que gesta.

Deste modo, o depoimento da diretora revelou que as verbas recebidas não são suficientes para atender a todas as necessidades. Então, entre as alternativas adotadas pela diretora para administrar os recursos recebidos e conseguir atender a todas as demandas da escola estão: a realização de eventos a fim de ter recurso próprio extra que socorra as necessidades mais urgentes na escola, aquelas que

não podem aguardar a burocracia do governo para chegar como o material de consumo, quando há danos à estrutura elétrica e hidráulica da escola, etc. E, para atender necessidades estantes como, por exemplo, a colocação de um sombrite num corredor escolar para amenizar a luz solar que incidia nas sala de aula, dentre outras. A diretora ainda explicou algumas ações,

[...] Com o recurso que eu tenho [...] que é pouco, a gente tem que estar sempre fazendo alguma coisa [...] a gente vai em busca de alguma ajuda de doação de alguma coisa [...] na Festa Junina, que a gente procura ver se ganha alguma coisa, alguma verdura [...] Mas assim, no dia-a-dia mesmo em outros épocas o que a gente faz? No ano passado, montamos um projeto recreativo pedagógico, ele é feito mensalmente [...] aluga uma cama elástica, e faz uma lanche especial [...] nós pedimos uma contribuição de 5,00 reais. [...] foi a única condição de saída, e isso é sempre feito em reunião [...] os pais são cientes [...] não é obrigado a dar os 5,00 reais [...] E isso aí é uma coisa quem tem dado muito certo [...] (D1).

Diante disso, acredita-se que a falta de recursos financeiros impacta diretamente a gestão da escola, pois a desafia constantemente, buscar novas alternativas e meios para atenuar os problemas existentes. Observamos que essa gestora realizou várias ações alternativas para “se virar” com o recurso que recebe e buscar novas alternativas com a parceria de terceiros.

Oliveira (2015) explica que por causa racionalização da gestão pública, que envolve a diminuição dos gastos do governo com as instituições públicas, há uma debilitação das instituições, como foi o caso da escola alvo do estágio, que passa por escassez de recursos financeiros. A autora expõe que neste contexto, a NGP (Nova Gestão Pública), se apresenta como uma possibilidade de refazer o contrato entre Estado e Sociedade, ao propor maior envolvimento da comunidade, por meio de parcerias, quando a instituição pública possui poucos recursos. De acordo com Popkewitz (2008) *apud* Oliveira (2005, p. 632-633): “As parcerias aparecem como soluções que podem promover uma relação cooperativa entre o mundo dos negócios, as instâncias governamentais locais, os grupos de pais e o Estado”.

Esse tipo de gestão é uma gestão compartilhada, ou seja, a escola se vê obrigada a buscar essas parcerias com a comunidade, porque deseja melhorar a qualidade do ensino, pois os recursos recebidos do Estado não são suficientes. Aos poucos a escola tem cada vez mais incorporando ações gerenciais, e o gestor é

forçado a desempenhar a administração dos recursos escolares, recorrendo a parcerias, para conseguir “se virar”.

Hoje a escola está sendo privatizada a conta gotas, cada vez que um pai, a sociedade, ou uma empresa assume algo dentro da escola, a responsabilidade está sendo compartilhada e ela está sendo privatizada, isso configura uma desresponsabilização do Estado em ampliar os recursos, pois, acaba desobrigando o governo em melhorar a ampliação do envio das verbas.

Deste modo, torna-se importante suscitar o objetivo principal deste trabalho, que é compreender como pode ser o papel do gestor frente os poucos recursos pedagógicos, financeiros e estruturais. Trabalhamos com o pressuposto que o gestor não pode resolver o problema da falta de recursos, pois o envio das verbas é determinado pelo poder público municipal por meio da Secretaria da Educação em colaboração com o governo federal. Assim, cabe ao gestor diante das dificuldades expostas, somente administrar esses recursos que chegam, tendo que se “virar”, mesmo que eles sejam escassos, “fazer milagres” com o que se recebe e ainda correr atrás de parcerias com os pais e empresas privadas.

Diante dessa realidade, já que o diretor não pode resolver a falta de recursos financeiros, pedagógicos, e estruturais como a construção da biblioteca e, faz de tudo que está ao seu alcance para “se virar” na administração escolar, defendemos então, algumas iniciativas podem ser tomadas pelo gestor em nível interno e não se incomodar com essas dificuldades. Ele precisa recorrer às alternativas que incluam a busca de recursos pedagógicos acessíveis à sua realidade, usando sua criatividade. Defendemos que o papel do gestor escolar mesmo com a falta da biblioteca, deve ser o de compromisso com a aprendizagem, enquanto aguarda um olhar do poder público na ampliação dos recursos, e a futura construção da biblioteca escolar.

Neste sentido, mesmo com exíguos recursos pedagógicos, o gestor é quem direciona as ações escolares e ele precisa fazer com que a escola prossiga, considera-se que para o desempenho de uma gestão de qualidade, é preciso estabelecer sintonia com o processo ensino e aprendizagem dos estudantes.

No nosso caso a questão era bem particular: a biblioteca, a leitura para as crianças. Deste modo, percebe-se que a influência do gestor no processo de leitura é muito importante para a formação de leitores e o incentivo à leitura não deve ser

feito somente pelo professor em sala de aula, este incentivo também faz parte da responsabilidade do diretor, como afirma Facenda (2012):

[...] o professor [...] é um dos grandes responsáveis pela busca de estratégias de leitura que melhor atendam aos alunos, e a sua ação alicerçará o processo de formação de leitores. Para tanto, acredita-se que cabe à gestão escolar se co-responsabilizar pela aprendizagem dos alunos. Assim, diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico devem se engajar [...] (FACENDA 2012, p. 2).

Desta forma, havendo o engajamento da gestão escolar em colaboração com os demais educadores da escola, com atividades lúdicas que incentivem o gosto pela leitura, estes alunos certamente estarão no caminho para adquirirem o hábito pela leitura, pois na concepção desta autora, o hábito de ler estimula os alunos à perspicácia e à interpretação:

O hábito de ler deve ser estimulado desde a infância, algo que pode projetá-lo como um adulto culto, dinâmico e perspicaz. Saber ler e compreender o que os outros dizem nos difere dos animais irracionais, pois comer, beber e dormir esses também sabem; entretanto, é a leitura que proporciona a capacidade de interpretação. (FACENDA, 2012, p.6).

Sendo assim, o papel do gestor educacional dentre as suas tantas funções e atribuições, também deve ser o de incentivo à leitura na escola que coordena, e se ele o fizer de modo lúdico, poderá alcançar mais alunos e impulsioná-los não só a se introduzirem no mundo leitor, mas a também a ter um contato constante com a leitura, o gosto e o possível hábito por ela.

6. OS ALUNOS FRENTE À FALTA DE BIBLIOTECA, O PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Considerando as exposições até aqui realizadas, por causa da falta da biblioteca, e dos poucos livros infantis existentes, nasceu o interesse de realizarmos o projeto de intervenção proposto no estágio na gestão escolar denominado: “Geladeira Literária e Teatro de Fantoques: um incentivo à ludicidade e à leitura na escola”. Esta intervenção funcionou como uma tentativa de incentivar a leitura agregando a ludicidade, para que este trabalho fosse atraente aos alunos.

Outro motivo que reforçou ainda mais a escolha desse projeto de intervenção foi a entrevista com os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I, suas falas inspiraram nos levaram a pensar em ampliar o acervo literário infantil que a escola possuía. Embora tenha sido possível realizar apenas uma entrevista com eles, autorizada pela professora de Educação Física, eles foram convidados a pensar sobre o que mais sentem falta na escola, e os indagamos sobre o que eles gostariam que tivesse na escola: Biblioteca, parque, brinquedos? Em seguida os alunos disseram: “Balanços”, “parque,” “biblioteca”, “mais brinquedos”, “mais livros” (A1).

Nestes estudantes, percebemos o desejo de terem uma biblioteca no seu espaço escolar. Foi surpreendente a resposta obtida da turma quando foram indagados com a pergunta: “Entre o parque e uma biblioteca, o que vocês acham que seria mais legal?” Todos responderam em coro que preferiam uma biblioteca. Assim, por causa destes três motivos aqui expostos, a falta da biblioteca, a pouca diversidade de livros nos Cantinhos de Leitura, e o desejo dos alunos por uma biblioteca é que culminou a nossa intervenção, intentando incentivar a leitura de maneira lúdica. Desta maneira, configurou como uma possibilidade para a gestão escolar adotar diante da falta de recursos financeiros, materiais e estruturais.

Compreendemos neste sentido, que o hábito de ler contribuirá para o desenvolvimento cognitivo, a produção de textos com coesão e coerência, facilidade na interpretação de textos, e de problemas matemáticos, precipuamente, o gosto pelo mundo encantado das histórias, viajando pelo mundo e pelas diversas culturas. Enfim, o hábito de ler produzirá um pleno desenvolvimento das capacidades intelectivas dos estudantes, e é papel do gestor tentar promover ações que contemplem essas necessidades que envolvem o ensino e a aprendizagem, mesmo em tempo de escassez de recursos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática aqui discutida não se esgota neste texto, porque carece de debates que ampliem e desenvolvam novos estudos, quanto ao papel do gestor escolar. Considera-se que embora as necessidades da escola não possam ser resolvidas pelas estagiárias, estas podem ajudar a instituição escolar, se propondo a pensar no

papel do gestor escolar, porque enquanto alunas do curso de Pedagogia e futuras gestoras, refletimos sobre possíveis sugestões para atenuar as dificuldades citadas.

As vivências do estágio contribuíram para esta reflexão em meio a tantos desafios aqui levantados; entendemos que mesmo havendo dificuldades para gerir os recursos, existem possibilidades e alternativas para amenizar os problemas existentes e abrir caminhos para se fazer uma gestão compromissada com a melhoria do ensino e aprendizagem dos estudantes e dar conta desse grande desafio. Defendemos neste trabalho, que o gestor escolar tem que “se virar” com os poucos recursos recebidos, todavia, ele não pode se acomodar, ele precisa buscar novas alternativas para conseguir gestar sua escola. Deste modo, a intervenção feita no referido estágio configurou uma proposta, ou alternativa que minimize as dificuldades encontradas, pensando em como pode agir o gestor escolar, em tempo de escassez de recursos.

Mas, ressaltamos que embora tenhamos desenvolvido no referido estágio ações que sinalizam traços de uma gestão compartilhada, nós acreditamos que o melhor tipo de gestão é a gestão democrática, em que o gestor conclama a comunidade escolar a participar da tomada de decisões referentes à escola, e conta com a sua colaboração.

Considerando este aspecto, as vivências desse estágio aqui mencionadas também corroboraram para sugerir à direção escolar ações que também pudessem democratizar o relacionamento da escola com a sua comunidade escolar, convidando-a a não somente ter conhecimento das dificuldades que a instituição sofre, mas também convidando-a à colaborar com a minimização destas dificuldades, primando por um trabalho em equipe, a fim de construir uma escola melhor e gestada para servir a todos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Eugenia Nogueira; NUNES, Maria do Carmo Portela; SILVA, Éldo Santiago da Silva. Implicações da gestão escolar na organização do processo de ensino/aprendizagem: um estudo de caso em uma escola pública de Parnaíba. **Anais...** V FIPED Fórum Internacional de Pedagogia, v. 1, n. 2, jun., 2013. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/3620>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

BERNASSI, Vera Lucia Mazur; SAVELI, Isméria de Lourdes. Biblioteca: espaço ausente nas escolas. **Anais...** [2007]. Disponível em: <https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais16/sem02pdf/sm02ss05_06.pdf>. Acesso em: 04 nov 2022.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos. **Caderno de Campo do Estágio Curricular Supervisionado Gestão Escolar**. Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

FACENDA, Luisa Cadorim. Gestão escolar: desafios e possibilidades na formação de leitores na escola pública. **Anais...** IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12822811/1-gestao-escolar-desafios-e-possibilidades-na->>. Acesso em: 04 nov. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova Gestão Pública e Governos Democrático- Populares: Contadições entre a busca da eficiência e ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, v. 36, n. 132, jul./set., 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/NvQbjcqWFMxgRfLCTr3CLCJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

PEREIRA, Maria Cristina Franco. **Caderno de Campo do Estágio Curricular Supervisionado Gestão Escolar**. Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

CAPÍTULO 12

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS PLANOS DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Marta Helena de Lellis

Universidad Nacional de Misiones – UNAM

E-mail: martaellis@unir.br

Resumo: Este estudo teve o intuito de identificar a aderência entre o grupo de indicadores dos Planos de Logística Sustentável das instituições que integram a Rede de Cooperação em gestão pública sustentável do Estado de Rondônia (ECOLIGA/RO) e os indicadores difundidos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Trata-se de uma pesquisa proveniente do Manual de implementação de relatos de sustentabilidade da GRI e dos indicadores contidos nos Planos de Logística Sustentável dos órgãos estudados. Para coleta dos dados foram realizadas buscas nas páginas eletrônicas das dez instituições que compõem a ECOLIGA/RO. Como resultados, verificou-se que a representação dos indicadores das instituições pesquisadas ainda precisa evoluir; dentre os dez órgãos pesquisados somente quatro implementaram seus planos, sendo que estes pertencem à esfera do poder judiciário e, por força da determinação do Conselho Nacional de Justiça, eles editaram seus documentos. Constatou-se que a aderência dos indicadores contemplados nos Planos de Logística Sustentável, em relação à GRI, é bastante incipiente; dentre os 91 indicadores de seu compêndio, apenas seis foram reportados pelas instituições pesquisadas. Este trabalho se diferencia dos demais por ser o primeiro estudo comparativo sobre a aplicação dos indicadores de sustentabilidade, difundidos pela GRI a nível rondoniense, com foco na evidenciação em Planos de Logística Sustentável, a qual contribui para o âmbito da gestão pública, pois aumenta as chances de comparação de desempenho com outras instituições, proporciona um suporte institucional para que, futuramente, obtenham certificações de sustentabilidade, incentivando a melhoria da qualidade dos serviços e a ampliação do atendimento à população, trazendo evidências que possam fornecer um arcabouço para gestores públicos traçarem estratégias gerenciais, concentradas em práticas de gestão sustentável.

Palavras-chave: Indicadores de sustentabilidade; Plano de logística sustentável; *Global Reporting Initiative*.

1. INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é um tema cada vez mais presente no conjunto de informações que a população comum e as organizações públicas e privadas recebem, aproximando-se de se tornar o parâmetro principal para o reconhecimento do desenvolvimento de uma nação. Dessa forma, além dos anseios econômico-produtivos, os anseios de natureza político social também passam a compor os controles organizacionais, especialmente as questões ecológicas que demandam uma nova postura das organizações em sua relação com o meio ambiente (Donaire, 1994).

Sanches (2000) afirma que o aumento da necessidade de controle ambiental nas organizações é um fator de competitividade ou mesmo de sobrevivência, exigindo nova postura na forma de conduzir os negócios, produzindo introdução dos aspectos ambientais nas políticas e estratégias organizacionais.

A utilização de ações de sustentabilidade auxilia na preparação e na constituição do sistema de participação geral dos envolvidos, pois reforça a necessidade de mensurar, entender e melhorar o processo organizacional, com planejamento, organização, direção e controle (PODC). Como destaca Peter Drucker (2004), se não mede a ação, não se compreende o processo. Portanto, se não compreende o processo, não há como aperfeiçoá-lo.

Os dados científicos e as pressões da comunidade civil organizada impulsionaram as organizações a serem mais responsáveis com os indicadores sociais e ambientais, estimulando a divulgação dos balanços socioambientais. Entretanto, ainda há carência de normas universais para a publicação dos balanços. Nessa esteira, a *Global Reporting Initiative* (GRI) desenvolveu um estudo intitulado “Diretrizes para o relatório de sustentabilidade”, que descreve os padrões a serem perseguidos pelas organizações para a consecução dos relatórios.

Em outra jurisdição, no ano de 2017, nasce a Rede de Cooperação ECOLIGA/RO, inicialmente composta pelos quatro órgãos do Poder Judiciário, presentes no Estado de Rondônia, com a intenção de compartilhar informações e boas práticas para a melhoria da gestão socioambiental. A ideia da criação da rede surgiu após representantes das áreas de gestão socioambiental desses órgãos participarem de um evento, no qual foram apresentadas várias soluções de gestão,

provenientes dessas redes em outros estados, que demonstrava a necessidade de interligação e compartilhamento de experiências e iniciativas.

A ECOLIGA/RO, hoje, é a união de diversas organizações públicas, por meio da formalização de um Acordo de Cooperação, cuja finalidade é de desenvolver ações conjuntas para o compartilhamento de práticas sustentáveis. Sua existência traz relevante contribuição aos demais órgãos públicos do estado, à medida em que coordena estudos e atividades úteis a cada um. A ECOLIGA, ao fortalecer esses órgãos, permite a criação de modelos a serem utilizados por outras organizações públicas e até mesmo privadas, independentemente de sua adesão ao Acordo de Cooperação que a instituiu.

Ao se tornar referência para outras instituições, é preciso que a ECOLIGA estabeleça padrões que a representem, tanto para o planejamento de ações, quanto para sua gestão. E é a busca de um desses padrões que fomenta esta pesquisa. Nos estudos preliminares verificou-se a consistência do modelo de relatórios, indicadores e métricas propostos pela GRI para a sustentabilidade de organizações de todo o planeta. E é por observar as características desse modelo que o interesse nessa pesquisa se torna aguçado, trazendo à tona a seguinte pergunta de investigação: Qual a conformidade entre o conjunto de indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos que integram a ECOLIGA do Estado de Rondônia e os indicadores difundidos pela (GRI)?

Para responder à indagação, resultante deste estudo, ao relacionar a lógica entre a gestão dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos partícipes da ECOLIGA e o conjunto de indicadores propostos pela GRI, será possível cumprir o Objetivo desta pesquisa que é identificar se há relação entre os indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA e os indicadores da GRI.

Este estudo torna-se pertinente, visto que, dado o pouco tempo de constituição da ECOLIGA no Estado de Rondônia, contribui para o aprimoramento das informações dos profissionais executores da gestão da sustentabilidade, pois, devido ao fato de a gestão sustentável nas instituições públicas ser uma questão em ascensão, os estudos específicos sobre a temática ainda são escassos. Como consequência, os esforços para a realização deste trabalho possuem maior concentração na legislação que regulamenta a matéria e, também, nas diretrizes da GRI que, de acordo com Camargos (2012), Lunkes e Rosa (2012) são altamente

disseminadas e aceitas em todo o mundo e são conhecidas como padrão de referência em diversos setores da economia.

Considerando-se a importância do monitoramento e avaliação do desempenho em sustentabilidade, como instrumentos essenciais para a gestão efetiva dos órgãos partícipes, bem como a conveniência de dispor de indicadores para acompanhar e avaliar a implementação de seus Planos Estratégicos, os resultados deste trabalho poderão subsidiar o desenvolvimento de um modelo específico com diretrizes em nível internacional, visando o monitoramento e avaliação do desempenho sustentável para os órgãos pesquisados.

A experiência dos órgãos analisados poderá servir de base para aplicação em outros órgãos do estado de Rondônia. A aplicação do modelo de monitoramento e avaliação poderá propiciar maior transparência e eficiência da gestão estratégica dos órgãos analisados, com melhorias significativas da comunicação com suas partes interessadas. Outro ponto que torna esta pesquisa relevante é que ela proporcionará um suporte institucional para que, futuramente, os órgãos da ECOLIGA obtenham certificações de sustentabilidade (como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL e a *Leadership in Energy and Environmental Design* – LEED), incentivando a melhoria da qualidade dos serviços e a ampliação do atendimento à comunidade.

Dessa maneira, com os resultados, espera-se oferecer uma contribuição aos debates sobre a vertente social da Administração Pública, resultando na verificação do estágio de maturidade em que as instituições elencadas se encontram, pela perspectiva da sustentabilidade e da cooperação entre si.

Os órgãos participantes da ECOLIGA demonstram interesse nesse estudo, tendo em vista que o Acordo de Cooperação visa o compartilhamento e execução conjunta de práticas de política e gestão sustentável, bem como as ações de estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, de forma a fomentar a troca de experiências, com vistas a difundir boas práticas na administração pública.

No contexto institucional em que a análise se insere, pretende-se proporcionar informações valiosas aos representantes das instituições pesquisadas, sendo eles representantes dos núcleos socioambientais e comissões de sustentabilidade e, posteriormente, os gestores desses órgãos, de forma que esses possam tomar

decisões, visando à melhoria do desempenho sustentável das organizações e que eles possam se valer de sistemas de monitoramento e avaliação, tendo como subsídio os indicadores propostos para tomada de decisões, relativas às estratégias de sustentabilidade que adotam. Espera-se, ainda, oferecer aporte para uma compreensão mais ampla de como as instituições analisadas poderão construir uma dinâmica de gestão essencial à sua sustentabilidade e à difusão da cidadania em todas as classes da população rondoniense.

Em relação à estrutura, este texto está organizado da seguinte forma: além da presente introdução, os fundamentos teóricos, o percurso metodológico, análise dos resultados e, por fim, as conclusões da pesquisa.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A evolução da humanidade demonstra as mudanças que surgem na relação entre homem e natureza. O homem sempre modificou o ambiente natural em que está inserido para assegurar a sua sobrevivência. Portanto, com o passar dos anos, essas modificações se tornaram cada vez maiores.

Na década de 1980, já inspirado pelo debate e inclinações de desenvolvimento que incorporassem a questão ambiental e reorientando sua postura frente à condução dos recursos naturais, o Governo Federal brasileiro, no ano de 1981, buscou definir a organização da gestão administrativa do meio ambiente no Brasil. Dessa forma, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), que estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), definindo, e em seu artigo 9º, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente:

- I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II - o zoneamento ambiental;
- III - a avaliação de impactos ambientais;
- IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.

Influenciado pela fixação de regras, a sociedade civil e o mercado começaram a estipular normas para que as empresas e demais agentes se adaptassem à nova realidade. Ampliou-se, portanto, a percepção de que não há a viabilidade de operação

responsável se, internamente, os olhares da organização não estiverem convictos da importância da adoção de ações ambientalmente corretas (Dias, 2011).

A gestão ambiental passou a incorporar diversas iniciativas, tanto empresariais, quanto governamentais e sociais, que procuram gerar condutas mais adequadas para assegurar um futuro promissor para o planeta.

Na visão de Rohrich e Cunha (2004), a gestão ambiental é uma união de políticas e práticas operacionais e administrativas, considerando a segurança das pessoas, a saúde e a proteção do meio ambiente, mediante eliminação ou redução dos danos e impactos ambientais, resultantes do planejamento, implantação, operação, expansão, realocação ou desativação de empreendimentos e atividades e demandam informações que auxiliam no processo decisório, traduzindo a realidade em objetos conhecidos e mensuráveis.

Tinoco e Kraemer (2008) apontam que a gestão ambiental resulta em como a organização sistematiza para atingir a qualidade pretendida sem agredir o meio ambiente. Nessa circunstância, o primeiro passo para implementar um sistema para gerenciamento ambiental, de acordo com Engelman, Guisso e Fracasso (2009), é realizar uma avaliação da interação da instituição com o meio ambiente, mediante um inventário de ocorrências e do modo de funcionamento das atividades, abrangendo a análise da legislação relacionada. Na definição das ações é importante considerar todas as atividades envolvidas, evidenciando seus respectivos impactos ambientais. Além disso, a implementação carece de mudança comportamental e gerencial na instituição, devendo ser conduzida de modo integrado e participativo.

O grande obstáculo reside em como medir os resultados ou como empregar indicadores que possam contribuir com a mensuração ou com a gestão da sustentabilidade. É, portanto, necessário que se estabeleça uma estrutura lógica de metas, as quais possam ser constantemente verificadas a partir de indicadores. A implementação de indicadores como instrumentos de gestão ambiental propicia o adequado monitoramento às condições que não podem ser facilmente perceptíveis e, também, permite a comparação e o acompanhamento em relação aos processos observados.

Sellitto e Gomes (2006) afirmam, com fundamento em outros autores, que há pouca preocupação dos gestores em classificar aqueles indicadores mais apropriados ou acurados para uma aferição ideal de desempenho ambiental, diante dos objetivos

estratégicos e dos caminhos para atingi-los. Esta lacuna é expandida pela pouca divulgação das condições internas das instituições em relação às suas ações de gestão ambiental, de seus reais impactos no meio ambiente e de sua atuação para mitigá-los.

Na esfera pública, o governo tem papel essencial na consolidação do Desenvolvimento Sustentável, já que é o responsável pela instituição das leis e normas que estabelecem os critérios ambientais que devem ser observados por todos os cidadãos. É indispensável a promoção de atitude congruente, comprometendo-se, também, por ajustar sua conduta ao princípio da sustentabilidade, transformando-se em exemplo de mudança dos padrões de consumo e de produção.

No período atual, o maior desafio das grandes empresas, da sociedade organizada e de governos é o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Governos e organizações públicas e privadas tornam-se cada vez mais conscientes da inviabilidade de separar os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico dos aspectos relativos ao meio ambiente.

Em decorrência dos apontamentos constantes do Acórdão 1.752/2011-TCU-Plenário, foi promulgado o Decreto 7.746/2012, que pode ser citado como um marco da sustentabilidade na administração pública (TCU, 2017). Por determinação do Decreto a Instrução Normativa Nº 10 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi editada, estabelecendo os princípios para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável nos órgãos públicos federais, determinando a metodologia de implementação e os conteúdos mínimos para sua composição.

De acordo com o artigo 3º da Instrução Normativa, os PLS são ferramentas de gestão com objetivos e responsabilidades estabelecidas, ações, metas, prazos de execução e métodos de monitoramento e avaliação, que permitem, à instituição, estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, visando gerir o fluxo de materiais, serviços e informações, que incluem o ciclo, desde a aquisição até o descarte ou desfazimento dos produtos/serviços, considerando os aspectos relativos à proteção ambiental, à justiça social e ao desenvolvimento econômico.

Na visão de Carvalho (2017) o PLS representa os vários normativos apresentados aqui em prol do Desenvolvimento Sustentável, tornando-se,

instrumento fundamental de efetividade do Estado Socioambiental na Administração Pública. De acordo com Oliveira (2015) a sustentabilidade almejada no PLS consiste em um processo evolutivo de aprimoramento, iniciando-se por ações básicas e, gradualmente, aumenta seu escopo de influência, na qual deve ser continuamente avaliado e é uma ferramenta estratégica, adotada pela instituição na busca do comprometimento com as questões socioambientais, na qual, de forma coparticipativa e corresponsável, os sujeitos possam pensar, refletir e sugerir melhorias.

A Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também editada por força do Decreto 7.746/2012, estabeleceu regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável e determinou, aos órgãos do Poder Judiciário, a implantação do PLS, considerando, dentre outros normativos, os modelos de boas práticas de gestão sustentável do Poder Executivo, constantes na IN nº 10/2012/SLTI. Para efeitos comparativos, os temas mínimos, contidos em cada normativo, estão demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1: Temas mínimos do PLS, de acordo com a Instrução Normativa nº 10/2012/SLTI e Resolução nº 201/2015/CNJ

TEMAS MÍNIMOS DO PLS - IN Nº 10/2012/SLTI	TEMAS MÍNIMOS DO PLS - RES. 201/2015/CNJ
<ul style="list-style-type: none"> - Material de consumo; - Energia elétrica; - Água e esgoto; - Coleta seletiva - Qualidade de vida no ambiente de trabalho; - Compras e contratações sustentáveis; - Deslocamento de pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> -Uso eficiente de insumos e materiais; -Energia elétrica; -Água e esgoto; -Gestão de Resíduos; -Qualidade de vida; -Sensibilização e capacitação socioambiental; -Contratações sustentáveis; -Deslocamento de pessoal, bens e materiais.

Fonte: adaptado da IN nº 10/2012/SLTI e Resolução nº 201/2015/CNJ

Verifica-se, a partir do cruzamento entre os dispositivos retratados, que não há um alinhamento total em relação aos temas mínimos de cada eixo. O tema Sensibilização e capacitação não foi contemplado na IN nº 10/2012/SLTI.

Os estudos com indicadores de sustentabilidade são realizados a partir de dados, cujas interpretações produzem informações que conduzem a parâmetros predeterminados. É indispensável a seleção criteriosa das fontes empregadas na coleta de dados, para que os elementos sejam legitimados pela comunidade científica. As interpretações devem ser intensamente precisas para que, alicerçadas nas

informações, haja um bom planejamento e uma boa gestão em diferentes setores de uma instituição.

Sobre este aspecto Tinoco e Kraemer (2011) apontam que os indicadores de sustentabilidade estão estreitamente associados aos métodos de produção e de consumo, transmitindo a intensidade de emissões de poluentes ou de utilização de recursos, além de suas tendências e evoluções em um determinado intervalo de tempo, servindo, também, para demonstrar os progressos realizados, pretendendo dissociar as atividades econômicas das pressões ambientais correspondentes.

Para Bellen (2006) o indicador é uma informação qualitativa ou quantitativa sobre resultados ou consequências associadas à organização, comparável e que pode ser monitorada ao longo do tempo e são importantes para que se perceba o significado operacional do conceito de desenvolvimento sustentável, atuando como ferramenta didática.

Os estudos com indicadores de sustentabilidade podem fornecer contribuições às instituições sobre a importância do tema, propiciando a divulgação de informações quanto aos aspectos relacionados com as políticas públicas socioambientais nas organizações brasileiras, impactando de forma positiva sobre toda a sociedade. Para Kayano e Caldas (2002) quando os indicadores de sustentabilidade são criados com a finalidade de avaliar desempenho e legitimar políticas públicas, tornam-se importantes instrumentos para disponibilizar informações básicas para a construção de diagnósticos sobre a realidade social, sendo criados não apenas para avaliar, mas antes, para subsidiar e amparar o desenho de determinadas políticas e programas públicos.

A partir da definição dos indicadores que o órgão considera mais relevantes, inicia-se o planejamento de seus projetos e programas, editando seus PLS. Baseado nesse plano, as instituições elaboram seus Relatórios de Sustentabilidade.

O Relatório de Sustentabilidade, conhecido por Balanço Social – em sua versão mais antiga, ou ainda como Relatório Socioambiental, conforme GRI (2013a), comunica, às partes interessadas, internas e externas, como está o desempenho da organização, em um determinado espaço de tempo, pretendendo alcançar o desenvolvimento sustentável em relação aos compromissos assumidos, abordagem de gerenciamento e estratégia, proporcionando uma explanação equilibrada deste desempenho, com as consequências benéficas e adversas.

De acordo com Tinoco (2001) o Balanço Social (BS) consiste um instrumento de tomada de decisões e controle, de grande aplicação para a direção da organização, permitindo melhorar o ambiente interno e explicar alguns objetivos a médio prazo: os corpos diretivos passarão, desse modo, a ser considerados não apenas em função dos resultados econômicos, mas também dos resultados sociais. Para o autor, o BS pode auxiliar na construção de uma boa imagem pública da instituição, dos próprios membros e do público em geral. Segundo o autor, em alguns países, está se tornando um bom instrumento para as negociações trabalhistas entre a direção da empresa e os sindicatos.

Na visão de ETHOS (2007) BS é um levantamento dos importantes indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da organização. Ele aumenta seu diálogo com o público com o qual a organização se relaciona e esclarece seus objetivos no passado, no presente e no futuro, permitindo que a importância da responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa, uma vez que reúne, além da avaliação da empresa sobre seu desempenho, as expectativas de seus stakeholders.

Todavia, o conceito só ganhou afeto com as campanhas realizadas pelo sociólogo Herbert de Souza, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, em prol da Responsabilidade Social e da divulgação voluntária do Balanço Social por parte das empresas como um modelo simples e ético. Para Herbert de Souza, o conceito do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente a ação praticada pelas organizações no plano social, tanto internamente, como na sua ação na comunidade.

De acordo com Tinoco (2001), perante o avanço do conceito de Balanço Social, cujo leque de itens, analisados e relatados, acrescentou-se e passou a demonstrar questões econômicas, ambientais e de cidadania, pode-se afirmar que o termo Relatório de Sustentabilidade se tornou mais apropriado. Segundo o autor, na maioria dos países, a publicação é voluntária e não há modelos impostos para a construção de relatórios. Entretanto, há padrões bem estruturados em aprimoramento, como os modelos produzidos pela GRI.

Desse modo, a divulgação de um Relatório de Sustentabilidade, por parte de uma determinada organização tem por finalidade evidenciar se os discursos de

Responsabilidade Socioambiental, propagados pelas organizações, por meio de suas publicidades, podem ser comparados com a prática.

Além dos modelos de Balanço Social propostos pelo IBASE e o modelo ETHOS, concebidos para atender às necessidades que são estabelecidas pelas Organizações, sejam elas Públicas ou Privadas, depara-se, igualmente, com o modelo sugerido pela GRI, objeto desta pesquisa.

2.1 GLOBAL REPORTING INITIATIVE: A ORGANIZAÇÃO, SEUS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

A GRI é uma organização internacional, sem fins lucrativos, fundada em 1997 como um projeto vinculado à ONG norte-americana, CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*), uma rede nacional de investidores, organizações ambientais e outros grupos de utilidade pública, com sede em Boston - EUA. Em 2002, a GRI se tornou uma ONG internacional independente, sediada em Amsterdã/Holanda, tendo como missão, a concepção e a disseminação global de diretrizes mais adequadas, com objetivo de promover a sustentabilidade das organizações, orientando-as sobre quais questões (econômicas, sociais, ambientais) medir e relatar (GRI, 2013a).

O intento da GRI é disponibilizar princípios, diretrizes e conteúdo para relatos de sustentabilidade em variadas organizações, independentemente de seu porte, tamanho ou localização, sendo referência internacional para todos os interessados na difusão de informações de gestão organizacional nas dimensões econômica, ambiental e social (GRI, 2013b).

Com base em vários autores, Luiz (2014) afirma que as diretrizes do GRI são altamente disseminadas e aceitas em todo o mundo, e são consideradas padrão de referência em diversos setores da economia. Os relatórios GRI apresentam os resultados das instituições, na perspectiva do tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), envolvendo, além dos aspectos contábeis e financeiros, a explicitação dos impactos econômicos, sociais e ambientais no meio em que a instituição está inserida (Tinoco, 2010).

De acordo com GRI (2013a) seu principal produto é o conjunto de Padrões de Relatórios de Sustentabilidade, sendo estes produzidos em mais de 100 países,

disponibilizados de forma gratuita. A intenção é apoiar seu amplo uso e implementação, oferecendo às organizações a oportunidade de se unirem a uma rede global e colaborativa de múltiplas partes interessadas, que trabalha em conjunto para alcançar o objetivo comum de economia global sustentável.

A GRI (2013b) ressalta que um relatório de sustentabilidade, apoiado em suas diretrizes, externaliza os resultados obtidos, durante o período declarado no contexto dos compromissos da estratégia e do sistema de gestão organizacional. Esses resultados podem ser utilizados de forma que a organização se torne padrão de referência no setor de atuação, em respeito às normas, leis, códigos, iniciativas voluntárias e padrões de desempenho. Também expressa o quanto a instituição influencia e é influenciada pelo paradigma da sustentabilidade, possibilitando a comparação do desempenho intra e interorganizações diferentes ao longo do tempo.

Elaborar relatórios de sustentabilidade, mensurando e divulgando os impactos socioambientais, gerados pelas atividades rotineiras das organizações, vem sendo uma prática incorporada por empresas e instituições públicas, localizadas em vários países. Fato muito comum na Europa, no Japão e na América do Norte e que se torna cada vez mais expressivo nos mercados emergentes.

Uma quantidade crescente de organizações, principalmente empresas privadas, têm preferido produzir Relatórios de Sustentabilidade, com base no padrão de diretrizes criado pela GRI, devido a inúmeros fatores, tais como a padronização e ainda a probabilidade de adaptação que a estrutura possibilita para os mais variados segmentos. Para Bassetto (2010) a adesão a esses relatórios é voluntária e tem como propósito: apoiar e facilitar a gestão dos temas de sustentabilidade das organizações de forma sistemática; disseminar os riscos e oportunidades; e desenvolver uma reputação corporativa mais transparente. Para o autor o modelo GRI tem sido cada vez mais importante para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes, ao instituir princípios essenciais em relação ao desempenho ambiental, social e econômico de uma organização.

De acordo com GRI (2013b), há dois tipos de conteúdos padrão: gerais e específicos. Os conteúdos padrão gerais empregam-se a todas as organizações que elaboram relatórios de sustentabilidade. Dependendo da opção “de acordo” definida, a organização precisará indicar os conteúdos gerais a serem comunicados, os quais dividem-se em sete partes: Estratégia e Análise, Perfil Organizacional, Aspectos

Materiais Identificados e Limites, Engajamento de Stakeholders, Perfil do Relatório, Governança e Ética e Integridade. Já os conteúdos padrão específicos compreendem a apresentação de informações sobre a forma de gestão e a apresentação dos indicadores. É importante enfatizar que esta pesquisa se concentra nos conteúdos padrão específicos, adentrando-se, especialmente, no levantamento dos indicadores da GRI-G4, verificando o alinhamento deles, pelos órgãos da ECOLIGA.

A avaliação de desempenho da GRI é realizada mediante à aplicação de indicadores. Segundo Camargos (2012), a GRI oferece protocolos de indicadores com definições, orientações para compilação, e outras informações que garantam a coerência e interpretação dos indicadores de desempenho. Os indicadores da GRI oferecem informações sobre o desempenho, ou impactos nas categorias (ou dimensões) econômicas, ambientais e sociais.

A categoria econômica relaciona-se aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus stakeholders e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Ela não foca na situação financeira da organização. Esta categoria manifesta o fluxo de capital junto a diferentes stakeholders e os relevantes impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo. A categoria ambiental relaciona-se aos impactos da organização sobre ecossistemas (insumos e saídas). Ela compreende, também, impactos concernentes à biodiversidade, aos transportes e a produtos e serviços, além da conformidade legal os e gastos e investimentos na área ambiental. A categoria social corresponde aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua. Essa categoria abrange as seguintes subcategorias: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto (GRI (2013b)).

Os indicadores e as orientações relativas a eles estão disponíveis para cada Aspecto, como apresentado na Quadro 2.

Quadro 2: Categoria, aspectos e total de tópicos do GRI – G4

Aspectos (Nº de tópicos)									
Categoria Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho econômico (4) • Presença no mercado (2) • Impactos econômicos indiretos (2) • Práticas de compra 								
Categoria Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais (2) • Energia (5) • Água (3) • Biodiversidade (4) • Emissões (7) • Transportes (1) • Efluentes e resíduos (5) • Produtos e serviços (2) • Conformidade (1) • Geral (1) • Avaliação ambiental de fornecedores (2) • Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais (1) 								
Categoria Social	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Subcategoria: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente</th> <th>Subcategoria: Direitos Humanos</th> <th>Subcategoria: Sociedade</th> <th>Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> <ul style="list-style-type: none"> • Emprego (3) • Relações Trabalhistas (1) • Saúde e segurança no trabalho (4) • Treinamento e educação (3) • Diversidade e igualdade de oportunidades (1) • Igualdade de remuneração entre homens e mulheres (1) • Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas (1) </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> • Investimentos (2) • Não discriminação (1) • Liberdade de associação e negociação coletiva (1) • Trabalho infantil (1) • Trabalho forçado ou análogo a escravo (1) • Práticas de segurança (1) • Direitos indígenas (1) • Avaliação (1) • Avaliação de fornecedores em direitos humanos (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a direitos humanos (1) </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidades locais (2) • Combate à corrupção (3) • Políticas públicas (1) • Concorrência desleal (1) • Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a impactos na sociedade (1) </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde e segurança do cliente (2) • Rotulagem de produtos e serviços (3) • Comunicações de marketing (2) • Privacidade do cliente (1) • Conformidade (1) </td> </tr> </tbody> </table>	Subcategoria: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Subcategoria: Direitos Humanos	Subcategoria: Sociedade	Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego (3) • Relações Trabalhistas (1) • Saúde e segurança no trabalho (4) • Treinamento e educação (3) • Diversidade e igualdade de oportunidades (1) • Igualdade de remuneração entre homens e mulheres (1) • Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos (2) • Não discriminação (1) • Liberdade de associação e negociação coletiva (1) • Trabalho infantil (1) • Trabalho forçado ou análogo a escravo (1) • Práticas de segurança (1) • Direitos indígenas (1) • Avaliação (1) • Avaliação de fornecedores em direitos humanos (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a direitos humanos (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades locais (2) • Combate à corrupção (3) • Políticas públicas (1) • Concorrência desleal (1) • Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a impactos na sociedade (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e segurança do cliente (2) • Rotulagem de produtos e serviços (3) • Comunicações de marketing (2) • Privacidade do cliente (1) • Conformidade (1)
Subcategoria: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Subcategoria: Direitos Humanos	Subcategoria: Sociedade	Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto						
<ul style="list-style-type: none"> • Emprego (3) • Relações Trabalhistas (1) • Saúde e segurança no trabalho (4) • Treinamento e educação (3) • Diversidade e igualdade de oportunidades (1) • Igualdade de remuneração entre homens e mulheres (1) • Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos (2) • Não discriminação (1) • Liberdade de associação e negociação coletiva (1) • Trabalho infantil (1) • Trabalho forçado ou análogo a escravo (1) • Práticas de segurança (1) • Direitos indígenas (1) • Avaliação (1) • Avaliação de fornecedores em direitos humanos (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a direitos humanos (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades locais (2) • Combate à corrupção (3) • Políticas públicas (1) • Concorrência desleal (1) • Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade (2) • Mecanismos de queixa e reclamações relacionadas a impactos na sociedade (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e segurança do cliente (2) • Rotulagem de produtos e serviços (3) • Comunicações de marketing (2) • Privacidade do cliente (1) • Conformidade (1) 						

Fonte: GRI, 2013b

Segundo GRI (2013b) a maior parte do conteúdo das subcategorias respalda-se em princípios universais internacionalmente reconhecidas ou outras referências internacionais importantes. A GRI selecionou alguns indicadores, considerados importantes na análise dos stakeholders, no momento de sua decisão, por isso foram estabelecidos 91 indicadores que as organizações podem utilizar para manifestar o grau de aderência à GRI. Entre tais indicadores houve uma divisão entre os essenciais, aqueles identificados como de interesse da maioria dos stakeholders e considerados relevantes, e os adicionais, aqueles que representam práticas emergentes ou referem-se a temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. Desse modo, destaca-se que foram considerados, neste estudo, os indicadores essenciais e abrangentes da GRI.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Diante do caráter contemporâneo de sua aplicação em órgãos públicos, após extensa revisão de literatura e compreensão dos benefícios relatados, foram reunidos esforços, visando identificar se os indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA estão aderentes às diretrizes da GRI.

Em conformidade com as normais vigentes, foi celebrado o Termo de adesão ao Acordo de Cooperação Técnica junto ao Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (indutor da proposta), Ministério Público do Estado de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (órgãos estaduais), Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União e Fundação Universidade Federal de Rondônia (instituições federais), com o objetivo de compartilhamento e execução conjunta de práticas de política e gestão sustentável, assim instituindo a ECOLIGA de Rondônia.

O local do estudo foi selecionado propositalmente, sendo este escolhido, em razão da facilidade de acesso às informações e pelo conhecimento institucional da autora deste trabalho, a qual é servidora efetiva de um dos órgãos partícipes da ECOLIGA. Os órgãos pesquisados localizam-se na cidade de Porto Velho, onde se encontram as sedes de todos eles.

Para realização deste estudo foi empregada a abordagem qualitativa, utilizado a Análise Documental como metodologia de investigação, com o propósito de analisar e compreender o teor dos documentos escolhidos como corpus da pesquisa, buscando identificar informações factuais existentes, utilizando as diretrizes da GRI e os Planos de Logística Sustentável como objeto de estudo, de forma a obter as mais significativas informações, em relação aos indicadores de sustentabilidade, considerando o problema de pesquisa. O uso da análise documental como caminho metodológico se fundamentou, pois foi determinante para identificar se os indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA estão aderentes aos propagados nas diretrizes da GRI.

Na pesquisa documental realizada, os dados obtidos foram absolutamente provenientes dos documentos: Manual de implementação de relatos de sustentabilidade da GRI e PLS dos órgãos públicos estudados, como intenção de obter informações neles contidos, visando compreender se há alinhamento entre seus indicadores de sustentabilidade. Dessa maneira, foi possível utilizar de métodos e técnicas de coleta, compreensão e análise de um conjunto de documentos públicos, com bancos de dados considerados heterogêneos.

Para a coleta dos dados foram realizadas buscas pelas páginas eletrônicas oficiais de todos os órgãos partícipes, em seus websites, onde estão publicados os respectivos Planos. Quando não estavam publicados, ou quando restava dúvida se haveria um PLS elaborado, realizou-se consulta direta aos representantes da ECOLIGA para que os encaminhassem, via E-mail. A pesquisa documental, concernente aos manuais da GRI, seguiu o mesmo procedimento; com buscas pelas publicações nos sítios eletrônicos, seguida de contatos por correio eletrônico para sanar dúvidas ou adquirir novos documentos.

Salienta-se que esta pesquisa se restringiu à análise dos indicadores de sustentabilidade, eleitos nos PLS das instituições pesquisadas, não entrando no mérito de eficácia ou efetividade dos seus resultados. Também não foi julgada a intenção dessas instituições ao optarem pela elaboração e publicação do PLS, considerando que uma das críticas a esta demonstração, feita por alguns teóricos, se relaciona ao fato de as organizações utilizarem os Relatórios de Sustentabilidade como instrumento de marketing.

Todas as instituições que compõem o Acordo de Cooperação que instituiu a ECOLIGA foram pesquisadas, caracterizando, dessa maneira, um censo. No entanto, ao se apresentarem as primeiras informações documentais, a pesquisa atuou apenas com os órgãos que elaboraram seus PLS, ou instrumento equivalente.

A análise e interpretação dos dados foi categorial temática, consistindo na extração do sentido de cada indicador que iniciou pela geração de categorias, classificando e organizando as diferentes dimensões, selecionando e posicionando-as dentro de um modelo teórico, adotando um protocolo para inventariar as informações levantadas, baseado em uma estrutura para tomar nota dos indicadores de sustentabilidade disseminados pela GRI, em relação aos 91 indicadores de seu compêndio, agrupando em tópicos e organizando em colunas, para posterior classificação e estabelecimento de interconexões entre as categorias, fazendo uma interpretação do significado dos indicadores levantados, concernentes aos códigos de cada um, com base no Manual de implementação de relatos de sustentabilidade da GRI, o que proporcionou realizar uma análise a partir das informações fornecidas nessas diretrizes. Esse foi o momento de reunir todos os fragmentos – elementos da problemática e do quadro teórico, contexto e conceitos-chave. Nessa fase foram realizadas duas das etapas de Análise Documental: a análise preliminar envolveu o

estudo do contexto dos documentos, em especial os conceitos-chave e a lógica das diretrizes da GRI e dos PLS dos órgãos estudados; a análise, propriamente dita, consistiu na extração de informações significativas que possibilitaram a exposição do objeto de estudo, visando contribuir na solução do problema de estudo proposto e possibilitando retirar evidências que fundamentaram as afirmações deste estudo, servindo para validar as informações obtidas na coleta de dados.

4. ANÁLISE DE DADOS

O propósito desta seção, seguindo a metodologia estabelecida, é relatar as informações obtidas, em referência aos dados coletados neste estudo, não sendo intuito do presente trabalho analisar e criticar o desempenho desses órgãos, em termos de sustentabilidade, mas sim o alinhamento dos indicadores dos órgãos da ECOLIGA com indicadores os da GRI. Para tanto, primeiramente, foi elaborado um quadro analítico, contendo uma lista de todos os 91 indicadores da GRI, versão G4, nas suas respectivas categorias, os aspectos, seus devidos enquadramentos e o conteúdo de cada um, permitindo maior compreensão dos indicadores adotados nas diretrizes.

Antes de iniciar os trabalhos alusivos à verificação dos indicadores das instituições pesquisadas, realizou-se um levantamento, a fim de averiguar quais elaboraram seus PLS. Durante a diligência, constatou-se que, dentre os dez órgãos partícipes da ECOLIGA, apenas quatro elaboraram seus documentos, a saber: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE), Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT), Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) e Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (TJ-RO), conforme apresentado na Quadro 3.

Quadro 3: Regulamentos que regem Instituições para elaboração dos PLS

Instituições pesquisadas	Instituições que elaboraram o PLS	Instituições regidas pela Instrução Normativa Nº 10/20112/SLTI	Instituições regidas pela Resolução Nº 201/2015/CNJ	Instituições regidas pela Recomendação Nº 6/2007/CNMP
TRE	X	X	X	
TRT	X	X	X	
TRF	X	X	X	
MPF		X		X
MPT		X		
DPU		X		
UNIR		X		
TJ-RO	X		X	
TC-RO*				
MP-RO				X

* Não foi identificada legislação que imponha a elaboração de PLS ao órgão

Fonte: A autora

Certamente, uma observação de grande destaque em relação às informações apresentadas na coleta de dados é que todas as quatro instituições que elaboraram seus PLS compõem o Poder Judiciário; os demais órgãos, vinculados ao poder executivo e, até mesmo os órgãos de controle deixaram de elaborar seus planos, apesar das imposições legais vigentes. Nesse contexto, é possível inferir que os motivos para tal cenário se devem à força do CNJ em relação aos órgãos por ele controlados. Sobre esta perspectiva, para o Tribunal de Contas da União, apesar de não haver submissão ao Conselho, há um braço administrativo para prestar apoio à gestão. De acordo com Castro e Santos (2011), o Ato expedido pelo CNJ detém o mesmo impacto normativo das leis.

Outro aspecto a ser observado é que não foi identificada nenhuma norma que imponha ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a elaboração de Plano de Logística Sustentável, em seu acervo documental, em sua página de internet e nem mesmo junto aos seus representantes.

De forma complementar, deduz-se que a desarmonia de normativos legais, apresentados em capítulos anteriores, pode contribuir para o desinteresse do gestor público quanto à execução das ações delegadas.

Salienta-se que algumas instituições que não elaboraram seus PLS, possuem outras diretrizes norteadoras de boas práticas em sustentabilidade, incorporando a variável ambiental em seus processos, a exemplo do Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO) e do Ministério Público Federal (MPF) que, por força da

Recomendação Nº 6/2007, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recomendou a criação de Comissões Institucionais de Gestão Ambiental, com a tarefa de estudar, sugerir e acompanhar a implementação de medidas administrativas, voltadas à adoção de hábitos ecologicamente sustentáveis, no sentido de fomentar a conscientização institucional da preservação ambiental. Em consequência dessa recomendação, o MPF editou o Manual Socioambiental para formalização de seus programas, o qual contém objetivos e plano de ações, com respectivos indicadores. Já o MP-RO editou a Resolução Nº 5/2016/PGJ, instituindo normas e ações de sustentabilidade e racionalização de custos, visando definir práticas sustentáveis a serem implementadas para otimização e racionalização dos recursos, no que se refere a iniciativas que caracterizem boas práticas para o alcance da sustentabilidade ambiental e financeira da Instituição. Entretanto, o núcleo desta pesquisa, concentra-se nos indicadores dos Planos de Logística Sustentáveis, deixando de analisar outras ferramentas.

Após a identificação das instituições, procedeu-se a análise dos indicadores constantes nos temas compreendidos na legislação vigente, dos órgãos pesquisados, confrontando os marcos regulamentares em sustentabilidade com o conjunto de indicadores contemplados nos PLS de cada instituição, sendo, adiante, confrontados aos indicadores da GRI. O processo de comparação resultou na construção da Quadro 04, no qual os indicadores eleitos pelas instituições pesquisadas, e que estão alinhados aos da GRI, foram listadas abaixo.

Quadro 4: Indicadores eleitos nos PLS das instituições partícipes da ECOLIGA

Indicadores estabelecidos pelas instituições da ECOLIGA, em aderência às diretrizes da GRI				
INDICADORES	TRE	TRT	TRF	TJ
EN3 - Consumo de energia dentro da organização	X	X	X	
EN5 - Intensidade energética	X	X	X	X
EN6 - Redução do consumo de energia		X		X
EN23 - Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	X	X	X	X
EN32 - Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais				X
LA9 - Número médio de horas de treino por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	X		X	X

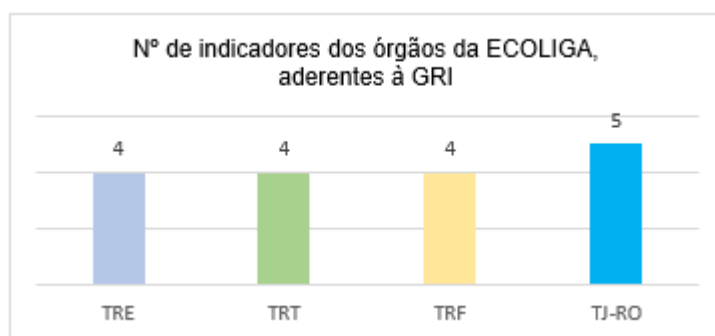
Fonte: A autora

Observa-se que, de acordo com os dados coletados, a representação dos indicadores abrangidos nos Planos de Logística Sustentável dos órgãos pertencentes

à ECOLIGA, que estão aderentes às diretrizes da GRI, é bastante incipiente. Dentre os 91 indicadores compreendidos nas instruções da GRI, apenas 06 foram abrangidos pelos órgãos pesquisados.

Em análise mais resumida, apresenta-se, abaixo, no Gráfico 1, o total de indicadores que foram relatados pelos órgãos da ECOLIGA, que estão alinhados às diretrizes da GRI.

Gráfico 1: Número de indicadores relatados pelos órgãos da ECOLIGA, aderentes à GRI

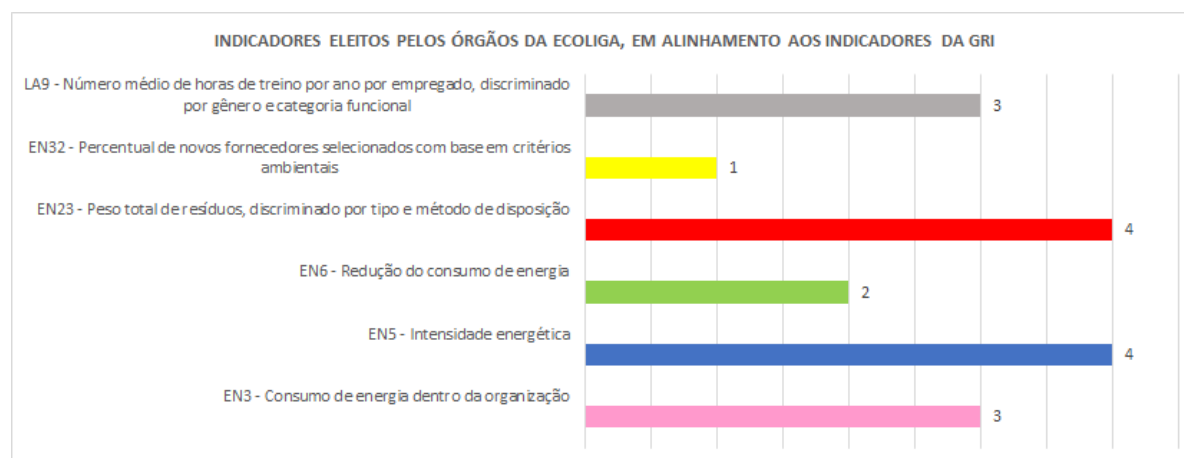


Fonte: A autora

Verifica-se, pelo gráfico, que o número de indicadores empregados pelos órgãos pesquisados em seus PLS, em consonância com a GRI, é muito baixo; o Tribunal de Justiça de Rondônia adota 05 indicadores e os demais adotam 04, apenas. Sobre a produção de informações, concernente aos impactos causados por suas atividades de organizações públicas, de acordo com Cavatti (2014), constata-se pouca expressividade. A esse respeito, Garcia, Ciasca e Marçal (2019) afirmam que a metodologia de relato da GRI por órgãos públicos é muito incipiente no Brasil.

Seguidamente, ao analisar, de forma individual, os indicadores adotados pelos órgãos pesquisados, constatou-se a frequência de apenas 06, em aderência aos indicadores da GRI, conforme se verifica no Gráfico 2.

Gráfico 2: Indicadores estabelecidos pelos órgãos da ECOLOGIA, em conformidade aos indicadores da GRI



Fonte: A autora

Verifica-se, no gráfico, que a adoção de indicadores da categoria econômica é nula e que, dentre os indicadores da categoria social, apenas um deles foi contemplado. Além disso, apura-se que o número de indicadores eleitos, nos moldes da GRI, pelos órgãos estudados, manteve a média; entre 5 e 6 indicadores relatados em seus PLS.

Em uma análise mais abrangente certifica-se que os indicadores mais utilizados pelas instituições pesquisadas foram os da categoria ambiental, tais como: EN5 (intensidade energética) e EN23 (peso total de resíduos). Sobre o indicador EN5, é importante salientar que, de acordo com as diretrizes da GRI (2015a), a intensidade energética ajuda a contextualizar a eficiência da organização, inclusive na comparação com outras organizações. Quanto à presença do indicador EN3 (consumo de energia dentro da organização), constatou-se a eleição por parte de três instituições elaboradoras. Sobre o indicador EN3, segundo a GRI (2013a) o consumo de energia tem consequência direta nos custos operacionais e pode elevar à exposição a flutuações de abastecimento e preços de energia. A pegada ambiental da organização é delineada, em parte, pela opção de fontes de energia.

Acerca do indicador EN6 (redução do consumo de energia), ele foi retratado por duas instituições. Sobre este ponto, a recomendação da GRI é que seja relatado o volume de diminuição do consumo de energia, obtidas diretamente, em decorrência de melhorias na conservação e eficiência, bem como os tipos de energia incluídos nas reduções, tais como: combustível, energia elétrica, aquecimento, refrigeração e vapor.

Já em relação ao indicador EN23 ressalta-se que dados em relação à geração de resíduos, no decurso de vários anos podem informar o nível de progresso auferido pela organização em seu empenho de redução da produção de resíduos. Indicam, ainda, possíveis avanços na eficiência e produtividade de processos. Na perspectiva financeira, a redução de resíduos colabora diretamente para a diminuição dos custos de materiais, beneficiamento e descarte. As informações sobre o destino do descarte indicam até que ponto a organização tem gerido o equilíbrio entre as opções de disposição e diferentes impactos ambientais. A maior parte das estratégias de redução de resíduos enfatiza a priorização de opções de reutilização, reciclagem e, posteriormente, recuperação sobre outras opções de disposição (GRI, 2013a).

Continuamente, em relação ao indicador EN32 (percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais), ao examinar os PLS das instituições pesquisadas, constatou-se que apenas um dos órgãos elegeu tal indicador em seu relatório. Consoante às diretrizes da GRI (2013a), os impactos ambientais negativos significativos potenciais podem ser evitados ou reduzidos na fase de elaboração de contratos ou de outros acordos.

Na dimensão social, dentre os indicadores relatados nos PLS da ECOLIGA, apenas o LA9 (horas de treinamento), foi identificado. Quanto à presença deste indicador, detectou-se a designação por parte de três instituições elaboradoras. Sobre este aspecto, a GRI recomenda que seja relatado o número médio de horas de treinamento, realizado pelos empregados da organização. Neste contexto, é relevante enfatizar que esse indicador abrange os treinamentos em todos os aspectos e não somente na perspectiva da sustentabilidade, como representado pelas instituições analisadas. Segundo o MMA (2018), a capacitação auxilia no desenvolvimento de competências institucionais e individuais e ao mesmo tempo propicia, aos servidores, a chance para desenvolver habilidades e atitudes visando um melhor desempenho das suas atividades, prestigiando aqueles que se envolvem em iniciativas inovadoras.

5. CONCLUSÃO

À medida que as organizações públicas e privadas admitem o papel estratégico da sustentabilidade ambiental, percebemos que seus processos e indicadores

evoluem para uma gestão mais focada no desenvolvimento sustentável. Esse movimento ocorre, também, nos órgãos públicos.

Esta pesquisa está ancorada nas diretrizes da GRI, conceituada como a principal via de comunicação do desempenho econômico, social e ambiental das organizações. O objetivo deste trabalho foi identificar a aderência entre o conjunto de indicadores dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos integrantes da ECOLIGA de Rondônia e os indicadores difundidos pela GRI.

Pela diversidade e quantidade de informações, contidas nos PLS consultados, é possível admitir que esta espécie de documento caracteriza uma importante ferramenta, não só para nortear a evidenciação das informações socioambientais aos stakeholders, mas, especialmente, para uma eficiente e eficaz gestão estratégica da sustentabilidade organizacional.

No decorrer do estudo, constatou-se que, dentre os dez órgãos partícipes da ECOLIGA, somente quatro implementaram seus PLS, a saber: TRE, TRT, TRF e TJ. Um aspecto, instigante, que merece ser destacado é que todas as instituições que pertencem ao âmbito do poder judiciário, elaboraram seus PLS e divulgam seus relatórios, por força da determinação do CNJ, ainda que adotando somente os indicadores mínimos, propostos por suas normativas. Essa afirmação é corroborada com o argumento de DiMaggio e Powell (1983) de que as instituições públicas estão divulgando seus Relatórios de Sustentabilidade por força de uma lei, um mecanismo coercitivo de mudança isofórmica institucional.

No estudo também foi constatado que, mesmo que não tenham editado seus planos, algumas instituições possuem outras diretrizes em prol da temática da sustentabilidade.

Outro aspecto perceptível foi quanto à diferença entre a Resolução 201/2015 CNJ e a IN 10/2012 SLTI; a primeira apresenta como exigência a implementação de uma unidade socioambiental no órgão ligada à alta Administração, além de evidenciar um guia do modo como essas unidades deverão conduzir, o que não ocorre com a redação da IN 10/2012. Este seria o principal motivo para o fato de a gestão socioambiental no Poder Judiciário mostrar-se bem mais implementada, comparando com as ações do Poder Executivo.

Foi observado que a representação dos indicadores de sustentabilidade, demonstrada nos PLS das instituições pesquisadas, ainda precisa evoluir, sobretudo,

em relação aos indicadores econômicos e sociais, que apresentaram inexpressividade na utilização. Sobre este aspecto, constatou-se que o tripé da sustentabilidade não foi empregado regularmente nos documentos, pois não incluiu as três categorias do *triple bottom line* (econômico, ambiental e social), mas apenas a ambiental e social, sendo que nesta última, apenas um indicador da categoria foi utilizado. De forma complementar, verificou-se que as instituições investigadas utilizam uma metodologia padronizada para evidenciar suas informações socioambientais, facilitando as comparações, especialmente por serem do mesmo setor de atuação.

Esta pesquisa permitiu observar como os indicadores vêm sendo reportados pelas instituições emissoras e a forma de seu detalhamento, o que pode ser um reflexo da demanda dos órgãos governamentais na sociedade que vem sendo mais presente e cobrando mais ações quanto aos impactos socioambientais. Esse tipo de análise pode dar suporte às organizações públicas quanto à tomada de decisão acerca dos investimentos e melhorias que podem ser implementados. O uso de indicadores econômicos e socioambientais e a adoção de boas práticas podem auxiliar tais organizações na melhoria e resgate de sua imagem junto aos stakeholders, promovendo o benchmarking interno e externo com outros órgãos do setor.

Aditivamente, foi constatado, durante a pesquisa, que a representatividade dos indicadores contemplados nos PLS dos órgãos pertencentes à ECOLIGA, que possuem aderência aos indicadores difundidos pela GRI, é bastante incipiente. Dentre os 91 indicadores do compêndio dos preceitos da iniciativa, apenas 06 (seis) foram relatados pelas instituições pesquisadas. Porém, algumas instituições têm planos de ampliar o número de indicadores para os próximos exercícios.

Por todo exposto, depreende-se que o nível de aderência entre os indicadores dos PLS dos órgãos partícipes da ECOLIGA de Rondônia frente aos indicadores da GRI é insignificante. Apesar disso, analisando-se os indicadores utilizados por essas instituições, bem como as informações identificadas na literatura, infere-se que o modelo GRI é o mais apropriado, provavelmente em razão de conter maior abrangência de informações em relação aos indicadores econômico, ambiental e social, permitindo maior segurança aos gestores no momento de tomada de decisão.

No estudo foi possível identificar a viabilidade da evidenciação e utilização de indicadores de sustentabilidade, com base nas diretrizes da GRI. O estudo revelou que os órgãos pesquisados podem utilizar os indicadores de sustentabilidade, de

acordo com as instruções da cartilha GRI, embora precise fazer alterações para adequá-lo às peculiaridades do setor.

O estudo concluiu que, ao elaborar seus PLS, com base nos indicadores disseminados pela GRI, as instituições podem expandir sua atuação junto à população, aumentando as chances de comparação de desempenho com outras instituições públicas, além de contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia, COPEL. **Revista Gestão e Produção**, 17(3), p. 639-651, 2010.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma Análise Comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Lei nº 6.938, 1981.
- BRASIL. **Instrução Normativa nº 10/SLTI**, 2012.
- CAMARGOS, M. R. **Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos). Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2012.
- CARVALHO, O. C. C. **Da atuação da administração pública na promoção do desenvolvimento sustentável: a instrumentalidade das licitações públicas na sustentabilidade ambiental**. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia). Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil, 2017.
- CASTRO, M.V.M., & SANTOS, M.M. (2011). O poder normativo do Conselho Nacional de Justiça – análise da ação declaratória de constitucionalidade Nº 12/DF. **Revista Eletrônica Direito UNIFACS** – Debate Virtual, 131, p. 21.
<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1480>
- CAVATTI, F.S. **“Relatório de Sustentabilidade” GRI (Global Reporting Initiative) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, 2014.
- CELLARD A. **Análise documental**. In: Poupart, et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- CRESWELL, J.W (2007). **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2007.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- DIMAGGIO, P. J., & POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological**, 1983.
- DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **Revista de administração de empresas**, 1994.
- DRUCKER, P. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. Editora Pioneira, 1999.

ENGELMAN, R., GUISSO, R. M., & FRACASSO, E. M. Ações de gestão ambiental nas instituições de ensino superior: O que tem sido feito por elas? **Revista de Gestão Social e Ambiental**. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v3i1.115>. 2009.

ETHOS. **Princípios e compromissos**. Recuperado em 01 de outubro de 2022, de https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf. 2013

GARCIA, A. S.; CIASCA, D. N. & MARÇAL, A. S. V. **Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das organizações privadas e públicas?** Conference: XIX USP International Conference in Accounting. p. 1-14. 2019.

GRI. G4: **Diretrizes para relato de sustentabilidade**. Manual de Implementação, 2013.

GRI. G4: **Diretrizes para relato de sustentabilidade**. Princípios para relato e conteúdos padrão, 2013.

KAYANO, J., & CALDAS, E. L. **Indicadores para o diálogo**. Texto de apoio da oficina 2, série indicadores 8, 2002.

LUNKES, R. J., & ROSA, F. S. **Gestão hoteleira: Custos, sistemas de informação, planejamento estratégico, orçamento e gestão ambiental**. Editora Juruá, 2012.

LUIZ, L. C. **Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LUZ, S. O. C., Sellitto, M. A., & Gomes, L. P. Medição de desempenho ambiental baseada em método multicriterial de apoio à decisão: estudo de caso na indústria automotiva. **Gestão e Produção**, v. 13 (3), p. 557-570. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300016> 2006.

OLIVEIRA, D. E. R. **Sustentabilidade socioambiental no ensino superior: um estudo com indicadores na Universidade Federal de Sergipe**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

ROHRICH, S. S., & CUNHA, J. C. A. (2004). Proposição de uma taxonomia para a análise da gestão ambiental no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8 (4), p. 81-97. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552004000400005>

SANCHES, C. S. (2000). Gestão ambiental proativa. **Revista de Administração de Empresas**, 40(1), 76-87. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902000000100009>

TINOCO, J. E. P. (2001). **Balço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 5. ed. São Paulo: Atlas.

TINOCO, J. E. P. **Balço Social e o Relatório de Sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P., & KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. In Contabilidade e gestão ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CAPÍTULO 13

“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO-FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO... O RETORNO DA ESPERANÇA EM 2022?

Ednaldo Emílio Ferraz

Mestre em Ciências Sociais-UFRN

Faculdade de Integração do Sertão (FIS)

E-mail: edeemferraz@gmail.com

Resumo: O presente texto é uma breve atualização de um texto apresentado em eventos acadêmicos no início de 2019, passados quase 4 anos, novos elementos merecem ser mencionados, haja vista, que o retorno efetivo, agora não mais nos bastidores, desde a passagem de faixa presidencial para sua sucessora em 2011 (traduzindo o discurso da esperança dos excluídos) de mais um personagem ao cenário político, intensificando os embates e as passionalidades do homem cordial, contribuindo com a ideia central do presente capítulo. O texto tem como intencionalidade discutir brevemente a categoria de cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda e sua aplicabilidade à leitura atual do Brasil. De que forma essa categoria ainda pode ser empregada, mesmo que com limitações (ou não)? Depois de mais de oito décadas passadas seria impossível sua atualidade em totalidade. Contudo, acredita-se que em muitos aspectos investigativos da sociedade brasileira o “homem cordial” amadureceu e tornou-se mais esperto, malicioso, teatral, apaixonado e esperançoso que sua ideologia o levará a um mundo de felicidade... A cordialidade presente no tecido social brasileiro tem fragmentado a cada dia a sociedade apaixonada e inclinada a se deixar levar por falácias e superficialidades discursivas. As redes sociais foram o termômetro apreendido no atual trabalho, para brevemente discutir esse “ambiente social” de trocas e interações, pois o presente texto, que defende a ideia que estas ferramentas se tornaram “zona de convergência” em que daí se difunde ondas sísmicas de falácias (em analogia a Litosfera, são as áreas de maior instabilidade geológica, em que vulcões, sismos, dobramentos, fossas, falhas... aí são associadas) entre iguais e entre opostos ideologicamente, travando as maiores disputas de narrativas de cunho político e econômico, principalmente. A escolha das redes sociais se explica pelo protagonismo dessas ferramentas nos últimos anos, resultando em mudanças significativas da política brasileira. Quem perde com essa maior fragmentação do social? Quem ganha? Adianto, perdem as minorias sociais e ganham as elites no poder. Ganha as elites políticas e perdem por não enxergarem além de suas paixões o povo inclinados a seguir figuras carismáticas que oferecem uma realidade futura que só existe em suas mentes delirantes. Pois, eliminar a atuação de atitudes sociais, seja progressista, conservadora, reacionária, revolucionária, neoliberal... é impossível? Tudo, menos a convivência, o diálogo e a tolerância.

Palavras-chave: Cordialidade; Fragmentação; Redes Sociais; Minorias; Esperança.

Abstract: The present text is a brief update of a text presented at academic events in early 2019, after almost 4 years, new elements deserve to be mentioned, given that the effective return, now no longer behind the scenes, since the passage of presidential belt to its successor in 2011 (translating the discourse of hope for the excluded) of another character to the political scene, intensifying the clashes and passionality of the cordial man, contributing to the central idea of this chapter. The purpose of this text is to briefly discuss Sérgio Buarque de Holanda's category of cordiality and its applicability to the current reading of Brazil. How can this category still be used, even with limitations (or not)? After more than eight decades gone by, its completeness would be impossible. However, it is believed that in many investigative aspects of Brazilian society the "cordial man" has matured and become smarter, malicious, theatrical, passionate and hopeful that his ideology will lead him to a world of happiness... Brazilian social fabric has been fragmenting every day the passionate society inclined to be carried away by fallacies and discursive superficialities. Social networks were the thermometer apprehended in the current work, to briefly discuss this "social environment" of exchanges and interactions, since the present text, which defends the idea that these tools have become a "convergence zone" in which seismic waves are diffused from there. Of fallacies (in analogy to the Lithosphere, they are the areas of greatest geological instability, in which volcanoes, earthquakes, folds, trenches, faults... they are associated there) between equals and between ideologically opposites, fighting the biggest disputes of narratives of a political nature and economic, mainly. The choice of social networks is explained by the prominence of these tools in recent years, resulting in significant changes in Brazilian politics. Who loses from this greater fragmentation of the social? Who wins? I advance, social minorities lose and elites in power gain. The political elites win and lose for not seeing beyond their passions the people inclined to follow charismatic figures who offer a future reality that only exists in their delusional minds. So, eliminating the action of social attitudes, whether progressive, conservative, reactionary, revolutionary, neoliberal... is it impossible? Everything but coexistence, dialogue and tolerance.

Keywords: Cordiality; Fragmentation; Social Networks; Minorities; Hope.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primeiros anos da década de 1930, sociólogos, antropólogos e economistas (e outros) inauguraram as Ciências Sociais no Brasil, objetivando naquelas primeiras teses a tentativa de entender quem é o brasileiro e como se constituiu o Brasil. Os teóricos de maior relevo e que se devem colocar sempre em evidência os trabalhos seminais de autores como, Gilberto Freyre (Casa Grande de Senzala), Caio Prado Junior (Formação do Brasil Contemporâneo) e Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil). O primeiro influenciado pela Antropologia francesa de Franz Boas, apreende o brasileiro como produto do processo histórico da mistura de raças (e sincretismo) e pelo reduzido preconceito racial (Democracia Racial). O segundo pelas ideias do materialismo histórico e dialético para explicar o atraso econômico brasileiro, partindo da concepção das injustas relações comerciais, ditada pela divisão territorial do trabalho (SOUZA, 2015). O terceiro, Sérgio Buarque de Holanda, influenciado pela Sociologia Compreensiva do Sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), portanto, Buarque parte da compreensão dos motivadores e impulsionadores da ação social para entender a coletividade em suas complexas relações sociais, sabendo que, a ação social é compreendida como “uma ação envolvem-na de um sentido subjetivo” (CASTRO; FERNANDES DIAS, 2005, p. 103), classificadas por Weber em ação social afetiva ou emotiva, ação social tradicional, racional conforme valores e racional conforme fins determinados.

O último autor supracitado terá maior valor para nosso objetivo de fazer uma breve discussão sobre as condições atuais na sociedade no âmbito das discussões políticas das últimas décadas. Tomada por acirramentos ideológicos com a ascensão da ideologia de direita, expressada na prática pela defesa do (neo)liberalismo no campo político-econômico e no campo da cultura a inclinação ao conservadorismo (família, heteronormativismo e o religiosismo). Todavia, outros “Núcleos ideológicos” (como serão tratados aqui os grupos ideológicos defensores de tais linhas de pensamentos), já consolidados no poder, a exemplo dos partidos de centro e de esquerda (e suas imensas variações), se viram a perder gradativamente espaço no cenário político para ultraliberais e conservadores, complexificando o tecido social no campo imaterial da cultura de disputas das narrativas.

Na discussão a seguir aprofundaremos nossa ideia central. No presente trabalho o conceito de Sérgio Buarque de Holanda de **Homem Cordial** nos servirá aqui para compreendermos os atuais acirramentos e o endurecimento entre esses “núcleos ideológicos”. Sérgio Buarque nos anos 1930 definiu o homem cordial como característico da “[...] Lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes gabadas [...] representa, com efeito, um traço definido do caráter (do) brasileiro” (BUARQUE HOLANDA, 2005, p. 146). Embora pareça ser algo benéfico para a sociedade brasileira, Sérgio Buarque, nos alerta que “seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade” (p. 147), pois, para Buarque tais ações sociais são movidas por emotividades, passionalidades e personalidades, chegando a utilizar o termo *máscara*, adentrando e estruturando o funcionamento do Estado, sendo, comuns práticas de patrimonialismo e corrupção (SOUZA, 2015).

Na análise weberiana as ações emotivas (afetivas) são consideradas irracionais e preponderantes nas sociedades pré-modernas, o oposto do “homem ascético”, este último movido pela impessoalidade racional no mundo dos negócios capitalistas (SOUZA, 2018). Tais motivadores (afetivos) norteiam as práticas individuais (em sociedades pré-modernas) passionalmente na defesa do grupo (família e pares) e de suas tradições e valores. Aqui se defende a ideia que as ações e condutas não são em nome do maior fato social que existe, que para Durkheim é a sociedade (RODRIGUES, 1978), mas sim, defender passionalmente o agrupamento social que possuem a mesma base ideológica.

Buarque utiliza o conceito-chave de **homem cordial** para caracterizar o brasileiro como produto cultural das relações sociais em estruturas patriarcais do meio rural (BUARQUE DE HOLANDA, 2004). Contudo, em sua obra (*Raízes do Brasil*) nas páginas seguintes a caracterização do homem cordial e seu maior reflexo no Estado, nos indica as possibilidades para mudanças em tais estruturas sociais, pois o autor vislumbrava em 1936 processos de urbanização e industrialização, o que para Sérgio Buarque gradativamente reduziria a presença desse tipo social emotivo. No entanto, pergunta-se, até que ponto a cordialidade na política se reduziu? Até que ponto a passionalidade está presente no brasileiro nos aspectos políticos e ideológicos? E, até que ponto fragmenta mais ainda a sociedade “moderna brasileira”? E por último, a pergunta que se faz é - a “modernização da sociedade” reduziu as práticas da cordialidade a partir de quando as ciências sociais estavam sendo fundadas?

Se objetiva identificar as permanências (se é que existe) e metamorfoses desse “homem cordial” como tipo ideal. Tomando como eixo referencial os embates ideológicos nas redes sociais, aqui tidas como um “ambiente social de convergência-divergências”.

2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Liberais, progressistas, marxistas, nacionalistas, conservadores, revolucionários e reacionários travam uma das maiores disputas ideológicas da História recente do Brasil (mas, com a clareza de quê a maior parcela dos brasileiros ou são Petistas (e/ou lulistas, representados em parte na figura de Fernando Haddad em 2018 e pelo próprio Lula em 2022) ou Bolsonaroistas. E há ainda as “terceiras vias” do eleitorado, em menor número, pelo menos foi o que demonstraram as eleições presidenciais de 2018 e 2022.

E daí (dos grupos hegemônicos) vem as generalizações comuns com uso da semântica superficial e falaciosa (mas não é intencional, acredita-se) podendo identificar tais inclinações dos discursos emitidos por pessoas de variados graus de saberes em frases como: “Privatizar é o caminho para o crescimento”; “O Estado deve controlar os vícios do mercado”; “A verdadeira família é a tradicional”; “família é onde há amor”; “Roubaram, mas fizeram pelo pobre”; “Bandido bom é bandido morto”. E as pérolas repletas de verdades absolutas para tais “núcleos ideológicos” continuam por longas listas de absolutismo explicativo. Acredita-se (opinião nossa) que o brasileiro encontra-se no estágio avançado de alienação política, econômica e cultural (quando assumem a posição do –“já sei de tudo sobre esse assunto”), de quase nenhum conhecimento fundamentado na racionalidade teórica, ao invés de teoria, percebe-se paixões, afetuosidade aos personagens que representam tais narrativas.

Paixões e afetos, tem se tornado mais que no passado, o mecanismo propulsor na luta posicional de viés político e econômico, fragmentando grupos sociais em todo o tecido social. Seja, entre os educandos, entre professores, entre educandos e professores, entre jornalistas, entre cientistas sociais, entre trabalhadores assalariados, entre comerciantes, entre nordestinos, entre industriais, entre religiosos, entre mulheres, entre homossexuais, entre negros... Tem acirrado as disputas de cunho ideológico, mas que também tem os separado, os fragmentando da real luta.

Acredita-se que tais diluições fazem suas lutas históricas enfraquecerem. Constituindo campos de poder (categoria de Pierre Bourdieu) cada vez mais complexos, de fragmentação e resistências. Pois, além das lutas entre classes sociais e grupos, acredita-se que as lutas “intragrupos” e “intraclasses”, tem sido uma das maiores marcas nesses últimos anos no cenário sociopolítico brasileiro. Embora o Estado seja historicamente a instituição mais fragmentada ideologicamente na sociedade (é só olhar para o quantitativo de partidos que compõem os governos), este tem sofrido maiores rupturas internamente aos núcleos ideológicos, mais que em qualquer outro período histórico.

O **homem cordial** de Sérgio Buarque em pleno século XXI em território brasileiro acredita-se que se fortaleceu na constituição do Estado, homem público que se utiliza da posição para o benefício próprio e de seus pares, parece que tem se intensificado (direcionado para todos os vieses teóricos e partidários), “espertezas imorais” de políticos (e empresários) tem vindo à tona com maior visibilidade (nas grandes e pequenas mídias), estruturas criminosas que corroem o Brasil, fake ou não, corroem a política, a economia, a ética e as instituições, já comprometidas historicamente.

Para “a sociedade” brasileira o homem cordial em sua aplicação tem amplo poder explicativo do cenário social das últimas décadas (duas no mínimo) de ebulições sociais, não ficando restrita apenas a leitura do Estado como reflexo da personalidade desse homem cordial, expandindo mais ainda essa categoria para explicar a ação apaixonada na defesa ideológica dos agentes políticos. Pois, a cordialidade tem se direcionado para agregar grupos que “congregam” indivíduos de uma mesma unidade ideológica, de um mesmo anseio de mundo (com indivíduos de classes e de etnias diversas), “Bunkers ideológicos” armados de frases de efeito no conflito ainda de “Guerra Fria”, pois, as eleições de 2018 e 2022 (1º turno) dividiu o Brasil, criando uma "cortina" divisória entre os eleitores de Bolsonaro e de Lula (e aqui considera-se os votos de Haddad como sendo de Lula). O mapa a seguir demonstra tal situação. A cor vermelha representa os estados que Haddad/Lula venceu no primeiro turno e o azul onde Bolsonaro venceu.

Mapa 1: Avanço territorial do progressismo entre 2018 e o 1º turno de 2022



Fonte: TSE, divulgado pelo G1, outubro de 2022 (desfocado intencionalmente)

No entanto percebe-se claramente uma expansão significativa para o petismo-lulismo, com a conquistas dos estados do Amazonas, Amapá, Tocantins e Minas Gerais com relação a 2018, o suficiente para levar a disputa entre a direita e esquerda para o segundo turno em 30 de outubro (observação: o presente texto foi escrito entre o 1º e o 2º turno das eleições de 2022).

Acredita-se no presente texto que quem ganha com o avanço da influência da esquerda progressista (agora com o apoio de Ciro Gomes- que se ausentou em 2018, assim como o apoio da candidata que alcançou a terceira posição no 1º turno, Simone Tebet) são as minorias sociais, em um país que ainda tem muito pela frente de reivindicações e lutas sociais, em que as desigualdades sociais são ainda sua principal marca. Lutas importantes no âmbito da cultura tinham sido enfraquecidas em nome da “imbecilidade” e da “imbecilização” dentro desses “bunkers” que aliena e aprisiona milhões. Tal cenário de fortalecimento do ideário progressista tendem a bater de frente mais uma vez, com o capital e os capitalistas que se beneficiaram com as novas estratégias que fragmentam e enfraquecem as minorias? Intolerância e cegueira “intraclasse” e “intragrupo” de marginalizados e excluídos. Enfraquecendo as forças contra-hegemônicas, pois, encontramos-nos com uma neblina densa de falácias simplistas de discursos. Negros contra negros, mulheres contra mulheres, trabalhadores contra trabalhadores, homossexuais contra homossexuais e nordestinos contra nordestinos (continua por uma longa lista). Quanto maior a fragmentação dos grupos minoritários, menor o poder de luta e de reação política.

Depois de décadas de urbanização e de transformações nas relações sociais por todo o país (em velocidades diversas) o Estado continua com práticas enraizadas da cordialidade que Sérgio Buarque tratou (e outros, que ainda corroboram, como Roberto da Matta, Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, com outras categorias interpretativas, só para citar alguns). Contudo, está há ocorrer uma ampla fragmentação dos grupos, das famílias, dos amigos... Em decorrência do atual cenário político de desarmonia apaixonadamente cega. A retomada do progressismo estaria reunindo as minorias e as camadas empobrecidas a continuarem as lutas por inclusão e participação da construção da nação?

2.1 AS REDES SOCIAIS E O “ECO DAS LEGIÕES (...)”

A escolha desse “ambiente virtual” social de interações, explica-se pelo fato de as redes sociais online (Facebook, WhatsApp, Instagram, Youtube, twitter e outras), na atualidade se tornaram um ambiente de convergência dos debates e discursos que ocorreram nos últimos anos (e ocorrem) em outros “ambientes” sociais, a exemplos de: escolas, lares, empresas, igrejas, bares, lanchonetes... O motivo da escolha das redes sociais é que se tornaram protagonistas para os novos rumos tomados pela política nacional, ampliando inclusive o contato entre os cidadãos e os políticos, em vínculos que potencializam a cordialidade, assim como a vinculação e adesão (TAVARES; QUIROGA, 2014), fato percebido com a realização das lives (em diversas plataformas) dos candidatos a presidência nas eleições de 2018 e 2022. Os eleitores e apoiadores “Desejam conversar, ser amigo, estar numa conexão mais próxima, mais forte e, quando possível, mais exclusiva” (TAVARES; QUIROGA, 2014, p. 122), sendo, uma estratégia importante para os agentes políticos fidelizarem seus eleitores e apoiadores ideológicos nos embates discursivos. Tais embates ocorrem em toda a sociedade, contudo, na internet ocorrem com maior vigor, uma zona de convergência dos debates políticos. Aqui se faz uma analogia com as zonas de convergência (das placas litosféricas), pois, estas são as áreas de maior instabilidade da crosta, estando aí associadas grandes forças geológicas que transformam a crosta. Ao fazer tal analogia tem-se a intenção de se apropriar desse fenômeno geológico e transpor (metaforicamente) para o social, em que as redes sociais representariam mais que em qualquer outro “ambiente social” uma “zona de convergência-divergência (social)”,

nesse sentido, uma “uma convergência de momentos” (SANTOS, 2009, p. 196), nos últimos anos mais de atritos quê de acomodação... Pois, se sabe que “Homem Cordial é um homem dado a atitudes extremas, capaz de agir com extrema violência. Extrema porque se trata de uma violência que atua fora dos meios legais de coerção [...]” (SOUZA, 2007, p. 344), e nesse ambiente virtual a violência acredita-se que se amplia enormemente.

Além do próprio político, acredita-se no fato da presença marcante de pessoas (líderes apoiadores) nesses ambientes que exercem a liderança intelectual e que compreendem razoavelmente bem o que seguem e o que defendem, estes agentes desempenham o recrutamento apaixonado de pessoas inclinadas a se apaixonarem superficialmente por “frases de efeito” (citados no início do texto) que pouco ou em nada representam correntes teóricas de grande complexidade, compondo multidões apaixonadas que apenas repetem bordões.

“Homens cordiais” (digitais) que antes pouco tinham espaço para exteriorizar suas paixões ou eram muito restrito a bares, reuniões de família, reunião de amigos, restaurantes... Assim como a atenção de uma porção limitada de indivíduos, agora com as redes sociais, suas falas podem ecoar pelo país inteiro (e até no mundo inteiro), formando legiões de imbecis (ECO, 2015) que destilam toda sua paixão, ódio, inocência, alienação... **Ecossistemas** que podem prejudicar (prejudicou) um país inteiro, uma nação inteira, um período histórico inteiro, uma geração inteira, conquistas sociais históricas... Pois, as redes sociais se tornaram os melhores “ambientes sociais” para as fake news, para a mentira, para alienação, para transformar os discursos mais esdrúxulos em verdades absolutas. Pois, informação em excesso gera alienação e traz consequências desastrosas (MORETZSOHN, 2017) e dominação de uma maioria desinformada sobre uma minoria intelectualizada (ECO, 2015).

Por trás das telas dos computadores, dos celulares, tablets e outros dispositivos eletrônicos, todos têm possibilidades de se “fazerem presentes” nos debates políticos, econômicos, religiosos, de gênero, de raça, educativos e tantos outros assuntos de suma importância que atendem as demandas sociais que historicamente foram sendo posicionadas na subalternidade da organização social (por uma minoria numérica dominante). As redes sociais (WhatsApp, Youtube, Facebook, Instagram, Twitter...) representam em grande medida um espaço para o ódio, a mentira, a enganação, a alienação, a falácia... Claro que, mascaradas de amor, verdade, politização,

informação, conhecimento... O fato também que as mesmas redes sociais servem para desmascarar, desmentir, politizar, desalienar... Essa zona de convergência social no Brasil tem feito regredir avanços históricos? Contudo, se percebe que tais atritos não se restringem ao mundo virtual (onde muitos só aí têm coragem de se expressar) chegam às avenidas, as universidades, as casas, as escolas, as empresas... fragmentando as fragmentações da sociedade e isolando grupos e indivíduos. Homens cordiais que usam a internet e as redes sociais on-line para destilarem suas paixões e ortodoxias em prol, muitas vezes, de utopias econômicas, políticas e culturais. Quem perde no atual contexto socioeconômico e político do Brasil? As minorias sociais, indiscutivelmente. Injustiçados históricos. Contudo, as mesmas ferramentas que são utilizadas para disseminar mentiras, servem para seu exato oposto. Não é nosso objetivo apontar as causas do avanço do progressismo no país em pleno governo de esquerda, contudo, indicar brevemente algumas destas (em forma de perguntas) são válidas para sugerir outros trabalhos. Pode-se apontar para os efeitos negacionistas no período da pandemia, que ceifou milhares de vidas? A disparada da inflação, que reduziu a qualidade de vida de milhões? A flexibilização dos direitos trabalhistas? A redução de investimentos na educação superior? O descrédito do Brasil no cenário internacional?

3. CONCLUSÃO

Os embates atuais iniciaram a quase uma década (tomando por ponto de partida junho de 2013) e durará por vários anos, pois, tem-se percebido que uma certa estabilidade e até crescente propagação do conservadorismo e neoliberalismo no país. 2018 representou a tomada do poder pelos apoiadores de Bolsonaro. Acredita-se, 4 anos de governo foram suficientes para reafirmar o conservadorismo, mas também para reorientar as forças progressistas contra o movimento hegemônico dos últimos anos. Quando este texto for público já teremos um desfecho das eleições de 2022, mesmo as pesquisas estando apontando para o candidato do PT (Partido dos Trabalhadores) no segundo turno, contudo, as pesquisas de intenção de voto tem apresentado falhas, pois, no primeiro turno as pesquisas de intenção de votos não era apertada como se mostrou com a apuração das urnas.

Que memórias ficarão registradas nas mentes de quem as viveu? Que registros ficarão nos livros de História (e nas Ciências Sociais)? De quê forma políticos cordiais as usarão em seus discursos para conquistar votos no futuro próximo ou distante? E a maior incógnita de todas, que Brasil teremos se a” poeira baixar”? Se baixar! Indagações que só o tempo tem as respostas. Contudo, há um fato que se pode mensurar empiricamente, as minorias serão mais uma vez prejudicadas pela “História”, caso não haja vitória progressista em 30 de outubro de 2022. “Ecos” que continuam a ecoar utopias nas redes sociais fragmentam famílias, minorias e instituições. O homem cordial sempre foi um mal para o avanço da sociedade e agora é mais que um mal é uma... (complete com a sua imaginação). Os mitos são desacreditados desde a Grécia Antiga, mas a luta continua para os excluídos minoritários. Uni-vos...

REFERÊNCIAS

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Ed. 26ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTRO, Ana Maria de (Et Al). **Introdução ao Pensamento Sociológico**. Ed. 18ª. São Paulo: Centauro, 2005.

JONHSON, Allan, G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan, **“Uma legião de imbecis”**: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 294-306, novembro de 2017.

RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5ª. reimpr. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 1)

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: Ou como o país se deixa manipular pela Elite**. São Paulo: Leya, 2015.

_____. **Subcidadania Brasileira: Para Entender o País Além do Jeitinho Brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **As Raízes e o Futuro do “Homem Cordial” segundo Sérgio Buarque de Holanda**. Caderno CRH, vol. 20, núm. 50, mayo-agosto, 2007, pp. 343-353 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil.

TAVARES, Daniel Nardin; QUIROGA, Tiago. **O reforço do “homem cordial” nas conexões entre senadores e cidadãos nas redes sociais online**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 60, p. 110-128, abr. 2015.

CAPÍTULO 14

EXPOSIÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: ALÉM DO PRETO E BRANCO

Alessandro Ossola

Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Fotografia – Universidade Cruzeiro do Sul

E-mail: ossolaalexandro1@gmail.com

Resumo: A exposição Theatro Municipal do Rio de Janeiro: além do preto e branco celebra os 110 anos deste espaço tão imponente e importante para a cidade maravilhosa. Este trabalho busca, através de fotografias comparativas, trazer conceitos de memória, preservação e história do local. O público embarca em um passeio entre passado e presente e compreende um pouco da trajetória e identidade do Theatro, além de refletir sobre a importância em documentar e preservar a passagem de tempo.

Palavras-chave: Fotografia; Preservação; Memória; Patrimônio público; Theatro; Municipal do Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

É comum do ser humano registrar momentos. Datas comemorativas, eventos, passeios, até mesmo uma simples *selfie*. Congelar um pequeno espaço de tempo para virar um momento visualmente inesquecível, de lembrança, de remontagem de um passado, de uma memória. Com a fotografia podemos reviver experiências ainda que de um passado distante. O objetivo deste trabalho é proporcionar um passeio entre passado e presente a partir da comparação das fotografias contidas no livro Theatro Municipal do Rio de Janeiro, representando as transformações nos ambientes do mesmo ao longo de seus 110 anos de existência, destacando curiosos detalhes dos recintos de 1909 e de 2019. Carrega consigo um papel fundamental de registro da memória institucional do Theatro Municipal e compreende um pouco de sua trajetória e identidade, além de refletir sobre a importância em documentar e preservar a passagem de tempo.

2. FOTOGRAFIA E MEMÓRIA

A partir do momento que uma cena é capturada pelas lentes de um fotógrafo, aquele momento fica eternizado e a fotografia se torna um dispositivo de memória, podendo esta ser de cunho individual ou coletivo. Através dela, sentimentos são recordados e lembranças revividas.

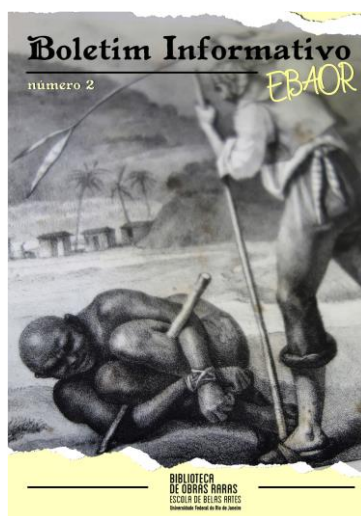
Não há dúvida de que o mundo de hoje é um mundo eminentemente imagético e que a fotografia é o seu representante maior, compondo com a escrita e o som a hipermediação da comunicação extensiva moderna. (RODRIGUES, 2007, p. 75)

Para Batista Junior (apud Santaella et Nöth, 1998) as “fotografias funcionam como documentos dos efeitos do tempo e dos traços de envelhecimento”. E, segundo Monego; Guarnieri (2012, p. 74, apud KOSSOY, 2001), só compreendendo a fotografia em seu contexto histórico, que podemos avaliar a importância que a imagem tem, afirmando que “a fotografia é um meio de informação sobre o mundo e a vida”. Sobre isso, a fotografia vem desempenhando um importante papel como registro de memória, logo precisa ser preservada.

3. A BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS: CONTEXTUALIZAÇÃO

Diversas instituições culturais vêm se utilizando da fotografia como meio para divulgar seu acervo e suas atividades em redes sociais. A Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBAOR/UFRJ)*, foi o local na qual a oportunidade de unir a fotografia e a biblioteconomia* foi concretizada. Com proposta de voluntariado, foram realizados diversos trabalhos fotográficos com o objetivo de divulgação do acervo e serviços da biblioteca, como: A segunda e terceira edições da revista anual Boletim Informativo EBAOR (Figura 1 e 2); A criação de um jornal mensal que reúne posts publicados nas redes sociais e curiosidades do acervo, chamado Correios EBAOR (Figura 3); E a oportunidade de ser um dos organizadores de um evento de extensão. O evento, denominado I Seminário da EBAOR, teve como proposta celebrar o acervo da biblioteca. Em busca de algo para o encerramento, foi levantado o projeto de uma exposição fotográfica.

Figura 1: Capa do segundo volume do Boletim Informativo EBAOR

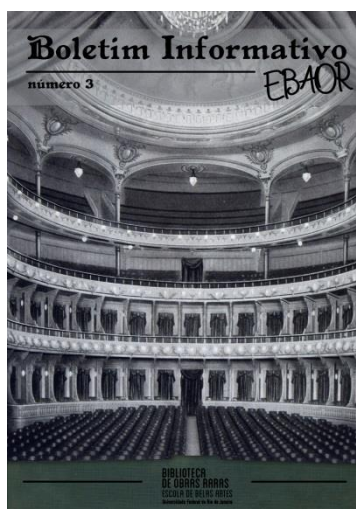


Fonte: Arquivo pessoal

* A relação com a Biblioteca se deu no período entre 2012 e 2014, onde desenvolvi diversos trabalhos como bolsista enquanto realizava a graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação.

* Formação em Biblioteconomia pela UFRJ em 2014; Graduando em Fotografia pela Universidade Cruzeiro do Sul.

Figura 2: Capa do terceiro volume do Boletim Informativo EBAOR



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3: Capa do Correio EBAOR



Fonte: Arquivo pessoal

4. A EXPOSIÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

A fatalidade ocorrida ao Museu Nacional da UFRJ em 2018* foi o gatilho necessário para se pensar na preservação dos espaços culturais presentes no estado do Rio de Janeiro. A principal tentativa de recuperar a memória de um espaço que se perdeu em chamas foi solicitar aos visitantes que enviassem fotografias. A iniciativa,

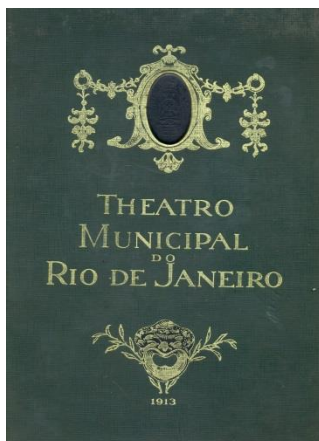
* Em 02 de setembro de 2018, o Museu Nacional foi atingido por um incêndio que ocasionou a perda de grande parte de seu acervo e espaço físico.

mesmo que singela, foi uma forma de reviver um passado e guardar as lembranças deste principal centro cultural da zona norte do Rio de Janeiro.

Mediante ao ocorrido relatado, surgiu a proposta para a exposição. A mesma seria uma exposição fotográfica que abordaria intrinsecamente conceitos de preservação e que levassem às pessoas a pensarem sobre memória e valorização de espaços culturais. Esta exposição teria como base o acervo da EBAOR. E, inicialmente, seria totalmente virtual.

Diversos livros sobre o Rio de Janeiro foram selecionados em ideias iniciais. Estando em um ano de comemorações na EBAOR, optou-se pelo livro *Theatro Municipal do Rio de Janeiro* (Figuras 4 e 5), devido às comemorações dos 110 anos deste espaço em 2019.

Figura 4: Encadernação do livro *Theatro Municipal do Rio de Janeiro*



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 5: Folhas de guarda douradas do livro *Theatro Municipal do Rio de Janeiro*



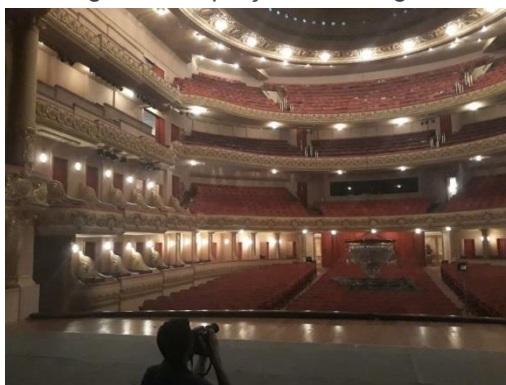
Fonte: Arquivo Pessoal

A obra a ser usada como pilar para a exposição foi a primeira publicação bibliográfica com fotografias sobre o Theatro Municipal, inaugurado em 14 de julho de 1909. Considerada um álbum, a obra foi publicada em 1913 contendo imagens dos ambientes do Theatro ressaltando obras, esculturas, mosaicos, pinturas, plantas, projetos e desenhos no interior do prédio. A primeira edição possui os autógrafos de Francisco de Oliveira Passos, arquiteto responsável pela construção do Theatro Municipal e engenheiro consultor da prefeitura de Francisco Pereira Passos, e de João do Rio, pseudônimo do cronista e jornalista João Paulo Emília Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, autor da obra.

Texto paralelo em português e em francês. Encadernação luxuosa em tecido e decoração em ouro, com guarda decorada em papel dourado. Impresso em papel couché nas cores vermelho e preto, ilustrados com fotografias em preto e branco, editadas pela Editora Musso, embora sem autoria do fotógrafo(s).

Com a obra selecionada, foi iniciado o processo de captação das fotografias para a exposição. No dia 04 de fevereiro de 2019, foi feita primeira visita a parte interna do Theatro (Figuras 6 e 7). Os enquadramentos das fotografias atuais foram feitos a partir dos enquadramentos originais, construindo um ambiente lúdico e instigante onde o público pode interagir com as imagens a partir do conceito de “jogo das diferenças”.

Figura 6: Captação das imagens



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 7: Captação das imagens



Fonte: Arquivo Pessoal

Em 21 de março de 2019, o trabalho foi apresentado no I Seminário da EBAOR (Figuras 8 e 9). O título escolhido foi “Exposição Theatro Municipal do Rio de Janeiro: além do preto e branco”, fazendo alusão às fotografias em preto e branco que consistem no livro. O público, de grande maioria composto por profissionais da informação, pode ver a primeira etapa da Exposição, com as fotografias da parte interna do Theatro. As imagens apresentavam poucas (Figuras 10 e 11), mas também diversas mudanças no ambiente do lugar (Figuras 12 e 13), gerando uma intensa reflexão sobre o papel dos cidadãos, gestores, e, principalmente bibliotecários (maior público do evento) em relação aos espaços culturais.

Figura 8: Apresentação no I Seminário da EBAOR



Fonte: Arquivo EBAOR

Figura 9: Apresentação no I Seminário da EBAOR



Fonte: Arquivo EBAOR

Fonte 10: Escadaria nobre (vista geral)



Fonte: Livro Theatro Municipal do Rio de Janeiro

Figura 11: Escadaria nobre (vista geral)



Fonte: Alessandro Ossola

Figura 12: A Dança Antiga. Decoração das lojas



Fonte: Livro Theatro Municipal do Rio de Janeiro

Figura 13: A Dança Antiga. Decoração das lojas



Fonte: Alessandro Ossola

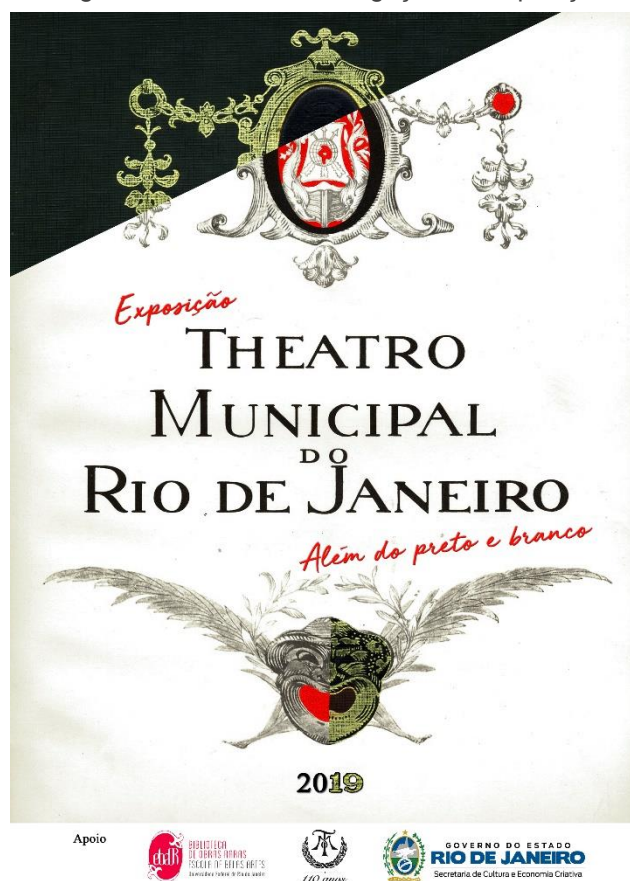
Em contato direto com o Theatro Municipal, foi acordado que a exposição participaria como atividade especial das festividades dos 110 anos do espaço. Para a

realização da mesma, no dia 22 de junho de 2019 foram realizadas as fotografias da parte externa, a fim de complementar o trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio às comemorações, a exposição foi aberta no dia 21 de julho de 2019 (Figuras 14, 15, 16, 17 e 18). O projeto que seria totalmente virtual ganhou uma parte física nas dependências do Theatro. Contando com três vitrines, dispôs uma obra fac-similar, curiosidades do livro e 16 fotografias.

Figura 14: Banner de divulgação da Exposição



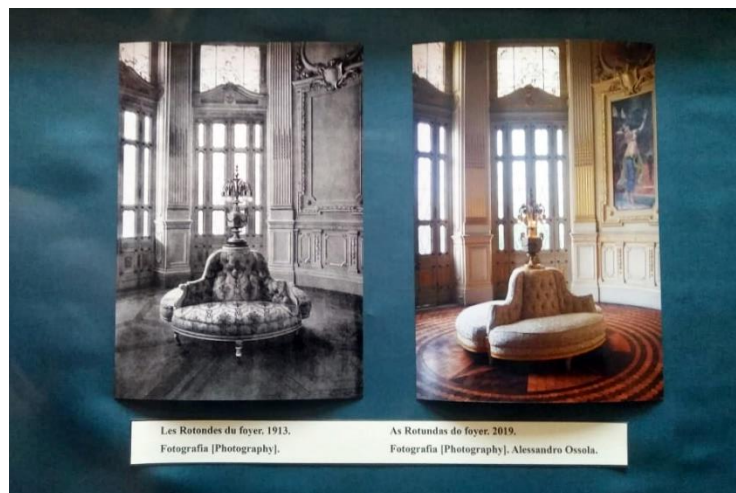
Fonte: Arte – Alessandro Ossola

Figura 15: Vitrine com a Exposição



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 16: Fotografias expostas



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 17: Familiares e amigos na Abertura da Exposição



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 18: Equipe Escola de Belas Artes. Da esquerda para direita: Wanessa Oliveira, Rosani Godoy, Sterlane Menezes, Marize Malta e Alessandro Ossola



Fonte: Arquivo Pessoal

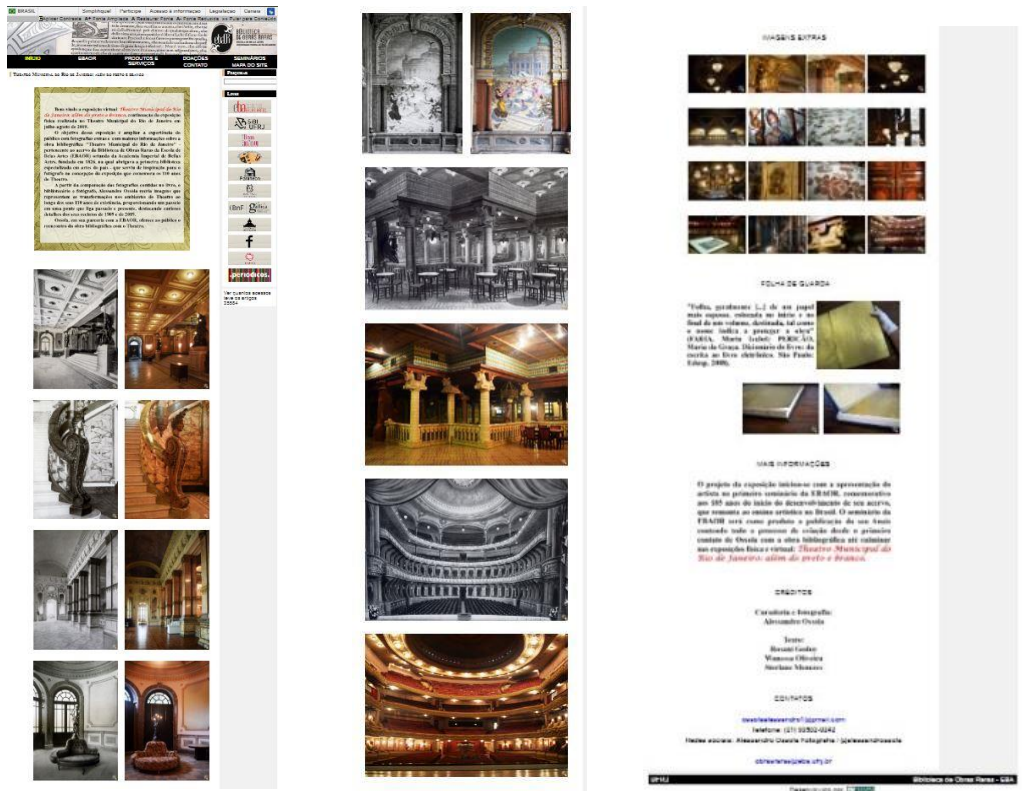
A abertura contou com uma visita guiada pelos espaços, terminando no local em que a exposição se encontrava. Ao final da terceira vitrine o público pode acessar a parte virtual da Exposição escaneando um código QR (Figura 19). A exposição online (Figura 20) contou com 14 fotografias, novas informações sobre a obra de João do Rio e fotografias extras do Theatro

Figura 19: Código QR para acesso a Exposição virtual



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 20: Exposição virtual no site da EBAOR



Fonte: Arquivo pessoal

O livro, peça chave do trabalho, com registros visuais do Teatro, funcionou como uma forte ferramenta documental para, no presente, nos remeter a uma realidade não vivida. Preservar esta obra é preservar a história deste lugar. E através deste trabalho visual, o público – de aproximadamente 1000 pessoas (dentre crianças, adultos, idosos e até mesmo de fora do País) - pode perceber a importância que a fotografia tem para o entendimento de um passado e a concepção de um futuro. E

conhecendo a história, registrando e disseminando as informações, o público aprende o valor que espaços como o Theatro Municipal têm para a cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

BATISTA JUNIOR, Natalício. Fotografia e memória: contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização. Disponível em:<
<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/1/revista-ba-foto-memoria.pdf>>.
Acesso em: 20 mar 2019.

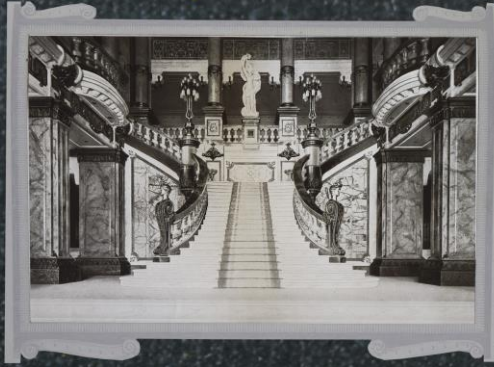
MONEGO, Sonia; GUARNIERI, Vanderleia. A fotografia como recurso de memória. In: Documentos: da produção à historicidade. Cadernos do CEOM. ano 25, n. 36. 2012.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica. Ci. Inf., Brasília, v. 36, n. 3, p. 67 – 76, set./dez. 2007.

ANEXO



Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



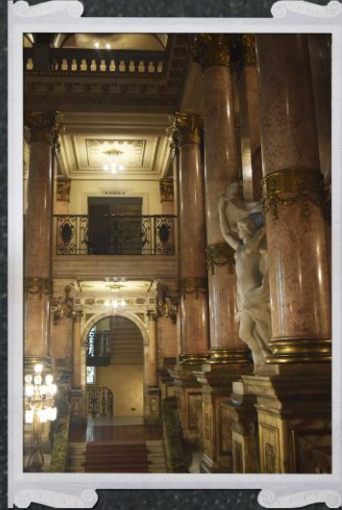
Escadaria nobre Vista geral

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



Escadaria nobre - detalhe

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



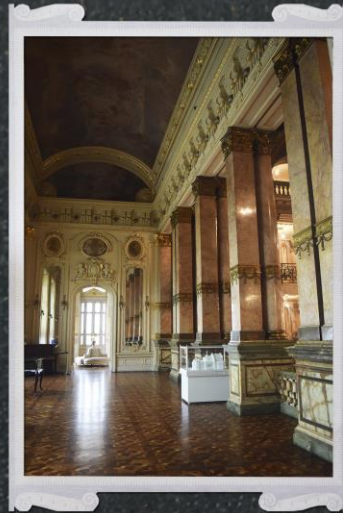
Columnada da Escadaria nobre

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



Detalhe da Escadaria nobre

Exposicao
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



O Foyer - lado da columnada

Exposicao
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



O Foyer - lado da fachada principal

Exposicao
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



Galeria da Escadaria nobre

Exposicao
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



As Rotundas do foyer

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



A Dança antiga - Decoração das lojas

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



A Dança moderna - Decoração das lojas

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



Detalhe das Lojas

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



Escada para a segunda ordem

Exposição
THEATRO
MUNICIPAL
RIO DE JANEIRO
Além do preto e branco



Bocca de Cena

CAPÍTULO 15

EXPOSIÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: ALÉM DO PRETO E BRANCO

Vinícius Daniel Kurudez Cordeiro

Graduando do Curso de Direito da UNIDESC

E-mail: kurudez@gmail.com

Caroline Daher

Professora Orientadora do Curso de Direito

Resumo: A cada dia que passa é mais frequente o uso do instituto da colaboração premiada, possibilitando a dissolução de grandes organizações criminosas, realidade esta que constitui o objetivo geral deste artigo, no sentido de verificar a eficácia do instituto no combate ao crime organizado. Muito utilizado no ordenamento brasileiro, é de suma importância uma reflexão quanto a maneira mais eficaz de uso e aplicação desse mecanismo. Trata-se de um trabalho com a intenção de conceituar o instituto, demonstrando suas origens e estudo sobre cada uma das leis referentes a ele, e a melhor maneira de aplicá-las. Empregou-se a consulta bibliográfica e eletrônica, como metodologia de pesquisa.

Palavras-chave: Colaboração Premiada; Procedimento; Eficácia; Crime Organizado..

Abstract: Every day that passes is more frequent use of the award-winning collaboration institute , enabling the dissolution of large criminal organizations , a reality which is the main objective of this article , in order to verify the effectiveness of the Office to combat organized crime. Widely used in the Brazilian legal system, it is extremely important consideration regarding the most effective way to use and application of this mechanism . This is a job with the intention to conceptualize the institute , showing its origins and study of each of the laws pertaining to it, and the best way to apply them. He used the literature and electronic consultation , and research methodology.

Keywords: Winnig Collaboration; Procedure; Efficiency; Organized Crime.

1. INTRODUÇÃO

A Colaboração Premiada constitui um instrumento eficaz no combate ao Crime Organizado? O artigo ora apresentado tem como intuito dissertar a respeito do instituto da colaboração premiada e a eficácia de sua aplicabilidade no direito brasileiro, respondendo ao problema apresentado, como objetivo geral da pesquisa.

Para tanto, como objetivos específicos, foram tratados os seguintes: Apresentar o conceito e o esboço histórico do Instituto; Levantar aspectos da Colaboração Premiada no Direito Comparado e Internacional; Indicar o Procedimento e as Hipóteses de Cabimento previstos na legislação brasileira; Aferir os benefícios para o colaborador e para a sociedade.

Utilizaram-se, como metodologia de pesquisa, as buscas bibliográficas e eletrônicas sobre o tema.

Tal instrumento, que tem como cerne uma delação feita por alguém envolvido em crime organizado, fora incluído na legislação brasileira com a Lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), a qual teve a redação alterada com o decorrer dos anos. Há registros históricos sobre o tema, mas, o mais significativo, refere-se à operação mãos limpas, levada a efeito na Itália, na década setenta do século passado. Outros países utilizam a colaboração como instrumento de combate ao crime organizado. Da mesma forma, ocorre com a comunidade internacional, que possui importantes tratados de colaboração transnacional no combate ao crime organizado e à corrupção. Apesar do surgimento anterior do instituto no Brasil, o procedimento completo, no entanto, foi estabelecido apenas na Lei 12.850/2013, que prevê medidas de combate às organizações criminosas.

Foram analisados, ainda, as hipóteses de cabimento e os benefícios da colaboração premiada.

Após a análise dos benefícios do instituto, tanto para o colaborador como para a sociedade, em especial no combate ao crime organizado, que também foi conceituado, encerrou-se o desenvolvimento com a análise da eficácia do instituto para a sociedade.

Ao final, apresentou-se a conclusão do artigo.

2. CONCEITO E HISTÓRICO DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA

2.1 CONCEITO

A colaboração premiada, também conhecida na doutrina e na jurisprudência como delação premiada, se dá na hipótese de o acusado ou indiciado, admitindo ter cometido prática criminosa, confirmar também a participação de uma terceira pessoa, que contribuiu com a prática daquele ato (DIAS; SILVA, 2014).

Observe-se que não basta a delação, eis que, para ser efetivamente premiada, deve trazer informações que efetivamente contribuam para ampliar a investigação ou fazer cessar a conduta criminosa (DIAS; SILVA).

Nos ensinamentos da doutrina apresentada por Bitencourt e Busato (2014):

A colaboração premiada, ou colaboração processual, ou ainda, delação premiada (os primeiros termos, eufemísticos, visam disfarçar certa conotação antiética que a conduta em questão possui) consiste na redução de pena (podendo chegar, em algumas hipóteses, até mesmo a total isenção de pena) para o delinquente que delatar seus comparsas, concedida pelo juiz na sentença, desde que sejam satisfeitos os requisitos que a lei estabelece.

O instituto da colaboração premiada surgiu como mecanismo para que o Estado pudesse dar efetividade na persecução penal, diante das dificuldades enfrentadas na punição dos crimes praticados em concurso de agentes, em especial, no que alude à crescente sofisticação das organizações criminosas. Premia-se o delator para que se possa dar celeridade à investigação criminal (DIAS; SILVA, 2014).

2.2 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO

Na Idade Média, durante o período da Inquisição, encontram-se os primeiros indícios, uma vez que havia a distinção quanto ao valor da confissão de acordo com a forma em que ela acontecia: espontânea ou mediante tortura. Tratava-se de delação, simplesmente, tendo como prêmio, por vezes, a mera cessação do ato de tortura. É na Itália, na década de 70, que o instituto começa a ganhar os contornos da atualidade, quando da tentativa de combate ao terrorismo. O maior destaque, no entanto, ocorre com a operação (operazione mani pulite) que tentou acabar com os criminosos da “máfia”. Desde então o instituto passou a ser contemplado no Código

Penal Italiano e em algumas outras legislações, daquele país. Firmou-se, a partir de então, uma penalização menor para os coautores de crimes como extorsão mediante sequestro, subversão da ordem democrática e sequestro com finalidade terrorista, desde que funcionando como delatores em colaboração e atendidas às exigências legais (DIAS; SILVA, 2014).

No Direito Brasileiro, os primeiros registros da colaboração premiada verificam-se nas Ordenações Filipinas (1603-1867), legislação que trazia um livro específico sobre delação premiada, em se tratando de crimes de falsificação de moeda. Sob a égide daquela legislação, destaca-se o movimento histórico-político clássico da história brasileira, que foi a Inconfidência Mineira, ocasião em que o Coronel Joaquim Silvério dos Reis obteve o perdão de suas dívidas com a Coroa Portuguesa em troca da delação de seus colegas, que foram presos e acusados do crime de lesa-majestade. Dentre os participantes, Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), que foi tido como chefe do movimento e, bem por isso, condenado à morte por enforcamento (DIAS; SILVA, 2014).

No Brasil, destaca-se ainda, o período do Regime Militar, a partir de 1964, no qual a delação premiada era muito utilizada para descobrir pessoas contrárias àquele modelo de governo e, como tais, eram consideradas criminosas. No entanto, a par desses registros históricos, a delação premiada propriamente dita passa a fazer parte do nosso ordenamento jurídico com a Lei dos Crimes Hediondos (nº 8.072/90), que acrescentou o

§4º, ao art. 159 do Código Penal, estabelecendo-a como pressuposto do efetivo dismantelamento da quadrilha ou bando que tenha sido formada para fins de praticar crimes considerados hediondos, possibilitando uma diminuição de pena (DIAS; SILVA, 2014).

Porém, o instituto ganhou maior aplicabilidade prática com a edição da Lei 9.613/1998, de combate à lavagem de dinheiro (HAYASHI). Essa lei passou a prever prêmios mais estimulantes ao colaborador como a possibilidade de condenação a regime menos gravoso (aberto ou semiaberto), substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e até mesmo perdão judicial (art. 1º, § 5º, Lei 9.613/1998). No mesmo sentido a orientação que se extrai da Lei 9.807/1999, que trata da proteção de testemunhas (arts. 13 e 14, Lei 9.807/1999).

A delação premiada passou, desde a Lei dos Crimes Hediondos, editada em 1990, a integrar outras numerosas legislações, a saber:

- Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária (8.137/90), no artigo 16, parágrafo único, assim aduz: “Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que através da confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços).”

- Lei de Lavagem de Dinheiro (12.683/12), artigo 2º que alterou o dispositivo do 1º,

§ 5º da lei anterior de Lavagem de Capitais (9.613/98), estabelecendo:

A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

- Lei de Extorsão Mediante Sequestro (9.269/96) artigo 4º, in verbis: “Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá a pena reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços)”.

Também prevista na antiga Lei do Crime Organizado (9.034/95), que regulava os meios de prevenção dos crimes praticados pelas organizações criminosas e as formas de reprimi-las.

O instituto ainda é tratado na Lei 11.343/2006, prevendo-a para as hipóteses de crimes de tráfico de drogas (art. 41), e na Lei 12.529/2011, que denominou a colaboração premiada de “acordo de leniência”, prevendo sua aplicabilidade para infrações contra a ordem econômica (arts. 86 e 87).

A matéria encontra-se atualmente regulada pela nova Lei do Crime Organizado, a Lei 12.850, de 2013, que apresenta no Art. 3º, inciso I, a colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, em qualquer fase da persecução penal.

Em linhas gerais, exige-se que a colaboração seja espontânea e eficaz, no sentido de que ocorra nexo de causalidade entre ela e o efetivo esclarecimento de infrações penais e sua autoria. Da análise sistemática das referidas leis, é possível

inferir alguns requisitos específicos da colaboração premiada: colaboração espontânea; participação do delator na prática da infração; relevância nas declarações; e efetividades das informações (DIAS; SILVA, 2014).

3. A COLABORAÇÃO PREMIADA NO DIREITO COMPARADO E INTERNACIONAL

3.1 COLABORAÇÃO NO DIREITO COMPARADO:

No direito italiano são três as espécies de colaboradores: o arrependido, que sai ou extingue a organização criminosa e na sequência se entrega e repassa as informações relativas as atividades criminosas, impedindo a realização de crimes para os quais a organização se formou. O dissociado, aquele que confessa a prática dos crimes, colabora para minimizar as consequências e impede a realização de novos crimes conexos. Por fim, o colaborador, que além dos atos já descritos, auxilia no fornecimento de elementos de prova relevantes para o esclarecimento dos fatos e possíveis autores. Em todos os casos apresentados, a colaboração deve ocorrer antes da sentença condenatória (DIAS; SILVA, 2014).

Nos Estados Unidos, a colaboração premiada existe como uma forma de apresentar resultados práticos à sua sociedade. Neste modelo, conhecido como plea bargaining, o membro do Ministério Público participa da investigação desde o início, presidindo a coleta de provas no inquérito policial, para posterior apresentação da acusação perante o Poder Judiciário. No caso de possibilidade de acordo com o acusado, o próprio Ministério Público tem total autonomia para negociar e decidir pelo prosseguimento ou não da acusação (DIAS; SILVA, 2014).

Há previsão legal, na Alemanha, para a diminuição ou até mesmo não aplicação da pena para aquele agente que, voluntariamente, denuncie ou impeça a prática de um crime por organizações criminosas. Neste país, o kronzeugenregelung (regulação dos testemunhos), diferentemente do instituto americano do plea bargaining, o poder discricionário é conferido ao Juiz (DIAS; SILVA, 2014).

Na Colômbia, a colaboração premiada está contemplada na legislação, como medida processual voltada para o combate ao tráfico de drogas. Pelo Código de Processo Penal colombiano, os acusados que, voluntariamente, delatarem os

coautores e, além disso, fornecerem provas eficazes, poderão ser beneficiados com liberdade provisória, diminuição da pena, substituição de pena privativa de liberdade, ou ainda a inclusão no programa de proteção às vítimas e testemunhas (DIAS; SILVA, 2014).

3.2 A COLABORAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL

O principal instrumento de combate ao crime organizado transnacional decorre da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo. Ela foi aprovada pela Assembleia-Geral da ONU, em 15 de novembro de 2000 e entrou em vigor no dia 29 de setembro de 2003 (UNODC).

A aludida Convenção é complementada por três protocolos que abordam áreas específicas do crime organizado: o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças; o Protocolo Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea; e o Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições. Os países devem ratificar a Convenção antes de aderir a qualquer um dos protocolos (UNODC).

Trata-se de uma importante medida na luta contra o crime organizado transnacional e significa o reconhecimento por parte dos Estados-Membros da gravidade do problema, bem como a necessidade de promover e de reforçar a estreita cooperação internacional a fim de enfrentar o crime organizado globalizado (UNODC).

Ao ratificarem a Convenção, os Estados-membros se comprometem a adotar uma série de medidas contra o crime organizado transnacional, incluindo a tipificação criminal na legislação nacional de atos como a participação em grupos criminosos organizados, lavagem de dinheiro, corrupção e obstrução da justiça. A convenção também prevê que os governos adotem medidas para facilitar processos de extradição, assistência legal mútua e cooperação policial. Devem, ainda, ser promovidas atividades de capacitação e aprimoramento de policiais e servidores públicos no sentido de reforçar a capacidade das autoridades nacionais de oferecer uma resposta eficaz ao crime organizado (UNODC).

No Brasil, o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 231, de 29 de maio de 2003, o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que foi regulamentada pelo Decreto 5.687 de 2006 (UNODC).

A chamada Convenção de Palermo, adotada pelo Brasil, traz, entre os mecanismos de combate ao crime organizado, a proteção aos colaboradores por delação (UNODC).

Além da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção trata de questões afetas ao crime organizado. Neste sentido, é de se observar que, desde 1996, a corrupção começou a ser tema de interesse dos mais diferentes. Assim, a comunidade internacional manifestou o interesse de delinear um acordo verdadeiramente global e capaz de prevenir e combater a corrupção em todas as suas formas (UNODC).

A citada convenção é composta por 71 artigos, divididos em 8 capítulos. Os mais importantes estão reunidos em quatro capítulos e tratam dos seguintes temas: prevenção, penalização, recuperação de ativos e cooperação internacional. São esses capítulos que requerem adaptações legislativas e/ou ações concomitantes à aplicação da convenção a cada país (UNODC).

O Brasil também aderiu à aludida convenção e, considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, por meio do Decreto Legislativo nº 348, de 18 de maio de 2005, regulamentou o tema pelo Decreto 5.687 de 2006 (UNODC).

Nas duas convenções aqui tratadas, observa-se que o instituto da colaboração premiada é acolhido como um importante instrumento de investigação e, por conseguinte, de repressão ao crime organizado (UNODC).

4. PROCEDIMENTO

Até a edição da Lei 12.529/2011, as legislações deixavam de apresentar um regramento claro quanto a essa técnica de investigação, o que sujeitava alguns dos colaboradores ao exercício discricionário judicial (HAYASHI, 2015).

A aludida Lei regulamentou mais especificamente o “acordo de leniência”, prevendo, além do sigilo (art. 86, § 9º), que o colaborador identifique os demais envolvidos e forneça informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação (art. 86, I e II). Em paralelo, é preciso que, por ocasião da propositura do acordo, não estejam disponíveis provas suficientes para assegurar a condenação. Necessário, ainda, que o colaborador confesse sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações (art. 86, § 1º).

O procedimento completo, no entanto, foi estabelecido apenas na Lei 12.850/2013, que prevê medidas de combate às organizações criminosas.

Inicialmente, exige-se que a colaboração seja voluntária e efetiva (art. 4º). Esta é a principal característica da colaboração premiada: o benefício depende da efetividade da colaboração, ou seja, do resultado. O resultado pode ser a identificação de cúmplices e dos crimes por eles praticados, a revelação da estrutura e funcionamento da organização criminosa, a prevenção de novos crimes, a recuperação dos lucros obtidos com a prática criminosa ou a localização de eventual vítima com sua integridade física assegurada (art. 4º, I a V).

Também é regra que o juiz não deve participar das negociações para formalização do acordo de colaboração (HAYASHI, 2015). Do ato, apenas o colaborador, seu advogado, o delegado de polícia e o Ministério Público participam (art. 4º, § 6º).

No que alude ao momento de colheita da prova produzida pelo colaborador, este poderá ocorrer tanto na fase inquisitiva (inquérito policial), quanto na fase processual, uma vez que a legislação menciona, por exemplo, a localização da vítima, sendo certo que isso só poderá ocorrer na fase do inquérito ou, até, antes dele (HAYASHI, 2015).

Acertado o acordo entre os envolvidos, ele deve ser formalizado contendo o relato do colaborador e eventuais resultados pretendidos, as condições da proposta do Ministério Público e da autoridade policial, a declaração de aceitação do colaborador e de seu defensor, as assinaturas de todos os participantes e a especificação de medidas de proteção ao colaborador e sua família (art. 6º).

Por fim, o acordo é encaminhado ao juiz, para homologação (art. 4º, § 7º), instruindo-se com cópia da investigação e das declarações do colaborador. Efetivada a homologação, iniciam-se propriamente as medidas de colaboração (art. 4º, § 9º).

O colaborador renuncia ao seu direito ao silêncio e fica compromissado a dizer a verdade (art. 4º, § 14).

Além disso, a referida Lei exige a presença de advogado em todos os atos de negociação, confirmação e execução da colaboração (art. 4º, 15º).

A eficiência do acordo é julgada pelo juiz, na sentença (art. 4º, § 11), que não pode condenar apenas com base nas declarações do colaborador, devendo possuir meios de prova diversos (art. 4º, § 16).

4.1 HIPÓTESES DE CABIMENTO

Cabe lembrar que a colaboração premiada, ainda que realizada em sede de confissão, gera efeito de testemunho com relação a terceiros, razão pela qual exige a observância do princípio do contraditório, exercido através de reperguntas no interrogatório do delator. Além disso, como qualquer outra prova, a colaboração está sujeita também ao princípio processual da livre apreciação da prova (ANDREUCCI; MIGUEL, 2006).

Atualmente, verificam-se diversas hipóteses legislativas de cabimento do instituto da colaboração premiada: nos crimes de extorsão mediante sequestro (Código Penal, art. 159, § 4º); nos casos de crimes hediondos e assemelhados (Lei 8.072 /90, art. 8º, parágrafo único); nos casos que envolvam organizações criminosas (Inicialmente pela Lei 9.034 /95, art. 6º, hoje revogada e, atualmente, pela Lei 12.850, de 2013); nos casos que envolvam proteção a réus colaboradores (Lei 9.807 /99, art. 13); nos casos de crime contra o sistema financeiro (Lei 7.492 /86, art. 25, parágrafo 2º); nos casos de crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90); nos casos de crimes de lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98 e Lei 12.683/12); nos casos de crimes relacionados ao tráfico de drogas (Lei 11.343/06) e nos casos de acordo de leniência, nos crimes contra a ordem econômica (Lei 12.529/11).

Em todos os casos, observa-se que a pretensão do legislador está voltada ao combate do crime organizado, ou seja, aquele que conta com a pluralidade de agentes, devidamente estruturados para o exercício da conduta delituosa e, bem por isso, de difícil prevenção, identificação e repressão pelo Estado (ANDREUCCI; MIGUEL, 2006).

5. BENEFÍCIOS DA COLABORAÇÃO PREMIADA

5.1 BENEFÍCIOS PARA O COLABORADOR

A delação premiada foi tratada inicialmente, na Lei dos Crimes Hediondos, como causa de diminuição de pena, seguindo a mesma natureza em legislações posteriores, como é o caso da Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária, Lei de Extorsão Mediante Sequestro, Lei de Lavagem de Dinheiro, dentre outras.

No entanto, na Lei de Lavagem de Dinheiro (12.683/12), conforme se depreende de seu artigo 2º, além da diminuição da pena, foram autorizados os institutos da substituição da pena privativa de liberdade pelas restritivas de direito, o perdão judicial e a possibilidade de aplicação de regime de cumprimento de pena menos gravoso:

A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

Da mesma forma, na Lei do Crime Organizado, a Lei 12.850, de 2013, apresenta no Art. 4º, os benefícios da diminuição da pena, da substituição e do perdão judicial:

Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

Em linhas gerais, exige-se que a colaboração seja espontânea e eficaz, no sentido de que ocorra nexo de causalidade entre ela e o efetivo esclarecimento de infrações penais e sua autoria. Da análise sistemática das referidas leis, é possível inferir alguns requisitos específicos da colaboração premiada: colaboração espontânea; participação do delator na prática da infração; relevância nas declarações; e efetividades das informações (ANDREUCCI; MIGUEL, 2006).

Desta forma, da análise sistêmica da legislação acima indicada, pode-se inferir que, para o delator a delação premiada pode beneficiá-lo com diminuição da pena de 1/3 a 2/3, fixação do regime de cumprimento da pena em regime mais benéfico (aberto e semiaberto), substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, extinção da pena e perdão judicial (ANDREUCCI; MIGUEL, 2006).

5.2 CRIME ORGANIZADO

Conforme se depreende do até aqui tratado, a colaboração premiada está intimamente ligada à ideia do combate ao crime organizado. Assim, antes da verificação da eficácia do instituto, necessária a compreensão do conceito e do alcance do crime organizado.

O crime em si, em termos genéricos, pode ter vários conceitos a depender do ramo de estudo analisado (INSTITUTO EJAN).

Em linhas gerais, a doutrina apresenta os conceitos de crime sob os âmbitos diversos como, por exemplo, formal, material e analítico (INSTITUTO EJAN).

Sem pretender esgotar o tema, por não ser o foco do presente artigo, apresenta-se de forma sintética, como conceito de crime formal o fato típico e antijurídico que está descrito em lei, em outras palavras, é a conduta que a norma penal descreve (INSTITUTO EJAN).

A teoria que conceitua o crime materialmente que prevalece nos dias atuais é a do bem jurídico. Segundo esta teoria, crime é a conduta que viola o bem jurídico tutelado pela norma penal. Portanto, materialmente falando, crime é aquela conduta que viola de forma significativa o bem jurídico penal (INSTITUTO EJAN).

Por fim, o crime na visão analítica possui diversas definições, contendo duas correntes muito discutidas no Brasil, que é a Bipartida e a Tripartida (INSTITUTO EJAN).

A corrente que traz o conceito analítico do crime como bipartido diz que o crime é fato típico e ilícito. Enquanto que, pela corrente tripartida, o conceito de crime analítico é indicado como fato típico, ilícito e culpável (INSTITUTO EJAN).

No que alude ao crime organizado, a Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013, definiu organização criminosa no § 1º, do art. 1º, conforme segue:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Assim, com a edição da referida Lei, passou-se a contar como um conceito legal de organização criminosa.

Além disso, no art. 2º, a Lei 12.850, de 2013, com as alterações definidas pela Lei 13.260, de 2016, equiparou, ampliou o alcance do conceito, com a apresentação de condutas equiparadas:

§ 2º Esta Lei se aplica também:

I - às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

II - às organizações terroristas, entendidas como aquelas voltadas para a prática dos atos de terrorismo legalmente definidos.

A doutrina conceitua (BITENCOURT; BUSATO, 2014):

A essência da definição de “organização criminosa” reside em uma associação organizada de pessoas para obter vantagens de qualquer natureza mediante a prática de crimes graves (com penas superiores a quatro anos), ou que tenham natureza transnacional (art. 2º). O núcleo da definição de organização criminosa repousa, portanto, em associar-se, que significa unir-se, juntar-se, reunir-se, agrupar-se com o objetivo de delinquir. É necessária, contudo, a reunião de quatro ou mais pessoas estruturalmente coordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, mesmo informalmente, com a finalidade de obter vantagem de qualquer natureza mediante a prática de crimes graves (a lei fala em infrações penais). Em outros termos, exigem-se, no mínimo, quatro pessoas reunidas com o propósito de cometer crimes, como meio, para obter vantagem de qualquer natureza.

5.3 EFICÁCIA DO INSTITUTO PARA A SOCIEDADE

O instituto da colaboração premiada encontra muitos opositores, que a identificam como modalidade de traição da confiança recebida, em razão de função ou amizade. Apesar disso, a bem do Direito Penal funcionalista, utilitário e pragmático,

vem ganhando destaque na legislação nacional e alienígena, como forma de fazer frente ao crime organizado. (MELLO, 2016)

A par das críticas, a colaboração premiada utilizada adequadamente, muito pode auxiliar na busca da verdade material acerca das infrações penais.

Observa-se, ainda, que os benefícios propostos pela colaboração premiada estão harmonia com o caráter despenalizador sustentado pelo direito processual atual de intervenção mínima, bem como da proposta de ressocialização, uma vez que permite uma maior valorização do réu colaborador no evento delituoso, preservando-se os direitos fundamentais e a dignidade humana. (MELLO, 2016)

No Brasil, a partir da operação denominada “lava-jato”, a própria imprensa tem discutido a eficácia da colaboração premiada, conforme pode ser observado no editorial do jornal Folha de São Paulo, do dia 4 de janeiro de 2015 (domingo), conforme íntegra abaixo transcrita (CONSULTOR JURÍDICO):

Se o esquema de corrupção na Petrobras causou assombro em 2014 pelos montantes desviados e pela desfaçatez com que agiam os envolvidos, a Operação Lava Jato provocou surpresa com uma novidade procedimental: o uso sistemático das delações premiadas. A eficácia do mecanismo logo chama a atenção. Na maioria dos escândalos anteriores, as apurações pouco avançavam além dos personagens diretamente flagrados na pilhagem. O alto escalão raramente se via atingido.

Agora, diretores de grandes empreiteiras não só foram presos, mas também revelaram o que sabiam. Se os investigadores conseguirem aliar aos relatos as necessárias provas materiais, terão condições de instruir processos sólidos, com eventual responsabilização penal de executivos e devolução do dinheiro desviado.

A mudança de atitude se explica pela teoria dos jogos. Sem a delação premiada, os acordos de silêncio, que dificultam o avanço dos inquéritos, constituem a melhor estratégia para os investigados. Quando, no entanto, ao menos um envolvido decide trocar informações por benefícios jurídicos, os outros passam a ter mais a perder com a escolha de não colaborar.

A consequência ficou evidente no curso da Lava Jato: as apurações ganham velocidade e alcance.

Ainda assim, sobretudo entre os advogados, não faltam críticas ao instituto. Do ponto de vista técnico, por exemplo, argumenta-se que a ferramenta rompe com o princípio da proporcionalidade da pena. Dois atores que tenham apresentado idêntica conduta criminosa podem receber sanções diferentes. São, contudo, as objeções morais que se fazem mais rumorosas. A noção de lealdade ao grupo parece tão entranhada nos seres humanos que não passa sem certa repulsa o incentivo à traição -- mesmo que ela ocorra entre bandidos e proporcione benefício público.

Também se afirma que as prisões cautelares pressionam os investigados a falar, como se fossem -- passe a hipérbole típica dos defensores -- uma forma de tortura.

Os argumentos merecem reflexão; abusos, em qualquer circunstância, precisam ser combatidos, e as balizas legais jamais podem ser afastadas num Estado de Direito.

Daí não decorre, no entanto, que a delação premiada deva ser descartada. Os que se beneficiaram da corrupção sabem o quanto violaram a confiança

da sociedade; não deveriam pedir ao poder público que se preocupe com a promoção da ética entre delinquentes.

A realidade demonstra, por vezes, a inabilidade do Poder Público para proteger todos aqueles que colaboram para o desvendamento de fatos criminosos. Reconhecidamente, o Estado brasileiro é extremamente ineficiente no alude à segurança das testemunhas no processo penal, o que fomenta a chama lei do silêncio. Pior ainda no que se refere à proteção dos réus colaboradores, que, muitas vezes, acabam cumprindo reprimenda em estabelecimentos penais lotados de componentes de organizações criminosas. “Assim, poucos se atreveriam a vestir a faixa de “X-9” ou ‘cagueta’ do bando, o que acaba diminuindo a aplicação do instituto” (XIMENES).

A despeito dos argumentos contrários a aplicação da colaboração premiada, reconhecidamente o instituto encerra importante arma no combate e repressão à criminalidade, sobretudo a organizada. Diversos países confirmam o sucesso da colaboração na repressão criminal. Os Estados Unidos e Itália constituem referência de sucesso no combate à organização criminosa. (XIMENES).

Assim, o uso adequado do instituto, traz resultados eficientes e concretos, sobretudo no combate à chamada organização criminosa, que é caracterizada organização empresarial e estrutural na prática criminosa, caso dos crimes, dentre outros, dos chamados “de colarinho branco”.

De um modo geral, a colaboração premiada deve ser dirigida somente para aqueles crimes de maior repercussão econômica e social, considerando a razoabilidade e harmonia, para não relativizar o instituto, aplicando-o a qualquer modalidade de crime.

6. CONCLUSÃO

O instituto da colaboração premiada é um instrumento que fornece benefícios ao colaborador, como a redução de sua pena e, muito raramente, o perdão judicial, pois, sob a ótica cidadã, dá-se uma impressão de privilégio exagerado para um criminoso.

Com a lei 12.850 de 2013, diversos benefícios foram previstos, dentre eles a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e o oferecimento, após trânsito em julgado, de acordo com o colaborador, ampliando assim, o alcance do instituto.

Apesar de tamanha eficácia, no ordenamento jurídico brasileiro, elucidando vários crimes e viabilizando a prisão de criminosos, ainda apresenta certa polêmica em relação ao Estado proteger ou não o colaborador.

Interessante ressaltar a possibilidade de o corréu delatar falsamente seus comparsas, podendo incriminar até inocentes buscando benefício legal, por isso toda cautela deve ser tomada durante a apresentação da delação, como a necessidade de se cobrar provas das informações da delação e não só apenas a palavra do colaborador.

É um instituto ainda com muitas controvérsias, possuindo interpretações favoráveis e desfavoráveis quanto à aplicabilidade. Apesar disso, não há o que se discutir quanto ao grande interesse social na elucidação de crimes, e que a colaboração premiada encerra instrumento de grande eficácia para tal finalidade.

REFERÊNCIAS

- 1 – ANDREUCCI, Ricardo Antonio; MIGUEL, Yvan Gomes. Delação Premiada. In <http://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/140519/delacao-premiada>. Acesso em: 24/04/2016, às 14h.
- 2 - BITENCOURT, Cezar Roberto e BUSATO, Paulo César. Comentários à Lei de Organização Criminosa – São Paulo, Saraiva, 2014.
- 3 - BRASIL. Lei 7210/84. Código de Processo Penal. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 4 - BRASIL. Decreto Lei n.º 2.848, de 07/12/1940. Código Penal. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 5 - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 6 - BRASIL. Lei nº 8.072, de 25/07/1990. Crimes Hediondos. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 7 - BRASIL. Lei nº 8.137, de 27/12/1990. Crimes Contra a Ordem Tributária. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 8 - BRASIL. Lei nº 9.034, de 03/05/1995. Organização Criminosa (Lei Revogada). In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 9 - BRASIL. Lei nº 9.269, de 02/04/1996. Nova Redação ao § 4º do art. 159 do Código Penal. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 10 - BRASIL. Lei nº 9.613, de 03/03/1998. Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e - Valores. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 11 - BRASIL. Lei nº 9.807, de 13/07/1999. Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 12 - BRASIL. Lei nº 11.343, de 23/08/2006. Lei de Drogas. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 13 - BRASIL. Lei nº 12.529, de 30/11/2011. Ordem Econômica. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 14 - BRASIL. Lei nº 12.683, de 09/07/2012. Lavagem de Dinheiro. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 15 - BRASIL. Lei nº 12.850, de 02/08/2013. Organização Criminosa. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 10h.
- 16 - BRASIL. Decreto nº 5.015, de 12/03/2004. Convenção Crime Organizado. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 15h.

17 - BRASIL. Decreto nº 5.687, de 31/01/2006. Convenção Contra Corrupção. In: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24/04/2016, às 15h.

18 - CONSULTOR JURÍDICO. In <http://www.conjur.com.br/2015-jan-04/alvo-criticas-delacao-premiada-mostrado-eficacia>

19 - DIAS, Pamella Rodrigues; SILVA, Erik Rodrigues da. Origem da Delação Premiada e suas Influências no Ordenamento Jurídico Brasileiro. In <http://rafael-paranagua.jusbrasil.com.br/artigos/112140126/origem-da-delacao-premiada-e-suas-influencias-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 24/04/2016, às 9h.

20 - HAYASHI, Francisco. Entenda a Delação Premiada. In <http://franciscohayashi.jusbrasil.com.br/artigos/138209424/entenda-a-delacao-premiada>. Acesso em: 24/04/2016, às 14h.

21 – INSTITUTO EJAN. In <http://www.institutoejam.com.br/estudos/crime-conceito-formal-legal-material-e-analitico/> Acesso em: 24/04/2016, às 10h.

22 - MELLO, Ricardo de Freitas. Delação Premiada: Aspecto jurídico e sua eficácia. In http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=466. Acesso em: 30/04/2016, às 15h.

23 - XIMENES, Fernando Braz. Delação Premiada: Prós e Contras. In http://www.jurisite.com.br/doutrinas/processo_penal/processo09.html. Acesso em: 30/04/2016, às 16h.

24 - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC – Escritório de Ligação e Parceria do Brasil. In <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>. Acesso em: 24/04/2016, às 14h.

25 - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC – Escritório de Ligação e Parceria do Brasil. In <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corruptao/convencao.html>. Acesso em: 24/04/2016, às 14h.

CAPÍTULO 16

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ROMPIMENTO DE NOIVADO

Fabiano Martin Tiozzi

Acadêmico do Curso de Direito – UNIFUNEC
E-mail: fabiano.tiozzi@ufms.br

Andressa Ravazzi de Oliveira

Acadêmica do Curso de Direito – UNIFUNEC
E-mail: ravazziandressa@gmail.com

Ronaldo Aparecido Lobato Reis

Acadêmico do Curso de Direito – UNIFUNEC
E-mail: ronaldolobatoreis@gmail.com

Janaina dos Reis G. Mansilia

Docente do Curso de Direito – UNIFUNEC
E-mail: janainareis@funecsantafe.edu.br

Resumo: A reparação dos danos decorrentes da quebra de noivado vem sendo abordada há tempos pela doutrina e jurisprudência e existem correntes em ambos os sentidos: tanto de que a parte lesada pode ser ou não indenizada. Tal fato logra ser considerado como um ato ilícito e o Código Civil garante o direito de reparação de danos a quem sofreu algum ato ilícito. Não há, no direito brasileiro, uma legislação específica para o tema, mas desilusão e os prejuízos causados pelo rompimento de um noivado podem se enquadrar nessa realidade, visto serem considerados num aspecto moral e material capaz de gerar sofrimento inestimável à vítima. A partir destas considerações, o objetivo deste estudo é apresentar a responsabilidade civil decorrente do rompimento de noivado. Para sua elaboração, foi realizado um estudo bibliográfico, com consultas em livros, doutrinas, jurisprudências, súmulas e no Código Civil. Os resultados mostram que o princípio da boa-fé objetiva e a responsabilidade civil são respaldos capazes de resolver os problemas gerados pelo rompimento de noivado, ou até mesmo um “não” no ato da cerimônia. Neste contexto, o rompimento do noivado, sem qualquer motivo, dará àquele que sofreu o dano o direito de ser ressarcido, mas há que se considerar julgados contrários. Neste sentido, os tribunais superiores têm entendido, em sua maioria, como procedentes os pedidos de danos morais, materiais e ainda, indenizações. Há doutrinadores que consideram este como fato natural da vida e ainda, aqueles que o definem como hipótese de inexecução culposa. Logo, cada caso é único e assim deve ser analisado pela justiça.

Palavras-chave: Responsabilidade civil; Rompimento; Noivado.

Abstract: The repair of damages resulting from the breach of engagement has been addressed for a long time by doctrine and jurisprudence and there are currents in both directions: both that the injured party may or may not be indemnified. This fact can be considered as an illicit act and the Civil Code guarantees the right to repair damages to those who suffered an illicit act. In

Brazilian law, there is no specific legislation on the subject, but disillusionment and the damage caused by the breakup of an engagement can fit into this reality, since they are considered in a moral and material aspect capable of generating inestimable suffering to the victim. From these considerations, the objective of this study is to present the civil liability arising from the breakup of an engagement. For its elaboration, a bibliographic study was carried out, with consultations in books, doctrines, jurisprudence, precedents and in the Civil Code. The results show that the principle of objective good faith and civil liability are supports capable of solving the problems generated by the breakup of an engagement, or even a "no" in the act of the ceremony. In this context, the breakup of the engagement, without any reason, will give the person who suffered the damage the right to be compensated, but contrary judgments must be considered. In this sense, the higher courts have understood, for the most part, requests for moral and material damages as well as indemnities. There are scholars who consider this a natural fact of life and those who define it as a hypothesis of culpable non-execution. Therefore, each case is unique and thus must be analyzed by justice.

Keywords: Civil liability; Disruption; Engagement.

1. INTRODUÇÃO

A vida humana passa constantemente por transformações: algumas planejadas, outras inesperadas. Quando se trata de um relacionamento entre duas pessoas, mudanças podem ser repentinas e, dependendo de qual seja, grandes transtornos podem ser gerados. O problema está no impacto que estas mudanças podem provocar, principalmente se trouxer danos materiais e/ou morais.

Enquanto um relacionamento amoroso entre duas pessoas vai bem, o caminho é “cheio de flores” mas, após as desavenças e frustrações, desentendimentos entre as partes começam a criar transtornos chegando a ponto de não ser mais possível manter o convívio do casal. É neste momento que o Direito pode ser invocado para solucionar as desavenças e minimizar os efeitos. Se o relacionamento estiver em fase avançada, chegando a um compromisso mais sério como o noivado e este for rompido, a legislação traz responsabilizações à parte que descumpriu com o acordo.

A partir destes apontamentos, o objetivo desta pesquisa é apresentar a responsabilidade civil decorrente do rompimento de noivado. Sua elaboração deu-se por meio de um estudo bibliográfico sobre o tema e com o apoio de doutrinas e jurisprudências.

O dever de indenizar é fato jurídico que, de acordo com a teoria subjetiva, cada ser humano deve responder por sua própria culpa. Isso parte do pressuposto que a lei protege a pessoa de um prejuízo provocado por outro, seja de ordem material ou moral. No entanto, há que se considerar a impossibilidade do estabelecimento de um rol determinante de casos para tal, visto a individualidade de cada acontecimento.

O estudo está dividido em três partes. Nesta primeira, a introdução, é feita uma breve contextualização do assunto, apresentando o objetivo e a metodologia utilizada. Na segunda parte, são apresentados conceitos relevantes acerca do assunto, além de texto da lei que expressa sua literalidade. Ainda, neste tópico, são apresentados litígios do tema e suas sentenças. Por fim, nas considerações finais, é feito o fechamento do estudo com agenda de pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, descrevem-se considerações teóricas acerca do conteúdo objeto deste estudo. Para tanto, foram consideradas obras de autores, o Código Civil, doutrinas, súmulas e jurisprudências. Não é objetivo do estudo esgotar o tema, mas apresentar conceitos gerais acerca da temática.

2.1 NATUREZA JURÍDICA DO NOIVADO

Contrato é um acordo de vontades que produz efeitos no mundo jurídico, por vontade e consentimento das partes, visando um propósito.

O casamento nasce da vontade das partes, é um objeto lícito, e está prescrito em lei, portanto, possui características para ser considerado um contrato especial de direito de família. Gagliano e Pamplona Filho (2012, p.117):

É negócio jurídico bilateral pois formado e guiado pela vontade das partes, mesmo que com normas e contornos legais/externos que não desconstituem sua junção de acordo entre os dois, como dito. O que não podemos é equipar tal contrato especial de direito de família à compra e venda, locação, leasing ou alienação fiduciária.

O noivado trata-se então, de uma fase pré-contratual, portanto a quebra deste, pode acarretar, em situações determinadas, uma responsabilidade civil extracontratual de indenizar a vítima por dano moral ou material. Gagliano (2022, p.53), leciona que “Vale dizer, afronta o princípio da eticidade o desfazimento injustificado do compromisso assumido, lesando a legítima expectativa nutrida pelo outro no sentido da realização do ato matrimonial.”

Ademais, é fato a proibição de comportamento que fracasse a expectativa gerada por uma parte em virtude do posicionamento do outro, visto ser esta uma ação propensa à geração de sofrimento e outros danos ao ofendido (CASTRO, 2016). Nesse sentido, sempre deve-se observar a justiça e boa-fé nas relações civis, sejam elas contratuais ou extracontratuais.

2.2 RESPONSABILIDADE, LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS

A reparação dos danos decorrentes da quebra de noivado vem sendo abordada há tempos pela doutrina e jurisprudência e existem correntes em ambos os sentidos, de que a parte lesada deve ou não ser indenizada. O rompimento de um noivado também pode ser conhecido por “esponsais – promessa de casamento” ou “responsabilidade pré negocial no casamento.”

O Código Civil, em seus artigos 186 e 927, garante o direito de reparação de danos a quem sofreu algum ato ilícito:

186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

927: Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo.

Não há uma legislação específica para o tema, mas desilusão e os prejuízos causados pelo rompimento de um noivado podem se enquadrar nesses contextos, pois se encaixam num aspecto moral e material capaz de gerar sofrimento inestimável à vítima.

O princípio da boa-fé objetiva e a responsabilidade civil são respaldos capazes de resolver os problemas gerados pelo rompimento de noivado, ou até mesmo um “não” no ato da cerimônia.

A boa-fé objetiva tem aplicação na esfera dos contratos, desde a fase preliminar, presente na execução, até a fase pós-contratual. Zafarroni (1977) já previa que, em uma relação de contrato e sua função social, era imperativo que as partes negociassem levando em consideração a consciência e a probidade e, foi a partir destas suas cogitações que veio à tona o princípio da boa fé objetiva.

Com a implantação do Código Civil em 2002, tal princípio foi positivado, tanto que está expressamente previsto no artigo 422, que menciona: “Os contratantes são obrigados guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. Princípio previsto também no artigo 113 do Código Civil: “Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração”.

Doutrinadores relatam que a boa fé objetiva está amplamente conectada à conduta ética do homem, sempre prezando por uma relação onde todos sejam respeitados, de forma a evitar ato que coloque em risco a integridade de qualquer uma das partes, seja ou não de relação jurídica (CASTRO, 2016).

Outro princípio reputado é o da responsabilidade civil, que está relacionado ao conceito de não prejudicar o outro. Conforme leciona Venosa (2021, p.357):

Em princípio, toda atividade que acarreta prejuízo gera responsabilidade ou dever de indenizar (...). O termo responsabilidade é utilizado em qualquer situação na qual alguma pessoa, natural ou jurídica, deva arcar com as consequências de um ato, fato ou negócio danoso.

Conforme exposto pelo CC, a responsabilidade civil é um recurso utilizado para forçar alguém a reparar os danos causados a terceiros.

Tratando da responsabilidade pré-negocial no casamento -o noivado- devemos deixar claro que ela não decorre do não cumprimento do “contrato”, ou do rompimento das “tratativas”, mas do fato de uma das partes ter criado, para a outra, uma expectativa legítima de que esse contrato, o casamento, seria concluído.

Logo, o rompimento do noivado, sem qualquer motivo, dará o direito de ser ressarcido àquele que sofreu o dano.

Também está previsto no artigo 1º, da Constituição Federal, o princípio da dignidade da pessoa humana usado como um de seus fundamentos. E, por sua vez, o artigo 5º, em seus incisos V e X, preveem o direito a ser indenizado:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Tais preceitos são reiterados por Lenza (2020), ao afirmar que a dignidade humana é da pessoa, em sua vida real e cotidiana, de forma que a juridicidade considera esta pessoa como ser irredutível, insubsistente e irrepetível.

Cabe complementar que, junto ao princípio da dignidade da pessoa humana nasce o princípio da afetividade, conhecido no ordenamento jurídico tanto de forma implícita quanto explícita. É disposto como um grande avanço da CF/88, pois supera

o efeito apenas simbólico que lhe era atribuído, expandindo, também, da dimensão familiar para qualquer tipo de relacionamento que envolva pessoas, seja numa relação de amizade, trabalho ou amorosa, considerando convivências que possam levar ao afeto (ZAFFARONI 1977).

Levando em consideração os princípios da probidade e boa-fé objetiva, da dignidade da pessoa humana e da afetividade, a quebra de um relacionamento amoroso avançado (noivado) é capaz de gerar dever diante dos fatos, causando ou não reparação.

Portanto, para uma possível responsabilidade decorrente do rompimento do noivado, considerando sua natureza e, conforme explanado, alguns requisitos se fazem necessários:

- Ofensa à boa-fé objetiva e à dignidade da pessoa humana;
- Acordo de vontade no início das tratativas referentes ao noivado/casamento;
- Rompimento ilegítimo do acordo, ou seja, sem justa causa;
- Prejuízo moral e material; e,
- Nexo causal entre o rompimento do noivado e o dano sofrido.

Ausentes os requisitos, não é o caso de incidência de danos morais e materiais.

2.3 CASOS E JURISPRUDÊNCIAS

Alguém pode ser obrigado a permanecer em um noivado por motivos de uma expectativa de casamento, se nem mesmo o casamento, que é algo mais complexo, possui essa exigência? E ainda: o que deve pesar mais - o respeito ao próximo ou o amor a si mesmo?

De acordo com artigos 1.514, 1.534 e 1.538 do Código Civil, os noivos possuem direito subjetivo a se arrepender da promessa de casamento até o momento da declaração solene de matrimônio proferida pelo presidente da cerimônia:

Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

Art. 1.534. A solenidade realizar-se-á na sede do cartório, com toda publicidade, a portas abertas, presentes pelo menos duas testemunhas, parentes ou não dos contraentes, ou, querendo as partes e consentindo a autoridade celebrante, noutro edifício público ou particular.

Art. 1.538. A celebração do casamento será imediatamente suspensa se algum dos contraentes:

- I - recusar a solene afirmação da sua vontade;
- II - declarar que esta não é livre e espontânea;
- III - manifestar-se arrependido.

Na jurisprudência brasileira, há casos bem fundamentados que são contrários a tal indenização.

APELAÇÃO CÍVEL - CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - ROMPIMENTO DE NOIVADO - COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DAS DESPESAS - RETARDO NA DESISTÊNCIA DO MATRIMÔNIO - DEVER DE INDENIZAR. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO À UNANIMIDADE DE VOTOS. I) DANOS MATERIAIS - Responsabilidade extracontratual, baseada no dever de conduta, caso contrário decorre de ato ilícito, de acordo com os artigos 186 e 927 do Código Civil/2002. II) DEVER DE INDENIZAR - o rompimento de um noivado, necessariamente não gera responsabilidade perante a outra parte nem há que se falar em dever de indenizar, entretanto quando se decide pelo rompimento injustificadamente e às vésperas da data previamente acordada, resta configurado os danos causados e conseqüentemente o dever de indenizar. (TJ-PE - APL: 181902 PE 00107613820038170810, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 30/07/2009, 6ª Câmara Cível) disponível em: <<http://tj-pe.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15523910/apelacao-apl-181902-pe-00107613820038170810>>

Outro caso julgado negado:

APELAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ROMPIMENTO DE NOIVADO - ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMO - NÃO COMPROVAÇÃO - DANOS MATERIAIS AFASTADOS - DANOS MORAIS - NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ATO ILÍCITO - FATO NATURAL DA VIDA - RECURSO IMPROVIDO. 1. O término de um relacionamento afetivo constitui um fato natural de vida, não havendo qualquer ilicitude a ensejar a responsabilidade civil de quaisquer das partes envolvidas. 2. É incabível o pedido de indenização por dano moral decorrente do rompimento de noivado se o episódio não é marcado por nenhum acontecimento excepcional, como violência física ou moral, e também se não houve ofensa contra a honra ou a dignidade da pessoa. 3. A procedência do pedido de danos materiais fica condicionada à comprovação do prejuízo. No caso dos autos, a apelante não comprovou ter emprestado valores ao apelado, o que impõe o afastamento do pleito neste particular. 4. Recurso improvido. Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDA a Colenda Primeira Câmara Cível, na conformidade da ata da sessão, à unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do eminente relator. Vitória/ES, 03 de Maio de 2011. PRESIDENTE RELATOR PROCURADOR DE JUSTIÇA (TJES, Classe: Apelação Cível, 50050030407, Relator: CARLOS SIMÕES FONSECA, Órgão julgador: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 03/05/2011, Data da Publicação no Diário: 26/05/2011) disponível em: <<http://tj->

Observa-se que alguns Tribunais entendem que, mesmo criada a expectativa, se não houve violência física, moral, danos à honra e à imagem da vítima, não há fato para pleitear reparação civil de danos. Os abalos emocionais, bem como o sofrimento causado, são “meros fatos da vida” como citado no seguinte julgado:

DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. ROMPIMENTO DE NOIVADO PROLONGADO. 1. Não se pode desconhecer que inúmeros fatos da vida são suscetíveis de provocar dor, de impor sofrimento, nem se olvida que qualquer sentimento não correspondido pode produzir mágoas e decepção. E nada impede que as pessoas, livremente, possam alterar suas rotas de vida, quer antes, quer mesmo depois de casadas. 2. Descabe indenização por dano moral decorrente da ruptura, quando o fato não é marcado por episódio de violência física ou moral e também não houve ofensa contra a honra ou a dignidade da pessoa. 3. Não tem maior relevância o fato do namoro ter sido prolongado, sério, ter havido relacionamento próximo com a família e a ruptura ter causado abalo emocional, pois são fatos próprios da vida. Recurso desprovido. (Apelação Cível Nº 70012349718, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 07/12/2005. Disponível em: <http://www1.tjrs.jus.br/busca/?tb=juris>).

O doutrinador Venosa (2021, p.52) complementa:

Toda promessa de contratar frustrada gera, em princípio, efeitos na hipótese de inexecução culposa. A quebra da promessa séria de casamento por culpa, aquela em que a noiva ou noivo fizeram os préstimos e preparativos para o ato e para a futura vida em comum, é fato gerador, sem dúvida, do dever de indenizar com base nos princípios gerais da responsabilidade civil subjetiva, traduzida na regra geral do art. 186. Leve-se em conta, ainda, que a quebra da promessa de casamento pode ocasionar distúrbios psicológicos que deságuam nos danos morais, o que deve ser examinado no caso concreto.

Há que se considerar, também, julgados que negam o provimento a pedidos indenizatórios, como apresentado por uma decisão do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais que sentenciou pelo improvimento de ação indenizatória à uma noiva “abandonada”:

EMENTA: APELAÇÃO - PROMESSA DE CASAMENTO - DANOS MORAIS - MEROS DISSABORES E CONTRARIEDADE - INDENIZAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA. Aborrecimento, dissabor, mágoa, irritação e sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral. [...] a atitude do réu não é capaz de ensejar a reparação por não se tratar de ato ilícito. Em que pese o tempo de namoro, os planos, o envolvimento das famílias, o réu não tinha obrigação de permanecer numa relação que não mais lhe satisfazia.

O réu não praticou ato ilícito ao desfazer o relacionamento. Por mais que a autora tenha sido magoada, não subsiste o dever de indenizar (BRASIL, 2019).

Embora as relações envolvam sentimentos, poderão vir a sofrer desentendimentos e desavenças e, em caso de arrependimento da promessa de casamento, ninguém poderá obrigar a outra parte a casar-se, mas, se essa decisão acarretar danos, existirá a ‘possibilidade’ de pleitear o direito de indenização, para que haja uma reparação dos danos morais e/ou materiais em benefício da parte ofendida.

“O fim da responsabilidade civil na ruptura de um noivado ficará caracterizado quando houver a restituição da parte lesada ao “status quo”, ou seja, voltar ao estado como se não tivesse havido o dano” (ALVES, 2015, p.8).

O juiz analisará as proporções dos danos, as causas, e também, se houve exclusividade no evento danoso pelo solicitante, ou concorrência de culpa da vítima.

Para Saraiva (2021), penalizar financeiramente o nubente que rompeu com o noivado no dia do casamento não representa colocar preço na relação ou sentimentos, mas sim, aplicar um castigo em quem provocou o fato, mediante a desconsideração aos sentimentos do outro, e ainda, com exposição a uma situação humilhante e vexatória.

A conduta ainda pode ser tipificada pelo Código Penal como um crime contra a dignidade sexual, a violação sexual mediante fraude (art. 215 CP). É o que pode ser chamado de estelionato sexual. Logo, é possível fazer a junção entre o Direito Civil e o Direito Penal para análise do caso (SARAIVA, 2021).

Quanto à proporção do dano e o valor da indenização, o Código Civil expõe em seu artigo 944, parágrafo único, o seguinte:

CC, art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

Logo, considera-se que o direito à indenização surge, principalmente, a partir da responsabilidade civil. Embora o noivado não seja considerado como um contrato preliminar, visto que isto conflitaria com a liberdade pessoal do ser, sua ruptura traz consequências e, a partir disso, a responsabilização da parte que as provocou. E tais afirmativas se fundamentam no art. 187 do CC, conforme reconhecido por Tartuce

(2020): “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes” (BRASIL, 2002).

Mostra-se mais arrazoado permitir a indenização, lógico, com a verificação do mínimo de requisitos necessários à configuração do dano no caso concreto, do que se negar ao ofendido a oportunidade de amenização dos efeitos sofridos. Com o passar do tempo e a evolução doutrinária mais centrada nos movimentos da vida em sociedade, foi-se aceitando o dano moral não mais como uma forma de equiparar o sofrimento da vítima a uma quantia em dinheiro, mas como um meio de ao mesmo tempo punir o ofensor e proporcionar ao ofendido alguns benefícios para amenizar a dor experimentada, somente alcançados com recursos financeiros (LARRATÉA, 2009, p. 82).

Ainda, para Tartuce (2020), a ruptura de um noivado ocasiona a afronta à boa-fé objetiva ou ainda, às boas práticas da vida em sociedade. O autor menciona que, neste caso, é dispensável provar a culpa.

Mas, não é passível de ignorar que cada caso é um caso e deve ser tratado em particular, visto que há julgados tanto a favor quanto a desfavor de indenizações e danos morais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano deve, em sua totalidade, ser respeitado. Em uma sociedade consumista, o que de fato há é que este não é objeto de consumo. Pesquisas apontam que, independente da situação, necessário sempre haver o cuidado para que o outro não seja tratado como algo desprezível, sem sentimentos. É expresso, na Constituição Federal, que a dignidade humana é um dos direitos fundamentais, logo, feri-la pode gerar responsabilização a quem a der causa.

Faz-se imperioso uma análise jurídica sobre o abandono e o sofrimento por este causado, oportunizando ao ofendido o direito de receber um ressarcimento pela dor sentida, humilhação e/ou danos materiais. No entanto, é importante salientar que uma análise minuciosa, caso a caso, deve ser feita, levando em consideração os motivos que deram causa ao efeito.

Há julgados que entendem haver o dever de indenizar pelos danos morais causados após o rompimento de um noivado. Todavia, outros afirmam ser esta uma causa natural da vida, cabendo apenas ressarcimento a danos materiais.

A indenização, se cabível, não significa precificar sentimentos e emoções, mas sim, destinar ao ofendido condições de minimizar os impactos causados pela dor além de aplicar ao causador do ato, um efeito pedagógico, de forma a levá-lo à reflexão de sua prática para que tal ação não se repita com outrem.

É real que há subjetividade nas análises de casos, o que impede de concluir se há ou não o direito de ser indenizado o ofendido ao ter o rompimento de um noivado. Logo, faz-se necessário analisar cada episódio, sempre à luz do direito e da preservação da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ewerton S. A responsabilidade civil pelo rompimento do noivado. **Jus**, 2015. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/44968/a-responsabilidade-civil-pelo-rompimento-do-noivado>>. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. 15ª Câmara Cível. Relator Des. Maurílio Gabriel. **Apelação Cível nº 1.0479.14.020557-2/001**. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/862869938>>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Código Civil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Direito de família - as famílias em perspectiva constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, vol. VI.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022, vol. 6.

LARRATÉA, Roberta Vieira. O dano moral e a dissolução da promessa de casamento. *Direito & Justiça*, Porto Alegre, v. 35, p. 78-94, jan. 2009. Semestral. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/8214>>. Acesso em: 10 set. 2022.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza – 24. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MAIA, Leandra. Responsabilidade pré negocial no casamento. **Jus Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://leandramaia.jusbrasil.com.br/artigos/782458864/responsabilidade-pre-negocial-no-casamento>>. Acesso em: 7 ago. 2022

SARAIVA, Betina Heike Krause. Do (in)cabimento de indenização à noiva abandonada no dia do casamento. **In Verbis**, Natal, V. 49, n. 1, jan./jun. 2021. p.155-172.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil**. 2. ed. Forense, 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2**. 21ª Ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil - Família e Sucessões - Vol. 5**. 21ª Ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Manual de derecho penal: parte general**. Buenos Aires: Ediar, 1977.

CAPÍTULO 17

A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR DE APOIO NO PROCESSO DE INTERAÇÃO ESCOLA X FAMÍLICA NA FORMAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Solange Duarte Chalegre

Universidade Federal de Pernambuco

Email: solangechalegre@hotmail.com

Resumo: O presente artigo se destina a demonstrar a importância do Educador de Apoio no processo de interação família-escola e sua contribuição para uma educação de qualidade. Para tanto, foram analisados momentos importantes do processo de ensino no país e os impactos da redemocratização no universo escolar; demonstrou-se a relevância da gestão democrática nas escolas e a importância do papel da família no processo educativo. Por fim, discorreu-se sobre o surgimento do Educador de Apoio e destacou-se a contribuição desse profissional no processo de ensino-aprendizagem. No que diz respeito à metodologia utilizada, adotou-se a pesquisa bibliográfica, utilizando-se dos variados materiais disponíveis sobre o tema, como livros, artigos, teses, leis e outros dispositivos normativos de modo a fornecer uma visão ampla sobre a problemática proposta.

Palavras-chave: Gestão democrática; Relação família-escola; Educador de apoio; Educação de qualidade; Planejamento participativo.

1. INTRODUÇÃO

Efetivar a gestão democrática no ambiente escolar não é tarefa fácil. Sobretudo na escola pública. É preciso considerar diversos fatores, como o diálogo entre os vários atores envolvidos; o acolhimento destes como parte da solução e não do problema; a existência de um planejamento coletivo que possibilite enfrentar os diversos desafios que inevitavelmente vão surgir ao longo de todo o processo educativo; além de outros aspectos intrínsecos ao processo educacional

Nesse contexto, é preciso ter um profissional capaz de conhecer as diversas variáveis que compõem o processo educativo e de trabalhar com essa diversidade, ao mesmo tempo em que realiza a formação dos professores e envolve a família e a comunidade como um todo na construção de uma educação de qualidade para as crianças e adolescentes.

Nessa intelecção, o Educador de Apoio se mostra como uma liderança pedagógica que recebe do ordenamento jurídico uma atuação definida. Tradicionalmente, parte das funções que hoje são exercidas pelo Educador de Apoio eram desempenhadas por aqueles que exerciam a supervisão escolar ou coordenação pedagógica. Porém hoje as atribuições do Educador de Apoio envolve um conjunto de atividades essenciais para bom funcionamento de uma gestão democrática nas escolas.

Mas essas atribuições não estão relacionadas apenas à gestão escolar. Elas incluem desde o auxílio aos professores nos processos avaliativos, passa pela formação continuada desses professores, a mediação entre a escola e a família e o incentivo a participação das famílias no cotidiano escolar, dentre diversas outras atividades a serem realizadas por esse profissional.

Durante muito tempo, as famílias se mantiveram aversas a essa aproximação. Primeiro por acreditar que educar os seus filhos era dever exclusivo da escola formal, cabendo-lhe somente o sustento dos filhos; e segundo porque as experiências vivenciadas por essas famílias no universo escolar, muitas vezes, não eram muito agradáveis, limitando-se, quase sempre, a atuarem como meros ouvintes das más atitudes ou mal desempenho de suas crianças.

Aos poucos, sobretudo com o surgimento da gestão democrática, essa ideia vem se modificando, de modo que as famílias têm cada vez mais participado da

construção do projeto político-pedagógico das escolas e acompanhado de perto o desenvolvimento escolar dos seus filhos.

Contudo, esse cenário ainda está longe do ideal, razão pela qual o Educador de Apoio é tão importante na busca por uma integração da escola com as famílias, contribuindo, dessa forma, com a disponibilização de uma educação de qualidade. Ante esse entendimento, a presente pesquisa visa demonstrar a importância desse profissional, sua contribuição para a composição do coletivo escolar e na mediação das ações que envolvem os diferentes atores.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada utilizando-se da pesquisa bibliográfica, por meio da sistematização de materiais já elaborados e disponibilizados em formatos diversos, em sua maioria constituídos por livros, artigos científicos, teses e demais instrumentos normativos com vistas a solucionar a problemática proposta.

3. RESULTADOS

A partir da análise dos diversos materiais disponíveis foi possível estabelecer uma estratégia de abordagem temática com foco nos objetivos traçados, quais sejam: demonstrar a importância da gestão democrática nas escolas; evidenciar a importância da família no processo educativo e demonstrar a importância do papel do Educador de Apoio no processo de interação de interação família-escola. Essa abordagem permitiu obter os resultados os seguintes resultados.

3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

A democracia no Brasil ainda não está consolidada, pois apesar do aparato legislativo existente e da proteção constitucional ao regime democrático, a política autoritária decorrente dos regimes totalitários ainda possuem influência em diversos segmentos da sociedade, como ocorre no caso da educação (VIEIRA, 2016, p. 44).

De acordo com Souza (2019, p. 273-274) a democracia exige participação e disposição para o diálogo. Ela só tem força a partir do momento em que penetra nas

relações sociais concretas e as transforma. Nessa intelecção, a democracia deve ser vista como um procedimento, ponto de vista que a coloca em movimento e perpassa a sua interpretação como princípio. Pois, sem diálogo sobra muito pouco espaço para a democracia.

Esse princípio-procedimento deve ser implementado nas mais diversas áreas. Exemplo disso é o ambiente escolar onde a democracia ocupa um papel fundamental, interferindo tanto na forma como a escola funciona e se relaciona com alunos, professores e demais colaboradores, como também na sua relação com as famílias integrantes da comunidade. Aliás, convém pontuar que Souza (2019, p. 274), ao falar sobre a gestão democrática, menciona que a qualidade da gestão escolar é medida também pelos níveis de democracia e de diálogo existentes na instituição.

Tradicionalmente, a gestão escolar nasce a partir da administração escolar, que por sua vez se orienta por ações centralizadoras. Esse formato de administração refletido na gestão escolar resulta num modelo de escola utilizada como ferramenta de controle, com vistas à manutenção da organização característica de modelos de produção capitalista. Por isso é possível encontrar na literatura a gestão escolar com base nos modelos de organização de empresas (VIEIRA, 2016, p. 44).

O fato é que a escola irá se organizar a partir das ideias da sociedade vigente em cada época, assumindo características próprias do período em que está inserida. São implantados, assim, os princípios da classe dominante que utiliza desse meio para espalhar sua ideologia. No Brasil, após o fim do Regime Militar nos anos 80 e com o advento da Constituição Federal, essas práticas começaram a mudar e a sociedade, através de seus diversos segmentos, passou a incorporar o regime democrático como sendo uma premissa em suas gestões, inclusive na escolar. Passando, esse princípio, a figurar na legislação pátria como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e no Plano Nacional de Educação. Isso denota uma busca pela garantia da qualidade do ensino com a participação dos diversos atores envolvidos no processo educacional (VIEIRA, 2016, p. 26-27).

A gestão democrática é a materialização do espírito da lei e indica a maneira que a gestão da escola e dos sistemas deve ser realizada, embora seja necessário mencionar que, antes de tudo, a gestão democrática é um objetivo a ser constante e reiteradamente buscado e aprimorado, pois consiste na avaliação e na reorganização a partir desta. Na gestão democrática todos os atores – coletivo escolar, poder público

e comunidade local – atuam de forma conjunta para garantir que o processo educativo ocorra de forma adequada.

Diante disso, a gestão escolar democrática pressupõe uma mudança nos padrões tradicionais utilizados nesses espaços, tanto com relação a forma de organização como o gerenciamento dos sistemas de ensino, que passa a focar na formação de cidadãos participativos e críticos em face do mundo que os cerca. Para tanto, a educação precisa ser pensada de forma ampla e irrestrita. Nesse sentido:

As ciências não são um fim em si mesmo, nem são obstáculo ao desenvolvimento das competências pessoais, mas precisam ser consideradas na perspectiva de meios para instrumentar as ações, na busca da realização de nossos projetos pessoais e coletivos. E é nessa perspectiva que as escolas precisam organizar-se reestruturando seus tempos e espaços. (MACHADO, 2009, p. 17)

Nesse contexto, a educação assume um papel político importante, além de ser uma maneira de internalização da cultura, ela possibilita o rompimento da dependência científica, não porque esta não seja importante, mas porque ela deve ser uma ferramenta para realização de ações e projetos pessoais e coletivos.

O fato é que a educação escolar ocupa um lugar de destaque para a população. De tal modo que as pessoas passam por ela com o objetivo de buscar conhecimento que lhes possibilitem realizar escolhas da melhor forma possível. Tradicionalmente, o professor recebe da sociedade a incumbência de articular as diferentes áreas do saber entre si e estas com a vida (NEZ, 2018, p. 498).

Com base neste entendimento, a escola, enquanto instituição, assume perante a sociedade a função de ensinar e racionalizar o mundo por intermédio do processo de ensino aprendizagem e, partindo da compreensão de que o ensino é feito por homens e para homens, a educação se tornou aquilo que Souza (2014, p. 20) chama de processo planejado de humanização.

De acordo com Nez (2018, p. 499) o trabalho docente está focalizado na aprendizagem como elemento central e esta atividade é realizada de forma consciente e sistemática. Essa concepção da função do docente impacta no planejamento, que consiste em um ato político-social, uma vez que está comprometido com as finalidades de ordem políticas e sociais; científico, pois exige para sua realização um conhecimento prévio da realidade; e técnico, pois demanda que os meios sejam definidos previamente para obtenção dos resultados.

Nessa intelecção, o planejamento participativo, ferramenta relevante na gestão escolar democrática, trata-se de uma atividade consciente, com vista a previsão de ações docentes. Essas atividades se fundamentam em opções político-pedagógicas. Decisões estas que precisam levar em consideração toda a problemática de ordem social, política, econômica e cultural que esteja de alguma forma relacionada com a escola, seus professores, seus alunos, os pais e a comunidade (NEZ, 2018, p. 499).

Compreendendo a relevância da gestão democrática, tem-se que o projeto político pedagógico assume grande relevância para a construção de uma proposta que se pautar pelos trâmites democráticos. Inclusive, corroborando esse entendimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê, em seus artigos 13 e 14, a participação dos profissionais da educação no processo de elaboração da proposta pedagógica. Vejamos:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

[...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

[...]

(BRASIL, 1996)

A forma como esses dispositivos legais colocam a participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica assegura mais autonomia a esses atores, possibilitando, assim, que diretores, coordenadores, professores e alunos possam estabelecer uma relação dialógica, criar estruturas metodológicas flexíveis que permitam a reinvenção sempre que for necessário. É o *desengessamento* da educação, que se traduz em concepções e projetos de sociedade.

Para Bertolassi (2021, p. 1), A gestão democrática se consubstancia num princípio a orientar as escolas públicas. Princípio esse que encontra fundamento legal e que está formatado em categorias de participação colegiada. Ademais, ela se rege pela descentralização, autonomia, transparência e pela pluralidade. Sua efetivação estaria atrelada a própria democracia social. De modo que não há que se falar em Gestão Escolar Democrática e não a correlacionar à luta social pela democratização do Estado.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

As principais instâncias sociais nas quais o aluno está inserido são a família e a escola, sendo esses os espaços em que se constroem os processos de socialização. Iniciando-se no seio familiar e passando-se, em seguida, para a escola. Hoje se fala muito no relacionamento entre essas duas instâncias, mas a realidade é que nem sempre essa relação existiu (MARLI, 2016).

De um lado, a família acreditava ser dever da escola enfrentar as dificuldades apresentadas pelos alunos, limitando-se a cuidar do sustento do filho no ambiente familiar (MARLI, 2016). Por outro lado, durante muito tempo a escola assumia um papel neutro de difusão de conhecimento racional e científico, o que se refletia nos critérios de seleção de alunos que também era objetivo e neutro. Era o paradigma funcionalista da escola que foi colocado em xeque quando pesquisas internacionais apontaram o peso que a origem social exercia sobre os destinos escolares (NOGUEIRA *apud* RIBEIRO, 2004, p. 18).

A partir desse momento passou-se a investigar o déficit cultural de algumas famílias cujos filhos eram impactados ao ponto de não obterem aproveitamento satisfatório. Os resultados apontaram a importância de aprofundamento no tema relação família-escola, mas, à princípio, a ideia era somente confirmar as desvantagens sociais que tanto as minorias étnicas como a população socialmente desfavorecida sofriam. As pesquisas realizadas demonstraram a necessidade de se partir do âmbito familiar para prevenir o fracasso escolar. Apesar dos estudos realizados, sobretudo fora do Brasil, a importância da família no contexto escolar ainda era pouco relevante, de modo que somente a partir da década de 60 é que ela passou a ser estudada sob o prisma da sociologia da educação e vem evoluindo ao longo das décadas (RIBEIRO, 2004, p. 18-19).

A relação família-escola é vista atualmente como um desafio, um objetivo a ser reiteradamente buscado, uma vez que se compreende, a partir do contexto social e considerando as mudanças vivenciadas tanto pelas famílias como pelas escolas, que esse convívio só vem trazer melhorias para o aprendizado dos alunos. A parceria formada por essas duas instâncias proporciona a identificação de mecanismos e possibilidades que facilitam acessar a criança que apresenta dificuldade no processo de aprendizagem (MARLI, 2016).

Perante essa constatação, a escola é desafiada a romper com paradigmas que vão na contramão dessa nova forma de ensino-aprendizagem. Mas quebrar com hábitos tão arraigados no seio da sociedade não é tarefa fácil, de modo que as instituições de ensino se veem, muitas vezes, diante de sérias dificuldades para aproximar as famílias do espaço escolar e inseri-las na construção de um projeto pedagógico mais democrático.

De acordo com Lahire (1997, p. 26) a postura familiar ordenada assume grande importância no processo de escolarização dos filhos, uma vez que representa uma ordem cognitiva, que favorece a aquisição de formas de organização pela criança. Ademais, o autor pontua que não dá para compreender o comportamento e a personalidade da criança dissociada das relações tecidas por ela junto aos seus familiares, pois ela tende a construir uma relação de interdependência com as pessoas com as quais ela passa mais tempo (LAHIRE, 1997, p. 17).

O autor vai mais além ao afirmar que o comportamento apresentado pela criança traduz a realidade familiar, de modo que qualquer alteração na estrutura de coexistência dessa família poderá impactar no comportamento da criança positiva ou negativamente (LAHIRE, 1997, p. 72).

Não obstante seja importante reconhecer a importância da família no processo ensino-aprendizagem e, portanto, relevante a construção de uma relação mais próxima entre esses dois institutos, é importante ter em mente que as duas são instituições complexas, de forma que essa relação precisa levar em consideração as complexidades das instituições e dos atores envolvidos. Em caráter exemplificativo, é preciso considerar as relações de poder existentes entre elas e as pessoas que as compõem. Deve-se considerar, também, os múltiplos arranjos familiares presentes na sociedade, os aspectos econômicos e culturais dessas famílias e as relações de gênero, que muitas vezes inviabilizam a participação mais efetiva das mães na escola ou, ainda, tornam a participação nas atividades da escola penosas para essas mulheres. Nesse sentido:

[...] a política educacional, o currículo e a prática pedagógica articulam os trabalhos educacionais realizados pela escola e pela família, segundo um modelo de família e papel parental ideal, com base nas divisões de sexo e gênero, subordinando a família à escola e sobrecarregando as mães, sobretudo as trabalhadoras e chefes de família, o que perpetua a iniquidade de gênero (CARVALHO, 2004, p. 41).

É preciso que a escola tenha esse olhar amplo sobre as complexidades das estruturas familiares e, por meio do diálogo com os diversos atores que compõem a instituição familiar, busque construir um processo de participação eficiente e prazeroso para todos.

Como bem pontuou Carvalho (2004, p. 41), as relações família-escola se baseiam na divisão do trabalho no processo educativo de crianças e adolescentes, e esse processo envolve expectativas recíprocas. Muitas vezes, a política educacional, o currículo e a prática pedagógica induzem a criação de atividades pautadas num modelo de família ideal que não se coaduna com a realidade da maioria da população brasileira, o que geralmente dificulta a fluidez na construção dessas relações. É preciso compreender essa diversidade dos modelos e relações familiares para se buscar soluções e realizar ações que possibilitem a plena participação da família e sua aproximação com o ambiente escolar.

Ainda de acordo com Carvalho (2004, p. 44), a visão escolar do envolvimento dos pais na educação dos filhos consiste no comparecimento às reuniões de pais e mestres, estar atento à comunicação enviada pela escola e no acompanhamento das tarefas de casa e notas. Mas a autora chama a atenção para o que esse formato representa, pois essa política de participação, em que pese ser recebida de forma muito entusiasmada pelos pais – sobretudo porque está fundamentada na obrigação destes nos cuidados com os filhos – representa a tradição cultural da classe média e pressupõe a disposição dos pais e a existência de condições para sua participação. Além de representar o objetivo de construção de uma continuidade cultural e identidade de propósitos entre as duas instituições.

Vale destacar a importância da participação da família nos processos decisórios relacionados ao gerenciamento escolar. Aquele modelo de reunião de pais e mestres onde os pais comparecem e passam horas sentados apenas para ouvir reclamações sobre o comportamento dos filhos cumpre a função de enfraquecer a relação família-escola, indo na contramão da integração entre essas duas instituições. A aproximação torna-se, na lição de Carvalho (2007, p. 123), desagradável, além de impactar negativamente na relação familiar.

3.3 O EDUCADOR DE APOIO E SUA IMPORTÂNCIA NA INTERAÇÃO ESCOLA X FAMÍLIA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

São muitas as transformações vivenciadas pelo sistema educacional no século XXI. Tais transformações exigem mudanças de paradigmas para todos os envolvidos no processo educacional. Conseqüentemente, a necessidade de se adequar a essas mudanças ocasiona muitas incertezas quanto ao atendimento das necessidades educativas, bem como traz expectativas recíprocas para as instituições envolvidas: família e escola.

Essa dinamicidade nas relações sociais se reflete no ambiente escolar, acrescentando certa carga de complexidade ao trabalho docente, exigindo dos profissionais uma constante construção e ressignificação dos saberes, conhecimentos, ações e práticas docentes e pedagógicas (PERNAMBUCO, 2022, p. 13).

A figura do educador de apoio surge na educação pública pernambucana por meio da Lei nº 10.335/1986, lei que modificou a carga horária de pessoal do Grupo Ocupacional de Magistério e incentivou o aperfeiçoamento docente (BRASIL, 1989). Essa função foi atribuída aos profissionais que já exerciam a função de Supervisor e Orientador Educacional.

A função de supervisão chegou ao Brasil através de uma parceria realizada com os Estados Unidos, que por sua vez instituíra um programa de assistência de natureza técnica aos países subdesenvolvidos. Sendo providenciado, à época, formação de profissionais para desenvolver as atividades de supervisão de forma a atender às necessidades educativas (PERNAMBUCO, 2022, p. 15).

O surgimento do Educador de Apoio se dá em um momento de redemocratização da sociedade brasileira, em Pernambuco, na gestão do Governando Miguel Arraes. Havia muitos desafios de natureza política naquele período, estando o país num processo de transição do modelo autoritário para o democrático e a havendo a necessidade de construção de um projeto pedagógico que atendesse essas necessidades e se adequasse ao novo modelo. A Constituição Cidadã, previu, em seu artigo 37, que o preenchimento de cargos públicos se daria por meio de concurso público, rompendo, assim, com as práticas clientelistas da época (BRASIL, 1988). Antes disso, Pernambuco já exigia, por meio da Lei 9.928/86,

a especialização dos professores que iriam desempenhar as funções de supervisão, bem como a formação em pedagogia e habilitação em supervisão escolar dentre outros requisitos (BRASIL, 1986).

A descrição das atividades desenvolvidas pelo Educador de Apoio está prevista na Instrução Normativa nº 02/2019. Dentre as quais está: Coordenar com os diversos seguimentos da escola o planejamento, a implementação e a avaliação do projeto político-pedagógico; a coordenação de ações pedagógicas na escola; promover a formação dos docentes, acompanhar a aprendizagem dos estudantes e, com destaque, apoiar e subsidiar as famílias em relação ao desempenho escolar e outros temas do cotidiano. Portanto, uma das atribuições do Educador de Apoio é apoiar a família no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos no ambiente escolar (PERNAMBUCO, 2019).

Quando a Secretaria de Educação de Pernambuco estabelece requisitos para exercício do cargo e elenca atribuições a serem aplicadas aos ocupantes do cargo, ela está valorizando esses profissionais, situando-os num local relevante no processo ensino-aprendizagem. Reconhecendo-o com uma figura-chave com atuação junto a todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Pimenta (2000, 15-17), o exercício de formação, articulação e transformação não é tarefa fácil, considerando não haver uma receita a ser seguida. O ambiente escolar é complexo, assim como os professores e as famílias, cada uma delas trazendo para o ambiente escolar uma realidade completamente ímpar. Ser Educador de Apoio neste contexto é identificar essa diversidade e criar soluções adequadas para lidar com cada uma delas. É no desempenho das suas funções que o Educador de Apoio consegue materializar essa flexibilização no trato com os diferentes atores envolvidos no processo educativo.

Mas é importante destacar que, assim como os demais atores são complexos e possuem identidade própria, assim também é o Educador de Apoio. Ele também tem a sua identidade profissional construída ao longo dos seus anos de formação e das suas vivências, de modo que ele assume um caráter histórico, visto que leva em conta o espaço histórico-cultural no qual está inserido para criar os saberes e o seu fazer profissional (PERNAMBUCO, 2022, 24).

Falar sobre o Educador de Apoio e da sua importância na relação família-escola requer uma breve análise sobre a Comunidade de Aprendizagem que, segundo Torres

(2004, p. 3) trata-se de uma comunidade organizada que se forma e se dedica ao seu próprio projeto educacional e cultural com vistas a educar a si mesmo, bem como às suas crianças, jovens e adultos de forma cooperativa e solidária.

Esse formato de Comunidade de Aprendizagem parte de um diagnóstico de suas deficiências e das suas capacidades em superar suas fraquezas. Requer autoconhecimento por parte do grupo e suas fases de execução se fundamentam na participação democrática deliberativa dos diversos atores da comunidade escolar e seu entorno. De modo que contempla: gestores, professores, demais colaboradores, familiares e outras pessoas do entorno. Todos voltados a construir uma educação de qualidade (BRAGA; MELLO, 2014. p.166).

O sucesso dessa Comunidade de Aprendizagem depende da aproximação da família com o ambiente escolar. Essa aproximação favorece a aprendizagem dos estudantes e proporciona um ambiente mais agradável para todos, de compartilhamento de valores, crenças e sentimentos. O Educador de Apoio atua nesse processo como um facilitador, que incentiva e orienta os profissionais, os estudantes e suas famílias, promovendo a interação família-escola.

Além disso, não se deve perder de vista que o Educador de Apoio é figura essencial na formação dos professores, agindo como um verdadeiro gestor pedagógico, garantindo que o processo de formação continuada funcione. Esse profissional também promove espaços de discussão e construção do plano da escola, utilizando-se de estratégias para promover a participação dos diversos atores, assumindo um papel de protagonismo das ações pedagógicas, contribuindo para uma maior participação das famílias no ambiente escolar, fomentando a participação nos processos decisórios e sendo relevante frente a todas as inovações presentes no ambiente escolar.

4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu concluir que o Educador de Apoio exerce no processo de ensino-aprendizagem um papel de grande relevância, sobretudo na interação família-escola, criando mecanismos de aproximação dessas instituições e promovendo uma educação de melhor qualidade para os alunos.

Para tanto foram analisados alguns fatores correlacionados com o tema proposto, quais sejam: a gestão democrática na escola, a importância da família no processo educativo e o papel do Educador de Apoio na integração das famílias na comunidade escolar, destacando sua importância no favorecimento desse processo de aproximação.

No que concerne à Gestão Democrática na Escola, constatou-se ser ela a materialização do espírito da lei que indica a maneira como a gestão escolar deve ser realizada. Além disso, restou demonstrado que a Gestão Democrática consiste num objetivo a ser perseguido e aprimorado pela escola, que pressupõe uma constante avaliação dos processos educativos, avaliativos e conseqüente reorganização. A Gestão Democrática representa uma mudança na gestão tradicional, para inserir no processo decisório e organizativo os diversos atores que compõem a comunidade.

Com relação à família e sua participação no processo educativo, constatou-se que o vínculo formado entre os alunos e sua família é fundamental para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Também, foi possível auferir que intervenções no grupo familiar impactam, de alguma forma, o comportamento dos alunos. Diante dessa constatação, a família é uma peça fundamental no processo educativo, de modo que ela precisa ser, cada vez mais, inserida no contexto escolar, integrando-se nas discussões e contribuindo para a melhoria do ensino e do desenvolvimento dos filhos.

Por fim, foram analisados os aspectos gerais da função de Educador de Apoio, por meio da interpretação dos dispositivos normativos que estabelecem essa função e destacou-se a amplitude das atividades a serem desenvolvidas por esse profissional, que atua não apenas junto aos professores, embora sua contribuição para a formação destes seja essencial para o ensino de qualidade, mas também o papel desse profissional junto às famílias e demais integrantes da comunidade escolar, assegurando a efetividade de uma gestão escolar democrática.

REFERÊNCIAS

BERTOLASSI, Gabriele Marina. **A gestão escolar democrática: dimensões teóricas, desafios e possibilidades de uma agenda contemporânea.** Especialização em Gestão Escolar: Coordenação, Direção e Supervisão Escolar. UFFS. Chapecó, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4956>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRAGA, Fabiana Mariri; MELLO, Roseli Rodrigues. **Comunidades de Aprendizagem e a participação educativa de familiares e da comunidade: elemento chave para uma educação de êxito para todos.** Educação Unisinos 18(2):165-175, maio/agosto 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2014.182.07>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.335 de 16 de outubro de 1989.** Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=10335&complemento=0&ano=1989&tipo=&url=>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 26 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola família. **Cadernos de pesquisa**, Paraíba, v. 34, n. 121, p. 41-58, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CARVALHO, Rosita Edler; **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “IS”.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares.** São Paulo: Ática, 1997.

MACHADO, N. J. **Educação: competência e qualidade.** São Paulo: Escrituras, 2009.

NEZ, Egeslaine de. Planejamento participativo: elementos para o debate em ação. **Revista Educação, Cultura e Sociedade.** Sinop/MT/Brasil, v. 8, n. 2, p. 495-509, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/download/8435/6575>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PERNAMBUCO. **Instrução Normativa nº 02 de 2 de agosto de 2019.** Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20SEE%20N%C2%BA%20002_2019%20_Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20educador%20de%20apoio%20nas%20escolas%20da%20rede%20estadual%20de%20ensino%20do%20Estado%20de%20Pernambuco..pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

PERNAMBUCO. **Lei nº 9928/ 1986.** Altera o artigo 109 e seus parágrafos da Lei nº 6.656, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. Disponível em:

<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=9928&complemento=0&ano=1986&tipo=&url=>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Caderno temático**: coordenação pedagógica / Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco; coordenação do caderno Maria Cândida Sérgio; apresentação Ana Selva. – Recife: A Secretaria, 2022. 99p.: il. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/21557/caderno%20tematico.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PIMENTA, Selma, Garrido. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Os bastidores da relação família-escola**. Tese de Doutorado. USP. Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/dispo niveis/59/59137/tde-16072008-230443/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira a Agências Financiadoras: Capes (Obeduc) e CNPq. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2019, v. 27, n. 103 [Acessado 25 novembro 2022], pp. 271-290. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601470>>. Epub 22 Out 2018. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601470>.

SOUZA, Warley Carlos de. **Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, medicina e educação**: encontros e desencontros. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 105p.

TORRES, R.M. (2004). **Comunidad de aprendizaje**: Repensando lo educativo desde el desarrollo local y desde el aprendizaje. Documento presentado en el “Simposio Internacional sobre Comunidades de Aprendizaje”, Barcelona Fórum 2004.

VIEIRA, Graziella Pereira. **Um balanço crítico**. Teses e dissertações da área da educação sobre gestão democrática (2012-2013). 2016. 281 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia - GO. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3637#preview-link0>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CAPÍTULO 18

MODELANDO E APRENDENDO COM A ETNOMATEMÁTICA DA ARTE CERAMISTA TICUNA

Jader Moreira Maia Neto

Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

E-mail: jader@seducam.pro.br

Resumo: Essa proposta traz como contexto o saber empírico de nossa região que demonstra um grande número de matemática constitutiva em diferentes modos de vida e um desses conceitos são encontrados na cultura indígena que é rica em saberes tradicionais que são também invertidos de matemática própria, cuja matemática envolve o sentimento e amor pela natureza, assim como mistura e traduz uma etnomatemática própria. E é nesta intenção que procuramos interagir com o público escolar, levando assim a demonstração do saber cultural contida no grafismo do povo Ticuna e com isso contribuir com a diversidade de saberes locais.

Palavras-chave: Grafismo; Matemática; Saberes tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

Nossa intenção de aplicabilidade deste trabalho é, a partir da identificação dos conhecimentos matemáticos empíricos na arte do grafismo indígena, unir um saber cultural com um conhecimento científico que aplicado nas salas de aula, e na maioria das vezes não é reconhecido e aplicado no contexto amazônico que é geograficamente localizada no Trapézio Amazônico e comporta a maior etnia indígena do Brasil, os Ticunas.

Os indígenas produzem uma variedade de peças, que vão desde os vestuários, cestas, redes, além de peneiras e abanos, sendo que todos esses objetos trazem consigo o desenho através do grafismo indígena, que nos mostram uma sensibilidade nos traços produzidos por ele e essas figuras demonstram uma matemática que encontramos nos livros didáticos, como ponto, reta, planos, triângulos, etc.

Valorizar e reconhecer a arte indígena com sua matemática sensível é o principal objetivo deste trabalho, isto se dar diretamente com o grafismo indígena, que é desenhado com técnicas próprias onde a simbologia inserida no grafismo e no artefato, não só transmite a tradição que vem sem passado de geração em geração, como também de comunicar a comunidade envolvente através de uma mensagem simbólica. Por exemplo, o desenho de uma borboleta, traz consigo diversas informações, significados e o sagrado, pois é um objeto de cura de doenças espirituais.

Entende-se que a Geometria Indígena é composta por um conjunto de saberes empíricos adquiridos em vários ambientes na comunidade da qual fazem parte, e existe a partir dos grafismos indígenas que permeiam toda a vida dos povos tradicionais. Como forma de melhor assimilação entre o grafismo e a Geometria Euclidiana pretende-se trabalhar o grafismo indígena em sua integridade habitual e contextualizar com a geometria plana que é mostrada nos ensinamentos ocidentais, utilizando como instrumento integrador e uma forma de aproximação dos conhecimentos geométricos indígenas dos não indígenas, levando assim ao conhecimento o sentido significado de uma arte indígena da nossa região.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO ITINERÁRIO DA PESQUISA

2.1 O LUGAR DA PESQUISA

Tabatinga está localizada no meio da maior floresta tropical do planeta, a conhecida mundialmente como selva amazônica, à margem esquerda do Rio Solimões fazendo fronteira seca com a Colômbia. Possui uma área de 3.239,3 km².

As cidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) são interdependentes, no tocante ao abastecimento das populações, é muito dinâmica no modo de vida que as pessoas possuem nesta localidade, colombianos de Letícia costumam consumir produtos comestíveis e bebidas brasileiras, assim como os brasileiros de Tabatinga, fazem o mesmo com relação ao consumo de alimentos e outros produtos estrangeiros que são vendidos nas lojas do país vizinho.

Entretanto, a única divisão que é mostrada nesta fronteira entre Brasil e Colômbia é um marco limítrofe que é visível por se localizar em um poste onde se vê facilmente as duas bandeiras dos dois países, levando a população local e visitantes transitarem livremente entre os dois países, é perceptível o modo de vida das pessoas com essas terras, a fronteira é aberta e por essa razão todos transitam como se as duas cidades fossem uma única.

O acesso mais frequente à Letícia é pela Avenida da Amizade que começa no Aeroporto Internacional de Tabatinga (BRA) e termina no Aeroporto Internacional de Letícia (COL), mas também é possível adentrar no outro país por outra rua que se localiza pelo bairro de Santa Rosa, pela rua Marechal Rondon ou mesmo pela estrada do Incra que é uma rua de chão batido e de difícil acesso, por se tratar de um logradouro da zona rural e de criação de gados de consumo dos conterrâneos.

Tabatinga faz fronteira molhada com Santa Rosa (Peru), nesse caso a comarca do Peru situado numa ilha, a uns cinco minutos de barco de Tabatinga ou Letícia. Santa Rosa é um pequeno vilarejo que tem somente uma rua, nesta rua existem algumas casas, bares, restaurantes, escola, posto de polícia, entre outros. É um lugar muito simples e rústico. Possui também pequenas pousadas, que são utilizadas por pessoas que pernoitam na ilha, para pegar um barco ou lancha para seguir a Iquitos (Peru), ressaltando que os barcos e lanchas peruanas saem de madrugada, motivo este que levam os viajantes a dormirem na ilha.

Tabatinga comporta a maior etnia indígena do país, os Ticunas, a sua localização se encontra a alguns minutos seguindo reto na avenida da Amizade, chegando primeiramente no bairro da Comara, seguindo diretamente por uma estrada de cimento que leva a vista de casas simples de madeira e alvenaria são as primeiras imagens que marcam o cenário do Umariacú I, local povoado majoritariamente por indígenas da etnia Ticuna.

Ao seguir a rua nos confrontamos com uma ponte que divide o Umariacú I do Umariacú II, a vista que temos ao olhar a estrada para a direita de sua viagem o Rio Solimões, rio este que serve de transporte de carga e pessoas advindas de municípios próximos e de Manaus-Am. Ao atravessar a ponte, nos deparamos com uma feira a céu aberto que os moradores indígenas vendem produtos para o consumo local e até mesmo para turistas que visitam constantemente a comunidade.

Nessa população indígena a página do ISA, mostrou uma nova distribuição dos Tikuna a partir de diferentes instituições. No Brasil, cerca de 53.544 indivíduos (SIAS/SESAI, 2014); Colômbia, 8.000 indivíduos (GOURLARD, 2011) e; Peru, 6.982 indivíduos (INEI, 2007) (ISA, 2017).

Faz-se uso desta localização espacial, por ser este o local da pesquisa sobre o grafismo indígena, uma técnica dos povos originários que comportam uma sabedoria milenar que permanece no decorrer dos tempos, foco da pesquisa.

2.2 O GRAFISMO COMO FONTE DE PESQUISA

Os indígenas possuem tradições culturais específicas, e momentos históricos diferentes, sendo detentores de valiosas tradições para eles, como crenças, ritos, cantos, danças, costumes, histórias, mitos e organização física e humana comum a cada povo, além de compartilharem ainda outras práticas que os diferenciam do não indígena. Assim, de acordo com as Diretrizes para a política educacional indígena:

[...] os povos indígenas têm formas próprias de ocupação de suas terras e de exploração dos recursos que nelas se encontram; têm formas próprias de ensino e aprendizagem, baseadas na transmissão oral do saber coletivo e dos saberes de cada indivíduo. (BRASIL, 1994, p. 176).

De acordo com Camargo e Albuquerque (2005, p.448), antigamente, o sistema de educação das escolas, desde e posterior aos internatos salesianos, “era baseado

no Sistema-Amabilidade”, cumprindo com os desejos do governo para com os índios do Brasil.

O grafismo apresentou-se, portanto, como instrumento integrador, sendo também considerando um instrumento etnomatemático, por ser a etnomatemática “a arte de explicar (tica), de entender, de se desempenhar na realidade (matema), dentro de um contexto cultural próprio (etno). ” (D’AMBRÓSIO, 2007, p.9). Para Garize (2000).

O trabalho etnográfico que se faz com algumas tribos brasileiras mostra um material matemático muito rico. Pela riqueza do artesanato destes índios, pode-se perceber que vários padrões estão incorporados na sua cultura, como, por exemplo, simetria, paralelismo, perpendicularidade, ângulos, figuras geométricas planas, etc. (GAZIRE, 2000, p.48).

Podemos destacar tendências que privilegiam os trabalhos multiculturais como é o caso da etnomatemática. A etnomatemática serve, então, como instrumento para a colaboração na valorização das práticas culturais, bem como conservar o meio em que as etnias estão inseridas. Assim, de acordo com D’Ambrósio (2007):

[...] a recuperação da dignidade cultural dos povos indígenas exige estimular seu pensar abstrato, suas ideias matemáticas próprias. Em outros termos, recuperar seus modos, maneiras, e técnicas de explicar, de conhecer, de lidar com seu ambiente natural, cultural, místico. Esse é o objetivo maior da etnomatemática. (D’AMBRÓSIO, 2007, p.15).

Para o autor Lagrou (2010, p.2), muitos artefatos e grafismos que marcam o estilo de diferentes grupos indígenas “são materializações densas de complexa redes de interações que supõem conjuntos de significados, ou, como que levam a abduções, inferências com relação a intenções e ações de outros agentes. ” São objetos que condensam “ações, relações, emoções e sentidos, porque é através dos artefatos que as pessoas agem, se relacionam, se produzem e existem no mundo, se relacionando harmoniosamente entre os seres humanos e a natureza de forma etnomatemática. ”

É a partir da compreensão do mundo que os povos originários veem o mundo que a etnomatemática, oferece a possibilidade de relações harmoniosas no ambiente do ser humano interagindo com a natureza. Porém as artes estão relacionadas com vários elementos constitutivos da comunidade indígena, mas como grafismos são tratadas algumas vezes sem a devida importância ou até desconhecidas pelo mundo

não indígena, e mesmo compostas por elementos e figuras geométricas planas e derivadas de elementos encontrados na natureza, são tratadas como ausentes pelo resto do mundo. Nesse sentido, segundo Vidal (1992),

O homem ocidental tende a julgar as artes dos povos indígenas como se pertencessem, à ordem estática de um éden perdido. Dessa forma, deixa de captar, usufruir e incluir no contexto das artes contemporâneas, em pé de igualdade, manifestações estéticas de grande beleza e profundo significado humano. (VIDAL, 1992, p.13).

De acordo com o que ressaltam os autores (D'AMBRÓSIO, 2007; GAZIRE, 2000), as comunidades indígenas produzem artes indicando sua aproximação com a natureza e a interação com o abstrato, o que pôde ser observado nos grafismos apresentados nas aulas de matemática dos livros didáticos e nas escolas, os quais são ricos de grafismo com padrões geométricos.

Ressalta-se, ainda, que a Geometria acompanha o ser humano desde a antiguidade, estando presente no dia a dia, na natureza, nas construções e na arte, servindo como estudo dos espaços e das figuras que a compõe. Para Tahan (2001).

A Geometria, repito, existe por toda parte. No disco do sol, na folha da tamareira, no arco-íris, na borboleta, no diamante, na estrela-do-mar e até num pequenino grão de areia. Há, enfim, infinita variedade de formas geométricas espalhadas pela Natureza. Um corvo a voar lentamente pelo céu descreve, com a mancha negra de seu corpo, figuras admiráveis; o sangue que circula nas veias do camaleão não foge aos rigorosos princípios geométricos; a pedra que se atira no chacal importuno desenha, no ar, uma curva perfeita! A abelha constrói seus alvéolos com as formas de prismas hexagonais e adota essa forma geométrica, segundo penso, para obter a sua casa com maior economia possível de material. A Geometria existe, como já disse o filósofo, por toda a parte. É preciso, porém, olhos para vê-la, inteligência para compreendê-la e alma para admirá-la. (TAHAN, 2001, p.34)

3. GRAFISMO E GEOMETRIA UM ENCONTRO DE SABERES CULTURAIS DE UM POVO

Os indígenas buscam referências visuais nos elementos da natureza, para a construção dos desenhos nas pinturas corporais. Para isso, utilizam-se de pigmentos oriundos de vegetais e minerais geralmente encontrados nas regiões onde habitam.

As artes decorativas constituintes na cultura indígena, bem como as suas simbologias, encontram, no corpo humano, um dos seus suportes para a

representação estética da arte plástica, que além de uma manifestação artística, é também um registro etnocultural, cuja arte pode ser traduzida em ensino de várias ciências, por se tratar de uma junção de vários saberes originários. Essas mesmas observações valem para os padrões encontrados nas pinturas dos utensílios cotidianos, nas indumentárias e nos desenhos do espaço habitacional, em vista do exposto, essa arte vai mais além do que apenas arte de um povo nativo, ela pode ser compreendida dentro do campo da matemática estudada nos livros didáticos.

Muitos grafismos também são desenhados em abanos, bancos, bordunas, remos, redes, cerâmicas e demais produtos que constituem sua cultura material – pois todas essas coisas possuem uma “pele”, e por conseguinte precisam ser ornamentadas –, é no corpo humano que o indígena encontra o suporte por excelência de sua pintura, “tela onde os índios mais pintam, e aquela que pintam com mais primor” (Darcy Ribeiro), nele aplicando todo o repertório de padrões decorativos – meandros, gregas, círculos, triângulos, pontilhados, caprichosas estilizações geométricas calcadas na fauna e na flora, sinais indicativos de caminho, direção e etc.

Nos rituais de iniciação Ticuna, um desses aspectos culturais, mantido até hoje, é a Festa da Moça Nova, um ritual importante para a reprodução social do referido grupo étnico, por marcar a tradição, atualizando e recordando a memória dos antepassados. A festa caracteriza-se como um ritual de passagem, referindo-se à transição de menina à mulher, todos os participantes pintam suas faces com a fruta ainda verde do jenipapo, essas pinturas (grafismo) são estilizadas e seguem padrões próprios da geometria plana, cujas formas são simétricas e com singularidade dos desenhos estudados em conteúdo da matemática.

Conforme o mito: Yo’i, que é o herói do povo Tikuna, ensinou que o jenipapo significa vida ou morte, é como renascer. Quando o Ticuna se pinta, cobre seu corpo com uma nova pele e quando a pintura se apaga, sai com ela tudo de maléfico. De acordo com Soares (2004, p.35), a pintura facial é obrigatória nos dias de rituais e é realizada em ambos os sexos, feita com jenipapo, a pintura facial é utilizada para identificação dos clãs ou nação de cada convidado.

Em geral, a maneira de combinar os elementos da pintura facial varia de acordo com cada pessoa. É possível detectar, em alguns ornamentos faciais, certa similaridade com os animais e plantas que dão nome aos clãs. A “nação onça”, por exemplo, pode ser representada por um traço que parte das extremidades externas

dos olhos seguindo em direção à raiz dos cabelos, “porque a onça tem esse desenho”, por linhas mais alongadas que saem da boca representando as “barbas” desse animal e ainda por pontos colocados nas maçãs do rosto.

Em outro momento, o grafismo é utilizado para identificar se alguém é comprometido ou é solteira, nesse caso a identificação dessa significância se dar com: dois traços (linhas paralelas) significa que a mulher ou o homem é casado (a), vários traços (várias linhas paralelas) com muitos signos distintos e coloridos significa que a mulher ou o homem é solteiro (a) e espera um parceiro para construir sua família.

Estes são apenas um pequeno exemplo do grafismo indígena que além desses citados acima, ainda possuem vários outros que são indicativos das forças da natureza, e animais da própria região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do exposto, pode-se perceber as inúmeras matemáticas que podem ser ensinadas e aprendidas com o grafismo e seus respectivos significados de uma cultura indígena, podendo assim ser apresentada como técnicas de ensino nas escolas e academias deste município e aos demais interessados que admiram o modo de vida de um povo originário.

Esperamos que este trabalho instigue e desperte o interesse e a curiosidade da matemática sensível das formas geométricas do grafismo, possibilitando, assim, abordar a diversidade cultural dos povos indígenas e romper com estereótipos muito enraizados em nossa cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Desportos-SEF. **Diretrizes para política educacional de educação escolar indígena**. Em aberto, Brasília, INEP, ano 14, n.63, jul./set. 1994. Disponível em: www.enaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/941/846. Acesso em: 25 de maio.2019.

CAMARGO, Dulce Maria Pompeu de; ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de. O céu e o outro ensino médio indígena: Alto Rio Negro (AM). **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.95, p.445-469, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a07v2795.pdf>. Acesso em: 25 maio.2019.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: O elo entre as tradições e a modernidade**. 5 ed. 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GAZIRE, Eliane S. **O não resgate das Geometrias**. 2000. 217f. Tese, (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, São Paulo, 2000.

ISA. **Povos Indígenas no Brasil**. Ticuna. Jun. 2008. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>. Acesso em: 19 junho. 2019.

LAGROU, Els. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. **Proa – Revista de Antropologia e Arte**. n.2, v.1, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/DebatesII/elslagrou.html>. Acesso em: 25 de maio. 2019.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOARES, A. A. **Ritual Tikuna e o corpo: aproximações com o desporto**. 1. Ed. Porto – Portugal: FADE, Universidade do Porto, 2004.

TAHAN, Malba. **O Homem que Calculava**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIDAL, Lux. (Org.) **Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Edusp, 1992.

Agência Brasileira ISBN
ISBN: 978-65-84610-26-2